

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**A ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS *HABITATS* DO MST E
O PAPEL DO ARQUITETO E URBANISTA.**

MARIA CÂNDIDA TEIXEIRA DE CERQUEIRA

NATAL/RN

2009

MARIA CÂNDIDA TEIXEIRA DE CERQUEIRA

**A ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS *HABITATS* DO MST E
O PAPEL DO ARQUITETO E URBANISTA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Amadja Henrique Borges

NATAL/RN

2009

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial de
Arquitetura

Cerqueira, Maria Cândida Teixeira de.

A assistência técnica nos habitats do MST e o papel do arquiteto urbanista/ Maria Cândida Teixeira de Cerqueira. – Natal, RN, 2009.
232 f. : il.

Orientadora: Amadja Henrique Borges.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura.

1. Assentamentos rurais – Monografia. 2. Assistência técnica – Monografia. 3. Habitat – Monografia. 4. Arquitetura – Monografia. I. Borges, Amadja Henrique. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/UF/BSE-ARQ

CDU 728.1(1-22)

MARIA CÂNDIDA TEIXEIRA DE CERQUEIRA
A ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS *HABITATS* DO MST E O PAPEL DO ARQUITETO E URBANISTA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Amadja Henrique Borges

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Amadja Henrique Borges (orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof^a. Dra. Ângela Maria Gordilho Souza
Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. Rubenilson Brazão Teixeira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Aprovada em ____ de _____ de _____

*Dedico a todos os arquitetos e urbanistas que
vêm na sua profissão uma possibilidade de
transformação da sociedade, sobretudo nos
assentamentos rurais de reforma agrária.*

AGRADECIMENTOS

Agradecer. Mostrar-se grato por. Demonstrar gratidão. Após a longa jornada que representou a realização desta dissertação não corresponde uma das tarefas mais fáceis. Muitos foram aqueles que tiveram participação especial nesta conquista, contribuindo para sua efetivação. Para mim, significou mais que um desafio acadêmico, mas um aprendizado de vida. Muitos foram os obstáculos enfrentados e, sobretudo, vencidos: idas e vindas de Fortaleza; novos desafios profissionais; maturidade pessoal; luta pela transferência definitiva para a Superintendência do INCRA/RN; atrasos de prazos. Enfim, mas, depois de toda a caminhada, a recompensa conquistada: a conclusão do trabalho. Mais uma etapa da vida vencida e um ciclo encerrado. E muitas pessoas queridas a agradecer.

Começo agradecendo a Deus. Somente a fé me fez persistir, sobretudo nos momentos de maiores dificuldades. Mas, por mais difícil que parecesse, sempre tinha a certeza que, no final, tudo iria dar certo.

Agradeço também aos companheiros assentados dos Assentamentos Eldorado dos Carajás e Maria da Paz, principalmente aqueles que se dispuseram seu tempo e contribuíram nas entrevistas realizadas, compartilhando um pouco da sua vivência no campo nordestino.

Aos companheiros do MST, que através da sua luta cotidiana buscam mudar a realidade dos trabalhadores no campo brasileiro, especialmente Adriana (lideranças do Eldorado dos Carajás) e Pedrinho (ex-liderança do Maria da Paz), que muito me ensinaram sobre as “questões da terra” no Rio Grande do Norte.

Ao INCRA, sobretudo aos meus colegas de trabalho do Setor de Infraestrutura e Serviço de Meio Ambiente, à chefia da Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos e ao Superintendente regional, pelo apoio e compreensão dada, especialmente nos momentos cruciais do final da jornada. Também não poderia deixar de agradecer a todos que viabilizaram minha transferência para a Superintendência do INCRA/RN, fato que contribuiu decisivamente para que eu pudesse concluir este trabalho.

Aos professores da UFC César Barreira e Levi, que me proporcionaram cursar suas respectivas disciplinas, o que permitiu ampliar meu leque de conhecimentos, além da Arquitetura e Urbanismo.

Aos Professores do PPGAU, representados na figura do professor Rubenilson, pela paciência, compreensão e confiança no meu trabalho.

Aos colegas do GERAH - Cida, Adriana, Marcela, Ester, Pascal e Cecília – por toda a cumplicidade e ajuda na busca de material; na companhia nas entrevistas em campo; na tabulação dos dados. Sem vocês o caminho seria muito mais longo e penoso. Não poderia deixar de citar o Sr. Hélio (ex-motorista do CT) que sempre nos conduziu nas idas a campo, sempre disponível e envolvido nas nossas questões trabalhadas.

À minha querida orientadora, Amadja Borges, pelos ensinamentos da academia e da vida. Mais do que uma professora, em muitos momentos, verdadeira psicóloga.

Aos amigos que a vida me deu, pelos momentos de convivência social e fuga dos compromissos “acadêmicos”, em especial a Sarita, que esteve sempre ao meu lado, me orientando “psicologicamente”.

E como agradecer à minha família, especialmente minha irmã Cláudia, meu irmão Goi e meus pais? Sempre lembrarei de todo o incentivo e o apoio incondicional a mim disponibilizado. Amo muito vocês.

À todos, pessoas queridas e de suma importância para a conclusão desta dissertação, o meu MUITO OBRIGADA!

RESUMO

Esta dissertação trata da inserção do arquiteto e urbanista na assistência técnica dos assentamentos rurais e das possibilidades de mudanças em seus *habitats*. Busca também, perceber sua participação e imagem, através da produção desses espaços com e sem a sua atuação, através de duas referências no Rio Grande do Norte – Assentamentos Eldorado dos Carajás e Maria da Paz. No primeiro, o processo representa o modelo que foi adotado, sistematicamente, pelo INCRA até meados de 2000, com a terceirização de suas construções através de pequenas empresas. Estas executavam projetos padronizados, sem registro no sistema CONFEA/CREA, sem exigência de autoria profissional e de responsabilidade técnica da obra. Já o processo do Maria da Paz se configurou como uma das primeiras iniciativas que romperam com essas práticas. Consolidada através de uma parceria entre a UFRN, MST e INCRA/RN, a assistência técnica do arquiteto e urbanista trouxe novos parâmetros técnico-científicos ao planejamento, organização e execução do parcelamento do solo e do seu *habitat*. A participação da UFRN se deu através do Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH), sendo este o idealizador e coordenador da proposta metodológica, baseada no método regressivo-progressivo e na inclusão do conflito como desencadeador de rupturas e transdução, ambos elaborados por Henry Léfèbvre, e na pesquisa-ação abordada por Carlos Brandão. Incluiu, portanto, o processo de aprendizagem social e produção coletiva de novos conhecimentos e atitudes em relação ao meio ambiente no processo chamado de autogestão assistida. Apesar das transformações ocorridas com a participação deste novo agente, os assentados se apropriaram do processo e terminaram suas construções re-elaborando a prática cotidiana do mutirão, passando à autogestão sem assistência técnica. Anos após a implantação dessas duas experiências, a pesquisa por nós realizada constatou que há uma imagem positiva do arquiteto e urbanista, relacionada, sobretudo, às atividades de concepção, orientação e execução de projetos de edificações e da assistência desses profissionais aos processos de implantação dos *habitats* dos assentamentos rurais. O trabalho analisa esta forma de atuação, a partir e além dessas imagens, buscando encontrar as especificidades profissionais ou metodológicas, de modo a demonstrar a importância da sua inserção na formulação e acompanhamento dos mais de 100.000 *habitats* de assentamentos rurais de “reforma agrária” do País, que correspondem à maior parte da habitação de interesse social no campo.

Palavras chaves: Arquiteto e urbanista. Habitação de interesse social no campo. *Habitat*. Assentamentos rurais. Autogestão assistida em sistema de mutirão. Assistência e responsabilidade técnica.

ABSTRACT

This dissertation is about Architect and town planner inserts in the technical support of the Rural establishment and of the possibilities of changes in their habitat. It also looks for its participation through the production of those spaces with or without its performance through two references cases, in Rio Grande do Norte , one called settlement Eldorado de Carajás and another one called Maria da Paz. At first the process represents the model that was adopted systematically by Incra until the middle of the year 2000 with the sub-contracting of their construction work through small companies. These standardized projects which are executed without registration in the system CONFEA/CREA without demand of professional authorship and of technical responsibility of the work. But the process taken place at Maria da Paz's area was configured as one of the first initiatives that stopped with those practices. Consolidated through a partnership among UFRN MST and INCRA/RN, the Architect's technical support and town planner brought new technician-scientific organization and execution of the soil parcels and its habitat. The participation of UFRN was done through a group of studies in land reform and Habitat (GERAH) being this author and coordinator of the methodological proposal, based on the regressive-progressive method and in the inclusion of the conflict as responsible of the ruptures and transductions both done by Henry Léfèbvre and in the research-action approached by Carlos Brandão. Therefore it included the process of social learning and collective production of new knowledge and attitudes in relation to the environment in the process called as attended self management in spite of the transformations happened with this new agent's participation. The people re-located to the new areas that got involved in the process and finished their constructions re-laborating the daily practice of the collective effort passed to the self management without technical support. Years later the implantation of those two experiences our research verified that there is a positive image concerning the Architect and town planner, related, most of all to the conception of the activities, orientation and execution of constructions projects and of acceptance of those professionals to the processes of implementation of the Habitats of the Rural establishments. This dissertation analyses this form of performance, from and beyond these images trying to find the professional, specificities or methodological in such a way to demonstrate the importance of its insertion in the formulation and attendance of the more of 100.000 habitats of Rural establishments of the "land reform" of the country that correspond to most of the housing social interest in the country side.

Key words: Architect and Urban planner. Social interest in housing in the country side. Habitat. Rural establishments. Self Management done in collective effort system. Attendance and technical responsibility.

RESUME

Ce mémoire traite sur la question de l'insertion de l'architecte et urbaniste dans l'assistance technique des établissements ruraux (*assentamentos*) et des possibilités de changement de leurs *habitats*. L'étude cherche, aussi, à comprendre sa participation et image, à travers la production de ces espaces, avec et sans son intervention, à partir de deux références dans le Rio Grande do Norte (Nord-Est du Brésil) – l'établissement *Eldorado dos Carajás* et *Maria da Paz*. Dans le premier cas, le processus représente le modèle qui fut adopté, systématiquement par le INCRA jusqu'aux débuts des années 2000, avec la sous-traitance du chantier de construction remis à de petites entreprises. Celles-ci exécutaient des projets standardisés, sans registre dans le système CONFEA/CREA (Ordre Des Architectes Et Ingénieurs), sans exigences de droit d'auteur du projet et de responsabilité technique du chantier. Par contre dans le processus du *Maria da Paz*, nous assistons à une des premières initiatives qui a rompu avec ces pratiques. Consolidée à travers un partenariat entre UFRN (Université Fédérale), le MST (mouvement social) et le INCRA (Institut de colonisation agraire), l'assistance technique de l'architecte et urbaniste a apporté de nouveaux paramètres technico-scientifiques à la planification, organisation et exécution du parcellement du sol et de son *habitat*. La participation de l'UFRN a été réalisée par le Groupe d'Etudes sur la Réforme Agraire et l'Habitat (GERAH), qui a assumé la fonction d'idéalisateur et coordinateur de la proposition méthodologique, basée sur la méthode régressive-progressive et dans l'inclusion du conflit comme déclencheur de ruptures et transductions, deux concepts élaborés par Henry Léfèbvre, puis dans la recherche-action abordée par Carlos Brandão. La procédure adoptée a donc inclus le processus d'apprentissage social et la production collective de nouvelles connaissances et attitudes par rapport à l'environnement dans un procédé nommé d'*autogestion assistée*. Malgré les transformations survenues avec la participation de ce nouvel agent, les *assentados* (acteurs des établissements ruraux) se sont appropriés de la procédure et ont terminé leurs constructions, en ré-élaborant la pratique quotidienne du *mutirão* (type de travail collectif), passant à l'autogestion sans assistance technique. Quelques années après l'implantation de ces deux expériences, à travers la présente recherche, nous avons constaté qu'il en ressort une image positive sur l'architecte et urbaniste, liée, surtout, aux activités de conception, orientation et exécution du projet des bâtiments et de l'assistance de ces professionnels aux processus d'implantation des *habitats* dans les établissements ruraux. Le travail analyse cette forme d'action, à partir et au-delà de ces images, cherchant à détacher les spécificités professionnelles ou méthodologiques, afin de démontrer l'importance de son insertion dans la formulation et l'accompagnement des plus de 100 000 *habitats* d'établissements ruraux de la « réforme agraire » du pays, qui correspondent à la majorité de l'habitation sociale rurale nationale.

Mots-clés : Architecte et urbaniste. Habitation d'intérêt social rural. Habitat. Etablissements ruraux. Autogestion assistée en système de *mutirão*. Assistance et responsabilité technique.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

NÚMERO	DESCRIÇÃO	PAG
FIGURAS		
Figura 01	Proposta de parcelamento do solo para o Assentamento Margarida Alves.	54
Figura 02	Assentamento Marajo (<i>habitat</i> tipo concentrado).	59
Figura 03	<i>Habitat</i> disperso do Assentamento Yapinay – Presidente Venscelau/SP.	60
Figura 04	<i>Habitat</i> tipo misto do Assentamento Yapinay – Presidente Venscelau/SP.	60
Figura 05	Implantação da agrovila de São Jorge no trecho entre Santarém-Cuiabá.	92
Figura 06	Implantação da agrópolis Cajazeiras em Marabá	93
Figura 07	Implantação da ruropolis no entroncamento norte das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém.	94
Figura 08	Localização do Assentamento Eldorado dos Carajás	104
Figura 09	Implantação do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás	107
Figura 10	Detalhe do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás	118
Figura 11	Detalhe da habitação do Eldorado dos Carajás	119
Figura 12	Localização do Assentamento Maria da Paz.	122
Figura 13	Implantação do <i>habitat</i> do Maria da Paz	124
Figura 14	Possibilidade de implantação do lote de moradia, tirando partido da insolação.	128
Figura 15	Possibilidade de implantação do lote de moradia, tirando partido da insolação.	128
Figura 16	Planta baixa casa tipo A	129
Figura 17	Planta baixa casa tipo B	129
FOTOS		
Foto 01	ÁPP do Assentamento Lênin Paz - CE.	55
Foto 02	APP do Assentamento Bom Lugar – CE.	55
Foto 03	Área de reserva legal do Assentamento Bom Lugar – CE.	56
Foto 04	Área de reserva legal do Assentamento Cacimba Nova – CE.	56
Foto 05	Área de produção do Assentamento Maria da Paz.	57
Foto 06	Área de produção do Assentamento Maria da Paz.	57
Foto 07	Via de circulação do Assentamento Margarida Alves.	57
Foto 08	Via de circulação do Assentamento Maria da Paz.	57
Foto 09	<i>Habitat</i> do Assentamento Paulo Freire.	58
Foto 10	<i>Habitat</i> do Assentamento Santa Terezinha.	58
Foto 11	Habitação do Assentamento Paulo Freire – RN.	76
Foto 12	Habitação do Assentamento Modelo – RN.	76
Foto 13	Vista geral do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás	108
Foto 14	Vista geral do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás	108
Foto 15	Casa dentro do lote no Assentamento Eldorado dos Carajás	108
Foto 16	Casa dentro do lote no Assentamento Eldorado dos Carajás	108
Foto 17	Vista de uma das habitações do Eldorado dos Carajás.	109
Foto 18	Vista de uma das habitações do Eldorado dos Carajás.	109

Foto 19	Vista de uma habitação do Eldorado dos Carajás	110
Foto 20	Vista de uma habitação do Eldorado dos Carajás	110
Foto 21	Vista frontal da Igreja Evangélica do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás.	111
Foto 22	Vista frontal de uma edificação remanescente do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás.	111
Foto 23	Vista geral do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás.	112
Foto 24	Via principal de circulação do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás	112
Foto 25	Vista da via principal de circulação do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás	112
Foto 26	Vista geral do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás.	112
Foto 27	Igreja Evangélica do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás.	112
Foto 28	Equipamentos remanescentes do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás.	112
Foto 29	Vista geral do <i>habitat</i> do Maria da Paz	125
Foto 30	Área reservada para os equipamentos coletivos no <i>habitat</i> do Maria da Paz	125
Foto 31	Implantação da casa no lote de moradia do Maria da Paz	126
Foto 32	Implantação da casa no lote de moradia do Maria da Paz	126
Foto 33	Vista de uma das habitações do Maria da Paz.	127
Foto 34	Vista de uma das habitações do Maria da Paz.	127
Foto 35	Habitação do Maria da Paz	129
Foto 36	Habitação do Maria da Paz	129
Foto 37	Vista geral da escola do <i>habitat</i> do Maria da Paz	130
Foto 38	Vista frontal de edificação remanescente do Maria da Paz.	130
Foto 39	Via de circulação do <i>habitat</i> do Maria da Paz	130
Foto 40	Via de circulação do <i>habitat</i> do Maria da Paz	130
Foto 41	Apropriação da área de convívio por um dos assentados	131
Foto 42	Habitação no lote de moradia, com cerca se apropriando do espaço coletivo.	131
Foto 43	Vista geral do <i>habitat</i> do Maria da Paz	131
Foto 44	“Parada de ônibus”	131
Foto 45	Momento do acampamento do futuro Assentamento Maria da Paz.	134
Foto 46	Vista geral do acampamento do futuro Assentamento Maria da Paz	134
Foto 47	Participação dos segmentos envolvidos nas reuniões do processo de implantação do <i>habitat</i> do Maria da Paz	135
Foto 48	Reunião da coordenação política do processo de implantação do <i>habitat</i> do Maria da Paz.	135
Foto 49	Participação dos assentados nas reuniões do processo de implantação do <i>habitat</i> do Maria da Paz	136
Foto 50	Reunião dos assentados e equipe técnica do GERAH/UFRN	136
Foto 51	Participação dos assentados nas oficinas para o planejamento do <i>habitat</i> do Maria da Paz.	137
Foto 52	Oficinas de educação ambiental com a arquiteta e urbanista Hiramises de Paula.	137
Foto 53	“Curso de pedreiro”	138
Foto 54	“Curso de pedreiro”	138
Foto 55	Preparação para execução do almoxarifado.	140

Foto 56	Preparação para execução do almoxarifado.	140
Foto 57	Participação dos assentados no canteiro de obras.	141
Foto 58	Destaque para o trabalho feminino no canteiro de obras	141
Foto 59	Anotações sobre os valores pagos a mão de obra	142
Foto 60	Reunião entre os segmentos participantes do processo do Maria da Paz.	142
Foto 61	Nivelamento do terreno.	144
Foto 62	Preparação para marcação do <i>habitat</i> .	144
Foto 63	Marcação de uma das habitações.	144
Foto 64	Escavação da fundação	145
Foto 65	Preparação para o baldrame	145
Foto 66	Execução do baldrame	145
Foto 67	Finalização do baldrame.	145
Foto 68	Execução da tubulação de esgoto	145
Foto 69	Execução do contra-piso.	145
Foto 70	Elevação da alvenaria	145
Foto 71	Preparação para a cobertura.	145
Foto 72	Habitação em fase de acabamento	145
Foto 73	Planejamento do <i>habitat</i> e habitação.	166
Foto 74	Práticas de educação ambiental	166
Foto 75	Planejamento do <i>habitat</i> e habitação.	166
Foto 76	Aula teórica do curso de pedreiro.	166
Foto 77	Aula teórica do curso de pedreiro.	166
Foto 78	Planejamento da habitação.	166
Foto 79	Orientação técnica no canteiro de obras	166
Foto 80	Orientação técnica no canteiro de obras	166
Foto 81	Orientação técnica no canteiro de obras	166
Foto 82	Orientação técnica no canteiro de obras	166
Foto 83	Preparação para a construção.	166
Foto 84	Preparação para a construção.	166

TABELAS

Tabela 01	Informações sobre a vida e o trabalho no meio rural brasileiro	38
Tabela 02	Representatividade dos assentamentos rurais vinculados ao INCRA no Estado do Rio Grande do Norte	51

QUADROS

Quadro 01	Modalidades Crédito Instalação	72
Quadro 02	Atividades realizadas pelos arquitetos e urbanistas na experiência do Maria da Paz	167

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESCA	Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Estado do Rio Grande do Norte
ATES	Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
CEF	Caixa Econômica Federal
CREA	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
DARQ	Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN
GERAH	Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEMA	Instituto Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
FNA	Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA	Projeto de Assentamento Rural de Reforma Agrária
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	20
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	25
CAPÍTULO 1: O ESPAÇO RURAL, OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA E O <i>HABITAT</i>	33
1.1 O ESPAÇO RURAL.	33
1.2 CONFLITOS E LUTAS POR REFORMA AGRÁRIA	40
1.3 PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA	45
CAPÍTULO 2: O ESTADO, A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E O PLANEJAMENTO, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO <i>HABITAT</i> DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA.	64
CAPÍTULO 3: O ARQUITETO E URBANISTA NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO DO <i>HABITAT</i> DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA	78
3.1 O ARQUITETO E URBANISTA	78
3.2 O ARQUITETO E URBANISTA E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL	85
CAPÍTULO 4: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO <i>HABITAT</i> DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS ORIGINÁRIOS DO MST NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	97
4. 1 ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS	103
4.1.1 Perfil da configuração espacial do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás	106
4.1.2 Semelhanças e diferenças no processo de implantação do Eldorado dos Carajás	113
4. 2 ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ	120
4.2.1 Perfil da configuração espacial do <i>habitat</i> do Maria da Paz	124
4.2.2 Semelhanças e diferenças no processo de implantação do Maria da Paz	132
4.3 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS E MARIA DA PAZ	152

CAPÍTULO 5: PERCEÇÃO DO PAPEL DO ARQUITETO E URBANISTA	161
EM ASSENTAMENTOS RURAIS	
5.1 ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS	161
5.2 ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ	163
5.3 CONFRONTO DE IMAGENS	171
CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS	178
REFERÊNCIAS	186
APÊNDICE	
Apêndice A:	198
Quadros contendo os relatos dos segmentos participantes das experiências do Assentamento Eldorado dos Carajás e Maria da Paz sobre o processo de implantação do <i>habitat</i> , seu desenho e percepção sobre o profissional arquiteto e urbanista.	
A2 Quadro 2: Processo de implantação do espaço físico do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás	199
A3 Quadro 3: Conflitos ocorridos no processo de implantação do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás	201
A4 Quadro 4: Desenho do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás	202
A5 Quadro 5: Processo de implantação do espaço físico do <i>habitat</i> do Maria da Paz	203
A6 Quadro 6: Conflitos ocorridos no processo de implantação do <i>habitat</i> do Maria da Paz	206
A7 Quadro 7: Desenho do <i>habitat</i> do Maria da Paz	209
A8 Quadro 8: Percepção sobre o arquiteto e urbanista no Eldorado dos Carajás	210
A9 Quadro 9: Percepção sobre arquiteto e urbanista no Maria da Paz	211
Apêndice B:	213
Representação gráfica da tabulação dos dados quantitativos coletados nas entrevistas realizadas com a Direção da Associação do Assentamento Eldorado dos Carajás e com os Coordenadores de núcleo do Assentamento Maria da Paz.	
Gráfico 01 Eldorado dos Carajás – Direção da Associação = Gênero	213

Gráfico 02	Maria da Paz – Coordenadores = Gênero	213
Gráfico 03	Eldorado dos Carajás – Direção da Associação = Idade	213
Gráfico 04	Maria da Paz – Coordenadores = Idade	213
Gráfico 05	Eldorado dos Carajás – Direção da Associação = Grau de escolaridade	214
Gráfico 06	Maria da Paz – Coordenadores = Grau de escolaridade	214
Gráfico 07	Eldorado dos Carajás – Direção da Associação = Composição familiar	214
Gráfico 08	Maria da Paz – Coordenadores = Composição familiar	214
Gráfico 09	Eldorado dos Carajás – Direção da Associação = Renda mensal familiar	215
Gráfico 10	Maria da Paz – Coordenadores = Renda mensal familiar	215
Gráfico 11	Eldorado dos Carajás – Direção da Associação = Função no assentamento	215
Gráfico 12	Maria da Paz – Coordenadores = Função no assentamento	215
Gráfico 13	Eldorado dos Carajás – Direção da Associação = Local de moradia anterior	216
Gráfico 14	Maria da Paz – Coordenadores = Local de moradia anterior	216
Gráfico 15	Eldorado dos Carajás – Direção da Associação = Classificação do local de moradia anterior	216
Gráfico 16	Maria da Paz – Coordenadores = Classificação do local de moradia anterior	216
Gráfico 17	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre o processo de implantação do <i>habitat</i> .	217
Gráfico 18	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre o processo de implantação do <i>habitat</i> .	217
Gráfico 19	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a configuração física do <i>habitat</i> .	217
Gráfico 20	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre a configuração física do <i>habitat</i> .	217
Gráfico 21	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a distância do <i>habitat</i> aos lotes de trabalho.	218
Gráfico 22	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre a distância do	218

	<i>habitat</i> aos lotes de trabalho.	
Gráfico 23	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre proposta de embelezamento para o <i>habitat</i> .	218
Gráfico 24	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre proposta de embelezamento para o <i>habitat</i> .	218
Gráfico 25	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a ventilação incidente no lote de moradia.	219
Gráfico 26	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre a ventilação incidente no lote de moradia.	219
Gráfico 27	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a insolação incidente no lote de moradia	219
Gráfico 28	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre a insolação incidente no lote de moradia.	219
Gráfico 29	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre as dimensões do lote de moradia.	220
Gráfico 30	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre as dimensões do lote de moradia.	220
Gráfico 31	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a diversidade de uso do lote de moradia.	220
Gráfico 32	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre a diversidade de uso do lote de moradia.	220
Gráfico 33	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a proposta de embelezamento para o lote de moradia.	221
Gráfico 34	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre a proposta de embelezamento para o lote de moradia.	221
Gráfico 35	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a qualidade do material construtivo das habitações.	221
Gráfico 36	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre a qualidade do material construtivo das habitações.	221
Gráfico 37	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a ventilação incidente na habitação.	222
Gráfico 38	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre a ventilação incidente na habitação.	222

Gráfico 39	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a insolação incidente na habitação.	222
Gráfico 40	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre a insolação incidente na habitação.	222
Gráfico 41	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a disposição dos ambientes na habitação.	223
Gráfico 42	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre o processo a disposição dos ambientes na habitação.	223
Gráfico 43	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre o modelo da habitação.	223
Gráfico 44	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre o modelo da habitação.	223
Gráfico 45	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a configuração das vias de circulação.	224
Gráfico 46	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre a configuração das vias de circulação.	224
Gráfico 47	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a dimensão das vias de circulação.	224
Gráfico 48	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre a dimensão das vias de circulação.	224
Gráfico 49	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre a diversidade de uso das vias de circulação.	225
Gráfico 50	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre a diversidade de uso das vias de circulação.	225
Gráfico 51	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre o local de moradia atual de modo geral.	225
Gráfico 52	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre o local de moradia atual de modo geral.	225
Gráfico 53	Percepção da Direção da Associação do Eldorado dos Carajás sobre sua condição de vida no assentamento.	226
Gráfico 54	Percepção dos Coordenadores do Maria da Paz sobre sua condição de vida no assentamento.	226
Apêndice C	Formulário para entrevista com os segmentos participantes das	227

	experiências dos Assentamentos Eldorado dos Carajás e Maria da Paz.	
ANEXOS		232
Anexo A:	Pranchas contendo mapas e projetos dos Assentamentos Eldorado dos Carajás e Maria da Paz	233
Anexo A1:	Mapa dos assentamentos rurais vinculados ao INCRA no Rio Grande do Norte	234
Anexo A2:	Prancha contendo o parcelamento do solo do Assentamento Eldorado dos Carajás	235
Anexo A3:	Prancha contendo a implantação do <i>habitat</i> do Eldorado dos Carajás	236
Anexo A4:	Prancha contendo planta baixa e fachadas da moradia do Eldorado dos Carajás	237
Anexo A5:	Prancha contendo a evolução do parcelamento do solo do Maria da Paz	238
Anexo A6:	Prancha contendo o parcelamento do solo do Assentamento Maria da Paz	239
Anexo A7:	Prancha contendo a implantação do <i>habitat</i> do Maria da Paz	240
Anexo A8:	Prancha contendo os elementos inovadores do <i>habitat</i> do Maria da Paz	241
Anexo A9:	Prancha contendo planta baixa e fachadas da moradia do Maria da Paz	242

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da inserção do arquiteto e urbanista na assistência técnica dos assentamentos rurais do País e das possibilidades de mudanças em seus *habitats*. Realizada a partir de duas referências no Rio Grande do Norte, reflete a realidade existente nesse tipo de assentamento humano. Busca-se, também, a imagem deste profissional para os diferentes agentes que atuam na produção desses espaços.

O interesse pelo tema, por parte da autora desta dissertação, teve início quando ainda cursava a graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Naquele período trabalhou como bolsista acompanhando a elaboração da tese de doutorado “*MST: Habitats em Movimento*” (BORGES, 2002). A partir de então, ano de 2001, desenvolveu pesquisas acadêmicas sobre a temática, culminando no seu trabalho final de graduação: “*Assentamento Margarida Alves: contribuição para o processo de criação de uma metodologia para o desenho de habitats concentrados de assentamentos*”, em 2002.

Como uma das primeiras atividades profissionais integrou a equipe técnica da Associação Estadual de Cooperação Agrícola do Estado do Rio Grande do Norte (AESCA), Instituição que presta assessoria técnica ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no RN, na função de arquiteta e urbanista, desenvolvendo trabalhos na área de planejamento físico-espacial dos *habitats* dos assentamentos originários deste Movimento. Configurou-se como experiência única no País, dentro de tal contexto, pois os demais arquitetos e urbanistas envolvidos nas assistências técnicas eram contratados como técnicos e não assinavam seus projetos e participações profissionais.

Na seqüência, no ano de 2006, iniciou suas atividades profissionais no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), concursada para o cargo de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, com habilitação em Arquitetura. Durante os dois primeiros anos teve a oportunidade de vivenciar a realidade existente nos assentamentos do Estado do Ceará, onde até então desempenhava suas funções. Em 2008 surgiu a oportunidade de retornar ao Rio Grande do Norte, convidada pela Superintendência do INCRA deste Estado para assumir o cargo de chefe do Setor de Implantação de Projetos de Assentamentos.

No decorrer deste percurso, o universo de abordagens foi ampliado, tornando-se cada vez mais instigante. Assim, indagações foram surgindo: o que diferencia o espaço físico de moradia de um assentamento rural produzido com a atuação do arquiteto e urbanista daqueles

elaborados sem a colaboração deste profissional? O que acarreta para as condições de vida dos assentados? Qual a imagem do arquiteto e urbanista nos assentamentos rurais? Como perceber esses espaços como área de atuação possível para estes profissionais?

A necessidade de encontrar respostas para esses questionamentos suscitou o desenvolvimento desta dissertação, que tem como **OBJETO DE ESTUDO**, a relação das experiências em planejamento físico-espacial e construção (implantação do espaço físico) dos *habitats* dos assentamentos rurais originários do MST no Rio Grande do Norte e a atuação da assistência técnica do arquiteto e urbanista.

Diante da especificidade do mundo rural, percebeu-se a necessidade de focar questões peculiares ao tema abordado, com o intuito de melhor subsidiar seu entendimento e contextualização. Desse modo, buscou-se uma complementação através de informações específicas, como as apreendidas durante a graduação e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFRN e nas disciplinas “Sociologia Política” (Sociologia dos conflitos) e “Estado, Relações de Poder e Ambiente Rural”, cursadas na Universidade Federal do Ceará.

Esta dissertação encontra-se dividida em cinco momentos distintos: Introdução e Procedimentos Metodológicos; O processo de reforma agrária e o arquiteto e urbanista; Processo de implantação dos *habitats* do MST no RN; O arquiteto e urbanista em assentamentos rurais; e Considerações finais.

O contexto sobre **O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA E O ARQUITETO E URBANISTA**, encontra-se apresentado em três capítulos. O primeiro, “O espaço rural, os projetos de assentamentos rurais de reforma agrária e o *habitat*”, aborda a temática do espaço rural, da chamada “política de reforma agrária”¹ e dos projetos de assentamentos rurais, também chamados de “reforma agrária”. Nele percebe-se que apesar do Brasil apresentar uma população eminentemente urbana, metade de suas terras é classificada como de origem rural. Mesmo com todas as transformações e inovações ocorridas nas últimas décadas neste espaço, sua infraestrutura continua deficitária em relação à oferta de equipamentos sociais e serviços públicos, bem como persistem os altos índices de concentração fundiária. Contudo, uma das alternativas de atenuar este quadro, buscando também minimizar as desigualdades sociais existentes, consiste em promover uma adequada política de reforma agrária, cujo principal produto resulta nos assentamentos rurais, dentre estes os originários da luta política do MST.

O segundo capítulo, “O Estado, a assistência técnica e o planejamento, produção e desenvolvimento do *habitat* dos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária”, aborda

¹ As aspas se devem ao fato de não existir, ainda, no Brasil uma política que possa ser considerada de reforma agrária em sua essência e prática.

o processo de implantação, desenvolvimento e consolidação dos assentamentos rurais, sobretudo o espaço físico do local de moradia (*habitat*). Mostra que, depois de concretizada a criação do projeto de assentamento, a partir da desapropriação da terra, realiza-se sua implantação. O INCRA, como Instituição responsável pela execução da política chamada de “reforma agrária” no âmbito federal, viabiliza tanto a criação, como a implantação, o desenvolvimento e a consolidação dos projetos de assentamentos rurais. O processo de implantação do espaço físico do *habitat* abrange as etapas de organização, planejamento e construção. Para estas atividades, na verdade, não existe na Instituição nenhum normativo, documento ou afim que oriente tais procedimentos. Em sua maioria, os técnicos do INCRA envolvidos não possuem formação técnica específica para tal. Geralmente são da área social e/ou agropecuária, como assistentes sociais, engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas ou outros profissionais sem atribuição específica.

Com a ausência de profissionais com formação específica para orientar estas atividades de organização, planejamento e construção do local de moradias dos assentamentos rurais, como, por exemplo, os arquitetos e urbanistas, percebe-se que os resultados alcançados, na maioria das vezes, constituem projetos de *habitat* e moradia que não primam pela qualidade estética e funcional, nem levam em consideração os princípios da racionalidade, sustentabilidade e de conforto do espaço físico. Desse modo, no terceiro capítulo “O arquiteto e urbanista no processo de planejamento e produção do *habitat* dos assentamentos rurais de reforma agrária” debate-se sobre as questões que envolvem este profissional, sua atuação e assistência técnica nos projetos de assentamentos rurais.

Observa-se que esse profissional pouco tem atuado no meio rural, sobretudo no que diz respeito às comunidades de interesse social, como é o caso dos assentamentos rurais. Na verdade, a atuação do arquiteto e urbanista esteve sempre voltada ao meio urbano. Portanto, no contexto aqui abordado, observam-se, também, as marcas de sua ausência, principalmente nos órgãos responsáveis pela política habitacional nos referidos assentamentos. Como exemplo, pode-se observar a questão do INCRA, que no último concurso público, realizado em 2006, selecionou e contratou para esta função um profissional para cada região administrativa do País. Até então, só existia um arquiteto e urbanista na sede, em Brasília, exercendo funções não condizentes com as atribuições inerentes a esta profissão.

Perante estas explicações, surgem outros questionamentos: por que existe a ausência da atuação do arquiteto e urbanista no meio rural, especificamente nos projetos de assentamentos rurais? Será por falta de conhecimento pelos que se encontram à frente do poder público, da real necessidade do papel desse profissional para o planejamento físico-espacial? Será que os

programas específicos de governo destinam recursos financeiros para sua contratação? Por que grande parte dos arquitetos e urbanistas não encara o meio rural como uma área de atuação? E, ainda, qual o prejuízo que acarreta às populações habitantes destes espaços a ausência do trabalho desses profissionais, em relação à qualidade do espaço físico e suas condições de vida?

Por outro lado, qual seria a influência na qualidade do espaço físico, em relação à funcionalidade e conforto, se o processo de planejamento e construção tivesse a contribuição de um arquiteto e urbanista? Quais seriam as conseqüências para a condição de vida da população usuária? O que representaria para esta categoria profissional a inclusão, na sua área de atuação, dos *habitats* dos assentamentos rurais?

A terceira parte do trabalho é sobre o **PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS HABITATS DO MST NO RN**. Aqui, no contexto do quarto capítulo, se faz uma explanação sobre o processo de implantação do espaço físico dos *habitats* dos assentamentos originários do MST no Rio Grande do Norte a partir de duas experiências distintas: sem e com a contribuição do arquiteto e urbanista.

Como exemplo da primeira situação tem-se o Assentamento Eldorado dos Carajás, localizado no Município de Macaíba. Neste caso observa-se que o processo de implantação do espaço físico do seu *habitat* seguiu o modelo padrão empregado pelo INCRA, que não contempla metodologia sistematizada e nem a assistência técnica do arquiteto e urbanista. No mais, na época de sua implantação (ano 2000), era prática da Instituição contratar pequenas empresas para a execução das habitações que, geralmente, não possuíam responsável técnico.

O Assentamento Maria da Paz, situado no Município de João Câmara, representa a segunda situação. Constitui uma das primeiras iniciativas realizadas com o intuito da atuação do arquiteto e urbanista no processo de implantação do espaço físico dos *habitats*, buscando alternativas ao quadro até então praticado. Considerada como referência pelas entidades envolvidas, (UFRN, MST e INCRA/RN), a elaboração do parcelamento do solo e do planejamento, organização, execução do *habitat* e tratamento das águas residuárias deste assentamento contou com a presença do arquiteto e urbanista, acontecendo através de um processo de aprendizagem social, de produção coletiva de novos conhecimentos, valores e atitudes com relação ao meio ambiente, embasada na metodologia elaborada e praticada pelo Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH), ligado ao Departamento de Arquitetura (DARQ) da UFRN.

Estas duas experiências são estudadas a partir da configuração espacial do seu *habitat*, bem como das imagens e percepções sobre o seu processo de implantação, conflitos, desenho do *habitat* e condições de vida concebidas pelos agentes envolvidos no processo².

A quarta parte do trabalho corresponde **O ARQUITETO E URBANISTA EM ASSENTAMENTOS RURAIS**. Demonstra-se a imagem que este profissional possui perante os segmentos envolvidos na produção do espaço físico nas duas experiências estudadas³.

A quinta e última parte – **CONSIDERAÇÕES FINAIS** - relaciona à união da parte teórica com a empírica. Assim, aos resultados obtidos com as análises das duas experiências estudadas, juntam-se outros referentes aos normativos internos do INCRA e à legislação sobre a assistência técnica do arquiteto e urbanista.

Finalizando, retorna-se à verificação das hipóteses definidas inicialmente.

O item seguinte, **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**, apresenta a forma de abordagem escolhida para a elaboração e desenvolvimento desta dissertação.

² Estes agentes estão divididos em três segmentos: bases políticas do Movimento; direção política do MST e direção técnica do INCRA e/ou UFRN.

³ Ibidem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Partindo do **TEMA** abordado - atuação do arquiteto e urbanista no planejamento e desenvolvimento físico-territorial dos *habitats* de assentamentos rurais -, e considerando o **OBJETO DE ESTUDO** estabelecido como a relação das experiências em planejamento físico-espacial e construção (implantação do espaço físico) dos *habitats* dos assentamentos rurais originários do MST no Rio Grande do Norte e a atuação da assistência técnica do arquiteto e urbanista, foram formuladas algumas **HIPÓTESES**, com o intuito de servir de guia para as discussões e análises a respeito das indagações existentes. São elas:

- O *habitat* dos assentamentos rurais produzidos sob a orientação da assistência técnica do arquiteto e urbanista apresenta melhor qualidade funcional e de conforto em relação aos aspectos do seu espaço físico;
- No processo de planejamento e construção do espaço físico dos *habitats* dos assentamentos rurais, sob a orientação da assistência técnica do arquiteto e urbanista, os conflitos gerados entre os diferentes agentes refletem a apropriação crescente do processo técnico-científico por parte dos assentados que, inicialmente, só detinham o saber popular;
- A profissão do arquiteto e urbanista não possui reconhecimento profissional no meio rural, especialmente nos assentamentos rurais;
- Os *habitats* dos assentamentos rurais necessitam da assistência técnica do arquiteto e urbanista no processo de organização, planejamento e construção do seu espaço físico.

Constitui-se como **OBJETIVO GERAL** desta dissertação apreender o impacto da assessoria técnica de arquitetos e urbanistas na implantação de assentamentos rurais originários do MST. Este se desdobra nos **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**, a saber:

- Analisar a contribuição do arquiteto e urbanista quanto:
 1. Ao processo de planejamento e construção do *habitat* de um assentamento rural;
 2. À configuração físico-espacial do *habitat* de um assentamento rural;
 3. À assistência técnica nas atividades de organização, planejamento e construção dos *habitats* dos assentamentos rurais.

Para tanto, tem-se como ponto de partida o estudo, de caráter comparativo, de duas referências já explicitadas: o Assentamento Eldorado dos Carajás e o Maria da Paz, ambos originários da luta política do MST no Estado do Rio Grande do Norte. Estas experiências selecionadas representam duas situações distintas em que podem ser observadas diferentes

fases e modos de desempenho das variáveis utilizadas, tais como: processo de planejamento e construção do *habitat*; qualidade do espaço físico do *habitat* produzido (em relação à funcionalidade e conforto); e assistência técnica do profissional arquiteto e urbanista.

Para analisar a realidade vivenciada e o papel do arquiteto e urbanista nesses dois assentamentos rurais buscou-se aprofundar os conhecimentos sobre a temática pesquisada, a fim de subsidiar as análises e interpretações a serem realizadas.

O primeiro tema abordado corresponde ao *espaço rural*, caracterizado a partir do seu conceito, indicadores sociais, econômicos e estrutura fundiária; *reforma agrária*, assinalada por meio do seu conceito e por uma breve explanação a respeito da questão; *assentamentos rurais de reforma agrária*, abordado através do seu conceito, principais características, culminando nos assentamentos rurais originários da luta política do MST.

O segundo momento equivale aos temas: *Estado, assistência técnica e o processo de implantação dos habitats dos assentamentos rurais de reforma agrária*, que trata do processo de desapropriação de imóveis rurais; a criação, implantação e desenvolvimento do projeto de assentamento; os créditos instalação e o processo de implantação do espaço físico do *habitat*.

O terceiro momento diz respeito ao arquiteto e urbanista, sua atuação e assistência técnica aos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária.

As informações e dados aqui apresentados têm o respaldo de intensa pesquisa documental e bibliográfica. Alguns dos autores consultados são: Marques (2002); Girardi (2008); Abramovay (2000); Candioto (2008); Wanderley (2001); Oliveira (2002 e 2007); Stedile (2005); Leite et al (2004); Bergamasco (1996); Carvalho (1998); Fernandes (1996); Camargo (1970); Gropius (1972); Bicca (1984); Carvalho (1986); Bonduki (1992); Arantes (2002) e Arruda (2007). Outra importante fonte e base de pesquisa corresponde à produção intelectual e científica do GERAH, sobretudo a tese “*MST: Habitats ou em Movimento*” (2002).

Buscou-se também informações junto aos órgãos e entidades específicas, como o INCRA; CREA; IDEMA; MDA; MST.⁴ Nestes, além da pesquisa documental e bibliográfica em seus arquivos e normativos internos, fez-se o uso de entrevistas e conversas informais com funcionários ou pessoas envolvidas com a temática. Após a coleta dos dados secundários, foram acrescentados os dados primários, a partir do estudo das duas experiências referências.

Os assentamentos que serviram de experiência referência, o Eldorado dos Carajás e o Maria da Paz, abrigam 80 e 45 famílias, respectivamente. Devido à diferença neste quantitativo, foram definidos três segmentos, que se entendeu representar, dentro das

⁴ Consultar a lista de abreviaturas e siglas.

limitações, os processos estudados como um todo. São eles: base assentada (bases políticas do Movimento); movimento social (direção política do MST) e direção técnica. O primeiro foi representado pela figura das suas lideranças locais da época do processo de implantação do espaço físico do *habitat*. No assentamento Eldorado dos Carajás correspondeu à direção da associação dos moradores; no Maria da Paz, aos coordenadores dos núcleos de família. Elegeu-se este segmento pelo pressuposto de que estes agentes representam as demais famílias a eles subordinadas, exercendo um papel de destaque no processo de planejamento e construção do *habitat*. O segundo - direção política do MST -, se deu por meio dos representantes da sua Direção geral na região, que correspondem aos responsáveis pela formação política e social dos moradores daquele espaço, influenciando tanto a base assentada como suas lideranças locais internas. O terceiro segmento - direção técnica - no assentamento Eldorado dos Carajás correspondeu ao representante do INCRA, ao passo que no Maria da Paz foi representado pelo GERAH, sobretudo na figura da sua coordenadora. Contudo, em ambos os casos representaram a face dos “detentores” do conhecimento técnico-científico, assumindo papel de destaque na condução dos processos estudados.

Definido o universo de estudo, deu-se seqüência à análise das experiências. Esta compreendeu seis etapas sucessivas: 1. Análise do espaço físico do *habitat*; 2. Entrevistas com as lideranças locais da base assentada à época do processo de implantação do espaço físico do *habitat*; 3. Entrevistas com as lideranças do MST na região; 4. Entrevista com a direção técnica; 5. Análises e interpretações dos dados coletados nas entrevistas: percepções e imagens estabelecidas e 6. Resultados obtidos.

Etapa 1: Análise do espaço físico do habitat

Foi avaliada a qualidade do espaço físico do *habitat* como um todo – macro-espaço, lote de moradia, habitação e arruamento –, tomando como base fatores construtivos, de conforto ambiental e funcionais. Para tanto, foram utilizados mapas, projetos de implantação do *habitat* construído (a chamada “agrovila”) e o arquitetônico da moradia, sendo complementados pelas informações coletadas *in loco*, por meio das observações e registros fotográficos. A esta análise do espaço físico foi acrescentada a contextualização sobre o assentamento, resultando no “Perfil da configuração espacial do *habitat*”.

Os equipamentos sociais de uso coletivo não foram considerados porque, em nenhum dos assentamentos, sua concepção e/ou execução sofreu intervenção do arquiteto e urbanista, uma vez que não existem recursos específicos no programa de reforma agrária para a sua

implementação. Eles são de responsabilidade das Prefeituras municipais, geralmente não são construídos, ou o são, lentamente, somente após a implantação dos assentamentos.

Etapa 2: Entrevistas com as lideranças locais da base assentada à época do processo de implantação do espaço físico do habitat;

As entrevistas foram realizadas de maneira individual, tomando como base um roteiro pré-estabelecido (formulário), onde as falas eram reproduzidas em papel, além de gravadas. Todas as entrevistas foram realizadas pessoalmente pela autora do trabalho.

O objetivo dessas entrevistas consistia em entender como os entrevistados compreendiam o papel e a atuação do arquiteto e urbanista em si e no processo de planejamento, organização e construção do seu *habitat*; sua percepção sobre o próprio processo de implantação e o espaço do *habitat*. Para tanto, foi utilizado um formulário como roteiro para a entrevista. Num primeiro momento realizou-se um pré-teste no Assentamento Maria da Paz, abrangendo uma amostragem de 4 entrevistas com o intuito de verificar a viabilidade do formulário inicialmente proposto. Constatou-se a necessidade de algumas alterações, resultando no modelo aplicado, composto por cinco tópicos: I. Identificação; II. Percepção sobre a atuação do arquiteto e urbanista; III. Processo de planejamento e construção do *habitat*; IV. O desenho do *habitat*; e V. Condições de vida⁵.

A primeira parte (Identificação) tinha como objetivo traçar o perfil do entrevistado (gênero, idade, grau de escolaridade, composição família, renda mensal familiar e função atual no assentamento), além de conhecer as impressões sobre o último local de moradia. O segundo bloco de perguntas (Percepção sobre a atuação do arquiteto e urbanista) buscava as percepções e imagens que o entrevistado detém sobre este profissional, como avalia sua atuação no processo de implantação do *habitat* e a necessidade da sua assistência técnica nestes processos. A terceira parte (Processo de planejamento e construção do *habitat*) buscou compreender o próprio processo de planejamento e construção do *habitat*. Já o tópico “Desenho do *habitat*” tinha como objetivo entender como o entrevistado percebe o espaço físico que habita (macroespaço, lote de moradia, habitação e arruamento). No último grupo de perguntas buscou-se identificar a percepção do entrevistado em relação à sua condição de vida atual, principalmente quanto aos aspectos do presente vivido no assentamento, entre o habitar e o produzir. Ao final de cada entrevista, as informações coletadas eram complementadas com registros fotográficos da habitação e do *habitat*.

⁵ Ver Apêndice C: Formulário para entrevista com os segmentos participantes das experiências dos Assentamentos Eldorado dos Carajás e Maria da Paz.

Para o segmento lideranças locais da base assentada foram realizadas 13 entrevistas, abrangendo todos os representantes deste segmento nos dois assentamentos: cinco no assentamento Eldorado dos Carajás e oito no assentamento Maria da Paz.

Etapa 3: Entrevista com as lideranças do MST na região.

A terceira etapa ocorreu concomitantemente à anterior, seguindo a mesma seqüência e lógica das ações já explanadas anteriormente, embora apresentasse um volume menor de entrevistas. Entrevistou-se uma liderança em cada assentamento, o que correspondia à quantidade de lideranças existentes.

Etapa 4: Entrevista com a direção técnica.

Na quarta fase o formulário-base sofreu uma pequena modificação, sendo eliminado o tópico “V. Condições de vida”. Não fazia sentido este questionamento, uma vez que os representantes deste segmento não habitam no local estudado. Foi entrevistado um representante por assentamento. A análise foi complementada com as informações obtidas através de conversas informais com outros representantes e leitura de materiais específicos.

Etapa 5: Análises e interpretações dos dados coletados nas entrevistas: percepções e imagens estabelecidas.

Finalizadas as etapas de coleta de dados nos segmentos definidos, partiu-se para a fase das análises e interpretações. Inicialmente estas foram realizadas dentro de cada segmento entrevistado (lideranças locais da base assentada; lideranças do MST; direção técnica) de maneira isolada e por assentamento estudado. Primeiro as entrevistas foram transcritas e digitalizadas por unidade realizada. A avaliação, inicialmente, foi feita em cada formulário, considerando cada pergunta individualmente. Em seguida, agruparam-se por questão as respostas dadas, para facilitar a leitura e as conseqüentes análises, comparações e entendimentos do conjunto. Na seqüência, foi executada a tabulação dos dados. Nesta etapa foram utilizados dois eixos de ação: aos dados quantitativos foi dado um tratamento estatístico por meio do programa Microsoft Office Excel. As respostas obtidas foram representadas por meio de gráficos⁶. As informações qualitativas foram trabalhadas em forma de texto, onde foram analisadas e interpretadas. Para tanto, tomou-se como base de referência,

⁶ Ver Apêndice B: Representação gráfica da tabulação dos dados quantitativos coletados nas entrevistas realizadas com a direção da associação do Assentamento Eldorado dos Carajás e os coordenadores de núcleo do Assentamento Maria da Paz.

de maneira superficial, técnicas de análise de conteúdo e inferências de pesquisa qualitativa. Assim, partindo de cada segmento pesquisado, foi buscado um denominador comum, dentro de cada assentamento, que representasse a percepção e a imagem destes segmentos a respeito da experiência vivenciada. Os resultados encontrados foram representados por meio de quadros, acompanhados de uma breve análise⁷.

Devido ao afastamento temporal existente entre o acontecimento dos fatos (2000 a 2005) e o relato das entrevistas (2007 e 2008), percebeu-se que algumas informações haviam sido perdidas, sendo necessária sua complementação. Assim, buscou-se tanto o saber acumulado pelo conhecimento pessoal da autora em relação às experiências que teve a oportunidade de acompanhar, mesmo de maneira não ativa, sobretudo do Maria da Paz, como também a pesquisa no acervo técnico do GERAH, tal como trabalhos acadêmicos, relatórios de pesquisa, painéis expositivos, livros, dentre outros, bem como no MST e no INCRA.

Assim, as informações obtidas foram formatadas em dois eixos diversos, de acordo com o assunto tratado, numa seqüência distinta da estabelecida no formulário-base das entrevistas. O primeiro eixo correspondeu às informações relacionadas ao processo de implantação do *habitat*, abordando o processo de implantação do espaço físico do *habitat* em si; os conflitos existentes e o desenho do espaço físico. Já o segundo eixo abrangeu as informações relativas ao papel e à atuação do arquiteto e urbanista em si.

No primeiro eixo, inicialmente, as informações, em cada assentamento, foram apresentadas em três quadros. Um tratando do processo de planejamento e construção do *habitat*, com dados estruturados de acordo com a seqüência lógica dos acontecimentos (acampamento; imissão na posse da terra; organização; planejamento do *habitat*; planejamento das habitações; planejamento do modo de construção e construção).

No segundo quadro foram explanados os principais conflitos ocorridos durante o processo de implantação do *habitat*, representados na seqüência em que se desenvolveram, tomando como base as seguintes referências: período de ocorrência; agentes envolvidos; motivo; intervenção realizada; e consequência.

No terceiro quadro, “Desenho do *habitat*”, ilustrou-se como os segmentos envolvidos percebem os aspectos do espaço físico em que residem, sobretudo, o macroespaço (a chamada “agrovila”), o lote de moradia, a habitação e o arruamento. A análise apresentou um cunho quantitativo no qual, para cada questionamento, foram utilizadas escalas de referência com

⁷ Optou-se em apresentar os quadros no Apêndice A: Quadros contendo os relatos dos segmentos participantes das experiências do Assentamento Eldorado dos Carajás e Maria da Paz sobre o processo de implantação do *habitat*; conflitos; desenho do espaço físico e percepção sobre o profissional arquiteto e urbanista.

cinco valores distintos, onde em suas extremidades se encontravam os valores máximos e mínimos. Ao final foi traçada a representação do usuário em relação ao local de moradia como um todo, não se restringindo apenas aos aspectos físicos, mas levando em consideração todo o seu contexto, como as condições de geração de renda, as relações sociais existentes, dentre outros, sendo estas informações tratadas de maneira qualitativa.

No segundo eixo (percepção sobre a atuação do arquiteto e urbanista) os dados foram apresentados por assentamento, num quadro, dividido em três momentos. No primeiro tratou-se da “Imagem sobre o arquiteto e urbanista e o seu papel”, buscando compreender a percepção sobre este profissional e sua função. No segundo, “Atuação do arquiteto e urbanista”, foi avaliada a atuação deste profissional no processo de implantação do *habitat*. No terceiro momento, “Assistência técnica do arquiteto e urbanista”, demonstrou-se a percepção dos entrevistados sobre a necessidade da assistência técnica deste profissional no processo de implantação do *habitat* e de que maneira pode ser realizada.

Etapa 6: Resultados Obtidos

Na última etapa, referente à análise e tabulação dos dados coletados nas duas experiências, confrontou-se o resultado final de cada assentamento, levando em consideração as variáveis e parâmetros escolhidos, enfatizando as semelhanças e diferenças existentes. Assim, em relação às informações sobre o processo de implantação do *habitat* (primeiro eixo), o produto resultante correspondeu a “Semelhanças e diferenças nos processos de implantação do Eldorado dos Carajás e Maria da Paz”. No que diz respeito às informações concernentes ao papel e à atuação do arquiteto e urbanista (segundo eixo), o resultado foi intitulado de “Confronto de imagens”.

Dando seqüência aos procedimentos metodológicos, a última etapa desenvolvida correspondeu às Considerações Finais. Aqui a parte teórica é relacionada com a empírica, cruzando os dados primários, secundários e o referencial teórico, verificando as hipóteses e chegando às respostas à questão problema.



*O processo de reforma agrária e
o arquiteto e urbanista*

CAPÍTULO 1: O ESPAÇO RURAL, OS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA E O *HABITAT*.

1.1 O ESPAÇO RURAL.

O Brasil constitui-se num país com extensão física continental, possuindo aproximadamente 8.514.215,3 km², ocupado por uma população estipulada em torno de 169.799.170 pessoas⁸. Deste total, 81,25% habitam no meio urbano, enquanto que 18,75% encontram-se no meio rural, segundo o Censo de 2000⁹.

Mas, o que isto significa? O que pode ser entendido por meio (espaço) rural? E o urbano? O que diferencia estes dois espaços? Quais as características inerentes a cada um?

Segundo Candiotto, os conceitos de espaço rural e urbano servem para determinar características socioespaciais peculiares (CANDIOTTO, 2008, p. 215). No entanto, tem-se conhecimento de que está cada vez mais difícil conceituar estes dois termos devido, principalmente, às diversas mudanças ocorridas em nossa sociedade contemporânea. Não se trata mais daquelas definições onde o que diferenciava estes dois espaços consistia simplesmente na densidade populacional ou o tipo de atividade econômica. É mais do que isso: as modificações ocorridas no espaço rural nos últimos anos - intensificação da pluriatividade; aumento das atividades não-agrícolas; mecanização crescente da atividade agropecuária; agronegócio e movimentos socioterritoriais no campo (Atlas da Questão Agrária Brasileira, 2008, p. 180) - geraram novas características para este espaço, principalmente transformações na sua função e conteúdo social. Tal fato tem suscitado, nos debates do meio acadêmico, novas abordagens teóricas e revisão dos conceitos sobre espaço rural e urbano (MARQUES, 2002, p. 96).

Desse modo, em seu estudo "*Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*" e seu apêndice "*O rural e o urbano: é possível uma tipologia?*", que deram origem ao Atlas da Questão Agrária Brasileira, Eduardo Paulon Girardi comenta que os

⁸ De acordo com os dados retirados do último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2000. Os dados mais atuais relativos ao total da população brasileira são os encontrados na Contagem da População 2007, realizada pelo IBGE, quando a população foi recenseada e estimada, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação. Desse modo, a população brasileira deve ser estipulada em 183 987 291 de pessoas. Contudo, estes dados não foram utilizados no trabalho porque não faziam a separação entre população urbana e rural. Detinham-se na população, de uma maneira geral, do Estado e dos seus municípios (IBGE, Contagem da População 2007, p. 18).

⁹ (http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/tabelas/populacao_tabela01.htm - em 30/04/2009).

Estados em suas classificações oficiais sobre população rural e urbana, que finda também por refletir na questão do espaço, fazem uso basicamente de: “a) definição político-administrativa ou legal; b) tamanho populacional; c) ocupação da população e; d) densidade demográfica” (GIRARDI, 2008, p. 10).

Oficialmente, o Brasil adota o critério político-administrativo. O instrumento legal utilizado para delimitar as zonas rurais e urbanas de um município é a Lei do Perímetro Urbano, ficando a cargo do seu Poder Público. A população rural é definida por exclusão, sendo considerada aquela que não habita em áreas urbanas (CAIADO, 2004, p. 6-7). O conceito utilizado pelo IBGE para classificar a população em rural ou urbana abrange oito classes de localização de área, que corresponde ao local onde os indivíduos se encontram domiciliados. Para a população urbana são utilizadas três categorias: áreas urbanizadas de cidades ou vilas; áreas não-urbanizadas de cidades ou vilas e áreas urbanas isoladas. Já para se considerar uma população como rural, ela deve estar inserida em uma destas cinco localizações: aglomerado de extensão urbana; povoado; núcleo; outros aglomerados e área rural exceto aglomerado.

Diversas são as críticas sobre este modelo empregado pelo Estado brasileiro e seus Institutos, que se mostra deficitário. Girardi (2008) demonstra seu descrédito na concepção adotada, a ponto de propor em sua tese uma nova metodologia de classificação. Afirma que a conceituação atual não leva em consideração o dimensionamento de características específicas como o tamanho da população residente, o seu tipo de ocupação econômica, sua renda ou as transformações ocorridas no espaço. Toma como referência a lei, categorizando a população em rural ou urbana em relação à localização da moradia (GIRARDI, 2008, p. 7).

Na mesma linha de raciocínio, seguem as ponderações de Ricardo Abramovay (2000). Para ele, o Estado brasileiro, para classificar as áreas rurais, adota uma metodologia arcaica e incompleta. Segunda esta, os espaços rurais representam aqueles que ainda não se “transformaram” em urbanos, sendo esta definição responsabilidade das prefeituras municipais. É necessário possuir mínimo acesso à infraestrutura básica e adensamento populacional para já ser considerado urbano. Desse modo, “o meio rural corresponde aos remanescentes ainda não atingidos pelas cidades” (ABRAMOVAY, 2000, p. 2).

Contudo, a comunidade acadêmica trata esta questão de modo mais abrangente e complexo, levando em consideração uma série de variáveis, a partir de interpretações

distintas¹⁰. De maneira geral, as abordagens podem ser divididas em duas grandes correntes, classificadas como dicotômica e *continuum*.

Na abordagem dicotômica, o campo se opõe à cidade, que representa o progresso, enquanto o primeiro é sinônimo de atraso (CANDIOTTO, 2008, p. 217). O destaque é dado para as características específicas (diferenças) destes dois espaços (MARQUES, 2002, p. 100) e representa um pensamento que esteve bastante em voga até meados do século passado (CANDIOTTO, 2008, p. 217). Ao contrário, a corrente *continuum* aproxima o espaço urbano do rural. O recente fenômeno da urbanização que vem provocando em nossa sociedade diversas e significativas transformações também influencia o meio rural, o que faz com que este espaço compartilhe da realidade urbana (MARQUES, 2002, p. 100).

Abordando a primeira corrente, Marques (2002) em seus argumentos e explicações se baseia nas idéias de Sorokin e Zimmermann (1986), os quais diferenciam o espaço rural do urbano a partir de critérios de cunho econômico, espacial, social e cultural. Como principais, tem-se as atividades ocupacionais em que se concentra a população economicamente ativa; diferenças ambientais; diferenças no tamanho, densidade e homogeneidade da população; diferenças na complexidade social; diferenças de mobilidade social e fluxos migratórios (MARQUES, 2002, p.100).

A abordagem *continuum* teve suas primeiras aparições recentemente, principalmente após as transformações ocorridas depois da segunda metade do século XX, sobretudo com o aumento da urbanização, da industrialização e com a modernização das atividades agropecuárias (CANDIOTTO, 2008, p. 217). Para Wanderley (2001) esta corrente simboliza a ruptura do isolamento entre as cidades e o meio rural. Deve ser compreendida através de duas vertentes distintas: a “urbano-centrada” e a “continuum rural-urbano” (WANDERLEY, 2001, p. 32). A primeira defende a supremacia do meio urbano como fonte única de conhecimento, valores, desenvolvimento e progresso do sistema como um todo. Desse modo, o meio rural, que se encontra na outra ponta, considerado atrasado e obsoleto, não resistira à influência urbana, estando condenado a desaparecer. Representa a total homogeneização do espaço físico e social do sistema (WANDERLEY, 2001, p. 32 e 33). Já no “continuum rural-urbano” a visão é mais integradora entre os dois extremos do sistema: espaço rural e urbano. Por mais que existam semelhanças entre os dois, que promovam a aproximação entre o espaço rural e urbano e intensifiquem seus processos de mudanças, esta relação não consegue extinguir as

¹⁰ Para informações aprofundadas sobre este assunto, ver Marques (2002); Sorokin, Zimmermann e Galpin (1986); Wanderley (2001); Graziano da Silva (1999); Siqueira e Osório (2001); Grammont (2005); Fernandes e Ponte (2002); Oliveira (2004), Fernandes (2005) e Simione da Silva (2005)

características específicas destes dois espaços, não constituindo o fim do rural, como propõe a vertente urbano-centrada (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Segundo Candiotto (2008) exemplos de teóricos que adotam a segunda vertente são Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Maria José Carneiro e Alentejano. Já entre os teóricos que difundem e estudam a forte influência do processo de urbanização no campo, destaca-se Henry Léfèbvre que, em meados do século passado, definiu a urbanização e o fim do rural¹¹. No Brasil, como principais seguidores, tem-se José de Souza Martins, Ana Fani Carlos, José Graziano da Silva, Milton Santos, Otavio Iani, dentre outros.

Outro significado assume esta temática para Marta Inez Medeiros Marques. Assim, o meio rural constitui espaço próprio, delimitado por forte presença de características naturais, onde interagem diversidades de usos, com predominância para o “espaço natural”, “o que tem resultado muitas vezes na criação e na recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou seja, de territorialidade intensa” (MARQUES, 2002, p. 109).

José Eli da Veiga (2002) na elaboração da classificação sobre espaço rural e urbano utiliza como parâmetros o tamanho populacional, densidade demográfica e localização. Fica claro na sua compreensão que o rural é necessariamente territorial e não setorial, como os programas governamentais propõem. Também evidencia o aumento de atividades não agrícolas no meio rural, assemelhando-se muitas vezes à estrutura organizacional do urbano, sem reduzir os contrastes entre estes dois espaços. Para ele, tal fato significa a revitalização do ambiente natural e não a “urbanização do campo”, o que representaria o seu fim. Enfatiza a abordagem do patrimônio cultural e natural deste espaço, vendo-o como mercadoria nestes aspectos.

Como se pode perceber, os teóricos intelectuais levam em consideração para suas reflexões e conceituações sobre o debate entre espaço rural e urbano, uma série de indicadores distintos, tais como: grau de urbanização; atividades e meios de produção; atividades desenvolvidas; infraestrutura existente; territorialização; ocupação do espaço físico; tamanho populacional; densidade demográfica, dentre outros. No mais, novos elementos estão sendo introduzidos nesta discussão, como a inserção de atividades não agrícolas no meio rural.

Diante da diversidade de conceitos e entendimentos encontrados no debate promovido pelos estudiosos que trabalham a temática, buscou-se basear no conceito difundido pelo Atlas da Questão Agrária Brasileira (2008)¹² e a tese de doutorado que lhe deu origem, intitulada "*Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*" e seu apêndice "*O rural e o*

¹¹ De lo rural a lo urbano. 4. ed. Barcelona: Península, 1978.

¹² Publicação utilizada e divulgada pelo INCRA.

urbano: é possível uma tipologia?”.¹³ Este material traz esta discussão de modo sucinto e no enfoque deste trabalho. Seu conceito se baseia na PEA (população economicamente ativa), PIB (produto interno bruto), população e densidade demográfica, índices considerados essenciais para a elaboração de tipologias para o estudo do rural e do urbano. Assim, o espaço rural é entendido, neste trabalho, como aquele caracterizado por menor grau de artificialização e densidade populacional, além de possuir um contato mais próximo e direto com os meios naturais, onde ainda acontece a dependência dos ciclos naturais. As dinâmicas se processam em ritmo mais lento, onde o tempo se faz mais longo. “A relação rural-urbano pode ter-se intensificado, subordinando ainda mais o rural, porém ele não perdeu seu papel insubstituível de fonte de alimentos, matérias-primas e, mais recentemente, de energia” (GIRARDI, 2008, p. 76).

Indicadores sociais e econômicos

Apesar de todas as transformações e inovações ocorridas recentemente, o espaço rural ainda é caracterizado por uma infraestrutura deficitária em relação aos aspectos de equipamentos sociais e serviços públicos. Sua população possui reduzido direito à cidadania: educação, saúde e moradia. Na maioria das regiões brasileiras é quem apresenta os piores índices de mortalidade infantil, analfabetismo e não acesso aos bens de serviço indispensáveis à reprodução biológica e social (MDA - II PNRA, 2003, p. 12).

A representação do seu espaço físico é marcada por suas características e bens naturais, como a paisagem e um contato mais direto com a natureza. Sua atividade econômica é voltada basicamente para a produção agropecuária, mesmo levando em consideração as novas tecnologias e o avanço das ocupações rurais não-agrícolas. Encontra-se instalada numa estrutura fundiária concentrada que gera conflitos e violência.

Para dar uma idéia da realidade vivenciada pela população que habita o meio rural brasileiro, e assim melhor compreendê-lo, são apresentadas algumas informações validadas pelo Estatísticas do Meio Rural 2008 (DIEESE – NEAD/MDA, 2008)¹⁴, principalmente em relação às suas atividades econômicas e local de moradia. Estas informações são ilustradas por meio da Tabela 1, de elaboração da própria autora.

¹³ De autoria de Eduardo Paulon Girardi, foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Unesp de Presidente Prudente.

¹⁴ Corresponde a uma publicação editada através da parceria do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), na figura do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Seu objetivo principal é consolidar as informações sobre a vida e o trabalho no meio rural brasileiro.

Assim, o que se pode constatar é a existência de uma paridade de gênero entre a população rural. Porém, o seu quantitativo total representa apenas uma pequena parcela da população brasileira. Comprova-se que, apesar das transformações e inovações ocorridas neste espaço, a maior parte da mão de obra trabalhadora ainda se encontra envolvida com atividades eminentemente rurais, sobretudo a exploração agropecuária. Em relação ao local de moradia, a grande maioria dos domicílios é atendida por redes de iluminação elétrica. No entanto, o mesmo desempenho não é observado em relação aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Para este último, na grande maioria dos domicílios, não é oferecida uma adequada destinação final aos resíduos produzidos. Contudo, os principais equipamentos básicos e bens duráveis estão presentes em grande parcela das moradias localizadas no meio rural brasileiro, como pode ser observado na Tabela 1.

TABELA 01: INFORMAÇÕES SOBRE A VIDA E O TRABALHO NO MEIO RURAL BRASILEIRO

População Rural Brasileira	Total: 31. 294 milhões	Homens: 52, 2%	Mulheres: 47,8%	
Trabalhadores x atividades econômicas	Trabalhadores agrícolas: (71,3%)	Exploração agropecuária		19,9%
		Exploração agropecuária		48%
		Pescadores, caçadores e extrativistas		2,5%
		Mecanização agropecuária e florestal		0,9%
	Trabalhadores produção de bens e serviço e de reparação e manutenção.			10,8%
	Trabalhadores dos serviços			8,8%
	Dirigentes em geral; profissionais das ciências e das artes; técnicos de nível médio; serviços administrativos; forças armadas; vendedores e prestadores de serviço do comércio			9,1%
Local de moradia	Iluminação elétrica			86,4%
	Abastecimento d'água	Com canalização interna	Rede geral	22,3%
			Outra forma	39,9%
		Sem canalização interna	Rede geral	5,2%
			Outra forma	32,6%
	Esgotamento sanitário	Fossa rudimentar		55,9%
		Sem alternativa		22,8%
		Fossa séptica		17%
	Equipamentos básicos e bens duráveis	Fogão		97,2%
		Rádio		82,1%
		Televisão		75,8%
Geladeira		66,2%		
Filtro de água		40,8%		
Maquina de lavar roupa		11,2%		
Telefone		38,2%		
Freezer		18,3%		

FONTE: Elaboração da autora a partir das informações do “Estatísticas do Meio Rural 2008”.

Estrutura fundiária

De acordo com os mais recentes dados publicados sobre a questão da estrutura fundiária brasileira,¹⁵ constata-se que metade do território nacional corresponde a áreas rurais. Todavia, vale salientar que neste estudo sobre a nossa estrutura fundiária foram avaliados somente os imóveis rurais, divididos em três categorias: pequenos, com área inferior a 200 ha; médios, com área entre 200 e menos de 2.000 ha, e grandes, com área superior a 2.000 ha. Aqui não estão inclusos outros elementos que caracterizam o espaço rural, como as categorias classificadas pelo IBGE como rural¹⁶, bem como os projetos de assentamentos rurais. Ou seja, somados todos os elementos, o quantitativo das terras ditas rurais abrange a maior parte do nosso território. Além disso, os imóveis com maior extensão de área (médios e grandes) correspondem à menor quantidade de unidades, ao passo que os imóveis pequenos, em número absoluto maior, abarcam a menor extensão de terras.

O que isto significa? Que apesar da maior parte da população brasileira ser considerada urbana, ou seja, habitar em áreas classificadas como urbanas, nossas terras apresentam um cunho eminentemente rural e concentrado, sendo a maior extensão distribuída em imóveis classificados como médios e grandes. Esta constatação já havia sido feita por Marques (2002).

A concentração fundiária é um traço presente desde sempre no contexto brasileiro. Apresenta como característica peculiar, o domínio do segmento social que possui o poder social, econômico e político (grandes proprietários rurais, em geral grileiros), cuja intenção é apenas a concentração da terra para se beneficiar da sua especulação ou se apropriar da renda gerada pela produção capitalista sobre os demais, sobretudo posseiros e/ou trabalhadores rurais, que necessitam da terra para trabalhar e viver. Estes terminam sendo expropriados do direito à propriedade. Esta situação gera conflitos que, na maioria dos casos, envolvem atos de violência, tanto moral como física, e findam por expulsar os agricultores do meio rural. O resultado direto desta conjuntura gera as iniciativas e a luta pelas ações de reforma agrária.

¹⁵ Toma-se como base o Atlas da Questão Agrária Brasileira (2008), elaborado a partir da fonte de dados do cadastro de imóveis do INCRA e do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE.

¹⁶ Ver página 34.

1.2 CONFLITOS E LUTAS POR REFORMA AGRÁRIA

Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), a conceituação e entendimento do termo “reforma agrária” se faz dentro de um contexto amplo e diverso. Para este autor,

A reforma agrária constitui-se em um conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e/ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território (OLIVEIRA, 2007, p. 68).

Para Martins (2000) a reforma agrária deve ser entendida como “todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pccatos da sociedade” (MARTINS, 2000, p. 100-2). Segundo este autor, o produto resultante da redistribuição da terra feita a partir da verdadeira política de reforma agrária são os projetos de assentamentos rurais.

A definição trazida no art. 1º § 1º da primeira lei brasileira editada sobre este assunto – Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964) – afirma que a reforma agrária consiste no “conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (BRASIL, 1964).

Apesar dos inúmeros conflitos e confrontos históricos é datada somente de 1946 a primeira manifestação concreta e oficial a admitir que o nosso país convivía com um grave problema agrário, a concentração da propriedade da terra. Foi realizada pelo Partido Comunista do Brasil na Constituinte daquele ano, quando propôs um programa de reforma agrária como solução para a questão (STEDILE, 2005, p. 12 - 14).

Durante a década de 1940 e o ano de 1955, os conflitos e os movimentos que debatiam sobre a questão da terra no campo brasileiro se caracterizaram por ser “localizados, porém massivos. Surgiram devido à valorização das terras de posseiros (proximidade de estradas e urbanização) e as tentativas de apoderamento dessas por fazendeiros” (BERTOLINI, 2005, p. 12). Exemplos: Luta dos posseiros de Teófilo Otoni (1945 a 1948); Revolta de Dona “Nhoca” (1951); Trombas e Formoso; Revolta do sudoeste do Paraná (1957); e a Luta dos arrendatários (1959). Durante este período, a reforma agrária era vista como alternativa para

acabar com as tensões sociais vividas no campo brasileiro, buscando melhorar o nível de vida dos moradores do campo e modernizando a arcaica estrutura rural, sobretudo a agricultura.

No intervalo compreendido entre 1954 até 1964, os conflitos ocorridos constituíam “movimentos de camponeses organizados sob a influência de partidos políticos de esquerda. Foram duramente reprimidos pelo regime militar após o golpe de 1964” (BERTOLINI, 2005, p. 12). É neste período que tem origem a ULTRAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil); as Ligas Camponesas (1954); e o MASTER (Movimento dos Agricultores Sem Terra), apontado por muitos como sendo uma das origens do MST.

Oliveira (2002) ratifica tais informações, mencionando que após o golpe de 1964 houve aumento da violência no campo, com o crescimento do número de assassinatos, provenientes da luta pelo acesso à terra, disseminado por todo o território nacional (OLIVEIRA, 2002, p. 26). Este período caracterizou-se por forte repressão, sendo coibido e perseguido todo e qualquer movimento de cunho social que buscasse lutar pelos seus direitos, tanto no campo como na cidade. Isto fez com que a luta no campo em torno da questão da terra fosse abafada.

Mesmo nesta conjuntura, ainda durante a década de 1960, diversas foram as iniciativas, programas e teses políticas a favor da reforma agrária (STEDILE, 2005, p.14). Dentre as principais, tem-se: instituição da Superintendência de Políticas Agrárias (SUPRA), primeiro órgão federal destinado a tratar das questões relativas à reforma agrária no Brasil (1962) (SCHMIDT, 1998, p. 10); edição do Estatuto da Terra (Lei nº 4. 504 de 1964): primeira lei de reforma agrária em nosso país (STEDILE, 2005, p.15); substituição do SUPRA pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INDA) (SCHMIDT, 1998, p. 10).

Em 1970 foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), absorvendo as atribuições do IBRA e do INDA, dando ênfase à política de colonização de terras. No ano seguinte surge o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria no Norte e Nordeste (PROTERRA), objetivando “promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego, de mão de obra, de fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE” (OLIVEIRA, 2007, p. 124).

Desse modo, durante o período do Governo Militar as ações políticas beneficiaram, sobretudo, o “desenvolvimento agrícola”, por meio da modernização do latifúndio, visando às exportações de produtos agrícolas e agroindustriais, o que gerava divisas para a economia nacional. Ato que realmente buscassem “reformular” a estrutura fundiária do país, principalmente através da desapropriação por interesse social, pouco foram praticados. As ações nesta temática se voltaram praticamente para os grandes projetos de colonização no

Norte do país, regularização fundiária, imposto territorial rural, compra de terras, dentre outros (LEITE et al., 2004, p. 38). Destaque deve ser dado à primeira ação, na qual se buscou a ocupação e estruturação do espaço rural por meio de projetos específicos, denominados agrovilas, agrópolis e rurópolis¹⁷.

Em 1980, foram implementados o Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e o Grupo Executivo de Terras do Baixo Amazonas (GEBAM). Tinham como principal objetivo promover a regularização fundiária em suas áreas de abrangência.

Em 1985, com o fim do regime militar, surge uma nova e positiva perspectiva em relação às ações governamentais voltadas para a reforma agrária (LEITE et al., 2004, p. 39). É criado o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Uma de suas primeiras providências é a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária. A partir deste ato começaram a acontecer desapropriações de maneira mais freqüente que no período do regime militar, contudo de maneira não sistemática e nem planejada. Vinham a reboque das solicitações, protestos e ocupações dos movimentos populares que lutavam pelo direito ao livre acesso à terra, que na época retornavam à cena política, espalhados pelo país (LEITE et al., 2004, p. 39). Como principais Movimentos há a luta das nações indígenas pela demarcação de seus territórios; a luta pela terra de trabalho dos posseiros; a luta dos peões contra a peonagem (trabalho escravo); a luta dos camponeses contra as desapropriações nas grandes obras do Estado; o movimento dos camponeses contra a subordinação da indústria; o movimento dos “brasiguaios”; movimento dos bóias-frias; luta sindical no campo, sobretudo através da CONTAG e a CUT; a luta dos seringueiros pela reservas extrativistas; o movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST); e a luta pelo fim do trabalho escravo, sobretudo nas carvoarias (OLIVEIRA, 2002). No entanto, as metas pré-estabelecidas no I PNRA não foram cumpridas. A reforma agrária continuava sendo retraída e cada vez mais encontrava obstáculos que impediam sua concretização, principalmente a oposição das classes dominantes, simbolizados pelos latifundiários, agora representados pela UDR (União Democrática Ruralista).

Neste contexto, destaque deve ser dado ao MST. Considerado como um movimento social de massa, organizado política e ideologicamente, procura transformar sua própria condição social, lutando pelos seus direitos e sonhos. Conforme Fernandes (1996), anseia por ideais condições de vida no campo, através da conquista da terra, buscando reestruturar a forma como a nossa sociedade está organizada. Para Maria da Glória Gohn (1997) o MST possui

¹⁷ Este assunto será abordado no item “Assistência Técnica do Arquiteto e Urbanista no Meio Rural” pertinente ao Capítulo 3.

uma grande representatividade nesta conjuntura política, significando mais do que um simples movimento social, e contribuindo de maneira intensa para a efetivação da chamada “política de reforma agrária” em nosso País.

O MST passa a ser considerado um interlocutor para a formulação de uma reforma agrária para o país e não um simples movimento organizado por forças de oposição ao governo, com propostas radicais e socializantes. (...) Não devemos nos esquecer, entretanto, na luta dos sem terra, do fato de que foram eles que forçaram a redefinição de tal tratamento (GOHN, 1997, p. 311 e 312).

No ano de 1988 aconteceu a promulgação da nova Constituição Federal. O debate travado em torno da questão da reforma agrária entre os que a almejavam, de maneira geral e irrestrita, e aqueles que a combatiam sob todos os aspectos resultou no Capítulo III, do título VII. Contudo, o que predominou em seu texto continuou sendo o caráter conservador e contrário a qualquer mudança que afetasse o poder dos latifundiários.

Na década de 1990, tanto nos Governos de Fernando Collor de Melo como de Itamar Franco, a política agrária continuou seguindo os moldes empregados pelos seus antecessores, com poucas ações com o intuito de transformações consistentes na estrutura agrária brasileira.

A mesma conduta persistiu no mandato de Fernando Henrique Cardoso. No discurso, prometia realizar concretas mudanças no campo, como meio de solucionar os conflitos agrários, promovendo a democratização no acesso à terra, com uma reforma agrária dentro dos padrões possíveis e de modo realista. Isto fortaleceria a agricultura familiar e auxiliaria nas questões relativas à segurança alimentar. Porém, todas as ações se processariam dentro dos princípios da lei e da ordem. Ou seja, a metodologia utilizada não seria diferente do que até então havia sido promovido pelos governos anteriores. Entretanto, a pressão exercida pelos movimentos sociais, principalmente por meio de ocupações de terras, fez com que houvesse um significativo aumento no número de desapropriações de terras improdutivas, sobretudo no fim do seu primeiro mandato (1995-1998), basicamente na região Norte.

No início do ano 2000, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Desde então, constitui o Órgão responsável em tratar da política de reforma agrária no âmbito do governo federal, tendo o INCRA como Instituição executora de tal política. No mais, o Governo de FHC utilizou-se de outros instrumentos para tratar da questão agrária. Foi desde a implantação de projetos de assentamentos; mudanças na lei para amenizar as dívidas ruralistas; criação do Projeto Cédula da Terra, Banco da Terra e a inscrição, via correio, para projetos de assentamentos rurais; edição da MP 2.109 (que proibiu a vistoria por dois anos em

imóveis ocupados) e da Portaria/MDA/nº 62 de 27/03/2001 (que excluía os assentados da reforma agrária devido a “atos de invasão ou esbulho de imóveis rurais”). Além disso, fez uso da violência e criminalização das lideranças dos movimentos sociais que faziam pressão e oposição ao seu governo, em especial o MST, patrocinando na mídia grande propaganda contrária a este movimento.

Em 2003, uma das primeiras providências do Governo Lula foi elaborar e implantar o II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA). Um dos pontos de destaque é a ênfase dada à agricultura familiar, justificada por sua capacidade de gerar empregos e produção agrícola. O II PNRA expressa uma visão ampliada de reforma agrária. Propõe o direito à terra, com adequado apoio à produção agrícola e geração de renda, através de garantia de créditos, seguro agrícola, assistência técnica, extensão rural e políticas de comercialização, para que seus beneficiários possam atingir sua soberania econômica e segurança alimentar. Além disso, acesso apropriado à infraestrutura econômica e social, para que também alcancem outros direitos fundamentais como saúde, educação, energia e saneamento. Também leva em consideração as questões ambientais em voga e práticas sociais, para a promoção da igualdade entre os gêneros. Assim, os projetos produtivos devem se adequar às potencialidades regionais e às especificidades de cada bioma, onde os assentamentos estão inseridos, comprometendo-se, assim, com a sustentabilidade ambiental. Este conjunto de características também deve ser contemplado no processo de recuperação dos assentamentos existentes.

O II PNRA aborda também a questão da reestruturação fundiária, a partir da organização das informações sobre o cadastro das terras do nosso território. Demonstra respeito às diversidades, tanto culturais do seu público alvo (sem-terra, produtores da agricultura familiar, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, extrativistas, dentre outros) como das características ambientais dos biomas em que cada assentamento se insere, buscando não empregar um modelo único de reforma agrária para todas as regiões.

Contudo, quase ao fim do segundo mandato do Governo Lula (2009), o resultado obtido mostra que a reforma agrária almejada por aqueles que lutam pelo acesso à terra, com justa redistribuição dos espaços produtivos em nosso território e com a inserção de elementos que proporcionam vida digna aos trabalhadores, não foi alcançada. Novos elementos foram inseridos ao debate, não restrito apenas à distribuição da terra. Há a necessidade, também, de ideais condições de trabalho, soberania alimentar, direitos humanos, biodiversidade e moradia, esta entendida não só como a casa, como também os equipamentos sociais de uso coletivo (escola, posto de saúde, dentre outros) que a complementam. No entanto, o ritmo de implantação dos assentamentos rurais permanece semelhante ao dos governos anteriores.

Percebe-se, então, que estão assentando famílias, mas não no ritmo que os movimentos sociais e intelectuais que estudam a temática almejavam e vêem como necessário para a desconcentração das terras em nosso território. A “reforma agrária” que vem sendo realizada nas últimas décadas em nosso país, principalmente após a Nova República (1985), com o I PNRA, não tem modificado de maneira ampla e irrestrita a nossa estrutura fundiária. Acontece, mas de maneira tímida, com ações pontuais, sem prever um planejamento global e sistêmico, além de não intervir na estrutura dos grandes proprietários rurais, praticantes do agronegócio. Contudo, o principal produto resultante desta política consiste nos projetos de assentamentos rurais.

1.3 PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA

CONCEITOS

De acordo com o que relata Bergamasco (1996), de uma forma geral, os assentamentos rurais devem ser entendidos como “a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o ordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem ou com pouca terra” (BERGAMASCO, 1996, p.7). Martins (2000) segue a mesma linha de raciocínio, afirmando que os assentamentos rurais devem ser o produto resultado da redistribuição da terra feito a partir da verdadeira política de reforma agrária. Na visão de Carvalho (1999) este panorama é expandido. Desse modo, compreende que esta expressão

é utilizada para identificar não apenas um área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais (CARVALHO, 1998, p. 7).

Percebe-se que o seu conceito abrange os aspectos físicos - “área de terra” - e sociais: “agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais”. Assim, a criação de um projeto de assentamento não se restringe a um mero ato administrativo, concretizado a partir da desapropriação ou aquisição (modalidades mais comuns) de terras que até então não cumpriam sua função social, mas representa o resultado da luta social que se processa há algum tempo em nossa sociedade a favor de uma melhor distribuição da posse da terra, buscando beneficiar a parcela marginalizada representada pelos trabalhadores rurais sem terra. Portanto, expressa um ato abrangente, que envolve uma série de elementos e significados, sobretudo a modificação dos ocupantes do espaço e das relações

sociais, econômicas, produtivas e políticas nele estabelecidas e vivenciadas, bem como da sua organização físico-espacial e de infraestrutura.

CARACTERIZAÇÃO

Os assentamentos rurais são espaços criados como resultado da “política de reforma agrária” com o objetivo de solucionar os conflitos gerados pela perspectiva de acesso à terra, concentrada nas mãos de poucos. Uma propriedade rural, notadamente o latifúndio, que antes atendia apenas à necessidade do seu proprietário, agora é transformada num espaço de moradia e trabalho para uma diversidade de famílias de trabalhadores rurais, que até então se encontravam excluídas deste direito de cidadania.

Na grande maioria dos casos, o momento inicial caracteriza-se pelo acampamento, onde os movimentos ocupam a área desejada ou suas proximidades, como as margens das rodovias ou seu entorno, com o intuito de exercer pressão no poder público e nos tomadores de decisão, para que seja efetivada a desapropriação almejada. Permanecem de maneira improvisada e muitas vezes sem habitabilidade, morando em barracos de lona ou papelão, até alcançar seu objetivo final.

Depois da terra desapropriada, acontecem transformações no seu espaço físico e na vida dos indivíduos que dele irão se beneficiar. A antiga fazenda, antes sob a custódia de seu proprietário, agora é habitada por dezenas ou até mesmo centenas de famílias de trabalhadores rurais, em muitos dos casos, coordenadas por movimentos sociais do campo. O espaço que abrigava poucos indivíduos agora é palco para a atuação de vários. Portanto, é necessário que sua configuração física seja adaptada, com a inclusão de novas moradias, equipamentos sociais de uso coletivo (escola, igreja, posto de saúde, centro comunitário, praça, campo de futebol, dentre outros), estradas de acesso, bem como a modificação da área para produção, buscando atender aos novos anseios.

É uma nova realidade desfrutada por todos, fazendo com que as relações sociais vivenciadas também sejam inéditas, pois, em grande parte dos casos, este grupo social está se encontrando e convivendo pela primeira vez, visto que cada indivíduo só pode ser beneficiário da chamada “política de reforma agrária” numa única oportunidade. Assim, por mais que existam famílias que já se conhecessem, o convívio cotidiano do conjunto e a necessidade de dividir o mesmo local de moradia têm início a partir da implantação do assentamento. As relações se processam de maneira distinta da fase do acampamento, onde nem todas as famílias permaneciam cotidianamente neste espaço, além do interesse estar focado na conquista da terra em si. Depois de conquistada, a luta se concentra na consolidação

do espaço, ou seja, na aquisição de subsídios suficientes para se ter ideais condições de vida em todos os seus aspectos: sociais, econômicos e produtivos.

SEGMENTOS SOCIAIS ENVOLVIDOS

Esses espaços criados, apesar de ficarem sob a gestão e controle do Estado, são usufruídos por uma nova camada de agentes sociais: “os assentados”. Dentre as principais categorias representadas há: posseiros; filhos de produtores familiares; parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores atingidos por obras públicas; seringueiros; assalariados rurais; populações de periferia urbana; dentre outros (LEITE et al., 2004, p. 21). Carvalho (1999) complementa a lista, acrescentando “os arrendatários rurais, foreiros rurais, moradores agregados, pescadores artesanais com terra para exploração agropecuária, pequenos comerciantes rurais, populações ribeirinhas e população extrativista”. Além disso, enfatiza a heterogeneidade social presente no conjunto descrito, constituído de diversos segmentos sociais, que apresentam diferenças em suas histórias de vida e de trabalho, conseqüências dos seus contextos históricos e sociais, bem como das relações de produção e de propriedade das quais faziam parte. Contudo, possuem em comum a luta pelo acesso à terra (CARVALHO, 1999, p. 7). Sua organização se dá sob a coordenação de movimentos sociais, sindicatos rurais e federações de trabalhadores na agricultura.

Como beneficiários de políticas públicas específicas, suas relações sociais também se desenrolam, de maneira cotidiana, com colaboradores externos ao assentamento. Convivem e desenvolvem relações com diversos agentes, como: técnicos das Instituições do poder público ligados a estas questões (INCRA, órgãos ambientais, prefeituras, secretarias de agricultura estadual e municipal, órgãos de assistência técnica); ONGs; entidades vinculadas à Igreja; associações de produtores; cooperativas; entidades patronais; entre outros (LEITE et al,2004).

SIGNIFICADOS: IMPACTOS INTERNOS E EXTERNOS

Os assentamentos rurais, no seu âmago, representam a possibilidade de acesso à terra aos marginalizados de nossa sociedade, principalmente os ligados às atividades do campo. Tal ato apresenta-se repleto de valores e significados. Não representa simplesmente o acesso a um pedaço de terra, mas sim a oportunidade de ter um local onde morar e trabalhar, fundamental para quem, na maioria dos casos, nunca teve direito a nada. Constitui-se num canal de inclusão social para estes indivíduos. Como conseqüência tem-se a melhoria nas condições de vida destes beneficiários, nos aspectos sociais, físicos, econômicos e produtivos, quando comparados às suas condições de vida anterior.

O processo de luta e a construção simbólica colocam a terra também como um lugar de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido à existência. Ela representa um local de pertencimento, de construção real e simbólica do ser, um vir-a-ser que é estar em um lugar. (...) O sonho ou realidade da 'terra prometida' é a perspectiva fundamental, capaz de garantir, por intermédio do trabalho e da produção, a liberdade, sobrevivência e continuidade da vida (reprodução social) (SAUER, 2005, p. 69 - 70).

Esta condição faz com que a autoestima dos assentados seja valorizada, principalmente por eles mesmos e nas relações com a sociedade do seu entorno. Passam a viver numa outra posição, oposta a que possuíam anteriormente. Ou seja, sem possibilidades de produção e muitas vezes sem moradia própria, sem renda e sem esperança, marginalizados pela sociedade, transformam-se em pequenos produtores, responsáveis, em muitos casos, pela produção agropecuária do entorno em que habitam. Segundo o Estatística Rural 2008¹⁸ a produção realizada nos assentamentos rurais, em sua maioria representantes da agricultura familiar, corresponde a uma significativa parcela da produção total brasileira. Portanto, deve assumir posição de destaque.

No mais, a implantação de um projeto de assentamento em uma determinada região acarreta uma série de efeitos em seu entorno, tanto na ordem econômica, social e política, provocando alterações nas relações de poder. O contingente populacional aumenta, provocando uma demanda na quantidade de serviços oferecidos pelo Poder Público local – saúde, educação, transporte, lazer, apoio à produção, entre outros - o que, em alguns casos, não é visto com bons olhos pelos responsáveis locais. Em contrapartida, a criação do assentamento traz consigo a aplicação dos créditos instalação, em várias modalidades, que se processa num determinado espaço de tempo, não muito curto. Há ainda os recursos destinados à infraestrutura, desenvolvimento da produção agropecuária e afins. Estas iniciativas injetam recursos econômicos na economia da região, provocando alterações positivas nas suas dinâmicas. Além disso, o contingente populacional que um assentamento representa também lhe proporciona uma privilegiada posição perante as questões políticas das imediações.

Assim, esse tipo de organização espacial pode ser considerado como uma das alternativas para amenizar a situação em que se encontram alguns centros urbanos, especialmente nos países subdesenvolvidos, onde os índices de exclusão social e pobreza são elevados, o que provoca o aumento de mazelas, como a fome, o desemprego, o inchaço das grandes cidades,

¹⁸ Corresponde a uma publicação editada através da parceria do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), na figura do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Seu objetivo principal é consolidar as informações sobre a vida e o trabalho no meio rural brasileiro.

entre outros. Isso porque permite a geração de “empregos diretos e indiretos a baixo custo e estabelece um modelo de desenvolvimento agrícola com bases sociais mais equitativas” (BERGAMASCO, 1996, p. 8).

Em nosso país, desempenha importante papel, procurando garantir que o processo de separação entre o trabalhador ligado à agricultura e a propriedade seja amenizado. E, de forma ainda tênue, busca esboçar um novo modelo de desenvolvimento socioeconômico.

SITUAÇÃO ATUAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

Atualmente, diversas são as modalidades de criação de assentamentos rurais. Como principais exemplos há os assentamentos rurais criados em áreas adquiridas por desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária; em áreas adquiridas por compra e venda; em áreas reconhecidas pelo INCRA oriundas de Projetos de Reforma Agrária criados por outras instituições governamentais; em áreas de implantação de Projetos Casulos; em áreas de exploração nos moldes agroextrativistas (PAE e PAF); em áreas nos moldes de reservas extrativistas (RESEX) criadas pelo IBAMA; em áreas para consolidação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS); em áreas adquiridas mediante processo de arrecadação; em áreas adquiridas mediante processo de doação; em áreas adquiridas mediante processo de dação em pagamento; em áreas adquiridas mediante processo de adjudicação (áreas confiscadas); em áreas adquiridas mediante processo de herança jacente; em áreas reconhecidas pelo INCRA em função da inclusão das famílias reassentadas devido à construção de barragens; em áreas provenientes de regularização fundiária (Norma de Execução INCRA/DT/nº 69 de 12 de março de 2008). Contudo, nas últimas décadas, os principais instrumentos que permitem as populações necessitadas ter acesso à terra correspondem aos programas de colonização, regularização fundiária e a desapropriação, principalmente por interesse social (SCHMIDT, 1998, p. 113).

Como já dito, a responsabilidade de gerar novos assentamentos rurais está condicionada à chamada “política de reforma agrária” empregada pelo governo federal. É como se processa na maioria dos casos. Entretanto, existem situações em que o poder estadual assume este papel. Para tanto, não o faz por meio da desapropriação por interesse social, artifício exclusivo do presidente da República. Utiliza-se de outros instrumentos, sobretudo o mecanismo de compra e venda.

No entanto, na prática, o que acontece, como bem observa Bernardo Mançano Fernandes (1996), é que a maioria dos assentamentos rurais implantados em nosso país é resultado da ação dos movimentos sociais que lutam pelas causas rurais, em especial o MST, e não das

políticas do governo federal. Este pode ser considerado como uma das principais molas propulsoras desta prática no território nacional¹⁹. Tal situação não é característica do contexto atual, porém uma prática que vem sendo observada no decorrer da história da luta pelo acesso à terra e a conseqüente criação de assentamentos rurais.

Assim, a criação e implementação dos projetos de assentamentos se dá de maneira heterogênea, qualidade esta que termina por refletir na situação em que se encontram atualmente (MEDEIROS, 1999, p. 7). Estão espalhados em todos os Estados de todo o território federal, mas não de maneira sistemática, pois nas “políticas de reforma agrária” até então praticadas não se conseguiu concretizar áreas que fossem prioritárias para a implantação de assentamentos. Estes vão acontecendo de maneira pontual, sem nenhum planejamento prévio (LEITE et al., 2004, p. 38).

Desse modo, no contexto nacional, 25% dos assentamentos rurais encontram-se distribuídos na região do oeste do Maranhão e norte do Mato Grosso, podendo ser identificados dois trechos: o 1º corresponde ao traçado da Rodovia BR 158 até Marabá e deste ponto até o Norte, em direção a Tucuruí, indo pela BR 230; o 2º trecho orienta-se para o Nordeste, sobretudo para o Maranhão, coincidindo com o traçado da ferrovia que une Carajás a São Luís. Dezoito por cento dos assentamentos encontram-se distribuídos do oeste do Mato Grosso do Sul, ao sul do Acre, seguindo a rodovia federal que liga Campo Grande a Rio Branco. As regiões que menos contribuem com o quantitativo de projetos de assentamentos rurais são a Sul e Sudeste (SCHMIDT, 1998, p. 118 -119).

No Rio Grande do Norte existem 279 assentamentos²⁰. A maioria encontra-se localizada na região do Mato Grande (81), seguida pela região de Açu/Mossoró (73). Praticamente empatados estão as regiões de Apodi e Seridó/Potengi, respectivamente com 54 e 53 assentamentos. O menor quantitativo encontra-se na região Sertão Central: 18 assentamentos²¹. Estes valores são mais representativos quando analisados a partir da extensão da sua área territorial e capacidade em relação ao número de famílias assentadas/beneficiadas. Em relação ao primeiro item, comparando a área territorial do estado do Rio Grande do Norte, (52.796,79 km²), a extensão ocupada pelos projetos de

¹⁹ Ver item 1.2 CONFLITOS E LUTAS POR REFORMA AGRÁRIA.

²⁰ Informação fornecida pelo INCRA, equivalente à data 15/10/2009.

²¹ Informação fornecida pelo INCRA, equivalente à data 15/10/2009. Ver Anexo A1: Mapa dos assentamentos rurais vinculados ao INCRA no Rio Grande do Norte.

assentamentos vinculados ao INCRA, algo em torno de 748.342,9541 ha²², equivale a, aproximadamente, 14% da sua extensão total. Já em relação ao número de famílias, este ultrapassa a marca de 20 mil famílias, que corresponde a 2,37% da população total do estado, atualmente em torno 2.776.782 de pessoas²³. Quando se restringe para a população considerada de origem rural (740.109 pessoas²⁴), este valor aumenta para 8,91%. Estas informações podem ser comprovadas na Tabela 02 a seguir.

TABELA 02: REPRESENTATIVIDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS VINCULADOS AO INCRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

ANO DE CRIAÇÃO	QUANTIDADE DE ASSENTAMENTOS	ÁREA (ha)	CAPACIDADE (Nº DE FAMÍLIAS)
1987	11	28.149,1035	911
1988	04	10.034,2670	394
1989	03	4.637,8834	159
1991	03	3.789,3378	130
1992	05	9.370,3917	313
1993	03	12.076,7893	579
1995	15	40.349,2537	1.413
1996	23	47.812,8991	1.587
1997	31	75.530,2954	2.636
1998	37	60.550,3351	2.705
1999	44	53.618,1236	2.477
2000	18	13.987,0996	699
2001	32	54.588,9467	1.822
2002	01	1.480,0027	56
2003	08	8.629,2635	382
2004	11	29.717,9307	1.784
2005	09	25.1478,7505	901
2006	05	14.369,9106	305
2007	09	19.557,3693	552
2008	03	6.131,3051	202
2009	04	2.483,6958	155
TOTAL	279	748.342,9541	20.162

FONTE: Elaboração da autora a partir das informações do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) utilizado pelo INCRA.

22 Dados fornecidos pelo INCRA/RN, a partir do Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), representados na Tabela 02 - Representatividade dos assentamentos rurais vinculados ao INCRA no estado do Rio Grande do Norte.

23 Considerou-se o número de 3,3 pessoas por famílias, tomando como base as informações do IBGE. O valor da população do Rio Grande do Norte foi retirado do último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2000. Os dados mais atuais relativos ao total da população brasileira são os encontrados na Contagem da População 2007, realizada pelo IBGE, sendo a população recenseada e estimada, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação. Contudo, estes dados não foram utilizados no trabalho porque não faziam a separação entre população urbana e rural (IBGE, Contagem da População 2007, p. 18).

24 Ibidem.

PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS ORIGINÁRIOS DO MST

Dentre os vários tipos de projetos de assentamentos rurais há os que se originam da luta política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em sua maioria são iniciados na forma de acampamento, onde as famílias se organizam e se estruturam, a partir da ocupação da terra por elas almejada, como forma de pressionar o poder público para que suas reivindicações sejam atendidas. É nesta fase que acontecem as primeiras discussões sobre como se processará a forma de vida no futuro assentamento, em seus aspectos sociais, políticos e produtivos. Assim, são realizadas as primeiras intervenções sobre como será a distribuição das famílias no espaço físico; quem serão os responsáveis pela coordenação do assentamento; como se processará a produção agrícola, de maneira individual ou coletiva, e assim por diante. É neste momento que o Movimento dá início aos trabalhos de formação da sua base: os acampados.

Para Bernardo Mançano Fernandes (1996), é um espaço que adquire uma série de significados, apresentando um multidimensionamento. Além disso, está sob a custódia do principal movimento social que luta pela terra e pela reforma agrária no nosso território (FERNANDES, 1996). Por isso, apresenta alto teor de organização política, onde seus integrantes procuram lutar pelos seus direitos, pressionando constantemente os detentores do poder (BORGES, 2002). Estão estruturados sob uma ótica própria, sujeitos aos seus princípios, filosofia e postulados. Buscam implementar uma estrutura que prima pela coletividade, pelo bem comum, pela igualdade a todos os envolvidos e pela descentralização do poder, estando calcados sobre princípios democráticos. Dão grande ênfase à divisão do trabalho e ao trabalho coletivo, representado principalmente pela produção agrícola. Procuram formar espaços que apresentem uma estrutura social que promova a participação e o convívio de todos os envolvidos.

Uma peculiaridade dos assentamentos originários do MST é a existência de normas e diretrizes, elaboradas em encontros e congressos pelos integrantes do Movimento, que regem a sua vivência desde o momento de sua estruturação até a sua consolidação, e que devem ser postas em prática por seus usuários. Um exemplo é a cartilha “*Construindo o Caminho*” (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2001) que sintetiza todos os aspectos referentes às experiências, conceitos, crenças e ideologia. Segundo essa cartilha os debates sobre a maneira de estruturar o assentamento devem começar desde a época do acampamento, sendo combinadas sete ações básicas de atuação, as quais promoverão as ideais condições para a organização do assentamento, e conseqüentemente, da vida que nele se desenvolverá. Essas ações são: controle político sobre o projeto do assentamento e a divisão

da área; o sorteio em grupos de família; o processo de titulação; a organização da moradia; a organização dos núcleos de base; a organização da produção e da cooperação agrícola; a formação política e social.

De uma forma geral, procuram defender a existência de certa padronização. Esta deve ser seguida por todos os assentamentos que se encontram sob a influência da bandeira do MST. No entanto, admitem uma adequação dos postulados e das normas, levando em consideração alguns fatores, principalmente a região do país (suas características culturais, físicas, etc.), a quantidade de pessoas envolvidas, o estado da propriedade desapropriada, entre outros fatores. Cabe aos dirigentes regionais coordenar o debate sobre estas interpretações e adaptações. O MST recomenda que deva haver um apropriado controle político sobre a elaboração do projeto de assentamento.

ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA

Os postulados do MST preconizam que suas famílias devem se organizar política e socialmente em núcleos de base, também denominados núcleos de família ou brigadas. Nos assentamentos compostos por de mais de 30 famílias, o Movimento recomenda que haja mais de um núcleo. A forma de divisão das famílias fica a cargo da liderança de cada assentamento, sendo em geral definida por sorteio. Em certas circunstâncias utiliza-se, também, o critério do grau de afinidade entre as famílias.

Significa que cada família acampada deverá procurar outras famílias com as quais se identifica, organizando assim um grupo para que, durante o sorteio, este agrupamento de famílias fique reunido numa mesma localidade no futuro assentamento. Em muitos casos mantém-se o próprio grupo de famílias do acampamento como base para o sorteio. Evita-se, assim, a dispersão das famílias. Entre as famílias, normalmente, utiliza-se o sorteio interno para saber que família fica com qual lote (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2001, p. 75).

O MST considera os núcleos de família como a base da organização social do assentamento. Estipula que dentro de cada núcleo devem existir dois coordenadores, um homem e uma mulher, eleitos de forma democrática pelas famílias componentes. Também são escolhidas pessoas responsáveis por setores dentro do respectivo grupo, como produção, saúde, disciplina, finanças, dentre outros.

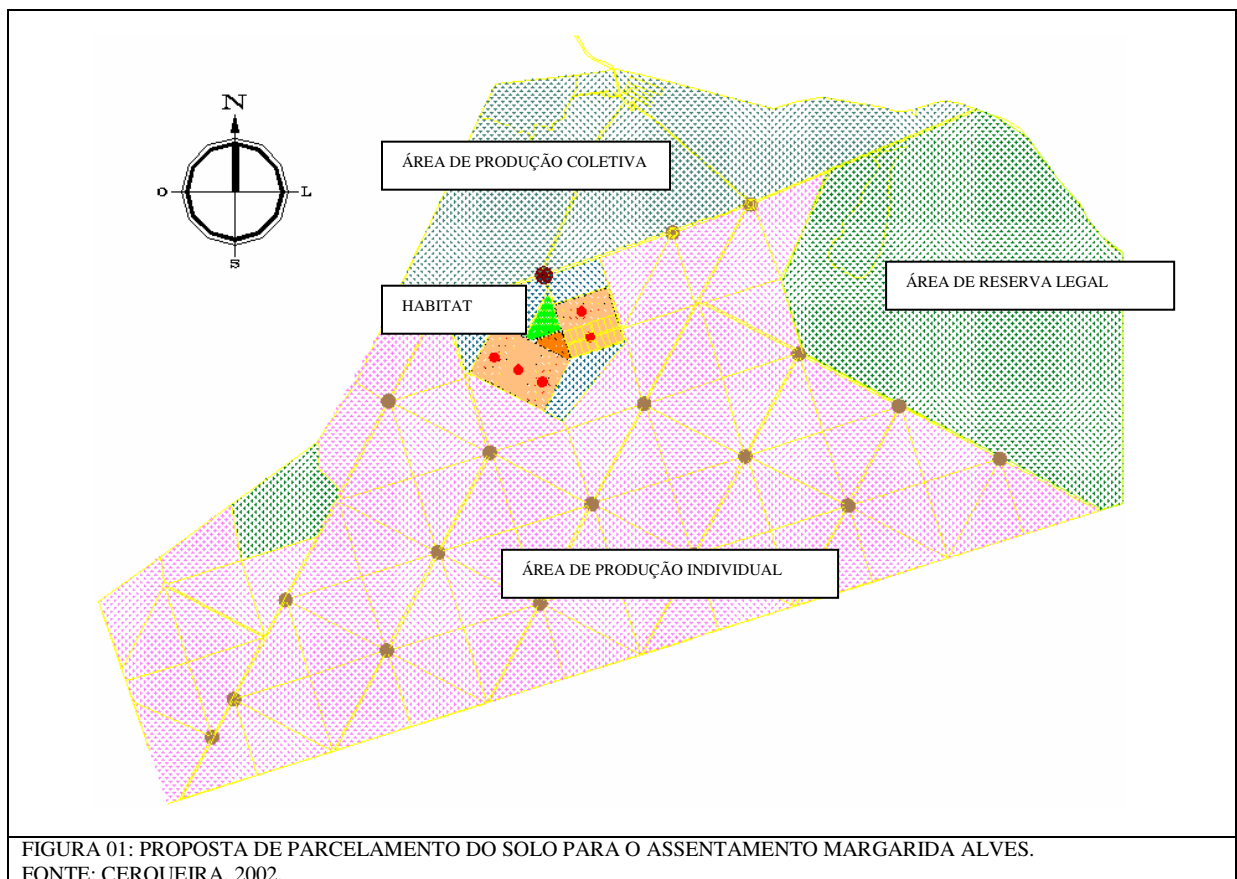
Os problemas são discutidos inicialmente no âmbito de cada núcleo de família, para depois ser tratado no contexto geral do assentamento. Entende-se que dessa maneira há maior possibilidade de participação da base assentada, tornando os processos decisórios mais

democráticos e participativos. Assim, as escolhas e tomadas de decisão são feitas em assembleias gerais, devendo ter a participação de todos os moradores. Ao chegar a este estágio, as questões já foram bastante discutidas.

Atualmente, também pode ser observada a figura da Associação, como uma das formas de organização social e política dos assentamentos do MST. Nesta, o poder fica concentrado na figura do presidente. No nível hierárquico inferior, tem-se o vice-presidente, o tesoureiro, o secretário e o conselho fiscal. Neste formato se reproduz o modelo presidencialista, enfatizando a concentração do poder, fazendo com que haja disputas, existindo assentamentos com reduzido número de famílias, mas onde são registradas mais de uma associação.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

Em relação ao espaço físico, de uma maneira geral, os assentamentos originários do MST possuem praticamente as mesmas características inerentes a um assentamento qualquer. São espaços rurais constituídos, na maioria das vezes, por área de preservação permanente (APP); área de reserva legal; área destinada à produção agrícola; vias de circulação (estradas vicinais) e o *habitat* (BORGES, 2002).

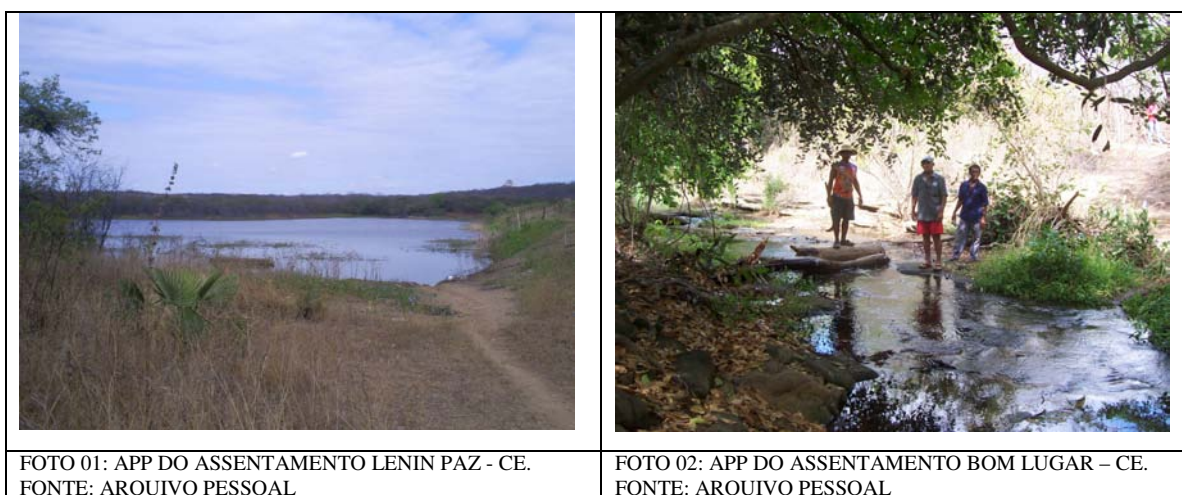


Área de preservação permanente (APP)

Atualmente tem-se um conjunto de leis que trata da questão ambiental no âmbito dos assentamentos rurais. Dentre estas existem as que abordam de maneira mais específica a questão da área de preservação permanente e área de reserva legal. Esta temática também é tratada, porém de modo abrangente, no art. 225 do Capítulo VI (Do Meio Ambiente) da Constituição Federal de 1988. Aparece de maneira mais detalhada no Código Florestal (Lei 4.771, de 15/09/1965); Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81); Lei de Crimes Ambientais (nº 9.605/98); Resolução CONAMA 01/86; Resolução CONAMA 237, de 19/12/97 (que trata sobre licenciamento ambiental, competência da União, Estados e Municípios, listagem de atividades sujeitas ao licenciamento, estudos ambientais, estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental); Resolução CONAMA 302, de 20/03/2002 (que dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do seu entorno); Resolução CONAMA 303, de 20/03/2002 (que dispõe sobre parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente); Resolução CONAMA nº 387, de 27/12/2006 (que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental de projetos de assentamentos de reforma agrária, e dá outras providências).

O conceito de preservação permanente aparece já no Art. 1º, § 2º, II do Código Florestal, equivalendo a:

Área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (BRASIL, 1965).

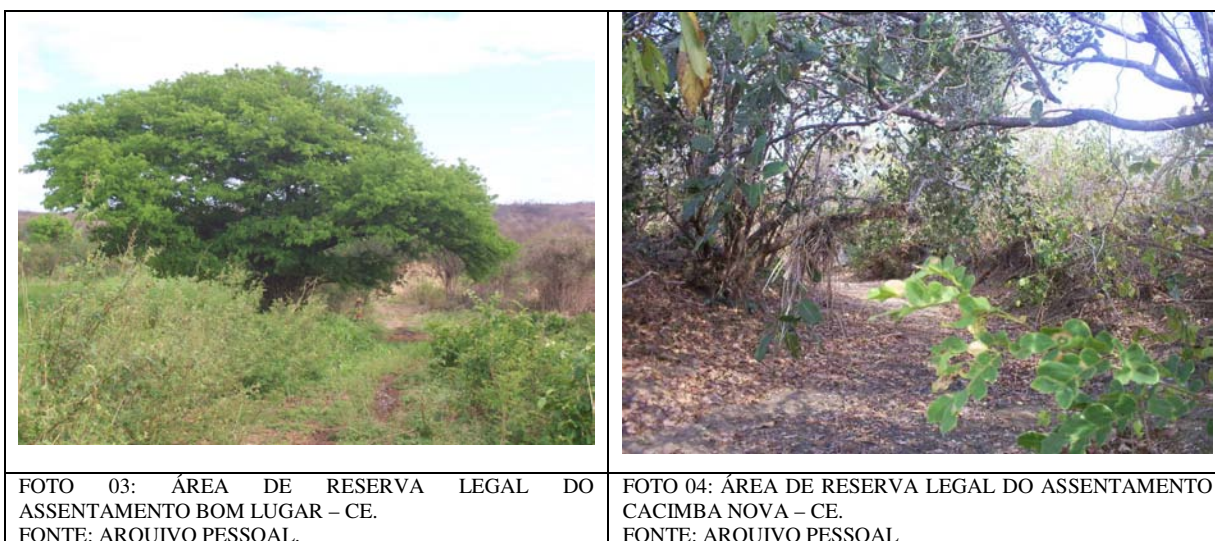


A caracterização das áreas de cobertura vegetal natural, que podem ser consideradas de preservação permanente, encontra-se listada no art. 2º da referida lei, correspondendo às

situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água; ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água naturais ou artificiais; nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água"; no topo de morros, montes, montanhas e serras; nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45°; nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; nas bordas dos tabuleiros ou chapadas; em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação (BRASIL, 1965)²⁵.

Em 2002 foi editada a Resolução CONAMA 303, de 20/03/2002, com o intuito de determinar os parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente, de maneira ainda mais específica²⁶.

Área de reserva legal



O conceito de reserva legal também exposta na Lei 4.771, de 15/09/1965²⁷.

Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas (BRASIL, 1965).



Atualmente se estabelece que, no mínimo, 20% do total do espaço físico de todo o assentamento rural devem ser destinados a reserva legal, restringindo-se somente aos usos e atividades permitidas e sugeridas nas legislações específicas²⁸.

²⁵ Consultar os art. 2º, 3º e o 8º da referida lei para conhecimento das distâncias e dimensões destas áreas. Nas fotos 1 e 2 tem-se exemplos de áreas de preservação permanente.

²⁶ Para maiores informações, consultar esta legislação.

²⁷ Os artigos 16 e 17 desta lei tratam de questão relativa aos assentamentos rurais ou propriedades rurais.

Lotes/parcelas de trabalho ou de produção

	
<p>FOTO 05: ÁREA DE PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ. FONTE: GERAH</p>	<p>FOTO 06: ÁREA DE PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ. FONTE: GERAH</p>

Correspondem às áreas do assentamento rural utilizadas para fins de produção agropecuária. O seu uso pode acontecer de maneira individual ou coletiva, ou numa associação destas duas modalidades. Tal decisão vai depender da organização social dos assentados e da forma como anseiam desenvolver a produção. No entanto, cada família assentada recebe o mesmo valor de hectares para desenvolver as atividades de produção. Representa o maior quantitativo de área do assentamento rural²⁹.

Vias de circulação

	
<p>FOTO 07: VIA DE CIRCULAÇÃO DO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES. FONTE: ARQUIVO PESSOAL</p>	<p>FOTO 08: VIA DE CIRCULAÇÃO DO ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ. FONTE: GERAH</p>

Para interligar as demais partes componentes do espaço físico dos assentamentos rurais (reserva legal; preservação permanente; área de produção agrícola e o *habitat*) são concebidas vias de circulação, as chamadas estradas vicinais. Quando possível, são aproveitadas as vias

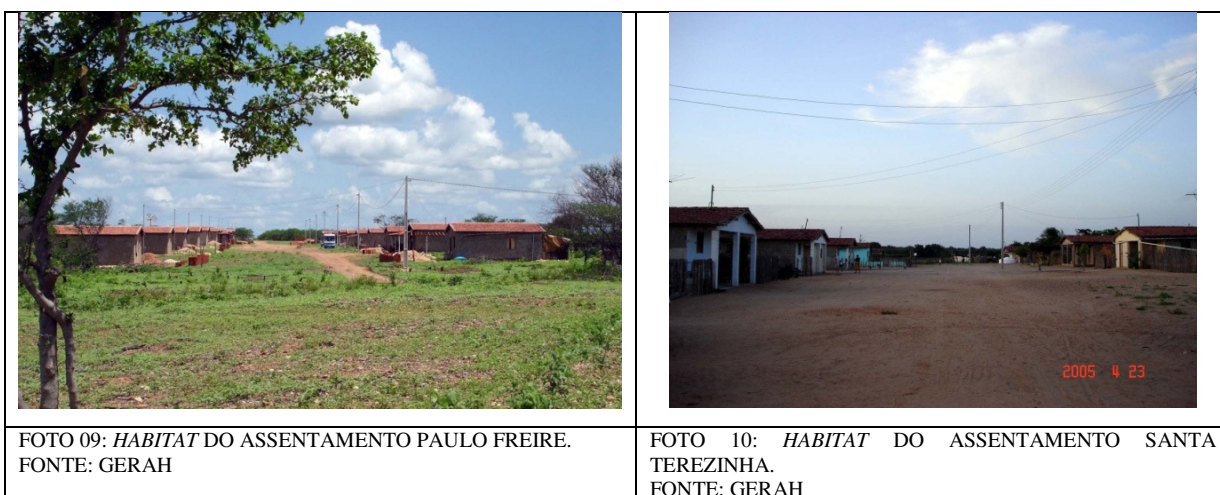
²⁸ Exemplos de reserva legal podem ser vistos nas fotos 03 e 04.

²⁹ Exemplos de parcelas de trabalho ou de produção podem ser vistos nas fotos 05 e 06.

de circulação remanescentes da antiga propriedade rural. Geralmente não possuem tratamento, sendo em terra batida ou mesmo “picadas” (caminhos abertos, de maneira precária, por entre as espécies vegetais nativas)³⁰.

Habitat

Este termo, conforme seja empregado, pode assumir diversos significados. Para sua conceituação, neste trabalho, toma-se como referência a definição utilizada por Borges (2002). Esta, por sua vez, baseia-se nos conceitos e noções difundidos por Mendras (1978) e Léfèbvre (1978), que se relacionam ao meio rural. Assim sendo, o *habitat* é entendido como o espaço que o indivíduo habita, não se restringindo apenas ao local da residência construída, mas transcendendo-a, englobando todo o ambiente onde ele desenvolve a sua vida cotidiana: lotes de moradia, área de equipamentos comunitários e arruamento (BORGES, 2002). Aqui também pode abranger a área de equipamentos remanescentes do imóvel desapropriado³¹.



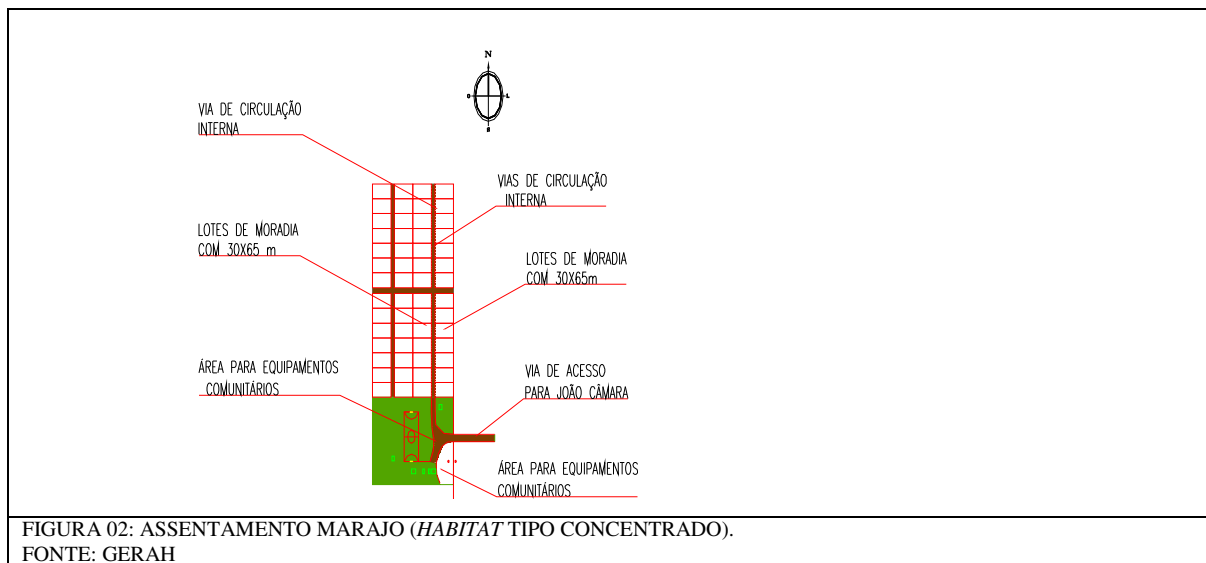
Os postulados do MST referentes à organização do espaço físico do local de moradia (*habitat*) propõem que estes sejam dispostos seguindo alguns modelos, que podem variar de acordo com uma série de fatores, tais como: as características culturais e físicas da região onde está inserido; o número de indivíduos envolvidos; a forma de conservação da área desapropriada; o tipo de produção que se pretende desenvolver; dentre outros.

Segundo o Movimento, na região Nordeste, onde normalmente se trabalha com pequeno número de famílias, ao mesmo tempo em que a produção se encontra mais facilmente sujeita ao fenômeno da seca, o que resulta numa pequena quantidade de roça por família e,

³⁰ Exemplos de vias de circulação podem ser vistos nas fotos 07 e 08.

³¹ Exemplos de *habitats* podem ser vistos nas fotos 09 e 10.

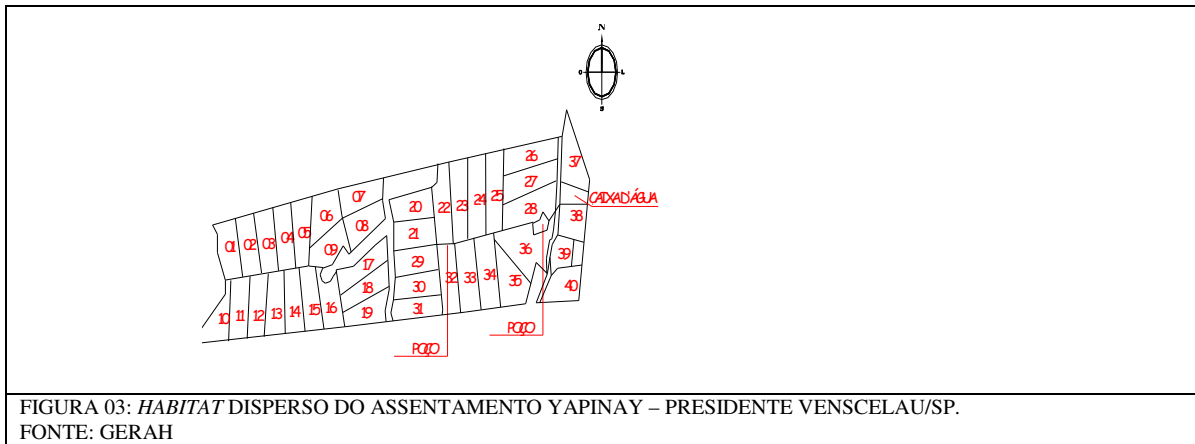
conseqüentemente, na formação de assentamentos menores, mais fáceis de estruturar, geralmente seus usuários optam pelo modelo de *habitat* concentrado, denominados agrovilas. De acordo com Borges (2002) estes *habitats* caracterizam-se por possuir os lotes de moradia, equipamentos comunitários e de serviços reunidos numa mesma área. Os lotes de produção localizam-se em local específico³². Geralmente se inspiram nos modelos praticados pelo INCRA, fazendo as adaptações necessárias.



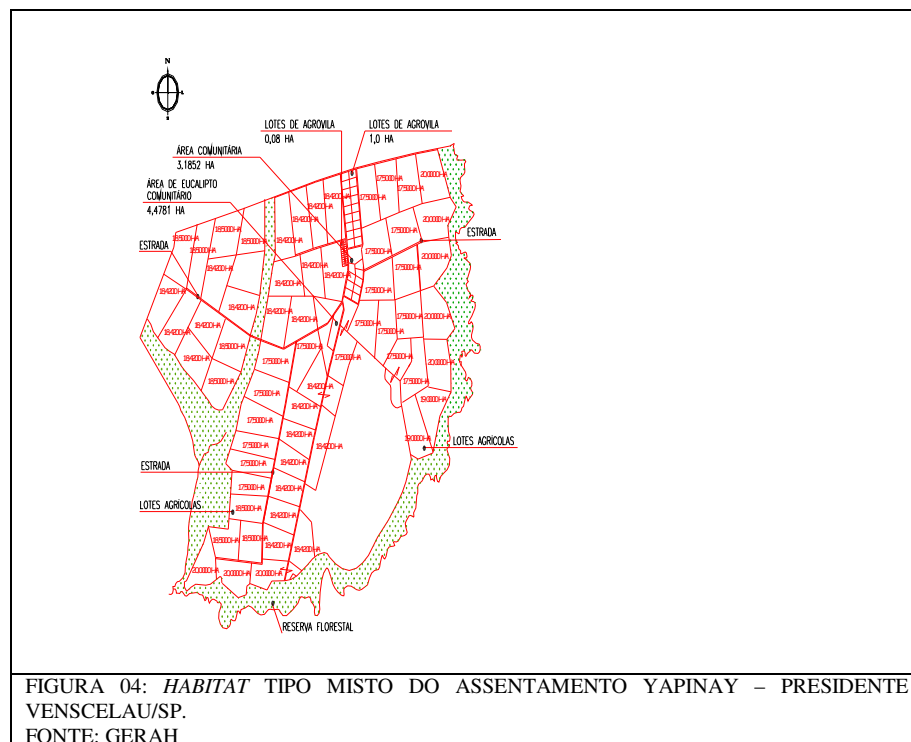
Nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte as experiências vividas, segundo o próprio Movimento, demonstram que o *habitat* concentrado não funciona. As características culturais de seus usuários não se moldam a esse tipo de estruturação espacial, desestimulando as bases dirigentes a adotá-las. A população usuária sempre critica a proximidade entre as residências, que segundo eles, ocasiona falta de privacidade. Portanto, nessas regiões os dirigentes e lideranças do Movimento procuram incentivar outras tipologias. Geralmente são empregados *habitats* dispersos e/ou mistos³³.

³² Na Figura 02 tem-se o exemplo de um assentamento rural que apresenta o *habitat* da tipologia concentrada.

³³ Ver as Figuras 03 e 04.



O primeiro tipo corresponde a aglomerados humanos onde as atividades de morar e trabalhar são desenvolvidas num mesmo lote. Os equipamentos coletivos e de serviço estão agrupados numa outra área (BORGES, 2002). Exemplo é o núcleo de moradia, normalmente empregado em assentamentos com pequeno grupo de famílias (de 10 a 15)³⁴. Já o tipo misto apresenta características de *habitat* concentrado e disperso, sendo representado pelo núcleo habitacional, onde as residências podem ou não ser localizadas no lote pertencente à família. Deve englobar pequeno número de famílias (10 a 25) para que a distância entre o local de moradia e de trabalho não seja grande³⁵.



³⁴ A Figura 03 traz um exemplo de *habitat* de assentamento rural do tipo disperso.

³⁵ A Figura 04 traz um exemplo de *habitat* de assentamento rural do tipo misto.

Complementando a estruturação espacial dos seus *habitats*, o MST indica ser necessário estabelecer uma área social na região central ou numa das extremidades do local de moradia, seja qual for sua tipologia (concentrado, misto ou disperso). Nela deve existir um número mínimo de equipamentos comunitários que supra as necessidades da comunidade, como: local para reuniões e festas; galpões para armazenagem de produtos agrícolas; pracinha; templo religioso; centro social; local para prática de esportes; parques infantis; jardim; entre outros. O principal objetivo consiste em proporcionar o encontro e a convivência entre seus moradores.

Caso existam crianças em número suficiente, justifica ser importante organizar uma escola, comprometida com a educação voltada aos interesses do MST, sendo localizada dentro do próprio assentamento. Também deve ser instalada uma biblioteca, como forma de estimular a prática da leitura.

Em relação à questão da religiosidade, o MST propõe que seja construído um espaço comum para todas as celebrações religiosas, próximo aos demais equipamentos. Determina, também, ser necessária a organização de alguns serviços internos e específicos, como transporte interno, posto de gasolina (no caso dos *habitats* de assentamentos grandes), bodegas, mercados, oficinas mecânicas, borracharia, dentre outros. O MST sugere que estas atividades sejam administradas de forma coletiva, ficando sob o controle dos coordenadores do assentamento ou dos núcleos de base.

Com o intuito de promover um local de moradia de aspecto agradável, o Movimento estabelece princípios de “embelezamento”, que correspondem a espécies de “diretrizes urbanísticas”. Nos assentamentos com *habitat* disperso, determina que:

A entrada dos lotes deve ter cercas vivas e símbolos de luta (ferramentas de trabalhos; bandeira do MST; ou placas com nome de algum lutador do povo); toda a comunidade ou travessão deverá ter nomes homenageando os lutadores do povo e, ou fatos históricos da luta dos trabalhadores; o arredor das casas dos assentados deverá estar organizado e limpo; arborizar com plantas nativas os córregos, rios, fontes e nascentes d’água, como os morros, as margens, das principais rodovias e recompor o que restou da vegetação nativa (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2001, p. 101)

Já nas localidades onde foram estabelecidos os *habitats* concentrados (as chamadas “agrovilas”) ou os núcleos de moradia e habitacional, estabelece que:

As casas, quando possível, deverão ser construídas no mesmo alinhamento; buscar um consenso entre as famílias para elas pintarem as casas de uma mesma cor, mesmo naqueles que ainda não foram rebocadas; as estruturas internas do quintal (por exemplo, o galinheiro)

deverão ter certo padrão e estar bem localizadas; nas entradas das agrovilas e núcleos de moradia/habitacional deverão ter placas simbolizando a organização do MST e ou homenageando algum lutador do povo. As ruas internas devem estar sinalizadas (pintar de cal as pedras e árvores) e ter placas internas indicando as estruturas e instalações agrícolas; em cada casa ter a bandeira do MST. Seja ela pintada na parede, hasteada ou emoldurada. Não importa a forma, mas deve se fazer presente do cotidiano de todos os moradores da comunidade. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2001, p. 101 - 102).

Assim, com o estabelecimento destas ações e diretrizes o MST visa a promover a adequada organização do *habitat*, proporcionando ideais condições de vida aos usuários.

Somadas a estas diretrizes e peculiaridades do Movimento, outras características específicas podem ser acrescentadas aos *habitats* concentrados do campo, sobretudo ao desenho do seu espaço físico, abrangendo não somente os sob a égide da bandeira do MST, mas esta tipologia de *habitat* de maneira geral.

As distâncias percorridas correspondem a um fator bastante próprio, que deve ser levado em consideração, sobretudo ao se definir a localização do *habitat*. A escolha do local para a implantação do *habitat* deve ser observada com atenção, tendo em vista as dificuldades de transporte e as grandes distâncias entre os elementos que compõem os assentamentos – local de produção, equipamentos social de uso coletivo e a moradia.

Os lotes de moradia apresentam dimensões generosas, compatíveis à diversidade de uso que neles se desenvolvem. Além de habitar, a grande maioria das famílias desenvolve agricultura de subsistência e criação de pequenos animais, como galinhas, porcos ou vacas. O intuito é a produção básica para a subsistência da família, sendo, geralmente, estas atividades tocadas pela mulher e pelos filhos. Na maioria dos casos, o homem tem a responsabilidade da produção nas parcelas ou lotes de trabalho.

As edificações remanescentes da antiga fazenda, frequentemente, são reaproveitadas como locais para o funcionamento, muitas vezes de maneira precária, dos equipamentos sociais de uso coletivo, como centro social, templo religioso, posto de saúde, local para prática de esportes, entre outros.

Em relação à moradia, de maneira geral, a tipologia empregada insere-se no contexto da habitação de interesse social. O padrão comum utilizado no campo assemelha-se ao empregado nas periferias dos centros urbanos, mesmo que os valores dos recursos destinados à primeira situação sejam menores. No projeto original não se observam características peculiares ou eminentemente rurais, que assim diferencie as habitações.

Desse modo, os assentados acabam realizando reformas e ampliações para adaptar a moradia às suas necessidades e às especificidades da vida no meio rural. Geralmente acrescentam alpendres ao redor da casa, ou mesmo na fachada principal. Nestes espaços desenvolvem atividades voltadas ao convívio familiar, descanso, lazer ou mesmo ao trabalho. É onde recebem os visitantes para conversas ou reuniões; “tiram” um cochilo depois das refeições ou quando retornam do roçado; ou mesmo, beneficiam sua produção agrícola, como o debulhar do feijão verde, da castanha de caju, etc.

Na parte de trás da casa, geralmente, fazem uma “puxada”, onde instalam a área de serviço, estando ligada diretamente ao ambiente externo (quintal). Na verdade, este espaço funciona como uma espécie de cozinha auxiliar, onde se prepara alimentos no fogão à lenha; lava-se louça e roupa; em alguns casos, a família faz as refeições; cuida-se dos animais; dentre outros. Ou seja, é onde se desenvolve boa parte da vida cotidiana familiar. Também ligado a este espaço, geralmente os assentados constroem um depósito, que serve para guardar o material e as ferramentas utilizadas no trabalho do roçado. Na época da colheita também funciona para estocar a própria produção agrícola, sobretudo de grãos.

O processo construtivo das moradias também apresenta características bem peculiares, o que faz com que esta não seja uma das atividades mais fáceis de serem efetivadas. As grandes distâncias existentes voltam a ser um elemento peculiar e, sobretudo, dificultador, principalmente em relação às lojas e/ou depósitos de material de construção, que frequentemente localizam-se nos centros urbanos, demasiadamente distantes. Esta situação agrava as dificuldades de transporte dos materiais, o que provoca aumento no seu preço. Em alguns casos, existe a incerteza do abastecimento de água constante, o que acaba por prejudicar o andamento da obra.

Esta é a realidade vivenciada nos projetos de assentamentos rurais. Na seqüência, aborda-se o seu processo de criação, implantação e desenvolvimento, principalmente do local de moradia (*habitat*).

CAPÍTULO 2: O ESTADO, A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E O PLANEJAMENTO, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO *HABITAT* DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA.

Como destacado anteriormente, a responsabilidade pela criação e desenvolvimento em todos os seus aspectos (social, ambiental, físico e produtivo) dos assentamentos rurais no âmbito da “política de reforma agrária” federal é do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo a figura do INCRA como responsável pela sua execução.

A criação de um projeto de assentamento rural representa um recomeçar, sendo necessário organizar as famílias e reestruturar o espaço físico. Neste contexto se desenvolve a organização, planejamento e construção dos seus locais de moradia (*habitat*). Na seqüência, são descritas as etapas e atividades realizadas pelo poder público no intuito de executar tais ações. Inicia-se pelo processo de desapropriação; depois passa-se para a criação, implantação e desenvolvimento dos projetos de assentamentos rurais; por fim, restringe-se aos créditos de instalação e ao processo de implantação do espaço físico do *habitat*.

PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO

O processo de desapropriação de um imóvel rural para fins de reforma agrária baseia-se no que estabelece a Constituição Federal de 1988, em seus dispositivos relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, que foram regulamentados pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993; a Lei Complementar nº 76, de 6 de junho de 1993 (que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária) e as alterações realizadas pela Lei Complementar nº88, de 23 de dezembro de 1996; o Decreto 433, de 24 de janeiro de 1993 (que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda) e as alterações realizadas pelo Decreto 2.680, de 17 de julho de 1998.

Atualmente duas são as modalidades costumeiramente utilizadas para desapropriação de terras para a criação de projeto de assentamento rural: via desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, ou por meio de compra e venda.

A primeira opção ocorre quando a propriedade em questão não cumprir com sua função social. Ou seja, não atender simultaneamente, segundo grau e critérios estabelecidos na lei, quatro requisitos: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que

regulam as relações de trabalho; e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1993)³⁶.

Já na segunda opção, o INCRA fica autorizado a adquirir terras rurais, por compra e venda, para fins de reforma agrária, mesmo que o imóvel de interesse cumpra com a sua função social. Esta alternativa se faz coerente “preferencialmente em áreas que manifesta tensão social para o assentamento de trabalhadores rurais, visando atender a função social da terra” (BRASIL, 1992)³⁷.

Contudo, dentre as duas alternativas citadas, a primeira é a mais empregada, cabendo à União a responsabilidade pela ação de desapropriação. Desse modo, restringi-se, aqui, o foco para os procedimentos de implementação de projetos de assentamentos rurais via desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária.

Inicialmente os interessados por uma determinada propriedade - geralmente integrantes de movimentos sociais ou de sindicatos de trabalhadores rurais - recorrem ao INCRA para que seja realizada fiscalização preliminar no imóvel de interesse, com o objetivo de detectar se há cumprimento da sua função social. Caso contrário, esta área torna-se passível de ser desapropriada, sendo declarada de interesse social, para fins de reforma agrária, através de Decreto Oficial. A partir deste momento, a União fica autorizada a propor ação de desapropriação. Depois de cumpridos todos os trâmites burocráticos estabelecidos pela legislação vigente, com o aval do presidente da República, publica-se o decreto de desapropriação da terra. As terras são remuneradas em títulos da dívida agrária (TDA). Já as benfeitorias úteis e necessárias são pagas em moeda nacional corrente.

Enquanto o processo tramita no meio judicial e burocrático, os trabalhadores rurais interessados pela propriedade ficam aguardando a sua liberação. Como forma de pressionar as autoridades competentes para que este processo seja agilizado, os trabalhadores sem terra, especialmente os ligados ao MST, utilizam-se de várias estratégias, como manifestações públicas, ocupações em órgãos públicos, dentre outras (BORGES, 2002). É nesta etapa que ocorre a consolidação da figura do acampamento, espaço físico provisório de vivência coletiva dos ocupantes. Na maioria dos casos, constitui-se como o primeiro local de moradia dos futuros assentados.

Efetuada a desapropriação do imóvel rural, o INCRA “dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data de registro do título translativo de domínio, destinará a respectiva área aos

³⁶ Informações contidas no art. 9º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

³⁷ Informações contidas no art. 4º do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992.

beneficiários da reforma agrária, admitindo-se, para tanto, formas de exploração individual, condominial, cooperativa, associativa ou mista” (BRASIL, 1993)³⁸.

As famílias sem terra, agora beneficiárias da chamada “reforma agrária”, recebem os títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de 10 anos. Estes lhes garantem o uso efetivo da terra. Todavia, a propriedade legal da terra pertence ao INCRA.

O título de domínio em definitivo - a chamada titulação - só será disponibilizado aos assentados após a consolidação do projeto de assentamento e do pagamento do valor da alienação do imóvel, que será estipulado pelo Conselho Diretor do INCRA, bem como a quantidade e o valor das parcelas a serem cobradas. Considera-se como prazo final uma amortização em até vinte anos, com carência de três anos, corrigida monetariamente pela variação do IGP-DI (BRASIL, 1993)³⁹.

CRIAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTOS RURAIS

Essa transição, digamos, do processo desapropriatório ao assentamento das famílias de trabalhadores rurais sem terra, cria certo artificialismo: o assentamento será, então, literalmente constituído. Haverá o parcelamento da terra (ou não, dependendo das circunstâncias), a construção de novas estradas, a seleção dos locais para a edificação das casas, a perfuração de poços de captação de água, a extensão da rede de eletrificação rural, a destinação de áreas para uso social comum, o fornecimento de cestas básicas, a liberação de créditos, a construção e/ou adaptação de obras físicas para a produção como as cercas, estábulos, paióis, apriscos, currais, etc., e aquelas para o uso social como as escolas, postos de saúde, igrejas, praças públicas, campos para jogos, etc.; a compra de animais, de implementos agrícola; o início dos plantios, das criações, etc. (CARVALHO, 1999: p. 6).

Conquistado o direito de uso da terra, por mais que alguns imóveis rurais já possuam benfeitorias e instalações produtivas, é necessário que sejam criadas ideais condições para que os assentados possam se instalar, produzir e se desenvolver. Para tanto, precisa ser promovida sua segurança alimentar, o fomento do seu processo produtivo e garantias para a geração de rendas, bem como a construção das suas moradias e sua segurança hídrica, sobretudo nos assentamentos localizados na região do semi-árido. Estas ações, como já ditas, são de responsabilidade do INCRA.

Em relação ao espaço físico, este deve ser reestruturado de modo condizente com a nova realidade que se instala: projeto de assentamento de reforma agrária. Assim, deve ser demarcada área destinada à produção agrícola (lotes/parcelas de trabalhos ou produção); área

³⁸ Informações contidas no art. 16 da Lei n° 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

³⁹ Informações contidas no art. 18 da Lei n° 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

de reserva legal; áreas de preservação permanente; vias de circulação internas, interligando todos os espaços e o local de moradia, com todos os seus elementos: lotes de moradia; habitação; equipamentos coletivos e arruamento.

Assim, as iniciativas na área social, produtiva, ambiental e de localização física devem permitir que os beneficiários da reforma agrária se desenvolvam dignamente.

O conjunto de ações acima citado corresponde ao processo de implantação e desenvolvimento dos assentamentos rurais. Sua regulamentação se dá pela Instrução Normativa⁴⁰ IN n° 15, de 30 de março de 2004, que dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projeto de reforma agrária. De acordo com este instrumento algumas ações são necessárias para a promoção do adequado desenvolvimento destes espaços rurais, tais como: criação de projetos; cadastro e seleção de candidatos; contrato de concessão de uso; créditos de apoio à instalação e aquisição de material de construção; serviços (assessoria técnica, social e ambiental - ATES -, projeto de exploração anual – PEA -, plano de desenvolvimento do assentamento – PDA - e plano de recuperação do assentamento e topografia); infraestrutura básica (estradas, energia e água); crédito Pronaf A; supervisão e acompanhamento; e manejo de recursos naturais (INCRA, 2004)⁴¹.

Essas ações iniciam a partir do momento da criação do assentamento, transcorrendo durante seu processo de implantação e desenvolvimento. Só depois que todas as ações são efetivadas e os beneficiários tenham atingido sua soberania produtiva e de organização social, é que o assentamento pode ser considerado consolidado e, desse modo, ser emancipado. É neste momento que os beneficiários da chamada “reforma agrária” recebem a titulação da terra, devendo também ter pago o valor da alienação do imóvel. Esta etapa final é regida pela Norma de Execução n° 9, de 6 de abril de 2001 (dispõe sobre o processo de consolidação dos projetos de assentamentos em áreas de Reforma Agrária).

Assim, de acordo com o estabelecido pela IN n° 15, de 30 de março de 2004, logo após a criação do Projeto de Assentamento, as famílias sem-terra são cadastradas e selecionadas, constituindo a relação de beneficiários (RB). Devidamente escolhidos, os beneficiários assinam o contrato de concessão de uso, que lhes dá o direito de usufruir daquele pedaço de terra, podendo nele habitar e produzir.

A etapa seguinte é a da concessão dos CRÉDITOS INSTALAÇÃO, com o intuito de proporcionar o suporte inicial às famílias recém-assentadas, garantindo a segurança alimentar,

⁴⁰ As Instruções Normativas, juntamente com as Normas de Execução, são instrumentos jurídicos internos ao INCRA que regulamentam as ações da Instituição nos seus mais variados campos de atuação.

⁴¹ Informações contidas no art. 4° da Instrução Normativa n° 15, de 30 de março de 2004.

o fomento do seu processo produtivo e promovendo a geração de renda, bem como a construção das suas moradias e sua segurança hídrica⁴².

Com o objetivo de garantir um ideal apoio às ações de cunho produtivo, social e ambiental aos beneficiários, instituiu-se o PROGRAMA DE ASSESSORIA TÉCNICA, SOCIAL E AMBIENTAL À REFORMA AGRÁRIA (ATES), que deve permear todas as etapas do processo de implantação e desenvolvimento dos assentamentos rurais. Suas ações buscam transformar os assentamentos em espaços de produção estruturada, proporcionando às famílias assentadas condições adequadas de segurança alimentar, inserção no mercado de produção local e regional, para que possam atingir seu pleno desenvolvimento, especialmente nas áreas produtiva, social e ambiental. Para tanto, contratam-se entidades com capacidade técnica e operacional para prestar tal apoio aos assentados.

O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ASSENTAMENTO (PDA) consiste numa das responsabilidades iniciais. Corresponde ao processo de organização e planejamento do espaço físico do assentamento como um todo. Assim, define-se onde serão localizadas as áreas para produção agrícola (coletiva e/ou individual); área de reserva legal; quando necessárias, áreas de preservação permanente; as vias de acesso e a área para o *habitat*. Além disso, o PDA delinea as atividades produtivas a serem desenvolvidas no assentamento, as ações imprescindíveis para a recuperação e a preservação do meio ambiente, bem como as necessidades de infraestrutura básica e o programa social. Deve ser entendido como:

Plano que reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, em estrita observância à diversidade de casos compreendida pelos diferentes biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo instrumento básico à formulação de projetos técnicos e todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas de assentamento, constituindo-se numa peça fundamental ao monitoramento e avaliação dessas ações (MDA, 2008, p. 137)⁴³.

Para tanto, existe manual próprio que estabelece como deve ser elaborado. Além disso, também deve-se levar em consideração a legislação ambiental em vigor, como a Lei 4.771, de 15/09/1964; Resolução CONAMA 302, de 20/03/2002; e a Resolução CONAMA 303, de 20/03/2002⁴⁴.

⁴² Por estar ligado diretamente ao processo de implantação do espaço físico do local de moradia, o crédito instalação será mais bem detalhado adiante.

⁴³ Informações contidas no Manual Operacional da ATES (2008).

⁴⁴ Estas legislações já foram mencionadas anteriormente no item “Projetos de assentamentos rurais originários do MST”, do Capítulo 1 (páginas 55 e 56).

Como resultado do PDA, “os serviços de medição e demarcação topográfica compreendem a materialização da organização territorial prevista no PDA e deverão ocorrer logo após a sua definição ou posteriormente à aprovação do PDA” (INCRA, 2004)⁴⁵.

Teoricamente, até esta fase de medição e demarcação topográfica, pode-se considerar que as atividades e ações realizadas apresentam um cunho iminente voltado para a implantação do assentamento. As ações descritas a seguir são consideradas como inerentes à fase de desenvolvimento.

A infraestrutura básica dos assentamentos rurais compreende as estradas vicinais de acesso e de comunicação interna aos lotes de trabalho; os sistemas de abastecimento de água; a rede tronco de energia elétrica, dentre outras necessárias ao seu desenvolvimento, estando condicionada à região onde se localiza o assentamento. O usual é que a infraestrutura seja implantada após a conclusão do PDA, da aplicação dos créditos instalação e da demarcação topográfica. Contudo, a demanda e os recursos existentes na respectiva Superintendência é que irão determinar tais ações. Sua implementação é regida pela Norma de Execução nº 54, de 29 de dezembro de 2006 (dispõe sobre a implantação de obras de engenharia e componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento).

Com a intenção de acelerar as ações no âmbito da eletrificação, o INCRA se faz beneficiário do Programa do Governo Federal LUZ PARA TODOS. Constituindo-se numa parceria ente o Ministério de Minas e Energia (MME) e o MDA, o Programa promove a instalação de energia elétrica, incluindo três pontos de luz e dois pontos de tomada por residência, sobretudo nas comunidades de baixa renda no meio rural.

Em relação à questão produtiva, os assentados têm a oportunidade de acessar o PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF), desenvolvido pela Secretaria de Agricultura Familiar do MDA. Com uma linha de crédito própria para a chamada “reforma agrária”, o “PRONAF A”, dá condições para que os assentados se firmem na atividade produtiva, com o financiamento das atividades e produção agrícola. Assim, estes pequenos produtores podem gerar renda e garantir a subsistência de suas famílias.

Outra possibilidade de geração de renda, bem como promoção do desenvolvimento sustentável no assentamento, respeitando suas especificidades, acontece dentro do Projeto da Ação de Fomento à Agroindustrialização, Comercialização e a Atividades Pluriativas Solidárias - TERRA SOL. A partir de convênios e parcerias entre o INCRA e demais Instituições, são promovidas ações que perpassam as atividades meramente voltadas à

⁴⁵ Informações contidas no §6º, art. 4º IN nº 15, de 30 de março de 2004.

produção agrícola. Estimula-se a agroindustrialização e comercialização da produção; o agroextrativismo; a capacitação dos técnicos da assistência técnica e assentados; a realização de eventos que promovam a interligação solidária entre vários assentamentos; a divulgação e venda dos produtos provenientes da reforma agrária; dentre outras atividades.

No que diz respeito às ações inerentes à esfera social, estas devem permear toda a prática do processo de implantação e desenvolvimento do assentamento. Entretanto, no cotidiano as ações acontecem, principalmente após a aplicação dos créditos instalação. É neste contexto que aparece o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.

O PRONERA institui-se como um dos principais programas desenvolvidos pelo INCRA. Com ações exclusivas na área da educação, atua como instrumento de inserção social dos assentados, tendo como principal objetivo ampliar os níveis de escolarização formal destas comunidades. Através de parcerias entre o INCRA e demais entidades, como movimentos sociais; sindicatos de trabalhadores rurais; instituições públicas de ensino; instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos; governos estaduais e municipais, o PRONERA apóia projetos e desenvolve atividades em todos os níveis de ensino, desde a educação de jovens e adultos (EJA), ensino médio e técnico profissionalizante até o ensino superior, com cursos de graduação e pós-graduação. Estas ações são regidas por um manual próprio que estabelece e regulamenta seus procedimentos.

O PROGRAMA NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO DA TRABALHADORA RURAL configura-se como um importante instrumento para a inclusão social das trabalhadoras rurais dos assentamentos rurais. Sua principal ação é garantir, de forma gratuita, a documentação civil, tais como: registro de nascimento, Cadastro de Pessoa Física (CPF), documento de identidade, carteira de trabalho, registro junto ao INSS e carteira de pescador. O Programa ainda oferece orientações sobre direitos e políticas públicas.

Com o intuito de aprimorar e dar suporte às iniciativas positivas realizadas nos assentamentos nas mais variadas áreas (saúde, educação e produção), acontece O PROGRAMA DE APOIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO AOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DA REFORMA AGRÁRIA (PACTO). Resultado da parceria entre o INCRA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), tem como objetivo oferecer alternativas econômicas e sustentáveis, nas mais variadas áreas do conhecimento humano, aperfeiçoando as práticas existentes nas localidades, e buscando fixar cada vez mais os trabalhadores em suas terras. Consiste em repassar aos trabalhadores conhecimentos de ciência e tecnologia sobre temas diversos como saúde, educação e produção.

O PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO E EMANCIPAÇÃO (AUTOSSUFICIÊNCIA) DE ASSENTAMENTOS RESULTANTES DA REFORMA AGRÁRIA (PAC) é uma das ações que busca fazer com que os assentamentos atinjam sua soberania produtiva e de organização social, e possam ser emancipados, consolidando-se e sendo titulados. Para tanto, por meio da elaboração de Planos de Consolidação de Assentamento (PCAs), são promovidos investimentos na área de infraestrutura socioeconômica; contratação de assessoria técnica e realização de treinamentos específicos na demanda desejada. Estas ações visam resultados positivos no âmbito da sustentabilidade econômica, social e ambiental, fazendo com que as famílias atinjam sua estabilidade social e a conquista da cidadania.

Entretanto, estas ações não necessariamente acontecem de maneira sistemática e nesta seqüência apresentada. Depende muito da peculiaridade de cada situação e dos fatores que a envolvem, como disponibilidade de recursos financeiros, vontade política e gestão, sendo algo bastante específico. Dentre estas ações, a que mais se aproxima do processo de implantação do local de moradia (*habitat*) consiste no Crédito Instalação. Por este motivo será melhor explicado na seqüência.

CRÉDITOS INSTALAÇÃO

Os créditos instalação são benefícios iniciais concedidos a cada família assentada com o objetivo de auxiliar e promover a estruturação do novo assentamento, buscando proporcionar ideais condições de vida aos seus moradores. É através destes recursos que se promove a segurança alimentar das famílias assentadas, o fomento do seu processo produtivo e é garantida a sua geração de renda, bem como a construção das suas moradias e sua segurança hídrica. Estes créditos apresentam-se em oito modalidades, tendo sua concessão, aplicação e prestação de contas regulamentada pela Norma de Execução nº 79, de 26 de dezembro de 2008. Os valores e normas gerais para sua implementação são fixados através da Instrução Normativa nº 54, de 22 de julho de 2009.

No Quadro 01, a seguir, encontram-se sua destinação e valores praticados atualmente.

QUADRO 01: MODALIDADES CRÉDITO INSTALAÇÃO

MODALIDADE	DESTINAÇÃO	VALOR
Apoio inicial	“À segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas, ao suprimento de suas necessidades básicas, bem como ao fomento inicial do seu processo produtivo” (INCRA, 2008) ⁴⁶ .	3.200,00 reais por família.
Apoio Mulher	“Promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir na superação da desigualdade de gênero no meio rural” (INCRA, 2008) ⁴⁷ .	2.400,00 reais por família
Aquisição de materiais de construção	“Aquisição de materiais necessários à construção das habitações rurais nos assentamentos, bem como ao pagamento da mão de obra e serviço técnico específico para a qualificação das habitações” (INCRA, 2008) ⁴⁸ .	15.000,00 reais por família
Fomento	“Garantir a segurança alimentar das famílias e geração de excedente produtivo, visando dar suporte à geração de renda” (INCRA, 2008) ⁴⁹ .	3.200,00 reais por família.
Adicional do Fomento	“Consolidar a segurança alimentar das famílias e fortalecer o processo de geração de excedente produtivo” (INCRA, 2008) ⁵⁰ .	3.200,00 reais por família.
Semi-árido	“Atender as necessidades hídricas das famílias nos PA’s localizados nas áreas circunscritas ao Semi-árido, reconhecidas pelo IBGE. Essa modalidade se destina a apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para o consumo humano, animal e produtivo, vedada a utilização para equipamentos de transporte como carro e caminhão pipa” (INCRA, 2008) ⁵¹ .	Até 2.000,00 reais por família
Recuperação/ materiais de construção	“Aquisição de materiais de construção para a melhoria habitacional, apontadas por meio de laudo técnico individual e planilha orçamentária, que indicarão a necessidade e os valores a serem investidos na reforma e/ou ampliação da moradia” (INCRA, 2008) ⁵² .	Até 5.000,00 reais por família
Reabilitação de Crédito de Produção	“Recuperar a capacidade de acesso a novos créditos às famílias que contratam financiamentos, exclusivamente, no âmbito do Programa especial de crédito para a Reforma Agrária (PROCERA), possibilitando a quitação das dívidas contraídas, estejam aquelas em condições de adimplência ou inadimplência, conforme condições previstas nas Leis nº 10.696/2003 e nº 11.322/2006 e Medida Provisória 432/2008” (INCRA, 2008) ⁵³ .	Até 6.000,00 reais por família

FONTE: Elaboração da autora, a partir das informações da NE 79, de 26 de dezembro de 2008.

Não foi encontrado na NE nº 79, de 26 de dezembro de 2008 e nem na IN nº 54, de 22 de julho de 2009, ou em outra legislação específica, definições sobre a seqüência em que devem

⁴⁶ Informações contidas no art. 5º, NE 79, de 26 de dezembro de 2008.

⁴⁷ Informações contidas no art. 6º, NE 79, de 26 de dezembro de 2008.

⁴⁸ Informações contidas no art. 7º, NE 79, de 26 de dezembro de 2008.

⁴⁹ Informações contidas no art. 8º, NE 79, de 26 de dezembro de 2008.

⁵⁰ Informações contidas no art. 9º, NE 79, de 26 de dezembro de 2008.

⁵¹ Informações contidas no art. 10º, NE 79, de 26 de dezembro de 2008.

⁵² Informações contidas no art. 11º, NE 79, de 26 de dezembro de 2008.

⁵³ Informações contidas no art. 12º, NE 79, de 26 de dezembro de 2008.

ser aplicadas as modalidades do crédito instalação. Percebe-se ser algo bastante específico, condicionado à realidade e situação vivenciadas por cada assentamento e pela Superintendência na qual ele está inserido. Costumeiramente se processa na ordem aqui apresentada, uma vez que esta representa a seqüência mais comum de ocorrência das etapas do processo de implantação e desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Observa-se que para cada área emblemática do desenvolvimento humano (social, produtiva e de localização física) correlaciona-se uma modalidade específica do crédito instalação, fornecendo aporte econômico ao seu desenvolvimento. Na aplicação destas modalidades são regulamentados os procedimentos administrativos, visando uma adequada utilização dos recursos públicos. Contudo, nem para todas são destinadas normas ou instruções que estabeleçam suas ações práticas. É o que se observa para a modalidade “aquisição de material de construção”, que mais se relaciona ao processo de implantação do espaço físico do local de moradia (*habitat*).

A modalidade Aquisição de Materiais de Construção admite: compra de materiais necessários à construção da habitação rural, inclusive banheiro e fossa, bem como o pagamento de mão-de-obra para a construção e serviço técnico específico para a qualificação das habitações, até o limite de 20% (INCRA, 2008)⁵⁴.

Contudo, não faz maiores detalhamentos, sobretudo em relação a “serviço técnico específico para qualificação das habitações”. Apenas cita que este seria um “serviço realizado por pessoa física ou jurídica habilitada para viabilizar e/ou melhorar a construção e recuperação das habitações” (INCRA, 2008)⁵⁵. Não menciona quais seriam as atividades práticas desempenhadas, a forma de contratação dos profissionais envolvidos, os quais considera como sendo “o profissional registrado no CREA e com suas obrigações devidamente atualizadas junto ao conselho regional com capacidade para orientar os assentados nas etapas de construção/reforma das habitações” (INCRA, 2008)⁵⁶. Afirma que será editado um Manual Operacional de Crédito Instalação, onde serão previstos a forma de aplicação dos recursos, o pagamento da mão de obra e o serviço técnico específico para sua qualificação. Todavia, nada ainda foi executado.

⁵⁴ Informações contidas no art. 15 da NE nº 79, de 26 de dezembro de 2008.

⁵⁵ Informações contidas no art. 2 da NE nº 79, de 26 de dezembro de 2008.

⁵⁶ *Ibidem*.

PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO LOCAL DE MORADIA (HABITAT)

A prática cotidiana em relação às ações de planejamento e construção do espaço físico do *habitat* dos assentamentos rurais - entendido não somente como a residência, mas o espaço onde o indivíduo desenvolve sua vida diária, como lote de moradia, área de equipamentos sociais de uso coletivo e o arruamento -, geralmente se processa logo após a imissão dos assentados no uso da terra.

As primeiras iniciativas ocorrem no âmbito da organização e planejamento do espaço físico. A consolidação do processo culmina com a construção da moradia em si, o que ocorre no momento da aplicação da modalidade “aquisição de material de construção” do crédito instalação, que reserva recursos especificamente para este fim, como já mencionado. Para os equipamentos sociais de uso coletivo - escola, posto de saúde, centro comunitário, igreja, área de lazer, dentre outros - não existem recursos econômicos específicos para a sua construção. Sua conquista também depende da organização social da comunidade, que deve pleiteá-los junto ao poder municipal, o qual é responsável por sua implementação.

Entretanto, não existe uma regra geral ou seqüência de fatos que norteiem este processo. Condiciona-se a uma série de fatores, tais como organização social da comunidade; disponibilidade de recursos econômicos e humanos do INCRA; vontade política dos tomadores de decisão; intempéries da natureza, etc.

Além disso, não foi encontrado nenhum procedimento sistematizado, norma de execução ou instrução normativa, manual ou cartilha, ou algum tipo de instrumento formal que regulamentasse esta prática no INCRA. Ao contrário do que acontece para outras ações, projetos e programas como: os procedimentos técnicos adotados nas vistorias de fiscalização e avaliação de terra, balizados pelo Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial (aprovado pela Norma de Execução nº 53, de 25 de outubro de 2006); a implantação e o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária disciplinados pela Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004; os créditos instalação regidos pela Norma de Execução nº 79, de 26 de dezembro de 2008 e a Instrução Normativa nº 54, de 22 de julho de 2009; a implantação de obras de engenharia e componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento direcionada pela Norma de Execução nº 54, de 29 de dezembro de 2006; procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) estabelecidos pela Norma de Execução nº 60, de 07 de maio de 2007; as ações do PRONERA, regidas pela Portaria nº 10/98, de 16 de abril de 1998, Portaria/INCRA/nº 837 e a Portaria/INCRA nº 282, de 16 de abril de 2004.

Na maioria dos casos, os condutores responsáveis pelos processos de implantação do espaço físico dos *habitats* são os técnicos do INCRA incumbidos de aplicar os créditos instalação. Ou seja, são nomeados por meio de Ordem de Serviço para a responsabilidade de conceder, aplicar e prestar conta destes créditos e “de quebra” conduzem o processo de planejamento e construção do local de moradia. Estas, contudo, são atividades diferentes entre si, onde as ações não se complementam, necessitando de focos específicos.

Estes técnicos, na maioria dos casos, são engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, economistas, assistentes sociais, dentre outros, cujas habilidades profissionais não apresentam requisitos específicos e conhecimentos técnicos que lhes permitam desempenhar as atividades de implantação do espaço físico do *habitat*.

Em algumas situações acontece a contribuição dos técnicos das entidades contratadas para prestar apoio técnico, social e ambiental às famílias assentadas, no contexto da ATES. O INCRA as contrata para suprir sua insuficiência de recursos humanos, sobretudo em atividades da área social, ambiental e produtiva. Em alguns casos, estas equipes acabam também auxiliando no processo de implantação do *habitat*. Sua formação profissional, entretanto, coincide com as dos técnicos do INCRA.

Outros agentes participantes do processo correspondem aos assentados e aos militantes e/ou lideranças dos movimentos sociais que atuam no meio rural. Dependendo do seu grau de organização social, formação política e interesse pelo processo, assumem maior papel e atuação no contexto das atividades. Os primeiros correspondem aos próprios beneficiários do processo, para quem serão construídas as moradias e o *habitat*. Devem participar ativamente de todo transcorrer. Já os militantes e/ou lideranças dos movimentos sociais se responsabilizam pela organização social da comunidade, sobretudo na época do acampamento. No processo de planejamento e construção do *habitat*, quando não se tornam assentados, permanecem neste acompanhamento. Contudo, observa-se que a intensidade da relação é modificada. Há situações em que não existe esta figura. O grau de participação e atuação de cada agente condiz com a realidade das organizações vivenciada em cada experiência, não existindo também regra geral.

Não se estabelece uma seqüência bem definida entre as etapas de organização, planejamento e construção. Em algumas situações ocorrem de maneira sistemática. Em outras, acontecem quase que simultaneamente, pois a vontade de construir as habitações o mais rápido possível, acaba por atropelar as etapas anteriores. Assim, geralmente, iniciam o processo por meio de discussões, com a participação dos agentes atuantes, com o intuito de definir onde será locado o *habitat*, bem como a sua organização espacial. Desse modo, são

estipulados o tamanho e distribuição dos lotes de moradia, bem como as dimensões das vias de circulação e o projeto da moradia.

De maneira cotidiana estas ações encontram-se condicionadas ao conhecimento empírico do técnico responsável por sua condução, variando de Superintendência Regional à Superintendência Regional (de Estado para Estado). Na maioria das vezes, são critérios utilizados há bastante tempo, sem preocupação de renovação e que não seguem, na maioria das situações, os princípios atuais em voga de planejamento físico-espacial, como a questão ambiental, racionalidade, sustentabilidade e conforto ambiental, dentre outros.

As diretrizes costumeiramente utilizadas baseiam-se nas experiências já implementadas pela Instituição, visando, sempre que possível, alcançar os menores gastos econômicos. Para tanto, levam em consideração critérios técnicos, como a topografia do terreno; possibilidade de alagamento; disponibilidade de água; acessibilidade à infraestrutura necessária; acesso ao tipo de produção que será estabelecida; dentre outros.

Em relação à casa, no geral fazem uso de um projeto padrão, de autoria desconhecida, condizente com a tipologia de habitação de interesse social, contemplando área mínima necessária (em torno de 48m²) e o menor custo possível para sua execução. Contudo, não levam em consideração a especificidade da área onde são implementados e nem da comunidade atendida, bem como de parâmetros de conforto ambiental, funcionalidade, etc. Poucas são as experiências que fogem deste padrão.



Geralmente se dedica pouco tempo às etapas de organização e planejamento, não havendo uma reflexão sobre todos os aspectos necessários. As ações são atropeladas pela vontade de se construir as habitações a qualquer custo.

Depois de tudo estabelecido e escolhido, parte-se para a fase da construção propriamente dita. Primeiramente a equipe de topógrafos do INCRA demarca o desenho do *habitat*, com

seus lotes de moradia, arruamento e moradias no local previamente acordado. Caso seja necessária a limpeza da área, esta frequentemente fica a cargo dos assentados.

A construção das moradias acontece a partir do momento em que o técnico do INCRA libera o crédito aquisição de material de construção. Com estes recursos – 15 mil reais por família – a comissão de compras, formada por três assentados escolhidos em assembléia, compra o material necessário para a construção das moradias. Tomam como referência o orçamento entregue junto com o projeto, quando existente. Caso contrário, fazem uso da experiência pessoal. Realizam pesquisa de preço em, no mínimo, três depósitos de material de construção, preferencialmente na região geográfica onde o assentamento se encontra inserido. Estas ações são supervisionadas pelo técnico do INCRA, que divide com todos os assentados a responsabilidade da aplicação do dinheiro público.

Geralmente a execução das moradias fica a cargo de pedreiros contratados ou dos próprios donos das casas, ou ambos, em parceria com os últimos, trabalhando como ajudantes. Como a remuneração é mínima (a NE nº 79, de 26 de dezembro de 2008 estabelece que até 20% dos recursos econômicos do crédito instalação modalidade aquisição de material de construção podem ser empregados para o pagamento de mão de obra), infere-se que grande parte dos profissionais que se sujeitam a realizar este tipo de serviço não possuem boa qualidade técnica. Em geral não recebem orientação de profissional da área da construção civil, como o arquiteto e urbanista e/ou engenheiro civil. Não existe um responsável técnico capacitado para acompanhar o transcorrer da obra. Aliás, em ambas as etapas - planejamento e construção - falta assistência técnica de profissionais com atribuição específica para tal.

Até meados da década de 2000, grande parte das Superintendências do INCRA permitia que fossem contratadas empreiteiras para a construção das moradias. Contudo, na maioria das experiências realizadas, constatou-se que as habitações erguidas apresentavam baixa qualidade construtiva, além de ter existido outros problemas envolvendo a gestão das Superintendências e as empreiteiras. Assim, atualmente esta prática não é incentivada.

Os resultados alcançados, em grande parte dos casos, são projetos de *habitat* e moradia que não primam pela qualidade estética, funcional e de conforto do espaço físico. Não seguem sistematização, não se adaptando, adequadamente, à realidade de cada família. Além disso, parte das habitações erguidas também não apresenta qualidade construtiva, necessitando, num curto espaço de tempo, passar por processos de reforma e recuperação. Percebem-se, então, os prejuízos provocados pela ausência de profissionais com formação específica para orientar as atividades de implantação destes espaços, como, por exemplo, o arquiteto e urbanista. Este assunto será abordado no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: O ARQUITETO E URBANISTA NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO DO *HABITAT* DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DE REFORMA AGRÁRIA

3.1 O ARQUITETO E URBANISTA

CONCEITO

Em um dos seus principais textos “*Bauhaus: Novaquietura*”, no contexto de seus ideais sobre a Bauhaus, Walter Gropius (1972) disserta acerca do profissional arquiteto e urbanista, buscando sempre fazer um paralelo com a prática da arquitetura. Apresenta-o como sendo um coordenador nato que, dentre seus principais papéis, deve buscar solucionar de maneira harmônica os diversos problemas – no âmbito técnico, econômico, social e artístico – que porventura venham a acontecer dentro da construção. Vale salientar que seus escritos se inserem no contexto político, social e econômico da primeira metade do século XX, onde se processa o conflito entre o capitalismo e as classes operárias e a decadência das relações comunitárias, ao mesmo tempo em que acontece o desenvolvimento da padronização e a pré-fabricação. Na construção civil este contexto rebate na separação entre projeto e execução.

Nas grandes épocas do passado, o arquiteto era o mestre-canteiro ou mestre de uma ‘guilda de construção’ e desempenhava importante papel no processo de conjunto de produção do seu tempo. Mas com a transformação do artesanato em indústria, tornam necessária a revisão (GROPIUS, 1972, p. 120).

Na pesquisa realizada por Carvalho (1986) sobre o Papel Social do Arquiteto, a pesquisadora afirma que o profissional arquiteto e urbanista detém grande parcela da responsabilidade na criação dos espaços destinados ao desempenho das atividades do homem e na organização da produção deste espaço (CARVALHO, 1986, p. 203).

Para Cláudio Forte Maiolino (1997) o arquiteto e urbanista possui uma função ampla. Deve realmente preceder e coordenar uma parcela considerável das atividades humanas, sendo os responsáveis pela elaboração do projeto arquitetônico, bem como pela coordenação dos demais profissionais envolvidos nesta prática e ainda pela execução do seu projeto.

Na definição concebida por Paulo Bicca (1984) percebe-se uma constante referência à oposição entre concepção e construção, que finda por se rebater na divisão social do trabalho entre os arquitetos e urbanistas e os trabalhadores braçais que atuam na construção civil. Os

primeiros sempre responsáveis pelo trabalho intelectual e de concepção, que antecede e é necessariamente separado do trabalho manual, o qual fica a cargo dos operários da construção

O arquiteto – independentemente da sua maneira de pensar – só existe na condição de opor-se a todos aqueles que, na produção da arquitetura, realizam o trabalho manual. Nessas circunstâncias estabelece-se uma rígida divisão entre o trabalho de concepção e controle, de um lado, e o trabalho de execução, de outro. (...) O arquiteto, já dizia São Tomás Aquino, concebe a forma do edifício sem manipular ele próprio a matéria (BICCA, 1984, p. 19).

Para este autor, o arquiteto e urbanista será o dominador, detentor do conhecimento intelectual e científico, que se impõe e se sobressai em relação aos trabalhadores braçais, que apenas cumprem suas determinações, muitas vezes nem entendendo o que executam. Contudo, sem eles, as criações dos arquitetos e urbanistas não existiriam.

Assim, pois, se ao longo de sua secular existência o arquiteto, sempre atrelado à trilogia de Vitruvio, foi capaz de propor toda a sorte de arquitetura distintas, do ponto de vista estético, funcional e construtivo, ele não pode, e não poderá jamais, salvo autonegando-se, propor uma arquitetura para a realização da qual seria dispensada a participação dos que, pelo simples trabalho manual e na condição de denominados, constroem os espaços materiais por eles não concebidos. (...) Os arquitetos se autodefinem enquanto agentes do processo produtivo da arquitetura. Profissional que, deixando de lado a retórica e de um ponto de vista pragmático, se caracterizaria então pelo fato de possuir, ao mesmo tempo, as qualificações necessárias à elaboração de projetos de arquitetura, e as aptidões requeridas pelo exercício das atividades de ‘responsável técnico’ do canteiro (BICCA, 1984, p. 72 - 88).

O saber do arquiteto e urbanista, baseando-se nas concepções de Léfèbvre (1978), para as atribuições profissionais correspondentes aos profissionais que atuam no espaço concreto, deve dialogar com os demais saberes, incluindo aos aspectos técnicos, os aspectos da vida cotidiana e do vivido e dos sonhos dos grupos sociais diretamente envolvidos no processo. Este profissional pode ser entendido, também, como o agente cuja função social corresponde ao trabalho predominantemente com idéias, traduzindo para o espaço diversos saberes, o que extrapola o simples ato da concepção e da execução. Interage diretamente com o “cliente”, com o intuito de contribuir com a melhoria de suas condições, sobretudo na sua vida cotidiana e no seu *habitat*. Nesta concepção, o arquiteto e urbanista pode se tornar um intelectual orgânico, como delineado por Antonio Gramsci (1975), se tiver consciência da própria função, colaborando para a concepção de idéias, com o intuito da transformação social, organizando e agindo de maneira política nesta direção.

Orgânicos são os intelectuais que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais mais avançadas que o seu grupo social desenvolve para dirigir a sociedade. Ao fazer parte ativa dessa trama, os intelectuais “orgânicos” se interligam a um projeto global de sociedade e a um tipo de Estado capaz de operar a “conformação das massas no nível de produção” material e cultural exigido pela classe no poder. Então, são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam (Gramsci, 1975, p. 1.518). Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho, como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados; no interior da sociedade civil, para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem; na sociedade política, para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social. (...) Tal intelectual deve ser um “construtor, organizador, educador permanente”, de modo que “da técnica-trabalho se chegue à técnica-ciência, à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece ‘especialista’ e não se chega a ‘dirigente’ (especialista + político)” (idem, *ibid.*, p. 1.551) (GRAMSCI, 1975, p. 1.518 *apud* SEMERARO, 2006, p. 377 - 378).

Assim, diante de tudo o que foi exposto, percebe-se que existem diversos pontos de vistas e possibilidades acerca do significado do arquiteto e urbanista. No nosso entender, no contexto deste trabalho, se aproxima mais dos dois últimos teóricos citados. Desse modo, este profissional deve ser compreendido como aquele que utiliza o seu conhecimento com o intuito da modificar a sociedade, tornando-se mais do que um simples técnico, mas sim um educador e agente transformador da realidade.

LEGISLAÇÃO QUE REGULAMENTA E REGE A PROFISSÃO

O arquiteto e urbanista corresponde ao profissional que apresenta uma formação abrangente, existindo a oportunidade de desenvolver atividades de caráter tecnológico, artístico e cultural. A profissão encontra-se ligada ao sistema CONFEA/CREAs, responsável em regulamentar e fiscalizar o exercício profissional. No entanto, atualmente, tramita no Congresso Federal sua desvinculação deste sistema com a criação de Conselho próprio, o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), a partir do Projeto de Lei 4.413/2008. Este tem como intuito regulamentar o exercício da Arquitetura e Urbanismo, criar o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal.

O exercício profissional encontra-se regulamentado pela Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de engenheiro

agrônomo. De acordo com esta lei, o exercício da profissão é reservado aos que possuem diploma de Faculdades ou Escolas Superiores Oficiais ou reconhecidas pelo Estado, a partir do Ministério da Educação (MEC), e aos estrangeiros e/ou brasileiros formados no exterior, com diploma revalidado e registrado no Brasil. Ao profissional arquiteto e urbanista cabe desenvolver as atividades e atribuições voltadas ao desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada; planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; ensino, pesquisa, experimentação e ensaios; fiscalização de obras e serviços técnicos; direção de obras e serviços técnicos; execução de obras e serviços técnicos; produção técnica especializada, industrial ou agropecuária. Além de qualquer outra atividade que, por sua natureza específica, se adeque no contexto de sua profissão (BRASIL, 1966)⁵⁷.

Por sua vez, a Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, discrimina as atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia⁵⁸. Já na Resolução nº 1.002, de 26 de novembro de 2002 (Código de Ética Profissional do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro Agrônomo), adota-se o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia e estabelece outras providências. No mais, a Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005, dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema CONFEA/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional.

ATRIBUIÇÕES⁵⁹

Cabe ao arquiteto executar as seguintes atividades listadas, referentes a edificações, conjuntos arquitetônicos e monumentos, arquitetura paisagística e de interiores; planejamento físico, local, urbano, regional e territorial, e serviços afins e correlatos: supervisão, coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento, projeto e especificação; assistência, assessoria e consultoria; direção e execução de obra e serviço técnico; vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; desempenho de cargo e função técnica; ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica e extensão; elaboração

⁵⁷ Informações contidas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

⁵⁸ As atividades que competem ao arquiteto e urbanista encontram-se discriminadas na seqüência, no item “Atribuições”.

⁵⁹ De acordo com o que estabelece a Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973.

de orçamento; padronização, mensuração e controle de qualidade; execução de obra e serviço técnico; fiscalização de obra e serviço técnico; produção técnica e especializada; condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; execução de instalação, montagem e reparo; operação e manutenção de equipamento e instalação; e execução de desenho técnico.

CAMPO DE ATUAÇÃO ATUAL

A atuação profissional do arquiteto e urbanista está sempre se moldando às mudanças da sociedade, buscando se encaixar aos novos costumes, tecnologias, padrões, dentre outros. Com as dinâmicas atuais do mercado de trabalho, este profissional vê-se obrigado a se adaptar, porém esta ação encontra-se intimamente ligada às suas convicções enquanto modo de perceber o exercício profissional. “O campo de atuação do arquiteto, nas condições do mundo contemporâneo, amplia-se cada vez mais” (ARTIGAS, 2004, p. 108).

Todos os anos o mercado de trabalho brasileiro recebe uma grande quantidade de novos profissionais formados, que se juntam aos já atuantes. A concentração se faz maior nos grandes centros urbanos. Nas pequenas cidades a atuação ainda é pulverizada.

Em seu exercício profissional, para desempenhar suas funções e atribuições, o arquiteto e urbanista pode assumir a figura de profissional autônomo; empresário; funcionário público; assessor; consultor; professor; prestador de serviço em construtoras, lojas, empreendimentos comerciais e nas indústrias; militante político, ligado ou não, a movimentos sociais e/ou ONGs, dentre outros.

Desse modo, existe uma gama de possibilidades para atuação, sobretudo, voltada à configuração física do espaço das construções. O campo mais tradicional da arquitetura e urbanismo corresponde ao de elaboração de projetos de edificações, constituindo também o mais concorrido. Neste contexto é o responsável pela confecção do projeto arquitetônico e pela definição dos materiais que serão usados na obra, levando em consideração o uso do imóvel, a disposição dos objetos, a ventilação e a iluminação, dentre outros.

Ao lado do engenheiro civil, o arquiteto e urbanista pode trabalhar na obra, coordenando a construção ou reforma de edificações e gerenciando custos e prazos. Contudo, nenhum outro técnico da engenharia tem uma visão global dos aspectos do projeto como o arquiteto possui.

Outra vertente de atuação consiste no planejamento urbano, cujo objetivo é refletir sobre a vida urbana, buscando soluções que facilitem a vida coletiva nas cidades, além de planejar o seu crescimento, levando em consideração o ser humano e o meio ambiente, produzindo espaços adequados para a sociedade.

No contraponto tem-se a arquitetura de interiores, especialidade de atuação responsável pela reforma, construção e ambientação do espaço interno das edificações. Neste contexto o profissional procura promover o conforto ou dar características próprias a estas áreas. Neste mesmo eixo, tem-se a luminotécnica, onde o profissional trabalha aplicando aos espaços técnicas específicas de iluminação, favorecendo suas características. No mais, existe a possibilidade de trabalhar concebendo projetos de móveis para os ambientes.

Outra possibilidade é o paisagismo, onde se trabalha com a criação de espaços abertos, como jardins, parques e praças, combinando plantas, pedras, madeiras e outros materiais.

Recentemente, novos campos de atuação estão sendo explorados pelo arquiteto e urbanista, ligados, sobretudo, às novas tecnologias e atividades da sociedade. Assim, tem-se a atuação em cenografia, tornando-se responsável pela criação de cenários de novelas ou de filmes; desenho industrial, com atuação direcionada para a produção nas indústrias; comunicação visual, elaborando placas de sinalização e logotipos; design gráfico, onde se trabalha com a tecnologia da informática, a partir de softwares. No mais, além destas citadas, existem outras tantas possibilidades de atuação para o arquiteto e urbanista.

Percebe-se que a Arquitetura e Urbanismo permite ao seu profissional um amplo leque de possibilidade de atuação, indo do macro espaço e áreas abertas aos edifícios e seus interiores. Segundo Carvalho (1986), o arquiteto e urbanista, devido a sua formação, corresponde ao profissional responsável em socializar as informações relativas à cidadania: os direitos do cidadão em relação à cidade (acesso à água, saneamento básico, escola, saúde, terra, transporte, uso do solo urbano, dentre outros).

No entanto, em nossa sociedade o arquiteto e urbanista é visto como um profissional que desenvolve trabalhos, sobretudo, para as classes abastadas, sendo considerado um “profissional de luxo”. Poucas são as iniciativas voltadas às camadas detentoras de um menor poder aquisitivo, dentre estas a população de interesse social do meio rural, especificamente nos assentamentos rurais da chamada “política de reforma agrária”.

Na concepção de Carvalho (1986), no processo de socialização de seu conhecimento, o arquiteto e urbanista tem, em geral, a população com agente principal dos trabalhos sociais. Assim, este profissional assume a função de captar e traduzir as necessidades da população tecnicamente, seja na elaboração de projetos, seja em forma de solução para os problemas levantados. Para desenvolver suas funções pode fazer uso de alguns canais: órgãos públicos; universidades; ensino; extensão; movimentos sociais; entidades de categorias; parlamento. Dentre estes, existe a possibilidade do trabalho social do arquiteto e urbanista.

Essa vertente de atuação mais preocupada e comprometida com a transformação da sociedade a partir da sua prática profissional, que vai além do simples projetar e/ou executar, atuando não somente para os detentores do poder, mas abrangendo a classe trabalhadora, encontrou-se mais em destaque em meados do século passado (CARVALHO, 1986, p. 64 - 70). Havia uma conscientização e preocupação com os problemas gerados a partir da urbanização e industrialização do país, sobretudo com a política habitacional; lutava-se pela reforma urbana; disseminava-se uma arquitetura social, influenciada pela teoria racionalista difundida por Le Corbusier, dentre outros.

No Seminário de Habitação e Reforma Urbana realizado em 63, os arquitetos levantaram a necessidade de interferência direta do poder público no processo de apropriação e utilização do solo urbano, como garantia à crescente demanda de habitações, serviços e equipamentos urbanos. Posteriormente, em outros seminários e congressos, os arquitetos sugeriram linhas mestras para o estabelecimento de uma política urbana para o Brasil, apontando os principais obstáculos a superar para a sua consecução e as necessárias medidas de instrumentação institucional e técnica (CARVALHO, 1986, p. 132).

A atuação dos arquitetos e urbanistas na discussão sobre a reforma urbana aconteceu de maneira mais visível nos sindicatos, embora este debate também tenha atingido outros espaços, como as universidades e instituições estatais.

No entanto, no período da ditadura militar este contexto de debates e discussões foi abafado. Assim, “a arquitetura perdia sua dimensão política de denúncia e de proposta de superação das desigualdades sociais” (CARVALHO, 1986, p. 132). Todavia, com o fim da repressão, no transcorrer da década de 1980, voltou à tona, sobretudo no período pré-constituente. É também a partir deste momento que retorna à cena política os movimentos sociais organizados, acontecendo uma maior aproximação entre estes e os arquitetos e urbanistas. O trabalho entre estas duas categorias se processa através da troca de conhecimento, onde o arquiteto e urbanista dispõe seu saber intelectual a favor dos menos favorecidos, com o intuito de assessorá-los na busca por seus direitos e cidadania. Assim, sua responsabilidade consiste em conceber propostas junto com a comunidade e, de maneira também conjunta, decidir o modo de efetivá-las.

Atualmente esta postura de comprometimento com a sociedade de maneira geral, não se restringindo apenas aos detentores do poder, mas abrangendo sua atuação a toda a comunidade, principalmente a classe trabalhadora, resiste numa pequena parcela dos arquitetos e urbanistas, sobretudo os possuidores de uma formação e instrução política mais aguçada, ligada a uma ideologia, envolvidos com sindicatos, partidos políticos, organizações

não governamentais e movimentos sociais, especialmente os que lutam por moradia. Poucos são os profissionais que investem nesta área.

Contudo, os que acreditam nesta atuação engajada aos interesses da sociedade como um todo, na intenção de uma transformação geral, percebem o profissional arquiteto e urbanista como disseminador de diversos saberes. Neste sentido, a ciência não pode ser apropriada somente por grupos dominantes, mas deve ser socializada, não apenas no seu processo de produção, como também no modo de seus usos. Dessa forma, um instrumento que se configura como facilitador para esta atuação consiste na prática da pesquisa-ação, onde se processa uma interação mais ativa e de forma horizontal com o público alvo, existindo a efetiva participação da população pesquisada na geração de conhecimento, concebido fundamentalmente como um processo de educação coletiva.

Existe uma ampla gama de possibilidades para uma atuação social do arquiteto. Desta forma, a questão a se considerar, num primeiro momento, não reside no fato de como vai se dar a atuação do arquiteto, mas pela disposição do profissional em atuar comprometido com os interesses da população (CARVALHO, 1986, p. 254).

3.2 O ARQUITETO E URBANISTA E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

Ser intelectual a serviço da classe trabalhadora, consiste em elevar a atuação para além do discurso, a definição de uma postura política em relação ao cliente do arquiteto. Tal definição norteará a sua atuação profissional, cuja inserção na vida prática se dará como construtor, organizador e persuasor constante e não apenas como orador fluente e emotivo. Consciente das injustiças e desigualdades sociais vigentes na sociedade capitalista, e de seu papel no contexto social, o arquiteto deverá optar pela classe trabalhadora, a ampla camada da população que tem sido explorada em nome da minoria privilegiada que detém o poder econômico (CARVALHO, 1986, p. 273).

CONTEXTUALIZAÇÃO

Após um período de pseudotranqüilidade econômica, representado pelo milagre econômico que pairou sobre o país durante a ditadura militar, o início da década de 1980 foi caracterizada pelo aumento da taxa de desemprego, seguido por um forte arrocho salarial, especialmente para a classe trabalhadora. Conseqüência desse quadro de recessão foi o crescimento da pobreza. Trabalhadores sem emprego e sem renda não conseguiam pagar aluguel e nem adquirir e manter suas moradias, agravando a crise habitacional que a muito

assolava nosso país. Muitos ficaram sem ter onde morar. Contribuindo para fomentar esta crise, o Governo Federal decretou, em 1986, a falência do Banco Nacional da Habitação.

Assim, no contexto político e econômico de agravamentos das crises, que tornava favorável as reivindicações, a camada menos abastada da população brasileira, órfãos de iniciativas duradouras dos órgãos competentes, organizaram-se de maneira coletiva para reivindicar por seus direitos, sobretudo o de ter acesso à moradia digna, “valorizando-se os princípios de participação, união, solidariedade e de democracia, mobilização popular e autonomia frente ao Estado, políticos e partidos” (Bonduki, 1992, p. 30). É o surgimento dos movimentos de moradia e dos sem teto.

O processo de democratização, a reorganização partidária, o fortalecimento do novo sindicalismo, a conquista de novos canais de participação popular e as eleições de 1982 criaram uma nova conjuntura para os movimentos sociais (Bonduki, 1992, p. 30).

Tem início o processo de luta e ocupação de terra para habitar, dando conhecimento à sociedade em geral, das condições precárias e desumanas na qual vivia essa parcela da população. Faziam ocupação de terras ociosas que julgavam adequadas a construção de habitações e reivindicavam, junto ao Poder Público, iniciativas que financiassem a compra da terra ocupada e a construção da moradia, infra-estrutura e melhorias urbanas.

Os movimentos pressionavam o Poder Estatal e buscavam assessoria técnica, de profissionais habilitados para tal, no intuito de auxiliá-los em suas formulações e reivindicações, principalmente por programas habitacionais. Assim, surgem as primeiras propostas elaboradas a partir dessas discussões, que resultam em programas habitacionais, propostas de urbanização de favelas, propostas de compras de terras e construção de casas, onde existe a participação direta dos usuários em todas as etapas do processo.

As propostas básicas dos movimentos de conquista de moradia são formuladas neste período. Suas linhas gerais são as seguintes: formação de entidade representativa da comunidade organizada, encarregada de promover e gerir todas as etapas do empreendimento habitacional; a obtenção de terra com recursos governamentais, a serem repassados à entidade a custo zero; obtenção de financiamento compatível com renda em torno de um salário mínimo, para a compra de material de construção suficiente para a construção de uma casa com aproximadamente 40m²; construção da casa através da utilização, ao menos em parte, da mão-de-obra da própria comunidade organizada em mutirões coletivos; subsídio para execução da infra-estrutura; gestão pela comunidade de todo o processo de escolha e compra do material; constituição de equipe técnica de confiança da comunidade para assessorá-la na elaboração do projeto, no controle e organização da obra e nos contatos com os órgãos públicos (Bonduki, 1992, p. 45).

Assim, através de suas lutas, enfrentando e superando dificuldades, conseguiram terras e financiamento do Estado para a construção de suas moradias. Uma das primeiras experiências colocadas em prática foi a produção de habitações através de mutirões autogeridos, assessorados por assistência técnica de profissionais habilitados para tal. “O mutirão do movimento social pretende criar um espaço popular próprio e por isso é baseado na idéia de ‘autogestão’ e na desidentificação com o Estado” (Arantes, 2002, p. 171). É um espaço de autonomia, conscientização e formação política daqueles que atuam. As entidades comunitárias participavam direta e ativamente da administração do processo, sempre assessorado pela assistência técnica.

É o movimento que, ao fazer as ocupações, indica os terrenos; escolhe a ‘demanda’ de cada projeto em função de critérios claramente estabelecidos, impedindo a prática fisiológica; decide como serão as casas e a organização do trabalho no canteiro; contrata trabalhadores; forma comissões de compra; escala coordenadores; faz assembléias; aprende a negociar com o governo (Arantes, 2002, p. 172).

Percebe-se, então, o importante papel que a assistência técnica desempenhou neste processo, principalmente em relação aos aspectos da autogestionária e da elaboração das propostas alternativas levadas para discussão com o poder público. A comunidade tinha consciência da importância que os detentores do conhecimento técnico possuíam neste contexto, considerando-os como profissionais a seu serviço. Desse modo, a união dos movimentos de moradia elegeu o mutirão como uma de suas bandeiras mais importantes e acreditava na importância da participação dos profissionais da arquitetura e urbanismo nas discussões do projeto e da autogestão na construção da obra.

Nos primeiros contatos, os profissionais atuavam de maneira voluntária, como uma assessoria não remunerada. Na maioria das vezes, eram arquitetos e urbanistas militantes, que trabalhavam de modo autônomo em relação ao Poder Público. Possuíam alguma ligação política e ideológica com a causa e acreditavam no seu papel social, que com sua ajuda poderiam modificar um pouco a realidade da sociedade em que viviam.

Um dos primeiros atuantes nas assessorias técnicas foram os estudantes e os professores (de formação política acentuada) das faculdades de Arquitetura, principalmente os da FAU/USP e os da Faculdade de Belas Artes de São Paulo, além de algumas experiências que se concentravam em outras metrópoles brasileiras. A primeira experiência surgiu com a criação do Laboratório de Habitação do Curso de Arquitetura da Faculdade de Belas Artes de

São Paulo – primeira entidade estruturada e permanente de assessoria técnica voltada para os aspectos de arquitetura, urbanismo e construção.

Depois seguiram as ações das Prefeituras de gestão popular, que tinham em seu comando o Partido dos Trabalhadores (PT), destacando-se as da cidade de São Paulo, Porto Alegre e Icapuí-CE. Na gestão de Luisa Erundina (1989 a 1992), em São Paulo, foi instituída uma política habitacional apropriada para assistência técnica, onde o mutirão assessorado pela assistência técnica foi reconhecido como instrumento básico. Nesse período, continuaram sendo desenvolvidas experiências positivas, onde muitas famílias, que não possuíam sua moradia própria, tiveram a oportunidade de adquiri-la.

Nesta ocasião, um dos representantes das iniciativas no Rio Grande do Sul correspondeu ao arquiteto e urbanista Clóvis Ilgenfritz, o qual, enquanto dirigente sindical, vereador e deputado federal, buscou instituir o programa de Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME) e garantir o direito para a população de baixa renda à assistência técnica gratuita para o projeto e a construção de sua habitação.

Outra iniciativa, neste âmbito, foi a promulgação da Constituição de 1988, a qual consagrou a moradia como um direito social dos brasileiros. A partir do que está escrito no art. 6º da Carta Política gerou-se, no Poder Público, o dever de oferecer à população de baixa renda uma habitação digna e construída de forma cuidadosa, com respeito às condições de salubridade, estabilidade e convivência social. Complementa-se com os artigos 182 e 183, que abordam a política urbana.

Após o auge da atuação dos movimentos sociais - que atingiu seu clímax durante a década de 1980 – a atuação dos movimentos populares na luta por moradia enfraqueceu, perdendo seu brilho e entusiasmo, atuando com menor visibilidade. No entanto, a questão da assistência técnica dos arquitetos e urbanistas às camadas de menor poder aquisitivo da sociedade, que esteve muito ligada à ação destes movimentos de luta por moradia, ainda permanece encontrando espaço de atuação, apesar das dificuldades. Além disso, os mutirões assistidos foram incorporados como bandeira de luta dos Movimentos por moradia na América Latina.

Nos dias de hoje, uma tendência da política habitacional é a descentralização das iniciativas em relação ao poder federal. Isso permite que haja oportunidade de ação para as iniciativas da sociedade civil, que findam por complementar o papel do Poder Público. Assim, a assistência técnica continua atuando nas lacunas deixadas pelo Estado, configurando-se como um agente nos processos de intervenção nas questões habitacionais.

Os profissionais que prestam assistência técnica à moradia de interesse social, atualmente, prestam seus serviços através de organizações não-governamentais (ONGs), cooperativas,

entidades de classe (CREAs, IAB, FNA, sindicatos), entidades de ensino superior, dentre outros, como já foi colocado anteriormente. As ações não se restringem a atuação do arquiteto e urbanista ou engenheiro civil, mas sim de uma equipe multidisciplinar, envolvendo uma gama de outros profissionais, como assistente social, pedagogos, geógrafos, dentre outros.

Carvalho (1986) complementa e reforça as modalidades de atuação do arquiteto e urbanista voltado às questões sociais: prestação de assessoria técnica através de cooperativas em bairros de periferia ou associados a entidades diversas, como partidos políticos, entidades de categorias, associação de moradores, Igrejas, dentre outros; realização de trabalhos em Instituições Públicas, com credibilidade para corresponder aos interesses da população; atuação nas Universidades, através do ensino, da pesquisa e extensão.

As perspectivas dos trabalhos sociais passam pela questão de organização e mobilização da sociedade, seja a partir das comunidades, inclusive solicitando os diversos profissionais, seja por parte dos próprios profissionais em suas entidades representativas, atuando de maneira crítica e consciente do seu papel transformador (CARVALHO, 1986, p. 257).

O campo de atuação destes agentes segue as primeiras iniciativas desta área, realizadas durante a década de 1980. Contudo, agora possuem uma abertura em seu leque de opções. Assim, continuam dando apoio técnico e político aos movimentos populares, buscando fortalecer a cidadania da camada mais excluída da sociedade, tendo como ponto focal os mutirões autogeridos, produção de projetos e sua execução. No entanto, apareceram outros temas de trabalho, como a avaliação e elaboração de políticas ambientais e sociais, bem como outros “clientes”, como Instituições Públicas e Administrações Municipais.

A atuação de organizações não-governamentais pode ser exemplificada, sobretudo, na assessoria a mutirão autogeridos pelos movimentos sociais para a construção de conjuntos habitacionais, sobretudo nos grandes centros urbanos.

A atuação das entidades de ensino superior, sobretudo nas de cunho público, segue os mesmos moldes das experiências da década de 1980, por meio dos estudantes e professores ligados aos laboratórios de habitação ou escritórios modelos das faculdades dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo, além do envolvimento em projetos de pesquisa e extensão.

A explanação teórica poderá ser acompanhada de trabalhos de campo, onde o contato direto com a realidade específica local, leve os estudantes a assimilar os fatos teorizados em sala de aula, vinculando a teoria à prática vivenciada. No contato com a realidade, a pesquisa e a extensão têm um papel fundamental a realizar, contribuindo para a obtenção da veracidade social pretendida (CARVALHO, 1986, p. 219 - 280).

Segundo Carvalho (1986) a atuação em Órgãos públicos, onde o compromisso com o atendimento as necessidades da população como um todo é mais concreto, deve ser feita por meio de metodologias participativas.

Observará para que sua intervenção não se dê no sentido de substituir o papel da população, a qual cabe o papel de reivindicar, mas de instrumentalizá-la para a conquista de seus objetivos (CARVALHO, 1986, p. 276).

De modo recente, dando continuidade aos esforços dos sindicatos e profissionais envolvidos com a assistência técnica e dos movimentos por moradia, reforma urbana, entre outros, dentro da política pública governamental foi efetivado mais um reforço para as iniciativas de assistência técnica: a Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008. Este instrumento jurídico, que permite aos arquitetos e urbanistas e engenheiros civis o pleno exercício social de suas profissões, resulta da ação iniciada ainda na década de 1970 por profissionais envolvidos com a causa, sobretudo o arquiteto e urbanista Clóvis Ilgenfritz, que em 2002, quando deputado federal pelo PT/RS, registrou na Câmara Federal o Projeto de Lei nº 6223/2002, que corresponde ao embrião da referida lei, atualmente promulgada. Esta assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. De acordo com este instrumento jurídico, as famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos, residentes em áreas urbanas ou rurais, têm o direito, gratuitamente, a serviços de projeto arquitetônico, acompanhamento e execução da obra, sob a responsabilidade de profissionais da arquitetura, urbanismo e engenharia, que tenham atribuições para edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária da habitação. Estes serviços podem ser oferecidos diretamente às famílias ou a grupos organizados que a representem. Para prestar tais serviços, os profissionais da arquitetura, urbanismo e engenharia devem ser servidores públicos; integrantes de ONGs; profissionais inscritos em programas de residência acadêmica em arquitetura, urbanismo ou engenharia ou em programas de extensão universitária, por meio de escritórios-modelos ou escritórios públicos com atuação na área; e profissionais autônomos. As atividades realizadas devem priorizar o modo construtivo em regime de mutirão, além de práticas que busquem a inovação tecnológica, metodologias de caráter participativo e a democratização do conhecimento.

Se por um lado a referida lei se apresenta como um avanço para a socialização do papel do arquiteto e urbanista, além do engenheiro civil, por outro lado os movimentos sociais criticam a possibilidade assistência técnica individualizada.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ARQUITETO E URBANISTA NO MEIO RURAL

O arquiteto e urbanista pouco tem atuado no meio rural brasileiro, sobretudo em relação a questão específica da organização, planejamento e construção do local de moradia (*habitat*) de assentamentos rurais.

As primeiras experiências observadas não correspondem especificamente ao contexto dos assentamentos rurais, mas experiências dentro da política e prática da colonização dirigida no Norte do País, ocorrida na década de 1970, especificamente na Amazônia Legal (Pará, Rondônia, Acre e Roraima), que tinha como produto final os projetos de colonização. Estes corresponderam a experiências interessantes em relação à organização, planejamento e construção do seu local de moradia. Assim, ocupavam áreas até então sem destinação, sobretudo devolutas, com a fixação de populações para habitar e produzir. Neste período havia grande preocupação com o desenvolvimento das populações que habitavam o meio rural, em todos os seus aspectos: sociais, econômicos e produtivos. Praticava-se o planejamento urbano-rural ou também chamado urbanismo rural

Estudando como dar ao campo os benefícios das cidades, chegamos à conclusão de que deveriam ser adaptadas, ao meio rural, as técnicas urbanísticas utilizadas na cidade, pois os problemas são os mesmos, diversificados apenas quanto à densidade demográfica e às atividades econômicas principais (CAMARGO, 1970, p. 16).

Este termo trazia implícita uma série de significados e valores, bastante pertinente aos que se vivia e acreditava na época. Encontrava-se em pleno regime militar, com uma política voltada para o desenvolvimento do país, com ênfase na urbanização, onde se processavam os grandes fluxos migratórios para as cidades. É neste contexto que se apresenta o conceito de Planejamento Urbano-rural ou Urbanismo Rural⁶⁰, entendido como

o planejamento social, econômico e físico do meio rural, determinando o 'zoneamento', o 'uso' e o 'dimensionamento' das áreas rurais, tendo em vista os recursos naturais e a distribuição racional e seletiva dos recursos humanos necessários para criar e promover o desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades rurais (CAMARGO, 1970, p. 4 - 7).

⁶⁰ Apesar da aparente contradição, o termo "Urbanismo rural" foi mencionado na publicação que leva o mesmo nome, de autoria do arquiteto José Geraldo da Cunha Camargo (1970). Esta faz alusão à atuação do Poder Público nos projetos de colonização da década de 1970, sobretudo em relação à estruturação e organização do espaço físico, apresentando uma série de ilustrações e fotografias destes espaços.

Assim, percebe-se que a colonização nos princípios do planejamento urbano-rural é a formação de uma comunidade, de uma sociedade, ou seja, os objetivos a serem atingidos vão além da simples distribuição de terras a “*homens sem terra*”.

Segundo Camargo (1970) nestas experiências a orientação e a elaboração das ações, dentro do planejamento urbano-rural, eram conduzidas por uma equipe especializada e multidisciplinar, que trazia em sua composição profissionais arquitetos e urbanistas, economistas, agrônomos, geógrafos, geólogos, sociólogos, engenheiros civis, engenheiros sanitaristas, médicos, advogados, assistentes sociais, técnicos em educação, psicólogos, dentre outros profissionais. Cada qual atuando de acordo com sua área do conhecimento. Para o desenvolvimento destas ações existia um roteiro pré-definido, que contemplava as atividades necessárias a serem realizadas para o adequado planejamento, abrangendo os aspectos sociais, econômicos, físicos, ambientais e recursos humanos. Os espaços físicos produzidos como resultados destas ações, dentro do planejamento urbano-rural, eram denominados agrovila, agrópolis e a rurópolis. Esses sistemas formam uma espécie de hierarquia urbanística, segundo sua infraestrutura social, cultural e econômica, tendo cada qual sua função específica. Segundo Camargo (1970), o planejamento urbano-rural fazia-se dinâmico e flexível, implementado em etapas. Os projetos eram modulados para facilitar a implantação dos vários estágios e acréscimos futuros (CAMARGO, 1970, p. 25).

Desse modo, a agrovila deve ser conceituada como um

Verdadeiro ‘bairro rural’, com um parque central, onde ficam localizados a Escola (primária ou creche), pequena Sede Administrativa, Centro Social e Posto de Saúde, pequeno templo ecumênico e para atender à prática recreativa, “play-grounds”, praça de esporte para adolescentes, coretos para sessões musicais (CAMARGO, 1970, p.10).

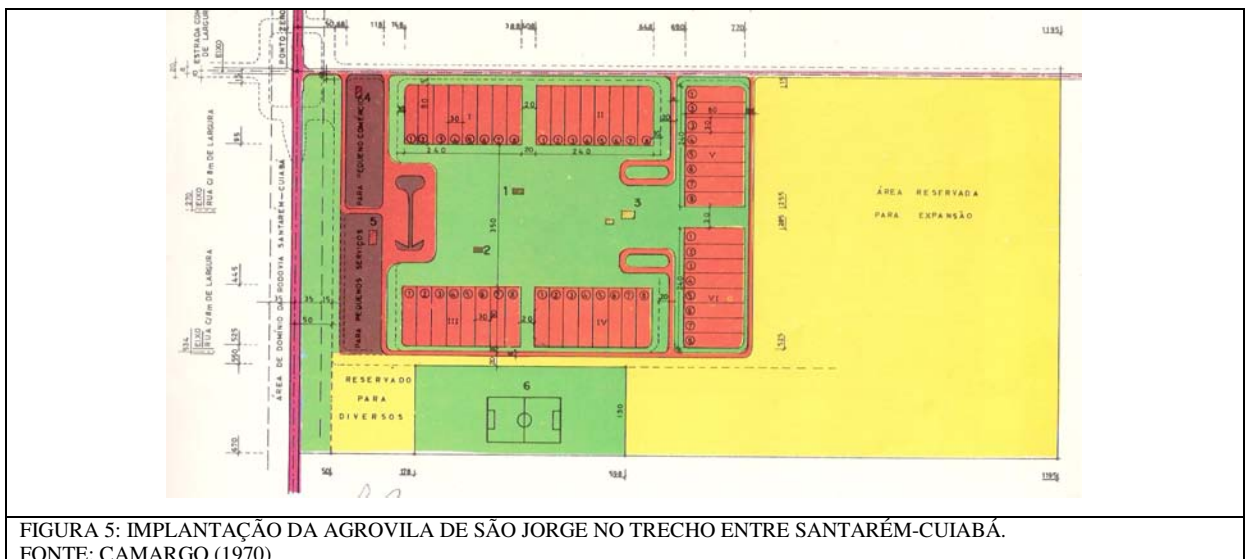
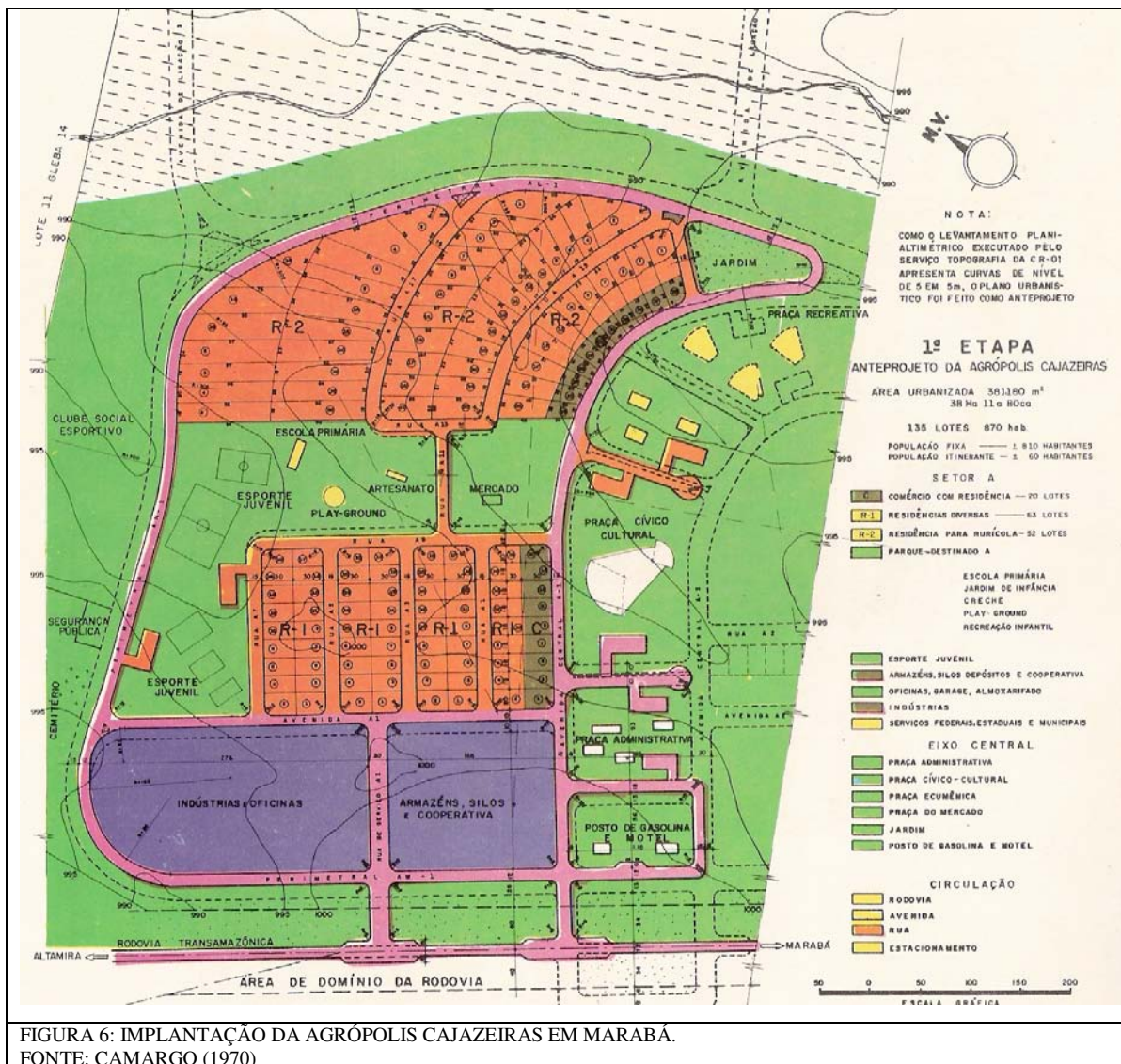


FIGURA 5: IMPLANTAÇÃO DA AGROVILA DE SÃO JORGE NO TRECHO ENTRE SANTARÉM-CUIABÁ.
FONTE: CAMARGO (1970)

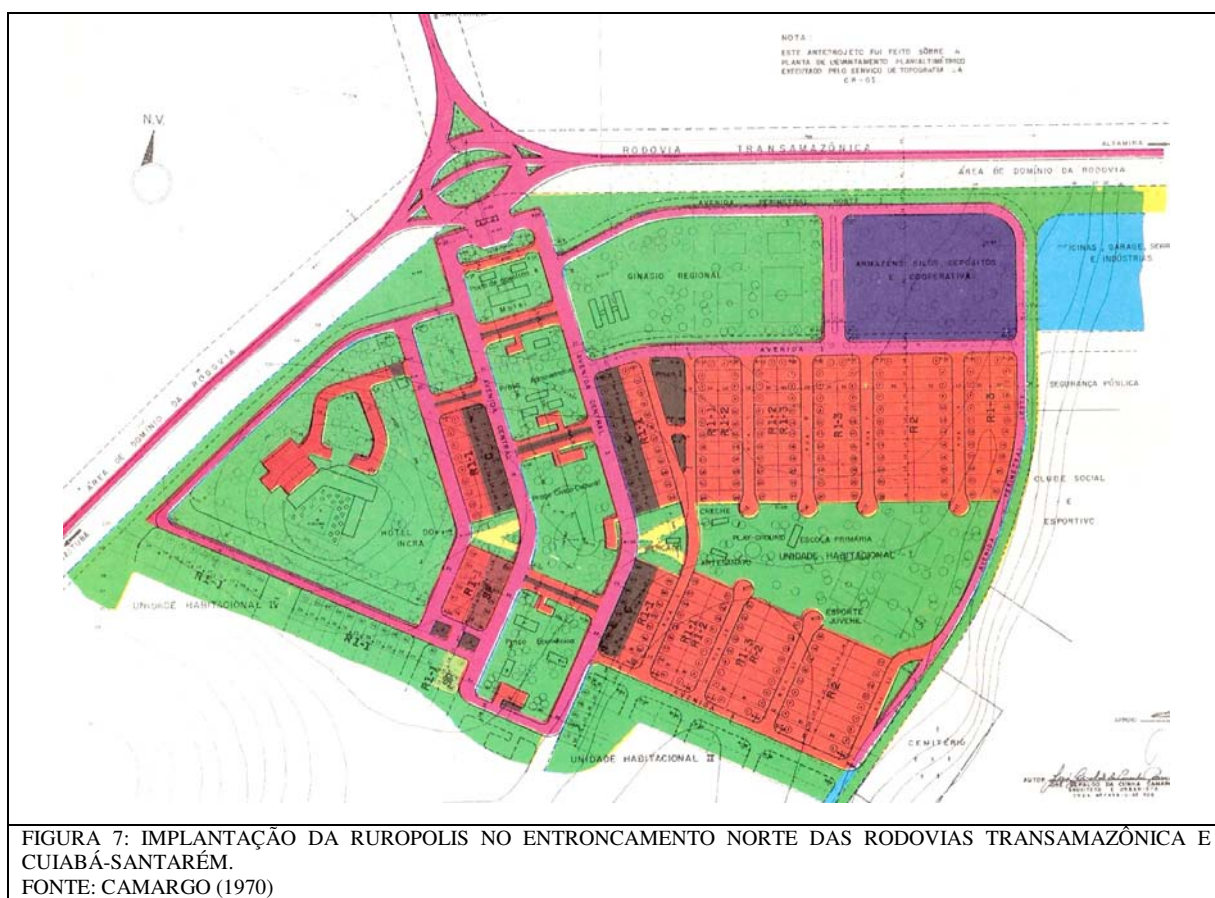
Por sua vez, a agrópolis deve ser entendida como

um pequeno centro urbano agro-industrial, cultural e administrativo destinado a dar apoio à integração social no meio rural. Exerce influência num raio de 10km (corresponde a um pequeno município do interior) (CAMARGO, 1970, p. 16).



Já a Rurópolis corresponde

a um núcleo urbano agro-rural diversificado nas atividades públicas e privadas, possuindo comércio, indústria, serviços sociais, culturais, religiosos, médico-odontológico e administrativo, não apenas de interesse local, mas sobretudo para servir à sua área de influência. É o centro principal de uma grande comunidade rural constituída por Agrópolis e Agrovilas, distribuídas em um raio teórico de ação de cerca de 70 a 140 km. (CAMARGO, 1970, p. 16).



Percebe-se, assim, que no âmbito da colonização dirigida ocorrida na década de 1970, existia uma prática avançada e sistemática em relação a concepção dos espaços físicos dos locais de moradia do meio rural. A atuação do arquiteto e urbanista se fazia presente, compondo as equipes multidisciplinares que eram responsáveis em desenvolver estas atividades. O resultado correspondia a interessantes modelos de aproveitamento do espaço físico. A herança trazida para as práticas atuais corresponde as agrovilas, tipologia bastante difundida no nordeste brasileiro. Contudo, para a sua definição e execução não havia a participação dos segmentos da população-alvo, e muito menos dos movimentos sociais.

Originário do período do Governo Geisel (1974-1979), estas iniciativas perderam sua importância ainda durante a ditadura militar, quando houve a incorporação desses projetos por grandes empresas capitalistas e o abandono de vários exemplares. Como consequência, a atuação do arquiteto e urbanista também foi abolida no meio rural. Desse modo, observa-se uma lacuna em relação a este tipo de ação e atuação deste profissional.

De modo recente, no âmbito da chamada “política de reforma agrária”, o arquiteto e urbanista retoma, em ritmo lento, estas iniciativas. Na verdade são poucas e pontuais as experiências onde acontece a atuação deste profissional. Na maior parte dos casos são

conduzidas por profissionais com envolvimento com as questões sociais e movimentos sociais, estando vinculados a organizações não governamentais (ONGs), entidades de ensino superior ou mesmo de maneira autônoma.

O MST possui, em seu corpo de simpatizantes e militantes, profissionais da arquitetura e urbanismo que desenvolvem atividades e ações no contexto da sua área de formação, porém sem o reconhecimento profissional específico. Exemplo é a assessoria prestada pela arquiteta e urbanista Valéria Bertolini, no Distrito Federal, e por Karla Emamnuela, em São Paulo/Paraná. A primeira enquanto técnica da ATES, no entanto sem a possibilidade de assinar seus projetos, e a segunda, colaborando espontaneamente, enquanto militante.

Em São Paulo, o Centro de trabalhos para o ambiente construído (Usina), organização não governamental composta por arquitetos e urbanistas, procura também desenvolver atividades neste campo de atuação, voltando suas atividades para o meio rural, quando contratados.

No Rio Grande do Sul, experiências pontuais foram realizadas, sobretudo pelo Programa de Habitação Rural (PHR), onde a partir de uma parceria entre o governo federal (na figura do INCRA) e o governo do estado foram construídas moradias nos assentamentos rurais, contando com assistência técnica de profissionais da área da construção civil, que eram atrelados ao governo estadual. A participação da universidade (UFRGS) aconteceu com o processo em execução, tendo a intenção de acompanhar e avaliar os projetos em andamento e os a serem implantados (ARRUDA, 2007, p. 49 - 51).

No Estado do Rio Grande do Norte, o Departamento de Arquitetura (DARQ) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), através do Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH) aparece como pioneiro nestas práticas. Sistemáticamente, desde 1994 este Grupo, ou seu embrião, vem desenvolvendo trabalhos de assessoria ao MST em relação à organização, planejamento e consolidação dos aspectos físicos de seus assentamentos, principalmente do local de moradia (*habitats*), introduzindo novos parâmetros e diretrizes, buscando demonstrar a importância do profissional arquiteto e urbanista nesses processos. Na seqüência, será abordada parte desta experiência.



Processo de implantação dos habitats do MST no RN

CAPÍTULO 4: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO *HABITAT* DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS ORIGINÁRIOS DO MST NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Como nos demais Estados, no processo cotidiano de implantação dos *habitats* dos assentamentos rurais do Rio Grande do Norte, para as atividades de organização, planejamento e construção do local de moradia, não existe na Superintendência do INCRA/RN, de forma oficial, nenhum normativo, documento ou afins que oriente tais procedimentos, bem como também não há sistematização e nem metodologia específica e apropriada. As práticas habituais levam em consideração o conhecimento empírico e, até mesmo, a intuição do técnico da instituição designado para acompanhar o projeto e da comunidade envolvida, já que, na grande maioria dos casos estes não possuem formação técnica específica para tal. O órgão, atualmente, dispõe da única arquiteta e urbanista da região Nordeste e de 1 engenheiro civil, apesar de contar com 20 engenheiros agrônomos.

Desse modo, o técnico do INCRA e a comunidade beneficiária despendem pouco tempo na fase de organização e planejamento dos projetos do *habitat* e habitação, bem como na organização do processo construtivo. Como não possuem qualificação para tais funções, repetem as experiências existentes, sem aprofundar o conhecimento sobre a questão. Quanto aos beneficiários, a vontade de construir as habitações a qualquer custo atropela as possibilidades de confronto, restando os conflitos latentes, que se manifestam pela insatisfação passiva. Assim, o processo construtivo das habitações ocorre quase que concomitantemente ao seu planejamento. Geralmente conduzido por pedreiros ou pelos próprios donos das casas, ou ambos em parceria, salvo raras exceções, também não recebem orientação técnica de profissionais da área da construção civil. Não existe, tampouco, um responsável técnico capacitado para acompanhar a obra. Em ambas as etapas (planejamento e construção) falta assistência técnica de profissionais com atribuição específica para tal.

Em geral, os resultados alcançados constituem projetos de *habitat* e moradia que não primam pela qualidade estética e funcional, nem levam em consideração os princípios da racionalidade, sustentabilidade e de conforto do espaço físico, que influenciam, de maneira negativa, as condições de vida de seus usuários.

No Rio Grande do Norte, no entanto, acontecem experiências de implantação do espaço físico dos *habitats* dos assentamentos rurais que contam com a atuação de profissionais da Arquitetura e Urbanismo e pontualmente com outros da Engenharia Civil, Educação,

Sociologia e Geografia. Dos 279 assentamentos rurais existentes no Estado⁶¹ onze contaram com a contribuição do arquiteto e urbanista no processo de implantação do espaço físico do seu *habitat*. São eles: o Santa Terezinha (1995); Modelo (1996); TTL (1996); Quilombo dos Palmares (2007); Paulo Freire (2008); Olga Benário (2008); Maria da Paz (2002); parte do PA Maisa (2005); Resistência Potiguar I (2006); Bernardo Marin (2008) e Roseli Nunes (2008). Nos seis primeiros a participação se deu no processo de planejamento e nos projetos. Nos demais, a atuação do arquiteto e urbanista aconteceu no transcorrer de todo o processo. Correspondem às já mencionadas experiências coordenadas pelo GERAH da UFRN, utilizando para tal metodologia própria, elaborada especificamente para este fim.

O GERAH é parte integrante da base de pesquisa Estudos do Habitat, do Departamento de Arquitetura da UFRN e estuda a problemática do *habitat*, com ênfase na autogestão assistida para o planejamento, projeto e construção do *habitat* e da habitação, bem como do planejamento da melhoria e ampliação das moradias já existentes nos assentamentos rurais, desenvolvendo trabalhos de assessoria ao MST e construindo, paulatinamente, uma parceria com o INCRA. Traz em sua composição um conjunto multidisciplinar de profissionais, como, arquitetos e urbanistas, engenheiros civis, sociólogos e pedagogos, bem como estudantes da área da Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Geografia e Pedagogia.

O embrião do Grupo surgiu em 1994, quando alguns professores do DARQ desenvolveram ações de planejamento do espaço físico dos três *habitats* do Assentamento Zabelê. No ano seguinte (1995) foi realizada proposta para o Assentamento Santa Terezinha. Na seqüência, as atividades deste grupo direcionaram-se ao debate sobre a morfologia do Assentamento Modelo (1996) - que depois se configurou em dois *habitats*: Modelo I e II - e ao planejamento e projeto do *habitat* do Assentamento Terra Trabalho e Liberdade – TTL - (1996). Em 1998 aconteceu uma pausa nas atividades práticas, quando foi produzida, neste contexto, a tese de doutorado “*MST: Habitats em Movimento*” de autoria da professora Amadja Henrique Borges, preocupada com o surgimento da nova temática: habitação de interesse social no campo. No ano 2001 as atividades práticas foram retomadas, com a concepção dos projetos da sede do MST no Município de João Câmara e do Centro de Formação Política do Assentamento São Sebastião⁶². Em 2002 o GERAH se consolida como grupo de estudo, pesquisa e extensão, assumindo seu formato atual. Os trabalhos continuaram

⁶¹ Dados fornecidos pelo INCRA/RN. Data de 1986 o primeiro assentamento implantado aqui no estado.

⁶² Enquanto era finalizada a tese-referência das ações que se consolidaram a partir de 2002, a dinâmica do MST leva o Centro de Formação para outro local – antigo Colégio Agrícola de Ceara-Mirim -, onde permanece com o nome de Centro de Formação Patativa do Assaré. Quanto ao projeto da sede de João Câmara, quando conseguiu os recursos para a sua execução, o MST entregou a responsabilidade da sua construção a um pedreiro do Movimento, que modificou completamente o projeto original.

com o desenvolvimento das experiências de planejamento, projeto e construção dos *habitats* nos Assentamentos Margarida Alves (2002), Maria da Paz (2002), Maisa (2005) e Resistência Potiguar I (2006). Nos assentamentos Quilombo dos Palmares (2007), Paulo Freire (2008) e Olga Benário (2008) foram realizados os planejamentos e os projetos dos *habitats*. Sobre este último está em discussão a sua continuidade com os recursos exclusivos do INCRA, já que não houve seu financiamento pela Caixa Econômica Federal, como inicialmente pretendido. Também no período compreendido entre os anos de 2007 e 2008 os assentamentos Gonçalo Soares, Rosário, Vale do Lírio, São Sebastião III e IV, Eldorado do Carajás e Nova Esperança foram contemplados com as ações de planejamento da melhoria e da ampliação de suas moradias. Atualmente as ações, na área de planejamento e construção dos *habitats*, concentram-se nos assentamentos Bernardo Marin e Roseli Nunes, que têm o financiamento do INCRA e da CEF, sob a fiscalização desta.

METODOLOGIA DO GERAH

Como principais referências metodológicas, o GERAH toma como base Henry Léfèbvre, cujo método regressivo-progressivo inspirou o Grupo, elevando-o, também, a técnica da pesquisa-ação, com proposições de Carlos Brandão, além das teses desenvolvidas pelo Grupo. Assim, segue os princípios da pesquisa-ação, que corresponde à participação, investigação e ações educativas como momentos de um mesmo processo, com ênfase na constante troca de conhecimentos entre os saberes técnico-científico e popular em perspectiva dialógica. Desse modo, as atividades desenvolvidas na área de planejamento, organização e execução do espaço físico dos *habitats* dos assentamentos rurais, bem como da melhoria e reforma das habitações existentes, são efetivadas a partir de uma construção coletiva e horizontal, onde a participação dos usuários acontece em todas as etapas. Assim, são criados parâmetros para o desenho de assentamentos rurais, enquanto reflexo do vivido e das expectativas de organização do MST, através de um processo de planejamento participativo.

A metodologia desenvolvida pelo GERAH apresenta dois eixos de atuação: implantação do *habitat* de assentamentos recém-criados; e planejamento da melhoria e da ampliação das moradias dos assentamentos já existentes. Em ambos, atua somente nos assentamentos originários do MST, apesar de realizar palestras e consultorias ao INCRA local e nacional, na direção de política para o Órgão, bem como a outras organizações populares.

A experiência realizada no Assentamento Maria da Paz consiste num exemplo do primeiro eixo. Assim, a metodologia adotada englobou todas as etapas do processo, indo desde o planejamento inicial do *habitat* e habitação, passando pelo parcelamento do solo do

assentamento como um todo, levando em consideração o planejamento e as práticas ambientais, culminando na construção da casa em regime de autogestão assistida em sistema de mutirão. Também foi agregada a questão do tratamento das águas residuárias. Desse modo, a metodologia empregada compreende as seguintes etapas:

1. Conhecimento da situação local, do vivido, do presente e das expectativas dos assentados.

É a primeira ação executada. A proposta prioriza que esta ação aconteça na época do acampamento, pois neste período as famílias dispõem de mais tempo livre, o que favorece as atividades e discussões. Porém, nada impede que ocorra depois do auto de imissão de posse. Assim, por meio da aplicação de questionários específicos ou realização de entrevistas na comunidade acampada efetivam-se os

estudos relativos ao conhecimento do presente conhecido: da realidade do acampamento, da situação dos assentamentos existentes, da estrutura política do MST, no geral e no local; do vivido pelos segmentos sociais recém (re)agrupados, principalmente em relação a sua forma de vida cotidiana no seu *habitat* de origem, sua moradia e sua inserção no movimento, seus sonhos e expectativas (BORGES, 2006, p. 60).

2. Concepção das propostas e projetos preliminares

Tomando como base as informações coletadas na etapa anterior, são desenvolvidos estudos preliminares e propostas relativas ao parcelamento do solo do futuro assentamento, contemplando a área de produção; de reserva legal; de preservação permanente; vias de circulação; local de moradia e projetos específicos, visando à construção de habitações, equipamentos de produção e de consumo coletivos.

No mais, também são levadas em consideração para a concepção destas propostas a legislação específica; os princípios do MST, como a questão da organização social; os postulados defendidos na tese “*MST: habitats em movimento*”; os princípios da Arquitetura e Urbanismo; os procedimentos metodológicos de Henry Léfèbvre para a produção social do espaço e os conhecimentos específicos da área ambiental. Busca-se, também, adaptar as propostas às especificidades da região trabalhada, como as questões ambientais, de conforto e de materiais construtivos. No mais, a localização da infraestrutura existente e a ser instalada posteriormente, bem como os acessos principais ao assentamento, são critérios apreciados.

Para as propostas de parcelamento do solo busca-se a contribuição de outros profissionais, sobretudo aqueles com atribuições específicas, como biólogos, geólogos, dentre outros. Como o GERAH não possui estes profissionais em sua equipe, depende de parcerias. De acordo com

as possibilidades, desenvolve também projetos de educação ambiental, organicidade, técnicas não convencionais da construção civil, entre outras.

No tocante ao *habitat* busca-se reproduzir a organização social da comunidade em núcleos de família no espaço físico.

Para a concepção da habitação, o Grupo tem o objetivo de utilizar materiais de construção e técnicas construtivas não convencionais, com o intuito de barateá-la, desde que não percam as qualidades definidas pela proposta. A aceitação destas possibilidades ainda está em processo de formulação no contexto das experiências praticadas.

3. *Reavaliação do projeto preliminar e redefinição dos consensos*

Depois de pré-concebidos, os projetos são levados para serem discutidos com os diversos agentes envolvidos no processo. Os debates acontecem, num primeiro momento, em reunião com as lideranças do assentamento – coordenadores de núcleo e liderança do MST. Num segundo momento, consulta-se a base assentada. Nestas oportunidades, são realizadas oficinas para melhor compreensão por parte da comunidade, com exposição das propostas por meio de desenhos (planta baixa; cortes; fachadas) e maquetes. As adaptações sugeridas, se necessárias, são concretizadas através do consenso. Desse modo, constroem-se propostas de maneira coletiva, considerando-se as especificidades da comunidade, com troca de experiências e respeitando a diversidade de conhecimentos dos envolvidos. Próximo ao momento de sua execução, se ainda persistirem dúvidas, as propostas devem ser reavaliadas coletivamente.

4. *Planejamento para o modo de construção das moradias*

Depois dos projetos do assentamento - *habitat* e habitação determinados -, parte-se para a definição do modo de construção da moradia. A sugestão da metodologia corresponde ao mutirão autogerido. No entanto, esta proposta é levada para ser discutida junto à comunidade, que decide por sua utilização.

O mutirão autogerido caracteriza-se pela atuação dos próprios beneficiários na construção da moradia. Os assentados, que não possuem habilidade para trabalhar como pedreiros, desempenham função de servente. Assim, organizados em “brigadas” (grupos) trabalham de maneira coletiva, uns cooperando com os outros no intuito de erguer as habitações. Cada brigada apresenta sua própria dinâmica, com seus pedreiros e serventes. Todavia, fazem parte do conjunto total.

A proposta original consiste em que a construção não seja remunerada, que todos os recursos financeiros disponíveis sejam empregados em favor da moradia. No entanto, esta

sugestão nem sempre é possível no campo, pois os mutirantes interrompem seus afazeres para trabalhar na obra. Quando não há consenso por parte da comunidade, deve-se estabelecer uma remuneração simbólica, como compensação pelas horas de trabalho. Propõe-se que o valor pago à mão de obra seja distribuído pelas etapas da obra, de maneira proporcional ao grau de dificuldade dos serviços executados.

É primordial que a maioria da comunidade se envolva, não importando de que modo aconteça sua contribuição. As atividades de servente, encanador, eletricista, apontador, comissão de compras, dentre outras, podem ser desempenhadas indiscriminadamente pelos assentados, desde que habilitados para tal, sendo prioridade a participação efetiva de todos os integrantes no processo. Quanto à comissão de compras e do almoxarifado, prioriza-se uma pessoa representante por núcleo.

Trabalha-se também a questão do gênero. Desse modo, o trabalho feminino é incentivado, sem preconceitos e dentro de suas possibilidades e desejos.

Assim, a autogestão assistida acontece no momento em que os próprios assentados são os responsáveis pela organização das equipes que irão trabalhar no processo, como a equipe de compras (responsável pela pesquisa de preço e aquisição do material de construção); apontadores (responsáveis pelo controle da frequência dos trabalhadores) e pedreiros (a força braçal do processo), como também pela estruturação e controle do almoxarifado para a estocagem do material de construção adquirido, dentre outros. Todas estas ações contam com a orientação técnica do GERAH. No mais, os assentados ainda são responsáveis, conjuntamente com os técnicos do INCRA, pela aplicação e gerenciamento dos recursos financeiros disponibilizados.

Para qualificar e capacitar a mão de obra propõe-se a realização de curso de pedreiros ou mutirante. Por meio de aulas teóricas os assentados disponíveis para este trabalho recebem instruções quanto à construção, ao meio ambiente e à organicidade do processo construtivo.

5. Processo construtivo

A sugestão é que a construção aconteça em linha de balanço. Isto significa que em cada brigada todas as casas devem ser erguidas ao mesmo tempo, etapa por etapa. E na medida em que os profissionais vão terminando suas tarefas, podem complementar as dos demais. Desse modo, todos trabalham na casa dos demais, incentivando-se a coletividade. Contudo, como esta proposta não corresponde à construção tradicional que os assentados conhecem no campo, também se utiliza da construção por etapa, em que cada equipe desenvolve etapas semelhantes para um número pré-estabelecido de unidades.

A supervisão diária da mão de obra é realizada pelo mestre de obras ou contramestre. Orientando a todos, há o responsável técnico da obra, arquiteto e urbanista ou engenheiro civil, que se responsabiliza pela condução do processo construtivo, disponibilizando as informações necessárias para a sua adequada efetivação.

Ao final, tem-se a possibilidade de executar sistemas alternativos para o saneamento básico, de acordo com os recursos financeiros disponíveis.

Na seqüência, serão apresentadas as duas experiências que serviram de base de estudo para esta dissertação. A primeira – realizada no Assentamento Eldorado dos Carajás – não fez uso da metodologia do GERAH. No contraponto, a outra experiência estudada, desenvolvida no Assentamento Maria da Paz e considerada como referência, empregou tal metodologia.

4. 1 ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

O Assentamento Eldorado dos Carajás localiza-se em Macaíba. Constitui-se num exemplar cuja implantação do espaço físico do seu *habitat* adotou a metodologia padrão empregada pelo INCRA em suas práticas cotidianas até início da década de 2000. Desse modo, não seguiu ações sistematizadas e nem existiu a orientação ou assistência técnica de profissionais da área da construção civil, como o arquiteto e urbanista⁶³.

HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA

O Eldorado dos Carajás encontra-se instalado na área da antiga “Fazenda Lamarão”, também conhecida como “Pitimbú da Cruz” ou “Fazenda Tabatinga”.

Em fins da década de 1990, as lideranças do MST, que há pouco iniciara sua atuação no Estado, começaram a demonstrar interesse por este imóvel rural. Desse modo, deram início à solicitação, junto ao INCRA, para que esta área fosse vistoriada, com intuito de verificar a viabilidade de transformá-la num projeto de assentamento rural.

Concomitantemente, as lideranças do MST reuniram trabalhadores sem terra da região que ansiavam pelo acesso à terra e alimentaram a expectativa de conquistá-la a partir da desapropriação daquele imóvel rural. E estes o seguiram.

O período foi repleto de disputa de interesses e negociações, abrangendo todos os envolvidos. Além dos trabalhadores rurais sem terra e as lideranças do MST, havia o então

⁶³ As informações expostas neste item foram baseadas no laudo de vistoria preliminar e avaliação do imóvel, elaborado por técnicos do INCRA.

proprietário da fazenda e os técnicos do INCRA. Procuravam negociar para que os trâmites fossem cumpridos e que todas as partes envolvidas fossem contempladas.

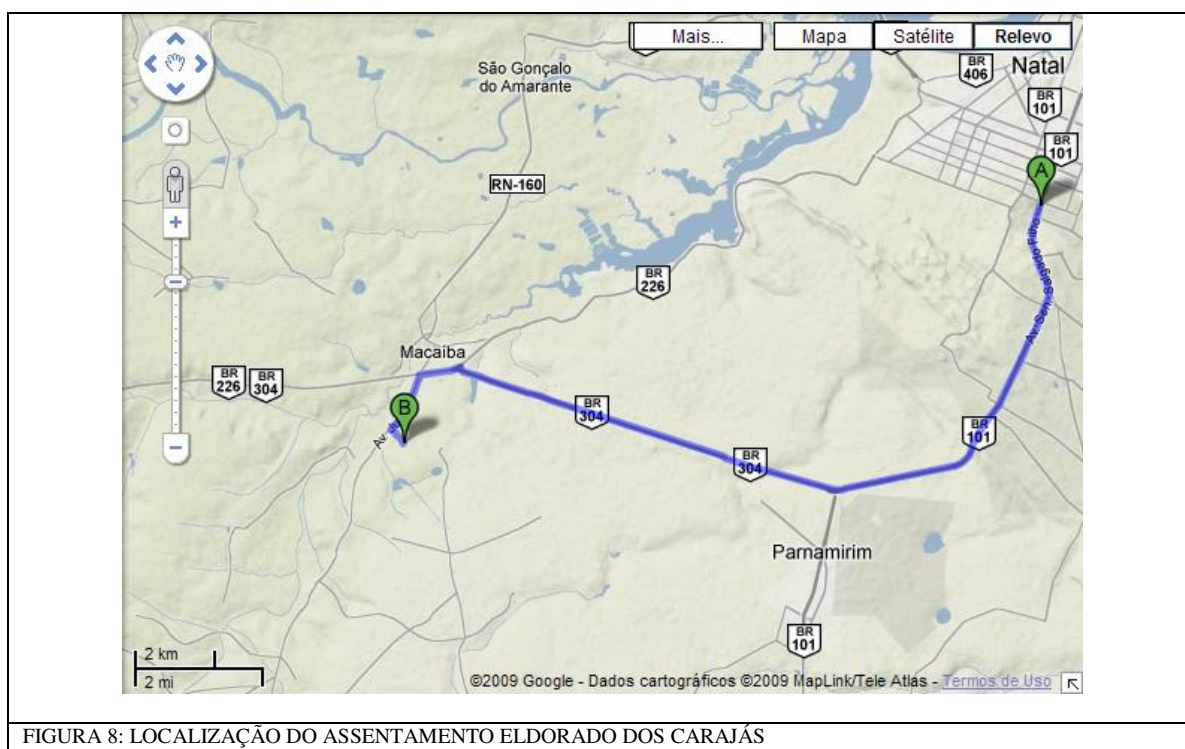
Com o intuito de pressionar os tomadores de decisão, uma das primeiras iniciativas das lideranças do MST e dos trabalhadores foi montar um acampamento nas imediações da fazenda mais próxima à comunidade Riacho do Sangue, de onde provinha grande parte destes trabalhadores. Este também funcionaria como experiência de convivência para as famílias que pleiteavam aquele pedaço de terra.

Assim, instalaram-se em barracos feitos de lona ou taipa, com condições precárias de habitabilidade. A infraestrutura existente era mínima. Contudo, por esta época, já desenvolviam uma lavoura de subsistência dentro da propriedade, em comum acordo com o proprietário, produzindo o essencial.

Passados alguns meses, em 31 de maio de 2000 foi promulgada a imissão de posse daquela comunidade.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DA ÁREA

A RN 160 é a principal via de acesso ao assentamento. Partindo da cidade de Macaíba e percorrendo 8km nesta RN, chega-se à sua entrada principal⁶⁴. Já a distância total de Natal ao Eldorado dos Carajás corresponde a, aproximadamente, 30 km, percorridos em toda a sua extensão em estrada asfaltada de boa procedência.



⁶⁴ Ver Figura 8: Localização do Assentamento Eldorado dos Carajás.

A área do assentamento compreende cerca de 880,66 ha. Deste total, 187,15 hectares (equivalente a 20%) são destinados à área de reserva legal. Outros 70 hectares representam a área de preservação permanente dedicada ao rio Pitimbu, que corta parte da extensão do assentamento. A esta, somados mais 20,40 hectares, correspondentes aos demais elementos naturais, chega-se à área de preservação permanente total, sendo igual a 90,40 ha. Existem também a linha de transmissão elétrica da CHESF e o gasoduto da Petrobras, cada qual abrangendo uma faixa de domínio com área aproximada de quatro hectares. No mais, 65,27 hectares equivalem à área coletiva, dividida em dois trechos, e 16,74 hectares à agrovila. As estradas internas equivalem a 16,60 hectares. O quantitativo restante, 505, 83 hectares, encontra-se distribuídos em 80 lotes de 6,32 hectares cada, destinados à produção agropecuária desejada⁶⁵.

Na microrregião onde o assentamento está localizado há predominância do clima sub-úmido. Seu período chuvoso é bastante prolongado, apresentando uma precipitação média anual em torno de 1.000 a 1.500mm. A umidade relativa do ar oscila entre 60 a 80%, enquanto a temperatura média anual corresponde a 26°C.

A vegetação característica da microrregião é bastante diversificada, sendo representada pela restinga arbórea, arbustiva e herbácea; estepe arbóreo aberto sem palmeiras; savana arbórea aberta sem floresta-de-galeria e vegetação secundária sem palmeira. A agricultura praticada abrange culturas cíclicas, classificada como sub-caducifólia, mata rala, tipo arbustivo, com plantas xerófilas e formação rasteira. A maior parte do seu relevo, cerca de 90%, caracteriza-se como plana, enquanto os 10% restantes, como ondulados.

O assentamento possui um bom manancial em recursos hídricos, apresentando água de boa qualidade para o consumo humano, animal e irrigação. Em sua extensão é cortado pelos rios Lamarão e Pitimbu, além de servir de nascente para os riachos do Sangue e Sipó.

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

O intuito inicial da equipe técnica que conduziu a avaliação do imóvel consistia em desapropriá-lo para um total de 120 famílias. No entanto, devido às perdas de área advindas da preservação permanente do Rio Pitimbu, linhas de transmissão elétrica da CHESF e do gasoduto da Petrobrás, reduziu-se a capacidade total para 80 famílias.

Nos dias de hoje, contudo, este quantitativo faz-se maior, sobretudo devido às famílias agregadas. Estas correspondem aos próprios filhos dos assentados que se casam e continuam

⁶⁵ Ver Anexo A2: Prancha contendo o parcelamento do solo do Assentamento Eldorado dos Carajás

habitando no assentamento, ou mesmo trabalhadores sem terra, que não tendo onde morar permanecem temporadas no assentamento. Para tal, utilizam os equipamentos remanescentes.

A organização social da comunidade, por sua vez, contempla a figura da Associação de moradores e suas sistemáticas, visto que a nucleação, no período da implantação do assentamento, ainda não havia sido implementada pelo MST no RN. Por esta época os debates sobre as questões relacionadas à organização do espaço físico não se encontravam tão difundidas no Movimento, principalmente no Nordeste brasileiro. Ainda não estava amadurecida a questão da relação entre a organização física e social, sobretudo por núcleo de moradia. A função primordial da Associação consiste em representar a comunidade nas mais diversas esferas, sobretudo a jurídica.

Atualmente, por motivo de disputa política, as 80 famílias cadastradas se encontram divididas em duas associações. Dentre estas, uma é vinculada ao MST, com 37 famílias. As demais pertencem à outra Associação, sem ligação a qualquer movimento social. Contudo, na época do processo de implantação do *habitat*, todas as famílias do assentamento se encontravam reunidas somente numa Associação, ligada ao MST.

CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVA

A produção agropecuária no assentamento se volta para a subsistência das famílias, tendo destaque o plantio de mandioca e criação de animais de pequeno porte. Para tanto, os assentados utilizam o lote de trabalho, complementando com o quintal do lote de moradia.

4.1.1 Perfil da configuração espacial do *habitat* do Eldorado dos Carajás

MACRO ESPAÇO (A CHAMADA “AGROVILA”)

Os 16,74 hectares destinados ao *habitat* (a chamada “agrovila”) encontram-se localizados no acesso do assentamento voltado para a rodovia RN-160, limitando-se com esta a Oeste. O seu limite ao Norte é com a Reserva Legal I. Ao Leste e ao Sul a delimitação é com parte dos lotes de trabalho. É cortado pela instalação de um gasoduto, que atravessa a área destinada a equipamentos coletivos e tangencia dois lotes de moradia⁶⁶.

Compõem-se por 80 casas, área destinada a equipamentos coletivos - Igreja Evangélica Assembléia de Deus; Igreja Adventista; Igreja Católica; casa sede com área de lazer, que

⁶⁶ Ver Anexo A3: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Eldorado dos Carajás

inclui piscina; casas de alvenaria dos antigos colonos; conjunto de currais e cocheiras desativados; galpões e armazéns em alvenaria, onde funciona agroindústria; campo de futebol – e arruamento. A distribuição destes elementos no espaço físico acontece em duas ruas principais e paralelas, porém com comprimentos diferentes. Tendo como referência a entrada do assentamento, a via que corta todo o *habitat*, fazendo a ligação desta entrada à última casa, apresenta maior comprimento. Parte desta já existia antes da criação do assentamento⁶⁷.

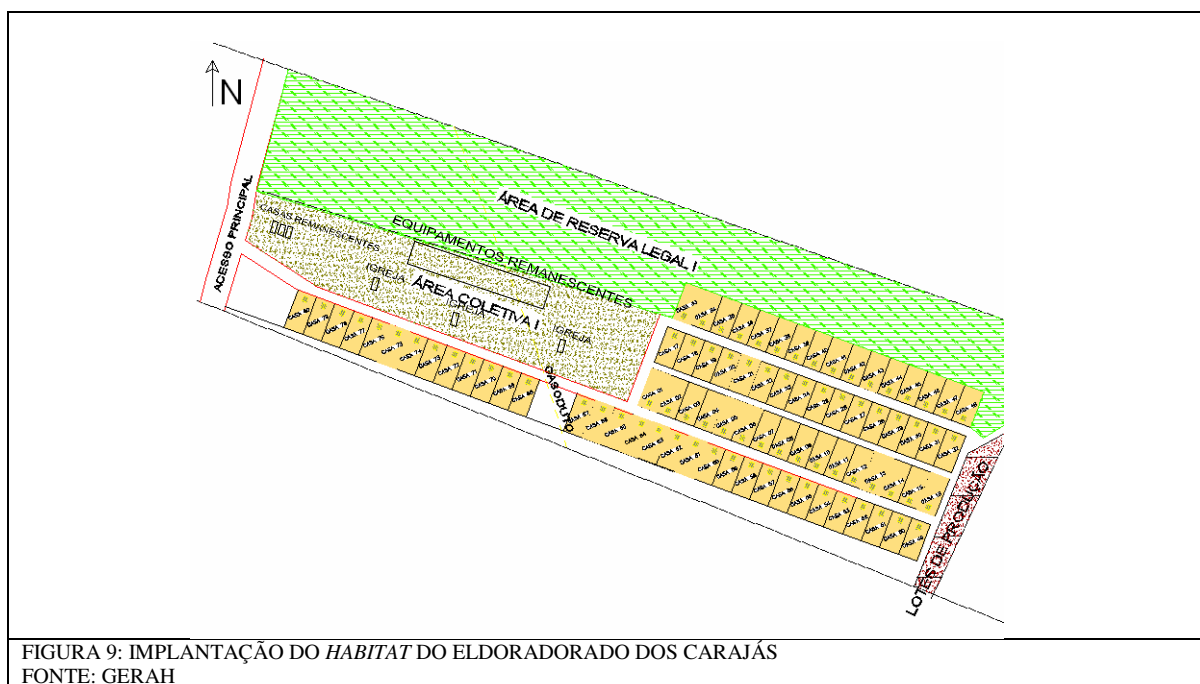


FIGURA 9: IMPLANTAÇÃO DO *HABITAT* DO ELDORADORADO DOS CARAJÁS
FONTE: GERAH

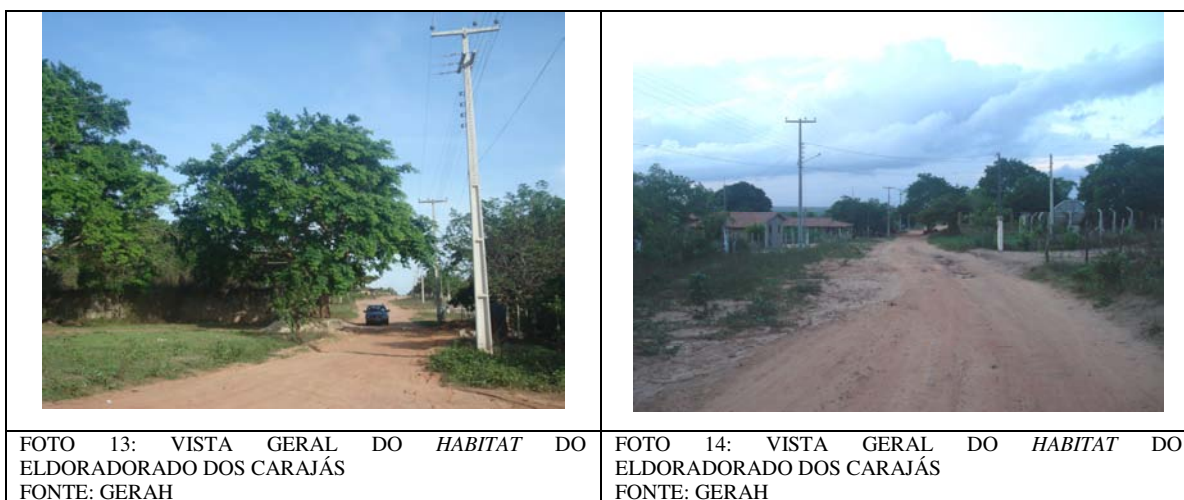
Não foi observada nenhuma ação para o embelezamento no espaço comum do *habitat* como o plantio de árvores de maneira sistemática. Percebe-se que as existentes já faziam parte da paisagem antes da transformação em assentamento.

Para a localização do *habitat* buscou-se tirar partido da infraestrutura remanescente, fazendo com que estas edificações sejam preservadas de possíveis depredações, sendo aproveitadas em benefício da comunidade. Além disso, a proximidade com a entrada do assentamento e com a RN-160 facilita o acesso às demais localidades.

A distribuição dos equipamentos edíficos que compõem o espaço físico do *habitat* não se configura como a melhor opção. Sessenta por cento dos lotes de moradia foram espalhados apenas à margem da via maior, que já existia. Os demais foram distribuídos na via menor. Nos dois casos, somente foram levados em consideração os aspectos relativos à topografia da localidade. Não existiu preocupação com a igual distribuição dos lotes de moradia em relação à área de equipamentos coletivos, o que privilegia apenas algumas famílias em relação ao uso

⁶⁷Ver Anexo A3: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Eldorado dos Carajás

destas edificações. A centralização da área de equipamentos em relação aos lotes de moradia contribuiria para uma distribuição mais eqüitativa do espaço físico.



LOTE DE MORADIA

Para o posicionamento de 40% dos lotes de moradia não foram adotadas regras básicas de conforto ambiental, como a preocupação em relação à direção do sol poente e nascente ou da ventilação predominante, que se encontra no quadrante Sudeste. Os demais seguiram estes princípios, porém não qualitativamente melhores do que as demais casas⁶⁸.

Contudo, em relação à ventilação esta situação é minimizada pelo fato dos lotes se encontrarem numa parte elevada e também pelo isolamento das casas no lote, o que faz com que a ventilação seja constante.

As dimensões dos lotes correspondem a 30 x 60m, espaço que a maior parte dos assentados utiliza com plantio e criação de animais para subsistência, além da moradia. A maioria dos lotes, no entanto, ainda apresenta espaço livre⁶⁹.



⁶⁸ Ver Anexo A3: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Eldorado dos Carajás

⁶⁹ Ibidem

Poucos foram os lotes em que se notou preocupação com proposta de embelezamento, principalmente em relação ao plantio de jardins ou algo similar⁷⁰.

CASA



Em sua maior parte as habitações foram construídas com material de baixa qualidade, o que pode ser constatado pelos problemas estruturais, como rachaduras e trincas nas paredes e piso, além de problemas nas esquadrias e madeiramento do telhado⁷¹.

Devido ao tempo de construção das moradias, as famílias deste assentamento têm o direito de acessar o crédito recuperação /materiais de construção disponibilizado pelo INCRA, cujo objetivo consiste em corrigir falhas ou ampliar as edificações existentes, correspondendo ao valor de cinco mil reais/família, devendo ser utilizados para a compra de material e pagamento de mão de obra. Contudo, devido à situação constatada, grande parte das famílias está utilizando estes recursos para corrigir suas habitações dos erros estruturais cometidos no período da construção. Em alguns casos, as casas estão sendo praticamente refeitas.

⁷⁰ Ver Foto 15 e 16

⁷¹ Ver Foto 16



FOTO 19: VISTA DE UMA HABITAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS
FONTE: GERAH



FOTO 20: VISTA DE UMA HABITAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS
FONTE: GERAH

O projeto padrão da moradia é constituído por cinco cômodos: sala de estar e jantar; dois dormitórios; cozinha e banheiro. Para a organização destes ambientes não foram adotadas regras básicas de conforto ambiental, como o adequado posicionamento em relação à direção do sol poente e nascente ou da ventilação predominante. Desse modo, não houve a preocupação de adaptar o projeto da casa para cada circunstância específica, buscando tirar partido dos benefícios da posição do sol. Dependendo do caso, ambientes de uso prolongado, como os dormitórios e a sala, são contemplados com a maior parte do sol da tarde⁷².

A residência apresenta uma quantidade reduzida de cômodos, porém, condizente ao contexto social trabalhado - habitação de interesse social no campo -, e ao valor disponível para a construção (2.500 reais por família). O mesmo pode ser observado em relação às dimensões e áreas dos ambientes: a sala única possui 12,78m²; cada dormitório apresenta 8,86m²; a cozinha corresponde a 8,20m², e o banheiro, a 2,27m². A área útil da habitação total corresponde a 40,97 m², enquanto a área construída 51,00 m². Observou-se que, na maioria dos casos, os ambientes são utilizados apenas com o seu uso específico. A sobreposição de funções foi percebida em algumas situações, principalmente na cozinha, que também funciona como local para realização das refeições (copa-cozinha)⁷³.

Em relação à organização e distribuição espacial dos cômodos, percebe-se seguir uma tipologia simples, sem muitas novidades em relação ao que costumeiramente se encontra no padrão de habitação de interesse social, seja no meio rural ou no urbano. Contudo, apresenta o inconveniente do acesso ao banheiro. A porta deste cômodo abre direto para a cozinha. Desse modo, para o usuário ir do dormitório ao banheiro, ou vice-versa, precisará atravessar a

⁷² Ver Anexo A4: Prancha contendo a planta baixa e as fachadas da moradia do Eldorado dos Carajás

⁷³ Ibidem

cozinha. Esta situação apresenta pouca privacidade para o usuário, além da inadequação aos padrões de higiene⁷⁴.

A aparência física e estética da moradia também segue a tipologia das habitações de interesse social, não trazendo nenhum elemento inovador. Corresponde ao modelo com cobertura em duas águas, fachada principal contendo uma janela e porta e sem alpendre. O principal inconveniente corresponde a questão da ampliação, sobretudo em relação ao acréscimo de alpendre frontal.

EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE USO COLETIVO



No assentamento os equipamentos sociais de uso coletivo existentes são: Igreja Evangélica Assembléia de Deus; Igreja Adventista; Igreja Católica; campo de futebol; agroindústria; coqueira adaptada como local de reunião e casa sede. Com exceção dos três primeiros, os demais correspondem a elementos edifícios remanescentes da antiga fazenda⁷⁵.

ARRUAMENTO

As vias de circulação internas ao *habitat* apresentam uma configuração física simples. Existem duas vias principais, paralelas entre si, de tamanhos diferenciados, que cortam o *habitat* como um todo, e duas secundárias, que fazem a ligação entre as principais. São carroçáveis e seguem a topografia natural do terreno. Suas dimensões apresentam-se maiores que o padrão estabelecido pelas normas específicas, atendendo às necessidades dos usuários⁷⁶.

⁷⁴ Ver Anexo A4: Prancha contendo a planta baixa e as fachadas da moradia do Eldorado dos Carajás

⁷⁵ Ver Fotos 21, 22 e 28.

⁷⁶ Ver Anexo A3: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Eldorado dos Carajás

Nas visitas *in loco* observou-se que, geralmente, são utilizadas para a circulação tanto de veículos como de transeuntes. Entretanto, também constituem palco para as rodas de conversa dos vizinhos, bem como local de brincadeira da criança.

	
<p>FOTO 23: VISTA GERAL DO <i>HABITAT</i> DO ELDORADO DOS CARAJÁS. FONTE: GERAH</p>	<p>FOTO 24: VIA PRINCIPAL DE CIRCULAÇÃO DO <i>HABITAT</i> DO ELDORADO DOS CARAJÁS. FONTE: GERAH</p>
	
<p>FOTO 25: VISTA DA VIA PRINCIPAL DE CIRCULAÇÃO DO <i>HABITAT</i> DO ELDORADO DOS CARAJÁS. FONTE: GERAH</p>	<p>FOTO 26: VISTA GERAL DO <i>HABITAT</i> DO ELDORADO DOS CARAJÁS. FONTE: GERAH</p>
	
<p>FOTO 27: IGREJA EVANGÉLICA DO <i>HABITAT</i> DO ELDORADO DOS CARAJÁS. FONTE: GERAH</p>	<p>FOTO 28: EQUIPAMENTOS REMANESCENTES DO <i>HABITAT</i> DO ELDORADO DOS CARAJÁS. FONTE: GERAH</p>

4.1.2 Semelhanças e diferenças no processo de implantação do Eldorado dos Carajás

O processo de implantação do espaço físico do *habitat* do Assentamento Eldorado dos Carajás foi compreendido de maneira incipiente por suas lideranças locais. A partir desta percepção, pode-se ter uma noção parcial sobre o processo analisado. As informações foram dadas por meio de uma linguagem não rebuscada, espontânea, representativa da sua condição cultural, abordando todos os momentos do processo⁷⁷.

Já a percepção da liderança do MST na região contribuiu para expandir o entendimento sobre a experiência. Em vários momentos, complementou o que havia sido dito pela categoria anterior, abrangendo, também, todas as etapas⁷⁸.

O mesmo não aconteceu em relação ao representante do INCRA. O técnico entrevistado não participou ativamente do processo estudado. Na época, ele ocupava a chefia da Divisão Técnica (atual Divisão de Desenvolvimento de Projeto de Assentamento) e não detinha conhecimento aprofundado sobre o ocorrido. Por não ter sido possível localizar os técnicos envolvidos no processo na época – tanto do INCRA quanto da construtora –, a coleta de informações foi feita da melhor maneira possível, com o saldo positivo do acréscimo de dados sobre os aspectos administrativos, até então não revelados⁷⁹.

Infelizmente existiu perda de informações referentes à experiência, sobretudo dentro da própria Superintendência, como exemplificado, também pela ausência do processo administrativo de acompanhamento da aplicação dos seus créditos instalação⁸⁰.

Percebeu-se, também, que pouco destaque e importância foram destinados às ações relativas à organização e planejamento do espaço físico do *habitat* do Eldorado dos Carajás. Estas ações efetivamente foram implementadas somente após a imissão na posse do assentamento. Não se buscou adiantá-las na época do acampamento. O tempo em que a comunidade permaneceu nesta etapa representou apenas demarcação do espaço físico.

As ações executadas refletiam a prática cotidiana do INCRA no período. Assim, não se adotou metodologia sistematizada. As ações aconteciam uma após a outra, ou mesmo de maneira concomitante. Não havia um planejamento prévio das atividades, buscando melhores resultados. Eram implementadas de acordo com o conhecimento empírico dos participantes:

⁷⁷ Ver no apêndice A2 o Quadro 2: Processo de implantação do espaço físico do *habitat* do Eldorado dos Carajás, que apresenta a percepção dos segmentos envolvidos em relação ao processo de implantação do espaço físico do *habitat* do Eldorado dos Carajás.

⁷⁸ Ibidem

⁷⁹ Ibidem

⁸⁰ Entretanto, nada que tenha prejudicado o entendimento do processo como um todo.

técnico do INCRA; lideranças locais e base assentada. O objetivo consistia em implantar o *habitat*, em todos os seus aspectos, não importando como isto se processaria. Para tanto, dava-se maior enfoque à fase da construção das habitações.

Os próprios discursos dos entrevistados demonstram esta situação. Estes trazem frequentemente o termo “*preparar para a construção das casas*”. Pouco foi mencionado o “*planejamento do local de moradia*” ou “*planejamento da habitação*”. Salvo raras exceções, este ainda é o procedimento adotado atualmente.

Além disso, também não houve a assistência técnica especializada de profissionais da construção civil, como o arquiteto e urbanista e/ou engenheiro civil. Assim, não existiu responsabilidade técnica nem sobre projeto e nem construção das habitações, que eram executadas por Construtoras, como prática cotidiana. Como já foi dito, estas ações eram desenvolvidas por técnicos sem atribuição específica, que se baseavam em seus conhecimentos empíricos e experiências já praticadas.

No mais, para tratar desta temática também não foi encontrado nenhum normativo inerente ao próprio INCRA. Por esta época, estes instrumentos eram bastante sintéticos. Os procedimentos não eram detalhados como necessário, o que dificultava as ações na prática. Contudo, os que existiam tratavam, no máximo, das questões relativas ao macroespaço do assentamento como um todo. Não se restringiam aos aspectos do seu *habitat*. Tal situação prevalece ainda nos dias de hoje, onde os Normativos ainda não estabelecem como se deve proceder em relação à implantação do espaço físico do *habitat*.

Assim, na fase inicial, quando se discutia como se daria a implementação do espaço físico do *habitat*, o técnico do INCRA dava a falsa sensação que a condução das ações encontrava-se no controle das lideranças locais e assentados. As decisões que não influenciavam diretamente o trabalho do técnico, como as relacionadas à configuração do espaço físico do *habitat*, ficaram nas mãos das lideranças locais⁸¹. No entanto, aquelas que importavam diretamente, como a forma de construção das moradias, que poderia demandar aumento no seu quantitativo de trabalho, fizeram com que este agisse de maneira a levar a comunidade a tomar a decisão que coincidissem com o seu interesse: contratação de construtora. Assim, as lideranças locais achavam que conduziam parte do processo inicial, mas na verdade estavam sendo influenciados pelo técnico do INCRA.

⁸¹ Ver o item “PLANEJAMENTO DO HABITAT” no Quadro 2 (processo de implantação do espaço físico do *habitat* do Eldorado dos Carajás) – Apêndice A2.

Deve-se destacar a discussão sobre o modo de construção. Aos assentados foram dadas duas opções: mutirão ou contratação de construtora, sendo a primeira defendida pela liderança do MST e a outra pelo técnico do INCRA. A influência deste último se fez tão soberana, em contraponto à pouca força exercida pela liderança do MST, que os assentados quase não mencionaram o episódio como disputa de interesse (conflito), mas que na verdade o foi⁸².

Para o INCRA, a contratação de empreiteira correspondia à melhor opção, pois sua incumbência seria somente acompanhar e fiscalizar a construção, que ficaria sob a responsabilidade da Empresa contratada. De acordo com estas ações, seriam repassados os pagamentos devidos. Assim, o trabalho do técnico do INCRA diminuiria, restringindo-se basicamente às atividades administrativas. Aos assentados, por sua vez, restava “apenas” esperar que as edificações fossem construídas, a menos que almejassem trabalhar na obra como mão de obra contratada, a fim de incrementar o seu orçamento, ou exercendo papel de fiscal da obra, buscando defender os interesses da comunidade. Portanto, decidiram pela contratação da construtora de maneira rápida. Infere-se que, provavelmente, pouco existiu dúvida entre as duas modalidades sugeridas, pois a proposta do mutirão quase não foi mencionada nas entrevistas da direção da associação, aparecendo somente no relato da liderança do MST⁸³.

Percebe-se, assim, que a sistemática da época dava maior ênfase à praticidade do trabalho dos técnicos do INCRA do que à qualidade construtiva das moradias. Os técnicos não precisavam se preocupar com a condução da construção em si, que ficava toda por conta da construtora. Somente acompanhavam e fiscalizavam para proceder aos pagamentos. No mais, a contratação da construtora se adequava ao comodismo de parte dos assentados, que não se dispunham a despender esforço físico para conseguir sua moradia. Preferiam contratar uma construtora, e ter uma casa com baixa qualidade, do que erguê-las por conta própria. Além do mais, não havia outras referências concretas, distintas desse padrão praticado pelo INCRA, que fizessem com que os assentados incorporassem e acreditassem em outras possibilidades.

A força do técnico do INCRA também se fez marcante em relação ao projeto da habitação, sendo o responsável por sua definição. No entanto, nos relatos do “representante do INCRA” e da “direção da associação” houve contradição nas informações sobre a forma

⁸² Ver o item “PLANEJAMENTO DO MODO DE CONSTRUÇÃO” no Quadro 2 (processo de implantação do espaço físico do *habitat* do Eldorado dos Carajás) – Apêndice A2.

⁸³ *Ibidem*

como aconteceu esta escolha, constituindo também um dos conflitos do processo⁸⁴. O representante do INCRA relata que o projeto foi apresentado à comunidade numa reunião no próprio assentamento, quando foi sugerida sua utilização, sendo esta acatada de maneira plena pelos assentados, sem questionamentos ou desaprovações. Por sua vez, os representantes da direção da associação, bem como a liderança do Movimento, afirmaram que houve imposição por parte do INCRA em relação a concordância do projeto. Diferentemente do que aconteceu para o *habitat*, não lhes foi dada a oportunidade de expressar sua opinião e nem discutir qual seria a melhor opção para os assentados, levando em consideração seus anseios e necessidades. O projeto já veio pronto e dentro do orçamento disponível, não sendo permitidas alterações ou outras opções. Esta situação fez com que grande parte dos assentados considerasse o processo como um todo autoritário. No entanto, deve-se lembrar que os assentados foram responsáveis pela escolha do local e da configuração física do *habitat*.

Contudo, diante da conjuntura e dos procedimentos da época, constata-se que a versão da “direção da associação” representa o que realmente aconteceu. Existia um projeto padrão, de autoria desconhecida, condizente aos recursos disponíveis e que era implementado em todos os assentamentos criados, sem preocupação em atender às expectativas e necessidades ou tratar os beneficiários de maneira específica. No entanto, em alguns discursos, os entrevistados afirmaram que na fase da construção modificaram o projeto da casa, com alterações que se adequavam às suas necessidades. Contudo, foram poucos que assim procederam. De uma maneira geral, não se identificam com sua moradia⁸⁵.

Na fase da construção existiu pouca participação e autonomia dos assentados e de suas lideranças locais. A partir deste momento lhes foi vedado o poder de participar das decisões. Por mais que se mostrassem contrários e reivindicassem serem ouvidos, viam-se obrigados a acatar as deliberações dos representantes da construtora, que agora possuíam a condução do processo. Estes, mais uma vez, não levavam em consideração os anseios e as necessidades dos assentados, que se reduziram a sua mão de obra. O técnico do INCRA se restringia ao acompanhamento e fiscalização da obra, para efetuar a liberação dos pagamentos à construtora sobre os serviços executados. A liderança do MST permaneceu no anonimato, exercendo pouca influência e representatividade perante a comunidade. Nesta época, o

⁸⁴ Ver o item “PLANEJAMENTO DA HABITAÇÃO” no Quadro 2 (Processo de implantação do espaço físico do *habitat* do Eldorado dos Carajás) e o Quadro 3 (Conflitos ocorridos no processo de implantação do *habitat* do Eldorado dos Carajás) – Apêndice A2 e A3, respectivamente.

⁸⁵ Ver o Quadro 4 (Desenho do *habitat* do Eldorado dos Carajás) – Apêndice A4.

Movimento possuía pouca organização na região, pois ainda estava se estabelecendo, existindo poucos militantes, muitos dos quais em condução divergente da direção do MST.

No mais, como se pode perceber nas entrevistas realizadas e no material pesquisado, a construtora contratada não se preocupou com a qualidade do produto oferecido aos assentados e, conseqüentemente, com a condição de vida destes. Seu objetivo consistia em ações que aumentassem a sua expectativa de lucro, visto que o montante de recursos financeiros destinados era de pequena representatividade. Assim, suas práticas eram incorretas, como a compra de material de baixa qualidade; economia desnecessária na quantidade de material utilizado; pouco investimento nas condições de trabalho disponibilizadas à mão de obra, que na sua maioria não possuía qualificação; dentre outras. A metodologia de trabalho empregada utilizava técnicas construtivas que não prezavam pela segurança e conhecimento técnico. Além disso, como dito nas entrevistas da direção da associação, não dispunha de responsável técnico pela obra, sendo esta tocada apenas pelo mestre de obras.

Diante desta conjuntura, é nesta fase que acontecem a maior parte dos desentendimentos (conflitos) da experiência, sobretudo entre os assentados (e suas lideranças locais) e os representantes da construtora. Referem-se, sobretudo, a este modo como a construtora conduziu o processo. Os principais focos corresponderam a: qualidade do material de construção empregado pela construtora; metodologia de trabalho da construtora; divergência de opinião entre os assentados sobre a qualidade do material e do modo de trabalho da Construtora; qualidade do serviço executado pela Construtora; demora no pagamento do INCRA para a Construtora pela última casa construída⁸⁶.

Contudo, estes desentendimentos não foram remediados, pois as decisões encontravam-se nas mãos dos representantes da construtora, que não mostravam interesse em solucioná-los.

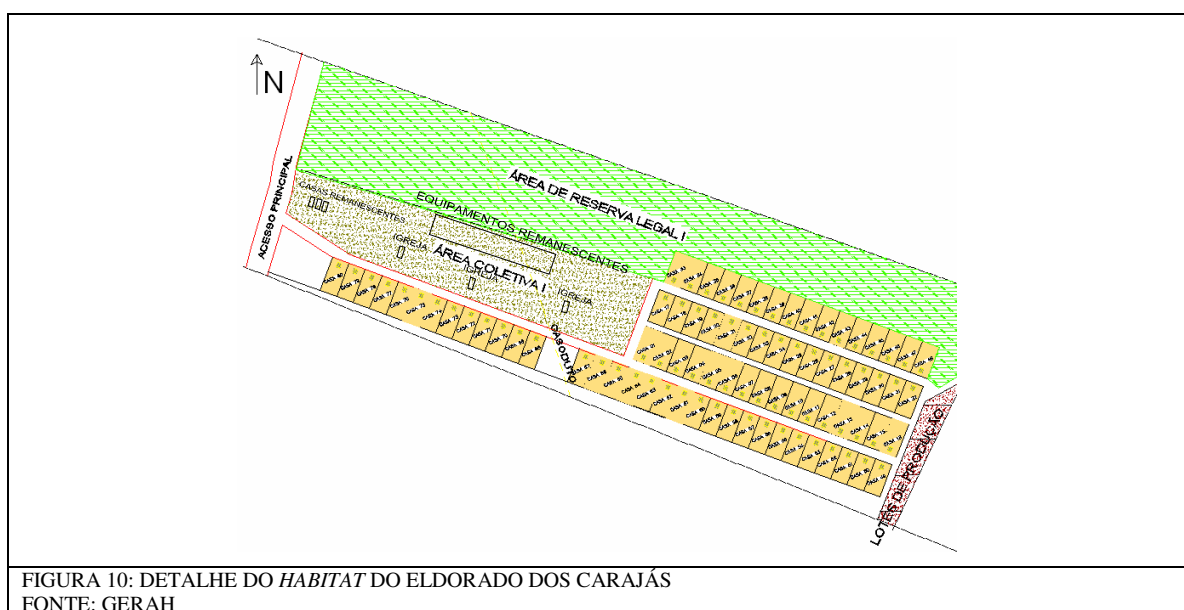
Como resultado, portanto, executaram um serviço de baixa qualidade, que findou por prejudicar os assentados de uma maneira geral. A tão sonhada habitação, logo após a sua execução já apresentava problemas estruturais e rachaduras.

No mais, este processo não trouxe inovações em relação ao que se praticava na época. Assim, não foi observada preocupação com a questão ambiental, ou práticas de educação ambiental, bem como qualificação da mão de obra empregada, ou outra iniciativa que acrescentasse algo mais ou diferencial à prática cotidiana do INCRA.

O resultado deste processo refletiu no desenho do espaço físico um *habitat* que, apesar de percebido pelos agentes envolvidos na experiência como detentor de uma boa configuração

⁸⁶ Ver o Quadro 3 (Conflitos ocorridos no processo de implantação do *habitat* do Eldorado dos Carajás) – apêndice A3.

física, apresenta-se distante dos lotes de trabalho, não existindo, também, preocupação com o seu embelezamento, além de outras peculiaridades negativas⁸⁷. O local e a configuração física do *habitat* constituíram proposta dos próprios assentados e suas lideranças locais. A contribuição do técnico do INCRA aconteceu somente ao final desta ação. O desenho tomou como base o modelo costumeiramente praticado na região. As habitações foram implementadas no decorrer das principais vias de circulação, em lotes de moradia com dimensões padronizadas em 30 x 60m. Estas dimensões foram consideradas pelos assentados como propícias ao habitar e à cultura de subsistência, além de favorecerem a instalação da infraestrutura básica necessária (água e energia elétrica). No entanto, não existiu preocupação com a igual distribuição destes lotes. Assim, uma das ruas apresenta grande extensão e a outra, menor, possuindo quantidades distintas de moradia. Os lotes de moradia, no geral, não proporcionam, em relação aos aspectos da insolação, adequadas condições de conforto, além de não apresentarem também uma preocupação com o embelezamento. A configuração física não representa a melhor opção, podendo ter sido melhor planejada⁸⁸.



No momento das discussões para a escolha do local de implantação do *habitat* foi observado desentendimento entre os assentados⁸⁹. As lideranças locais apresentaram duas propostas para tal localização: área do acampamento, no trecho do imóvel próximo à comunidade Riacho do Sangue, e sede principal da fazenda. Como argumento da primeira

⁸⁷ Ver o Quadro 4 (Desenho do *habitat* do Eldorado dos Carajás) – apêndice A4 - e Anexo A3: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Eldorado dos Carajás.

⁸⁸ Ver o item 4.1.1 – Perfil da configuração espacial do *habitat* do Eldorado dos Carajás e Anexo A3: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Eldorado dos Carajás.

⁸⁹ Ver o Quadro 3 (Conflitos ocorridos no processo de implantação do *habitat* do Eldorado dos Carajás) – apêndice A3.

proposta, mostrava-se que a proximidade da comunidade Riacho do Sangue favorecia a instalação da energia elétrica, além de facilitar a comunicação com os familiares que permaneceram na comunidade, já que grande parte era originária daquela localidade. No contraponto, a segunda opção levava em consideração a infraestrutura existente, a topografia plana da área e a proximidade ao acesso principal do assentamento, sendo esta a implementada. Depois de definida a configuração física e a localização do *habitat* entre a comunidade do assentamento, o técnico do INCRA analisou e deu o seu aval, de acordo com seus critérios próprios e conhecimento empírico.

A moradia, por sua vez, foi o elemento que mais gerou insatisfação aos agentes envolvidos, sobretudo os assentados e suas lideranças. Para estes, a quantidade e as dimensões dos ambientes são insuficientes⁹⁰. O seu projeto arquitetônico apresenta uma conotação negativa, não oferecendo inovações e não tendo a participação dos usuários em sua concepção. No mais, apesar de terem sido entregues no ponto de morar, devido ao material de construção de baixa qualidade utilizado, desde então já apresentaram problemas estruturais.

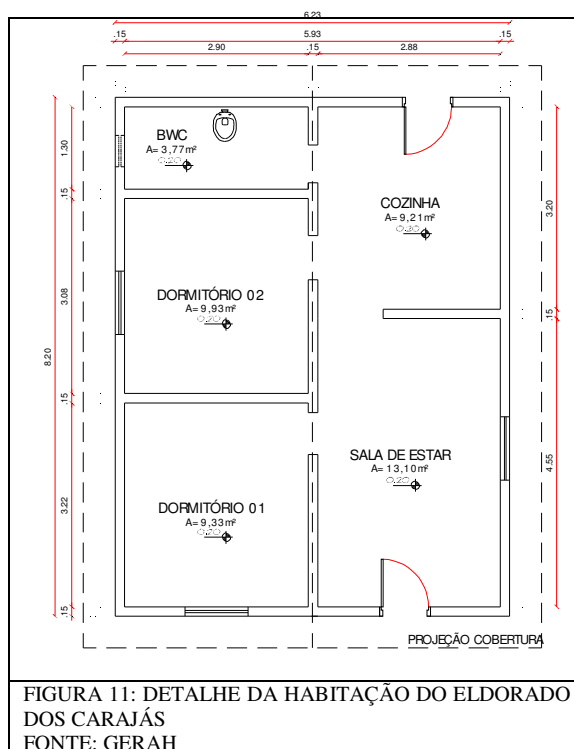


FIGURA 11: DETALHE DA HABITAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS
FONTE: GERAH

Contudo, não há muito que acrescentar em relação à percepção dos agentes envolvidos sobre a moradia, a não ser que também não apresenta, em sua maioria, adequadas condições de conforto ambiental, sobretudo em relação à insolação⁹¹. Mesmo considerando o valor

⁹⁰ Ver o Quadro 4 (Desenho do *habitat* do Eldorado dos Carajás) - apêndice A4 - e Anexo A4: Prancha contendo a planta baixa e as fachadas da moradia do Eldorado dos Carajás.

⁹¹ Ver o item 4.1.1 – Perfil da configuração espacial do *habitat* do Eldorado dos Carajás.

disponível para sua execução (2.500 reais/família), não justifica o produto final entregue. Faltaram compromisso e respeito da construtora para com os seus “clientes”. Na época este valor correspondia a 13,88 salários mínimos (1SM = R\$ 180,00).

A localização de uma das casas também foi motivo de desentendimento entre os assentados (e suas lideranças) e os responsáveis pela construtora⁹². O local escolhido inicialmente, na época do planejamento do *habitat*, ficava em cima de um duto da Petrobras. Assim, no momento da construção, percebeu-se ser inviável tal localização. No entanto, os assentados não aceitavam o deslocamento da casa para outro lugar. Após negociações, os argumentos técnicos da construtora os convenceram a acatar a proposta de deslocamento⁹³.

O arruamento, apesar da avaliação positiva por parte dos segmentos envolvidos na experiência⁹⁴, suas dimensões são maiores que as estabelecidas pelo padrão, além de apresentar pouca diversidade de uso.

Contudo, mesmo diante deste quadro, os moradores percebem o local de moradia como um todo de maneira positiva⁹⁵. No entanto, consideram que possuem uma condição de vida regular⁹⁶ apesar de considerá-la melhor do que a condição de vida anterior, sobretudo nos aspectos econômicos e produtivos, de localização física e das relações sociais.

A experiência no Eldorado dos Carajás acarretou resultado final distinto para cada segmento participante. Para os assentados gerou insatisfação, sobretudo em relação às moradias, que logo após entregues já apresentavam problemas estruturais, rachaduras, piso afundando, madeiramento estragado, dentre outros.

No entanto, o INCRA e a construtora tiveram seus objetivos iniciais cumpridos. O primeiro pôde disponibilizar local de moradia os assentados. Já o segundo construiu todas as habitações, mesmo que o resultado final não tenha agradado a todos.

4. 2 ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

O Assentamento Maria da Paz localiza-se no Município de João Câmara. Trata-se de uma experiência cujo espaço físico do seu *habitat* foi estruturado a partir de um processo de

⁹² Ver o Quadro 3 (Conflitos ocorridos no processo de implantação do *habitat* do Eldorado dos Carajás) – apêndice A3.

⁹³ Anexo A3: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Eldorado dos Carajás.

⁹⁴ Ver o Quadro 4 (Desenho do *habitat* do Eldorado dos Carajás) – apêndice A4.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ A condição de vida atual para a metade dos assentados é regular. A outra metade se divide em precário (16,67) e bom (33,33).

organização, planejamento e construção que contou com a assistência técnica do arquiteto e urbanista, sendo conduzida pelo GERAH/MST. Para tanto, utilizou-se de uma metodologia própria, desenvolvida para este fim, que se baseia na pesquisa-ação, envolvendo a participação, investigação e ações educativas como momentos de um mesmo processo⁹⁷. Desse modo, as ações desenvolvidas na implantação do *habitat* foram efetivadas a partir de uma concepção coletiva e horizontal, em que a participação dos usuários aconteceu em todas as etapas do processo.

HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA⁹⁸

O atual assentamento Maria da Paz corresponde à antiga “Fazenda Buraco Seco e São João”, destaque na região devido à produção e beneficiamento do sisal.

No início da década de 2000 as lideranças do MST na região demonstraram interesse pelo imóvel. Assim, no ano de 2002 deram entrada junto ao INCRA no pedido de avaliação e vistoria desta propriedade, para que fosse verificada a possibilidade de sua desapropriação.

Como forma de pressionar a realização de tal ação, a liderança do MST na região organizou os trabalhadores rurais sem terra das redondezas que almejavam acesso à terra e instalaram o acampamento nas proximidades da entrada principal da fazenda, à beira da RN-120, de maneira provisória, sem grandes condições de habitabilidade. As moradias correspondiam a barracos de lona ou taipa, sem infraestrutura sanitária adequada.

Todavia, este processo de ocupação inicial se desenvolveu de maneira pacífica, não ocorrendo conflito armado ou atos de violência entre os “ocupantes” e o então proprietário. Por esta época, também aconteceram os primeiros contatos entre a comunidade acampada e os representantes da UFRN/GERAH, visando proceder ao acompanhamento do processo de implantação do espaço físico do *habitat*, sendo intermediado pelas lideranças do MST.

No dia 17 de outubro de 2003 saiu o ato de imissão de posse para o assentamento.

CARACTERIZAÇÃO FÍSICA⁹⁹

O acesso ao Maria da Paz, feito partindo-se da cidade do Natal, se dá através da BR-406, até a cidade de João Câmara. Chegando-se nesta, em seguida, após 5 km da sede municipal, toma-se à direita, mais precisamente na RN-120, na direção da cidade de Parazinho. Percorrendo, aproximadamente, 7 km, toma-se a margem esquerda, onde se encontra o seu

⁹⁷ A metodologia do GERAH foi abordada no início deste capítulo (páginas 99-103).

⁹⁸ As informações aqui expostas foram baseadas no laudo de vistoria e avaliação do imóvel, elaborado por técnicos do INCRA

⁹⁹ Ibidem

acesso principal¹⁰⁰. Ao total, percorre-se da cidade de Natal à sede do assentamento uma distância de 86 km, todos em estrada asfaltada de boa qualidade.



FIGURA 12: LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

O assentamento possui uma área total de aproximadamente 1.163,034 hectares. Na época de sua desapropriação este quantitativo encontrava-se assim distribuído: 240 hectares de cultura permanente; 14,69 hectares de área de preservação permanente; 38,85 hectares de área inaproveitável e 869,48 hectares de área aproveitável, mas não utilizada, que atualmente correspondem à área de produção individual e *habitat*¹⁰¹.

A região abrange terrenos cristalinos situados entre os tabuleiros litorâneos e os relevos residuais da Borborema, com solos rasos, arenosos e argilosos. A área se apresenta praticamente plana, com desníveis localizados que variam de 100 a 200 metros de altitude.

O clima é considerado árido e semi-árido ao sul, com precipitações pluviométricas variando de 644,40 a 1.259,50mm, sendo o período chuvoso de março a junho, quando a temperatura média anual é 24,7° C e a umidade relativa do ar corresponde a 70% (média).

A cobertura vegetal predominante é a hipoxerófila e hiperxerófila, favorecendo o uso diversificado dos solos. Praticamente toda a superfície do imóvel encontra-se coberta por vegetação secundária, densa e pouco densa, em estágio avançado e médio de regeneração,

¹⁰⁰ Ver Figura 12: Localização do Assentamento Maria da Paz.

¹⁰¹ Ver anexo A6: Prancha contendo o parcelamento do solo do Assentamento Maria da Paz

com exceção de, aproximadamente, 200 ha, ainda com mata nativa e as partes mantidas com plantios de sisal.

CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

O assentamento foi criado com o intuito de beneficiar 45 famílias, capacidade estabelecida a partir da constatação da potencialidade agrícola e uso das terras do imóvel. Contudo, além deste contingente, abriga atualmente famílias de agregados. Estas são originadas dos filhos dos assentados que foram casando e constituindo novos arranjos familiares, mas, por motivos diversos, permaneceram morando no assentamento. Na maioria dos casos habitam nas edificações remanescentes da antiga fazenda, que estão localizadas logo na entrada do imóvel.

Seguindo o que estabelece as diretrizes do MST, a organização das famílias assentadas, seja nos aspectos produtivos, sociais e políticos, foi efetivada por meio dos núcleos de famílias, com o intuito de garantir uma melhor estruturação. Desse modo, as 45 famílias assentadas encontram-se divididas em quatro núcleos de família, a saber: 11 famílias no núcleo 1; 10 famílias no núcleo 2; 14 famílias no núcleo 3 e 10 famílias no núcleo 4. As famílias agregadas não foram levadas em consideração, pois ainda não existiam na época da efetivação desta distribuição.

No período do processo de implantação do *habitat*, a distribuição por núcleos de família era a única forma de organização das famílias. Somente no final do ano de 2007, os assentados resolveram instaurar uma Associação para representá-los, possuindo os seguintes cargos: presidente, vice-presidente, 1º tesoureiro, secretário e conselho fiscal.

CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E PRODUTIVA

As terras do assentamento apresentam vocação para a produção agrícola, que pode ser praticada por meio da exploração individualizada ou associativista, com exploração de agricultura de subsistência, cultivos industriais e/ou pecuária de modo geral¹⁰². No entanto, a produção de subsistência consiste na mais realizada, especialmente nos lotes de moradia, pois os lotes de trabalho ainda não foram liberados para a produção efetiva¹⁰³.

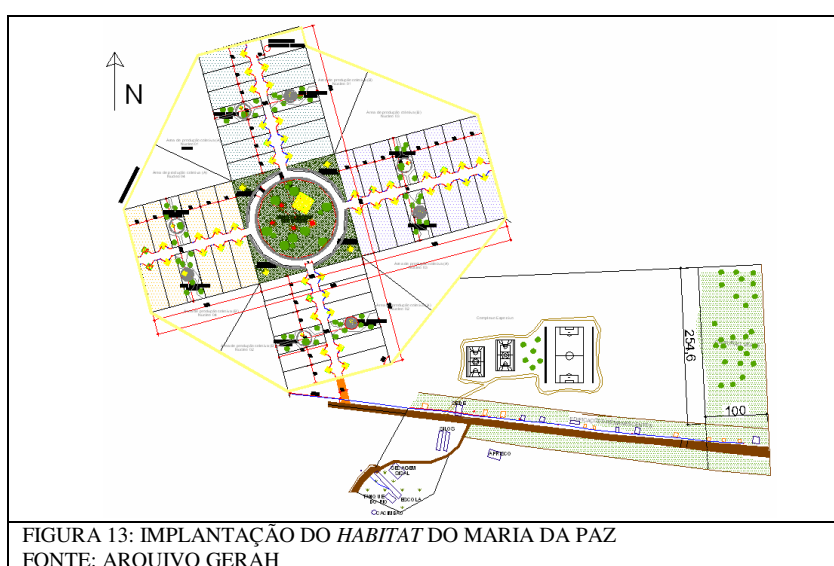
¹⁰² Tomando como base as informações contidas no laudo de vistoria e fiscalização

¹⁰³ Até a data da realização das últimas entrevistas (dezembro/2008) ainda não havia saído a liberação.

4.2.1 Perfil da configuração espacial do *habitat* do Maria da Paz

MACROESPAÇO (A CHAMADA “AGROVILA”)

O *habitat* encontra-se situado nas mediações da entrada principal do assentamento, sendo tangenciado pela rodovia RN-120. Seus limites obedecem à seguinte ordem: a Nordeste e Leste confrontam-se com área para produção agrícola; a Sudeste, com as edificações remanescentes, como habitações e galpões e área para produção agrícola; a Sudoeste, Oeste, Nordeste e Norte limita-se com a área de reserva legal¹⁰⁴.



A composição deste espaço físico é constituída por 45 lotes de moradia e suas respectivas habitações; edificações remanescentes, principalmente casas que abrigavam os antigos trabalhadores da fazenda e galpões, que funcionam atualmente como equipamentos coletivos, (escola e posto de saúde); campo de futebol e arruamento. Além destes, foi acrescentado um elemento a mais neste *habitat*: áreas para produção coletiva destinadas a cada núcleo de família. O objetivo é garantir a segurança alimentar das famílias, destinando, próximo ao local de moradia, áreas para a produção agrícola¹⁰⁵.

A distribuição destes elementos no espaço físico acontece da seguinte forma: margeando a via de acesso, na entrada principal, encontram-se distribuídas as edificações remanescentes. No sentido de quem entra no assentamento, logo no início e do lado direito aparecem as casas dos antigos moradores da fazenda, que hoje abrigam famílias de agregados e o posto de saúde.

¹⁰⁴ Ver anexo A6: Prancha contendo o parcelamento do solo do Assentamento Maria da Paz

¹⁰⁵ Ver anexo A7: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Maria da Paz

Adiante, do lado esquerdo e mais afastado da via de acesso, situa-se o campo de futebol. Mais abaixo aparece um galpão, onde se encontra instalada a escola que atende a comunidade¹⁰⁶.

Seguindo a via de circulação, fazendo uma leve curva para a direita, surgem as moradias. Estas estão distribuídas em duas vias perpendiculares entre si, formando quatro núcleos. O primeiro possui 10 casas; o segundo, 14; o terceiro, 10 e o quarto apresenta 11 casas. Em cada núcleo, existe uma área destinada ao uso coletivo, cujas dimensões equivalem à de dois lotes de moradia. Já a área triangular atrás dos lotes de moradia de um núcleo e do seguinte destina-se à produção agrícola coletiva. Cada núcleo possui a sua¹⁰⁷.

No cruzamento das duas vias de circulação forma-se uma área circular reservada aos equipamentos sociais de uso coletivo. Porém, ainda não foi ocupada.



O *habitat* do Maria da Paz foi locado numa área que tanto privilegiou o acesso ao assentamento, devido sua proximidade à entrada principal, aos lotes de trabalho (destinados à produção agrícola), bem como à infraestrutura existente, sobretudo as casas dos antigos moradores e galpões de trabalho que, como já dito, estão sendo aproveitados como equipamentos coletivos (posto de saúde e a escola). Mesmo de modo improvisado, a comunidade é contemplada por estes serviços¹⁰⁸.

A organização social é rebatida na sua estruturação física. Assim, cada grupo de casas, com sua própria via de circulação e área de uso coletivo (destinada a atividades de lazer) corresponde a um núcleo de família. Além disso, as áreas de produção agrícola coletiva encontram-se adjacentes ao seu respectivo núcleo. As vias de circulação de cada núcleo

¹⁰⁶Ver anexo A7: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Maria da Paz

¹⁰⁷Ibidem

¹⁰⁸ Ver anexo A6: Prancha contendo o parcelamento do solo do Assentamento Maria da Paz

convergem para a área central, destinada à locação dos futuros equipamentos de uso coletivo, que ficam equidistantes de cada núcleo. Assim, as famílias serão beneficiadas de igual maneira em relação ao uso deste espaço.

Contudo, a topografia da área onde foi locado o *habitat* não é exatamente plana. O ultimo núcleo encontra-se no ponto mais elevado.

LOTE DE MORADIA

Sabe-se que a adequada localização do lote em relação à posição do sol nascente e poente favorece ao conforto ambiental. Desse modo, a face voltada para o sol nascente receberá maior incidência do sol da manhã, o que se julga ser benéfico e ameno. Já a face voltada para o sol poente, condiciona-se à maior incidência do sol da tarde, cujos efeitos são considerados prejudiciais. Assim, para se tirar partido desta situação, foi necessário dar uma pequena rotação no desenho do *habitat*, sobretudo na posição dos lotes de moradia. Além disso, o projeto foi rebatido em duas situações, buscando sempre o aproveitamento mais adequado da insolação. Desse modo, os efeitos negativos do sol poente foram minimizados. Mesmo assim, 50% dos lotes ainda encontram-se voltados para o sol da tarde. No entanto, não apresentam a pior situação, pois a incidência não acontece a 90°¹⁰⁹.



Os lotes de moradia possuem 2.400m², distribuídos em 30 metros de frente e 80m de profundidade. Observou-se que, além de morar, grande parte dos assentados os utiliza para

¹⁰⁹ Ver anexo A7: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Maria da Paz

plantio e criação de animais, atividades voltadas para a subsistência de suas famílias. Todavia, notou-se que a maioria não faz uso de toda a área disponível¹¹⁰.

Poucos foram os lotes em que se percebeu preocupação com proposta internas de embelezamento, sobretudo com o plantio de jardins ou algo similar. A maioria das práticas de volta para a produção de subsistência.

CASA



Na observação *in loco* pode-se notar a boa procedência e qualidade do material utilizado para a construção das moradias, sobretudo as esquadrias, o madeiramento do telhado, as telhas, entre outros. Na maioria das casas não foram notados problemas estruturais, como rachaduras, trincas nas paredes ou piso.

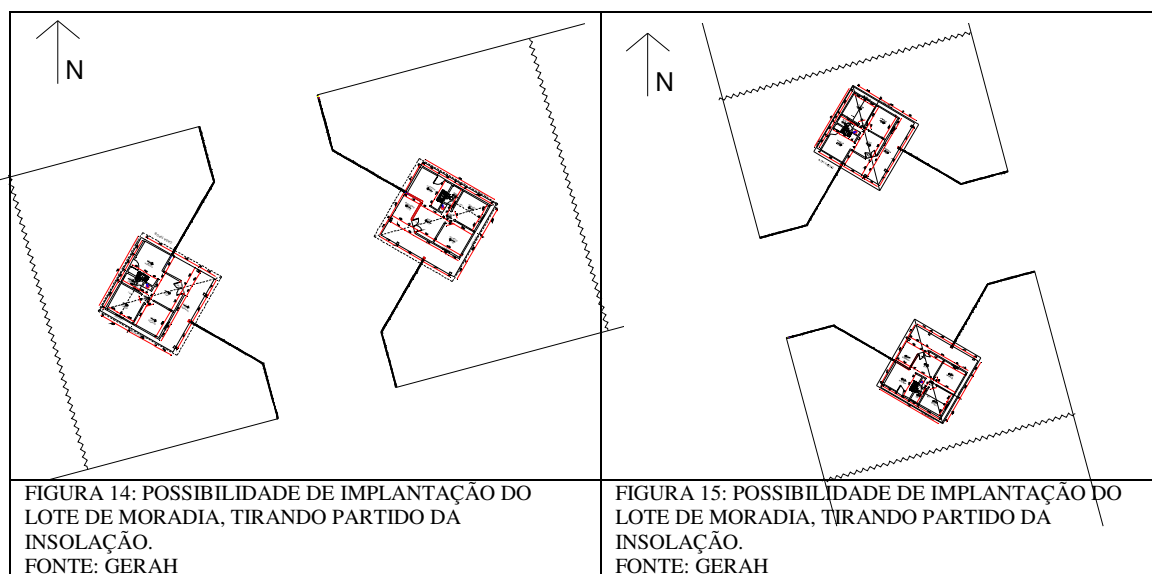
Os mesmos princípios utilizados para alcançar condições ideais de conforto ambiental na locação do lote de moradia também foram transportados para a moradia. Assim, buscou-se localizar os ambientes de uso prolongado para a posição do sol nascente, enquanto a área de serviço e ambientes de uso rápido para incidência do sol poente¹¹¹.

O projeto arquitetônico da moradia do Maria da Paz possui 63,04m² de área construída, distribuída em seis cômodos: alpendre; sala de estar; dois dormitórios; banheiro, tendo a pia separada das demais peças, criando uma espécie de lavatório; e cozinha. Concebida de forma não oficial, mas em todas as habitações, este último cômodo acessa uma área de apoio, espécie de cozinha e área de serviço, onde geralmente encontram-se uma pia e o fogão à lenha. Todavia, a disposição geral dos cômodos varia de acordo com o posicionamento do sol

¹¹⁰ Ver anexo A7: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Maria da Paz

¹¹¹ Ver anexo A9: Prancha contendo a planta baixa e as fachadas da moradia do Maria da Paz

nascente e poente. Houve a preocupação em adaptar o projeto da casa para cada situação específica, buscando tirar partido dos benefícios da incidência solar¹¹².



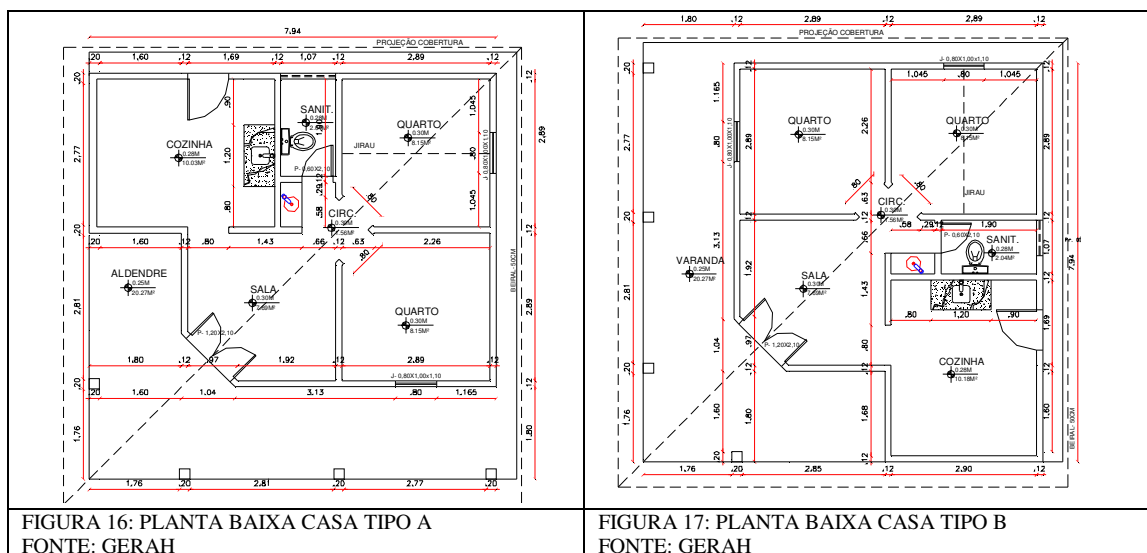
Em relação à quantidade de cômodos existentes, avalia-se que a residência apresenta um número reduzido, no entanto condizente aos parâmetros do contexto social trabalhado – habitação de interesse social no meio rural - e do valor disponível para a construção. Na época, num primeiro momento, o valor equivalia a 3.000 reais por família, correspondendo à 12,50 salários mínimos (1 SM = R\$ 240,00). Em meados do processo, o valor foi reajustado passando para 5.000 reais por família, o que fez com que subisse para 19,23 salários mínimos (1 SM = R\$ 260,00). Em relação as dimensões e áreas dos ambientes, estas também são condizentes ao contexto social trabalhado. Assim, o alpendre apresenta 20,27m²; a sala única possui 7,69m²; cada dormitório apresenta 8,15m²; a cozinha corresponde a 10,01m²; o banheiro equivale a 2,04m² e o lavatório, que faz parte da circulação entre os dormitórios, tem 0,30m², resultando numa área útil total de 56,61m².

Foram observadas poucas mudanças nos usos específicos dos ambientes das habitações. Todavia, em algumas situações percebeu-se que a sala de estar também funcionava como dormitório, sobretudo nas famílias em que o número de filhos era maior.

Apesar da quantidade e das dimensões dos ambientes serem condizentes à tipologia do padrão no qual encontra-se inserida (habitação de interesse social), um dos diferenciais da moradia do Maria da Paz dá-se pela organização e distribuição espacial dos seus cômodos.

¹¹² Ver anexo A9: Prancha contendo a planta baixa e as fachadas da moradia do Maria da Paz

Além de levar em consideração os princípios do conforto ambiental, como já dito, sua disposição busca aproveitar, o máximo possível, o espaço disponível. Prima, também, pela privacidade da área íntima (dormitórios e banheiro). O resultado corresponde a um projeto que foge ao estereótipo estabelecido para esta tipologia, com uma melhor qualidade, demonstrando que existem alternativas de se fazer diferente¹¹³.



A aparência física e estética da moradia também apresenta um aspecto inovador às habitações de interesse social. Percebe-se que o responsável por sua concepção buscou dar um tratamento diferencial à sua cobertura, com o intuito também de favorecer a ampliação da moradia. Assim, trabalhou uma forma distinta do que costumeiramente se observa para esta tipologia. O resultado final corresponde a uma edificação com uma aparência harmoniosa¹¹⁴.



FOTO 35: HABITAÇÃO DO MARIA DA PAZ
FONTE: GERAH



FOTO 36: HABITAÇÃO DO MARIA DA PAZ
FONTE: GERAH

¹¹³ Ver anexo A9: Prancha contendo a planta baixa e as fachadas da moradia do Maria da Paz

¹¹⁴ Ibidem

EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE USO COLETIVO



Atualmente, poucos são os equipamentos sociais de uso coletivo existentes no assentamento: escola, posto de saúde e campo de futebol. Como já dito, os dois primeiros funcionam de maneira precária e improvisada nas edificações remanescentes. A escola, num antigo beneficiador de sisal e o posto de saúde, numa das casas que abrigava os antigos moradores¹¹⁵. No projeto elaborado há uma área central destinada à construção de equipamentos coletivos. Contudo, até hoje estes não foram implementados.

ARRUAMENTO



¹¹⁵ Contudo, em nenhum dos casos essas adequações contaram com a colaboração do arquiteto e urbanista na sua concepção e implementação, portanto não serão aqui analisados.

O arruamento interno do *habitat* compõe-se de duas vias de circulação, de mesma dimensão e perpendiculares entre si, estabelecendo um desenho bastante simples. Apresentam-se em piçarra, tendo sido demarcada somente na época da construção das moradias. Suas dimensões equivalem às estabelecidas pelas normas específicas. Assim, da testada de um lote para o seu oposto corresponde a 12m, dimensão adequada para circulação de veículos em duas faixas. Situação mais do que suficiente para as condições do assentamento, visto que o trânsito interno apresenta pouquíssimo tráfego¹¹⁶.

Quanto à diversidade de uso, nas visitas *in loco*, notou-se que as vias são utilizadas, sobretudo, para a circulação, seja de veículos ou de transeuntes. Poucos foram os espaços utilizados para as conversas da vizinhança e brincadeiras da criançada. Apesar de haver indicação a esses encontros no desenho do *habitat*, parte dos assentados se apropriou desses espaços públicos.



¹¹⁶ Ver Anexo A7: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Maria da Paz

4.2.2 Semelhanças e diferenças no processo de implantação do Maria da Paz

A partir das três categorias pesquisadas – coordenadores dos núcleos de família à época do processo de implantação do *habitat*; lideranças do MST e GERAH –, somada a minha contribuição como arquiteta e urbanista, buscou-se chegar a um denominador comum, que representasse a experiência vivenciada em sua essência.

Constatou-se que a partir das entrevistas com os coordenadores de núcleo formou-se uma compreensão, mesmo que sintética, do processo. Seus relatos foram concebidos de maneira sucinta. Não se observou repetição de informações nas entrevistas. Pelo contrário, cada qual acrescentou um fato novo, que auxiliou na compreensão do processo como um todo¹¹⁷.

Esta visão se tornou pouco mais ampliada com a entrevista da liderança do MST, a partir da inserção de novos elementos que coincidem com o seu contexto de atuação: organização social da comunidade. Em seu relato, ela se deteve às etapas do acampamento, organização das famílias para o planejamento do processo e planejamento da construção¹¹⁸.

Contudo, as informações fornecidas pelo GERAH¹¹⁹ vieram consolidar a percepção do processo de implantação do *habitat*, abrangendo consideravelmente o horizonte do entendimento. Percebeu-se o processo, como um todo, com riquezas de detalhes que não estiveram presentes nos relatos dos demais segmentos envolvidos¹²⁰.

No mais, foram percebidas diferentes imagens do processo, conforme se pode observar no Quadro 5: Processo de implantação do espaço físico do *habitat* do Maria da Paz¹²¹. A partir desta constatação, buscou-se verificar suas origens¹²², contribuindo para posteriores análises.

Assim, pode-se afirmar, de maneira geral, que o processo de implantação do espaço físico do *habitat* do Assentamento Maria da Paz foi percebido de maneira positiva pelos segmentos envolvidos em sua efetivação, constituindo-se numa experiência pioneira em relação ao que era até então praticado nos assentamentos vinculados ao INCRA/RN.

¹¹⁷ Ver no apêndice A5 o Quadro 5: Processo de implantação do espaço físico do *habitat* do Maria da Paz, que apresenta a percepção dos segmentos envolvidos em relação ao processo de implantação do espaço físico do *habitat* do Maria da Paz.

¹¹⁸ Ibidem

¹¹⁹ Entrevista com a coordenadora e demais participantes do processo, como estudantes e técnicos, além do acompanhamento do processo, na época, pela autora deste trabalho, mesmo que de maneira não ativa. No mais, teve-se a oportunidade de realizar uma vasta pesquisa documental em seus arquivos.

¹²⁰ Ver no apêndice A5o Quadro 5, que apresenta a percepção dos segmentos envolvidos em relação ao processo de implantação do espaço físico do *habitat* do Maria da Paz.

¹²¹ Ver apêndice A5.

¹²² Os caminhos para essa verificação corresponderam a levantamento “*in loco*” e complementação das fontes (entrevistas e documentação).

Como já foi dito, esta experiência foi desenvolvida através de uma pesquisa-ação, tomando como base de referência a metodologia do GERAH¹²³. Desse modo, as ações eram discutidas entre todos os agentes envolvidos, através de uma construção horizontal e coletiva, onde todos possuíam a oportunidade de participar de maneira ativa. Os conflitos ou diferenças de opinião faziam parte do procedimento, vistos não como disputa ou confronto, mas como algo que auxiliava na construção do coletivo, cujo resultado se processou em ganhos para todos os envolvidos. Foram causados por diferenças de opinião, disputa de interesses, falta de participação de alguns ou até mesmo por dificuldade de entendimento do que estava sendo abordado, apesar da permanente troca de saberes. Ressalta-se que não é fácil mudar práticas seculares de dominação e passividade. A mudança requer ação, sobretudo, coletiva, nem sempre compreendida.

Devido às ações voltadas à organização e ao planejamento da comunidade e do espaço físico do *habitat* terem sido iniciadas ainda na fase do acampamento, elas contribuíram para agilizar o andamento do processo como um todo, sobretudo em relação às atividades de concepção dos projetos do *habitat* e habitação¹²⁴. Os assentados tiveram a possibilidade de se apropriar de maneira mais abrangente e concreta das informações e conhecimentos específicos, facilitando o seu entendimento e o transcorrer das ações, além de proporcionar uma maior coesão social e organizativa entre a comunidade. Portanto, considera-se a fase do acampamento um bom momento para o início das atividades de planejamento do espaço físico do *habitat*, sobretudo pelo tempo ocioso do acampado, que permanece desenvolvendo poucas atividades, principalmente agricultura de subsistência. No mais, neste período ainda não são observados os conflitos e desentendimentos gerados pelo acesso aos créditos instalação disponibilizados pelo INCRA após a imissão de posse¹²⁵.

Na etapa inicial, considerada até a fase do planejamento do modo de construção, cada categoria participante do processo apresentava funções específicas¹²⁶. A UFRN – representada pelos estudantes e professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo e pela equipe técnica do GERAH – fez-se responsável pela elaboração do método de abordagem geral e de parcelamento do solo (após o trabalho de educação ambiental e de levantamento de dados do GEPEN), dos projetos do *habitat* e habitação, bem como pela condução das discussões para escolha destas propostas. No mais, fazia-se presente, junto ao MST, nas ações de organização

¹²³ Ver metodologia do GERAH explicitada no início deste capítulo (páginas 99-103).

¹²⁴ Ver o item “ACAMPAMENTO” do Quadro 5, que se encontra no apêndice A5.

¹²⁵ Ver o Capítulo 2 O Estado, a assistência técnica e o planejamento, produção e desenvolvimento do *habitat* dos projetos de assentamentos rurais de reforma agrária.

¹²⁶ Ver o Quadro 5 – apêndice A5.

da comunidade. Este era um dos focos da metodologia empregada: o técnico também como agente atuante na organização da comunidade. Às vezes de maneira ativa, em outros momentos apenas disponibilizando as condições necessárias.



FOTO 45: MOMENTO DO ACAMPAMENTO DO FUTURO ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ.
FONTE: GERAH



FOTO 46: VISTA GERAL DO ACAMPAMENTO DO FUTURO ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ
FONTE: GERAH

O apoio logístico e a concessão dos recursos financeiros para a construção das moradias, dentro do programa crédito instalação, modalidade “aquisição de material de construção” ficou a cargo do INCRA. Neste primeiro momento, esta Instituição se fez representar, principalmente, pelo técnico Ivanildo Soares. Engenheiro civil de formação, não era funcionário da Instituição, mas sim contratado, inicialmente, para trabalhar especificamente nesta experiência. Já havia desenvolvido outros trabalhos em comunidades de interesse social, porém no meio urbano, possuindo, desse modo, vivência nessa área. Desempenhou importante papel nesta fase, auxiliando o GERAH na condução do processo. O Superintendente César de Oliveira, sempre que possível, também se fazia presente, apoiando e abonando a experiência, com vistas aos ganhos que poderia proporcionar à Instituição.

A liderança do MST, como já dito, se responsabilizava pela organização social da comunidade e pelo apoio aos representantes da UFRN, neste sentido, nos debates. Destaca-se o empenho da Direção do Movimento da Regional de Baixa Verde (onde o assentamento está localizado) impetrando todos os meios para que esta experiência fosse efetivada, pois também compartilhava da direção política do processo, convencido das suas possibilidades.

Os assentados (e suas lideranças locais) como parte integrante da base do Movimento, por sua vez, participavam ativamente das escolhas e concepções em relação às propostas para o parcelamento do solo, *habitat* e habitação. Ênfase deve ser dada à participação das mulheres assentadas, o que ocorreu em todas as etapas do processo, de maneira ativa, o que não é comum na construção civil e, muitos menos, no meio rural.

A atuação desses agentes aconteceu de maneira conjunta. Cada qual possuía sua função, onde um dependia do outro. Interessante destacar a sistemática de participação elaborada de maneira coletiva e sendo percebida de maneira própria pelos três segmentos envolvidos¹²⁷. Assim, primeiro acontecia a reunião com os membros de cada segmento; depois reunia-se a coordenação geral: GERAH, MST e INCRA; na seqüência, havia a reunião da coordenação geral com a coordenação local; a etapa seguinte correspondia às assembléias dos assentados, onde os parceiros não votavam, apenas apresentavam. Ainda existiam os momentos em que a coordenação do MST se reunia somente com os assentados.



Partindo da realidade dos assentados (desde o acampamento), refletiu-se sobre parte do vivido da direção e base do MST em busca de possibilidades, utilizando os princípios do método regressivo-progressivo de Henry Léfèbvre, conforme o GERAH constrói sua metodologia¹²⁸. Para a elaboração dos projetos, portanto, foram aplicados questionários junto aos assentados, com o intuito de conhecer sua trajetória de vida, realidade, sonhos e desejos em relação ao assentamento. A estas informações, foram acrescentadas as diretrizes do MST, da tese “*MST: habitats em Movimento*” e os conhecimentos em Arquitetura e Urbanismo. Assim, os responsáveis pela concepção dos projetos lançaram mão não somente do seu conhecimento técnico, mas foram além, atrelando-o à expectativa dos beneficiários, aos princípios do Movimento Social e de estudos sobre o contexto abordado, de forma a contribuir com o resultado final, atrelado às expectativas gerais.

Ainda na fase do planejamento algumas iniciativas pioneiras realizadas devem ser destacadas, tais como: proposta para o parcelamento do solo elaborada com a participação dos

¹²⁷ Ver item “ORGANIZAÇÃO” do Quadro 5 – apêndice A5.

¹²⁸ Ver metodologia do GERAH explicitada no início deste capítulo (páginas 99-103).

assentados; ações de educação ambiental junto à comunidade; curso de pedreiro; proposta de materiais não convencionais para a construção e execução de um almoxarifado para estocar o material de construção adquirido¹²⁹. Estas iniciativas constituíram diferenciais, sendo implementadas a partir da parceria entre as entidades envolvidas. Acarretaram, além do desenvolvimento social e educacional para a comunidade, qualidade ao aspecto físico do *habitat* e ao andamento do processo.



FOTO 49: PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS NAS REUNIÕES DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO HABITAT DO MARIA DA PAZ
FONTE: GERAH



FOTO 50: REUNIÃO DOS ASSENTADOS E EQUIPE TÉCNICA DO GERAH/UFRN.
FONTE: GERAH

O processo de parcelamento do solo e as ações de educação ambiental foram subsidiados pelo estudo realizado no contexto da tese de doutorado “*Educação e Sustentabilidade: Assentamento Maria da Paz – João Câmara/RN*”, de autoria de Hiramisis Paiva de Paula¹³⁰, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRN. Corresponde a uma

Pesquisação no campo da educação ambiental, orientada para a construção do parcelamento do solo do PA Maria da Paz, enquanto processo de aprendizagem social, de produção coletiva de novos conhecimentos, valores e atitudes com relação ao meio ambiente (PAULA, 2005, p. 8).

Esta tese também fez parte da parceria entre UFRN, MST e INCRA/RN, porém ligada ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. Utilizando os mesmos princípios da metodologia empregada pelo GERAH, a realização da tese gerou subsídios ambientais à equipe do GERAH/MST, contribuindo para a elaboração da proposta de parcelamento do solo, tendo os

¹²⁹ Ver os itens “PLANEJAMENTO DO HABITAT”, “PLANEJAMENTO DA HABITAÇÃO” “PLANEJAMENTO DO MODO DE CONSTRUÇÃO” do Quadro 5, sobretudo na percepção do GERAH – apêndice A5.

¹³⁰ Arquiteta e Urbanista, funcionária do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), órgão estadual, na experiência do Maria da Paz foi importante colaboradora do GERAH, sobretudo em relação às questões de educação ambiental.

assentados como agentes atuantes. Assim, foram definidos os locais para os lotes/parcelas de trabalho, áreas de preservação permanentes (APP), área de reserva legal, bem como o local de moradia (*habitat*)¹³¹. Para subsidiar a elaboração deste trabalho foi desenvolvido, a partir da ação voluntária de profissionais da área ambiental, um inventário do meio natural da área, contemplando o estudo do solo, vegetação, recursos hídricos, entre outros. Estes dados coletados possibilitaram a consolidação deste parcelamento, sendo embasado em estudos avançados, o que não ocorreu em outras experiências, como no Eldorado dos Carajás. Assim, no momento das reuniões onde aconteciam as discussões sobre o planejamento do *habitat* eram também abordadas as questões relativas ao parcelamento do solo e meio ambiente, sobretudo a partir de iniciativas voltadas para a educação ambiental.



Nesta iniciativa, a comunidade teve oportunidade de atuar no parcelamento do solo, atividade que na maioria das vezes é restrita aos engenheiros agrônomos do INCRA. No mais, percebe-se que os assentados adquiriram um maior conhecimento sobre as questões ambientais, como pode ser constatado na evolução da proposta de parcelamento do solo, observada no material gráfico produzido¹³². Definidas as prioridades para a preservação e produção, pelos técnicos que elaboraram o inventário ambiental, foi realizado um desenho levando em consideração parâmetros técnicos, como infraestrutura; organicidade; relação entre área de produção e moradia; acessibilidade; áreas de trabalho familiar e/ou coletivas, etc. A estes parâmetros foram acrescentadas as contribuições dos assentados, que aprimoraram cada vez mais o desenho¹³³. Conforme relato da coordenadora do GERAH: “o

¹³¹ Ver Anexo A5: Prancha contendo a evolução do parcelamento do solo do Maria da Paz

¹³² Ibidem

¹³³ Ibidem

peçoal do meio ambiente não ousou, porque achava que eles [os assentados] não iriam aceitar ficar com áreas ruins, porque tinha muita área ruim para trabalhar lá. Eles [os assentados] preferiram ficar com áreas ruins a dividir a área de reserva legal por causa da questão do ecossistema. Eu ouvi vários assentados dizendo assim: ‘se a gente separar essas áreas os animais não poderão circular’”.

Com a intenção de qualificar a mão de obra existente foi providenciado um “curso de pedreiro”, através de uma parceria entre o SENAR/RN (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e o INCRA/RN¹³⁴. Ao primeiro, coube o apoio financeiro, arcando com o pagamento dos professores contratados pelo GERAH. Já o INCRA se responsabilizou por fornecer cestas básicas aos assentados durante o curso, como forma de incentivar sua participação, visto que não teriam disponibilidade para se dedicar ao roçado e garantir o sustento de suas famílias¹³⁵.



A formação compunha-se de aulas teóricas, ministradas no início, complementadas por aulas práticas, na parte final. Os docentes corresponderam à engenheira e professora aposentada da UFRN Lúcia Cortez e o arquiteto Pascal Machado. Este último, por consequência, acabou sendo o responsável técnico pela obra¹³⁶. Entretanto, em meados do curso, o fornecimento das cestas básicas não se concretizou, pois o INCRA não conseguiu meios administrativo-financeiros para cumprir o acordado. Diante disto, os assentados fizeram greve e o SENAR cancelou o curso. No entanto, tal fato não prejudicou o andamento do processo, pois o que já havia sido ensinado foi o suficiente para que os assentados

¹³⁴ Ver o item “PLANEJAMENTO DO MODO DE CONSTRUÇÃO” do Quadro 5, sobretudo na percepção do GERAH – apêndice A5.

¹³⁵ Atualmente o GERAH continua desenvolvendo este tipo de curso, mesmo sem financiamento externo, com o nome de “curso de mutirante”.

¹³⁶ O arquiteto e urbanista Pascal Machado ainda continua colaborando com o GERAH, ministrando os “cursos de mutirante” e atualmente se responsabilizando tecnicamente pela construção das moradias nos Assentamentos Roseli Nunes e Bernardo Marim.

aplicassem na construção das moradias. No mais, o instrutor do curso, que assumiu o papel de responsável técnico, possibilitou o êxito do processo. Além disso, havia no assentamento 13 pedreiros e três mestres de obras, que colaboraram integralmente.

Assim, observa-se a preocupação existente com a qualificação da mão de obra, proporcionando benefícios aos assentados, que estavam ganhando novos conhecimentos, ao mesmo tempo em que o processo construtivo seria executado de maneira adequada.

Em relação ao material utilizado para a construção da habitação, a equipe técnica do GERAH tentou inovar, apresentando proposta de materiais não convencionais, como o painel de taipa, desenvolvida pelos técnicos da Caixa Econômica Federal¹³⁷. Assim, as alvenarias seriam erguidas com este material, que após a aplicação do acabamento se assemelharia a alvenaria de tijolo comum. Tecnicamente constituía uma possibilidade viável, já tendo sido experimentada em outras oportunidades e em circunstâncias semelhantes (habitação de interesse social), na mesma região de João Câmara.

Entretanto, esta viabilidade não estava presente no imaginário dos assentados. Até então acampados em barracas de lona ou mesmo de taipa, a expectativa girava em torno da habitação erguida com material tradicional (alvenaria de tijolo e cobertura em telha cerâmica). Num primeiro momento aprovaram a proposta. Porém, a equipe técnica logo percebeu desconforto em relação à proposta e voltou atrás. Assim, numa sugestão dada pelo GERAH, os painéis de taipa foram substituídos pela construção com materiais tradicionais.

Para a organização de uma obra, faz-se necessário um local para o armazenamento do material de construção adquirido, sobretudo em gestão coletiva, como no mutirão. Desse modo, os mutirantes organizaram um almoxarifado, em antiga construção remanescente¹³⁸. Este equipamento funcionou durante a fase de construção, mantendo num local seguro e de acesso coletivo os materiais utilizados, sendo de grande serventia. Foi um trabalho voluntário, visto que não havia recursos disponíveis para este tipo de apoio.

¹³⁷ Esta alternativa foi desenvolvida na década de 1980, após os abalos sísmicos ocorridos naquela mesma região de João Câmara.

¹³⁸ Ver o item “PLANEJAMENTO DO MODO DE CONSTRUÇÃO” do Quadro 5, sobretudo na percepção do GERAH – apêndice A5.



Diante de tudo o que foi exposto, neste período inicial de organização e planejamento, pode-se considerar o GERAH como “condutor” do processo, sobretudo em relação aos aspectos técnicos e a direção do MST como “condutora” do processo político.

No entanto, na fase da construção aconteceu alteração nos papéis dos agentes. O processo construtivo das moradias começou por meio da autogestão assistida em regime de mutirão. Uma pequena parcela dos assentados não se envolveu inicialmente, ansiando receber sua moradia “na chave”¹³⁹. Em meados do processo, os assentados que estavam engajados passaram a se recusar a trabalhar para este pequeno grupo¹⁴⁰. Para os coordenadores de núcleo, a recusa se deu porque os assentados envolvidos trabalhavam sem remuneração. Conforme eles, no primeiro acordo realizado (fase do planejamento da construção), no início do trabalho coletivo do mutirão, concordaram em trabalhar voluntariamente, destinando o dinheiro do crédito aquisição de material de construção somente para a compra do material de construção. Entretanto, no desenrolar do processo constataram que não conseguiriam sobreviver sem receber remuneração. Trabalhavam o dia inteiro na obra e não lhes sobrava tempo para desenvolver atividades que lhes rendesse algum “trocado” para garantir a sobrevivência. Desse modo, começaram a reivindicar pagamento.

No entanto, de acordo com as informações do GERAH, desde a fase do planejamento destinou-se pagamento, mesmo que simbólico, para a mão de obra. O trabalho voluntário ocorreu apenas na reforma do galpão, que antecedeu a construção, na intenção de transformá-lo em almoxarifado para guardar o material de construção adquirido. Desse modo, o GERAH interpreta a negação dos assentados engajados em trabalhar para os demais como, em parte,

¹³⁹ Receber a moradia “na chave” significa recebe-la no ponto de habitar: pegar as chaves e entrar para morar.

¹⁴⁰ Ver o item “CONSTRUÇÃO” do Quadro 5, sobretudo na percepção dos Coordenadores de núcleo e GERAH.

não querer contribuir com aqueles que não estavam interessados no processo, o que acontece até hoje, em outras experiências. Para mudar essa realidade seria necessário que o INCRA, representando o Estado, estipulasse normas que impossibilitassem a não participação dos assentados na construção de suas moradias.



O que se pode concluir, tomando também como base outros documentos que tratam do assunto, é que houve confusão nas informações relatadas. Os assentados mencionaram apenas o primeiro momento (reforma do galpão), onde realmente não existiu pagamento para a mão de obra, pois em todo o processo construtivo houve remuneração, mesmo que com valores inferiores aos praticados no mercado, porém condizentes aos estipulados pelos normativos internos do INCRA. Assim, os assentados utilizaram este episódio para “exigir” maior remuneração, além de justificar o fato de não mais desejarem contribuir com aqueles que não estavam envolvidos no processo.

Segundo o GERAH, no início do processo construtivo, os assentados mutirantes modificaram a planilha aprovada pela coordenação (MST/GERAH/INCRA). Assim, aumentaram os valores que estavam propostos para as fases iniciais, quando ainda existia a colaboração entre todos os assentados. Com isso, desestabilizaram o pagamento das partes seguintes, acarretando também o fim da contribuição entre os assentados. O sistema de mutirão como inicialmente organizado acabou sendo desestruturado. As ações não eram mais desenvolvidas no conjunto total dos assentados, mas sim por grupos de acordo com afinidade pessoal dos envolvidos.



Como consequência, os assentados que não estavam participando tiveram que se engajar no processo, se envolvendo na construção das suas moradias, porém trabalhando sem o auxílio dos demais. Deixando de praticar o mutirão, a cooperação entre os membros da comunidade enfraqueceu, perdendo-se a noção do coletivo. As ações ganharam um cunho mais individualista. No que diz respeito à aquisição dos materiais de construção, o controle da sua entrada e saída no almoxarifado tornou-se falho, acarretando consequências posteriores (falta de material). Desse modo, aconteceu a mudança da condução do processo, da autogestão assistida em sistema de mutirão para a autogestão sem assistência técnica¹⁴¹.

Ao mesmo tempo, aconteciam outras diferenças de posicionamento ou conflitos entre os segmentos envolvidos. Estes se processavam, sobretudo, entre o saber técnico e o popular, como nas diferenças entre o conhecimento do mestre de obras/pedreiros e dos arquitetos e urbanistas e engenheiros do GERAH, especialmente em relação às etapas do processo construtivo; na relação entre os responsáveis técnicos da obra e os pedreiros, onde cada qual buscava mostrar a importância do seu conhecimento; e na ampliação do tamanho da cozinha, incentivada pelos assentados e suas lideranças locais¹⁴².

No mais, também ocorreram conflitos entre um coordenador de núcleo, apoiado pelos assentados mutirantes, e a liderança regional do MST, motivados, sobretudo, pela disputa do poder no assentamento. Como consequência, observou-se o desgaste da relação social, não somente entre eles, mas de todos os envolvidos no processo. O resultado foi o desligamento voluntário da liderança do MST. Sem a participação das principais lideranças do MST, a

¹⁴¹ Quando a autogestão através do mutirão deixou de ter a assistência técnica e política (GERAH/MST) existia sobra de recursos. Na última assembléia realizada havia sido decidido que se acrescentaria porta nos quartos com os ganhos conseguidos por meio da economia na compra dos materiais.

¹⁴² Ver o Quadro 6: Conflitos ocorridos no processo de implantação do *habitat* do Maria da Paz, sobretudo os conflitos 4, 5 e 6 – apêndice A6.

equipe do GERAH deu continuidade à sua assistência técnica por pouco tempo. Sua participação no processo ficou cada vez mais “fragilizada”¹⁴³.

Percebe-se, assim, que nesta fase os assentados (e suas lideranças locais) assumiram a gestão do processo, estando à frente de boa parte das ações, podendo ser considerados, nesta etapa, como os “condutores” (foram os responsáveis pelas decisões em relação à ampliação das dimensões da cozinha; alteração dos valores destinados ao pagamento da mão de obra; modificação da modalidade de construção). Como se pode perceber, os assentados (e suas lideranças locais) se apropriaram do processo como um todo, “assumindo” a posição da liderança do MST e da equipe técnica do GERAH, que acabaram se afastando do processo. A partir deste momento, o INCRA adquire outros papéis, como o de acompanhar o final da construção das moradias.

Complementando o clima de desgaste social, na reta final do processo, o recurso financeiro administrado pelos assentados, na figura da comissão de finanças, acabou antes do previsto. Isto gerou mais desentendimentos, sobretudo entre os assentados e os coordenadores de núcleo e lideranças do processo¹⁴⁴. Os primeiros acusavam os demais por má administração do dinheiro, que deveria promover a construção completa de todas as moradias. Mas não foi o que aconteceu. Para algumas casas, coincidentemente dos moradores que não estavam envolvidos desde o início, o dinheiro não foi suficiente para sua construção total, havendo necessidade dos seus proprietários complementarem com recursos próprios. Para tanto, tiveram que vender alguns bens, como os animais de criação.

Contudo, alguns fatos levaram efetivamente a este desfecho. O orçamento inicial foi feito sobre o valor total disponibilizado (5 mil reais/família). A ampliação do tamanho da cozinha gerou um aumento de quantitativos neste orçamento. Além disso, o descontrole na entrada e saída de material do almoxarifado, bem como o seu desvio, e o enfraquecimento da cooperação entre os assentados, também provocou um desequilíbrio na distribuição dos materiais (mudança do modo de construção). Acrescenta-se a redistribuição nas porcentagens dos valores destinados ao pagamento da mão de obra em cada etapa, trazendo os maiores quantitativos para as fases iniciais, fator que também fez com que no final faltasse dinheiro, visto que a quantia total estipulada permanecia a mesma e não poderia ser alterada.

¹⁴³ Ver o Quadro 6: Conflitos ocorridos no processo de implantação do habitat do Maria da Paz, sobretudo o conflito 9. Este quadro encontra-se no apêndice.

¹⁴⁴ Ver o Quadro 6: Conflitos ocorridos no processo de implantação do habitat do Maria da Paz, sobretudo o conflito 12 – apêndice A6.

Percebe-se que faltaram experiência e planejamento na condução e gestão dos recursos financeiros, o que provocou sua ausência no final do processo. Segundo o GERAH, numa primeira avaliação no início do processo construtivo, constatou-se que o dinheiro iria permitir realizar mais benefícios na moradia que o planejado no orçamento original. Contudo, após a saída da assistência técnica e da condução política do MST, os recursos financeiros acabaram por faltar, o que prova que os mutirantes ainda precisavam das parcerias escanteadas. No entanto, deve-se ressaltar que, pelo pioneirismo da experiência, grande parte das práticas realizadas não compunha o referencial da maioria dos agentes envolvidos, constituindo um aprendizado novo.

O final do processo caracterizou-se por este clima de constantes conflitos. A conclusão das habitações foi acompanhada pelo INCRA, na figura do seu técnico em edificações. No entanto, deve-se salientar que este técnico compartilhava de opinião contrária à dos demais servidores da Instituição envolvidos diretamente na experiência (o superintendente e o assessor responsável Ivanildo Soares). Na verdade, seu posicionamento coincidia com o da maioria dos técnicos da Instituição, que não tinha interesse na efetivação da experiência, não a vendo com bons olhos. Esta diferença de opinião se desenrolou durante todo o processo¹⁴⁵. Desse modo, eram contrários às inovações propostas, sobretudo as que buscavam modificar o quadro que até então era praticado, principalmente em relação ao modo de construção. Preferiam trabalhar em experiências como a do Assentamento Eldorado dos Carajás, com a contratação de construtora, do que se envolver com o sistema de mutirão. Exponente importante no estabelecimento dos conflitos, no final o referido técnico em edificações foi quem acompanhou a construção até suas últimas moradias.

ETAPAS DO PROCESSO CONSTRUTIVO DAS HABITAÇÕES		
		
FOTO 61: NIVELAMENTO DO TERRENO.	FOTO 62: PREPARAÇÃO PARA MARCAÇÃO DO <i>HABITAT</i> .	FOTO 63: MARCAÇÃO DE UMA DAS HABITAÇÕES.

¹⁴⁵ Ver o Quadro 6: Conflitos ocorridos no processo de implantação do habitat do Maria da Paz, sobretudo o conflito 14 – apêndice A6.

		
FOTO 64: ESCAVAÇÃO DA FUNDAÇÃO	FOTO 65: PREPARAÇÃO PARA O BALDRAME	FOTO 66: EXECUÇÃO DO BALDRAME
		
FOTO 67: FINALIZAÇÃO DO BALDRAME.	FOTO 68: EXECUÇÃO DA TUBULAÇÃO DE ESGOTO.	FOTO 69: EXECUÇÃO DO CONTRAPISO.
		
FOTO 70: ELEVÇÃO DA ALVENARIA	FOTO 71: PREPARAÇÃO PARA A COBERTURA.	FOTO 72: HABITAÇÃO EM FASE DE ACABAMENTO.
FONTE: GERAH		

Outro exemplo que ilustra a falta de interesse do INCRA em relação à experiência diz respeito à aprovação do estudo do parcelamento do solo. Por mais que tenha sido realizado por profissionais com atribuição específica para tal, o servidor do INCRA, responsável pela aprovação destes documentos, se negou a aceitá-lo, justificando não ter sido elaborado por técnicos da Instituição e por ter configuração diferente, como muita área destinada à reserva legal. Passaram-se mais de três anos para que este impasse fosse solucionado, sendo necessário que, durante o I Colóquio Habitat e Cidadania, em 2006, o Superintendente pressionado pelos cem participantes se comprometesse em solucionar o problema¹⁴⁶.

Assim, percebe-se que os fatos acima descritos, sobretudo os que envolvem a comunidade, somente foram possíveis graças à metodologia participativa empregada.

¹⁴⁶ Três dias depois do referido Colóquio, em reunião com os participantes do GERAH, INCRA e IBAMA, apesar de todos os pareceres técnicos favoráveis, os técnicos do INCRA não assinaram sua aprovação, levando esta a responsabilidade técnica do GERAH e a aceitação do próprio Superintendente.

Contudo, o percurso trilhado para as tomadas de decisão fez-se repleto de idas e vindas: atingir o consenso, que representasse o desejo dos envolvidos, não foi tarefa das mais simples.

No mais, o trabalho com movimentos sociais requer saber respeitar o tempo de cada segmento social envolvido. As dificuldades e os conflitos são diversos. Na maioria dos casos não é fácil compreender o exposto pela equipe técnica, o que faz prolongar a tomada de decisão. O processo acontece em ritmo lento, onde os técnicos sozinhos não conseguem fazer nada. Dependem restritamente da participação de todos os segmentos envolvidos. Além disso, o trabalho de parceria com um movimento popular requer a compreensão de suas características, potencialidades e limites e capacidade de “especializar” seu ideário.

Contudo, faz-se necessário avaliar até que ponto a participação “sem limites”, por parte dos beneficiários, pode ser considerada saudável dentro do processo, principalmente quando envolve questões financeiras. Deve-se existir bom senso por parte dos condutores, para que as decisões tomadas estejam de acordo com o contexto. Estas necessitam levar em consideração os interesses coletivos, que devem sempre se sobrepor aos individuais.

No mais, também se faz necessário planejamento na condução e gestão dos recursos financeiros, que devem ser aplicados de maneira coerente e adequada, em todas as etapas do processo, dentro do contexto solicitado. O que se observou não ter existido na experiência do Maria da Paz, sobretudo após o fim da condução do processo pelo MST e assistência técnica do GERAH.

As atividades pioneiras (ações de educação ambiental junto à comunidade; proposta para o parcelamento do solo elaborada com a participação dos assentados; curso de pedreiro; construção do almoxarifado) somente se tornaram possíveis porque, além dos profissionais parceiros envolvidos diretamente na experiência (UFRN/GERAH, MST e INCRA), outros nela se inseriram principalmente nas etapas de organização e planejamento. Exemplos foram os profissionais da área ambiental que elaboraram o inventário do meio natural da área. O trabalho e a contribuição de outros profissionais estimulam o trabalho interdisciplinar e em equipe. Cada qual desenvolvendo suas atividades específicas, no contexto de suas atribuições. Esta conjuntura favoreceu a concretização do desejado.

Contudo, apesar da participação desta gama de profissionais em todo o transcorrer do processo, estes o fizeram de maneira voluntária, sem receber nenhum tipo de remuneração. A exceção foram os funcionários públicos (ligados ao INCRA, UFRN e órgãos estaduais). O normativo do INCRA que tratava desta questão na época apenas remetia à remuneração para a mão de obra. Nada era dito em relação à mão de obra especializada, que produz os projetos e conduz o processo de organização e planejamento. Constata-se falta de interesse da Instituição

em priorizar a atuação de profissionais especializados na área da construção civil, como arquitetos e urbanistas e/ou engenheiros civis, no processo de implantação do *habitat* dos projetos de assentamentos rurais. No entanto, no normativo em vigor atualmente observam-se avanços, sendo inserido “serviço técnico específico para a qualificação das habitações”¹⁴⁷.

Esta experiência constitui um exemplo de que os procedimentos praticados cotidianamente necessitam ser avaliados, e ter a inserção de novos elementos, em busca de uma perspectiva mais adequada à realidade vivenciada nos assentamentos rurais.

O rebatimento deste processo no espaço físico correspondeu ao desenho do *habitat* e habitação como uma boa qualidade projetual, sendo percebido de maneira positiva pela maior parte dos agentes envolvidos¹⁴⁸.

A primeira proposta aprovada pela comunidade e agentes envolvidos para a configuração do macroespaço do *habitat* (a chamada “agrovila”) consistia na tipologia mista (núcleos de moradia)¹⁴⁹. Contudo, as características deste modelo não se enquadravam nas especificidades climáticas e culturais da região do semi-árido nordestino, principalmente pela deficiência em relação ao abastecimento d’água. Assim, numa construção conjunta entre os segmentos envolvidos, onde todos puderem compreender a questão, num segundo momento, alterou-se o modelo para a tipologia concentrada, caracterizada por apresentar todas as moradias agrupadas no “núcleo urbano”. Para a produção destina-se um local próprio, distinto da área de habitação. Deste modo, as distâncias vencidas para a instalação da infraestrutura básica, como água e energia elétrica, tornam-se menores.

O desenho implantado corresponde a dois eixos principais, que se cruzam perpendicularmente em sua parte central. Nesta interseção surge a área destinada à instalação dos equipamentos sociais de uso coletivo, tais como praça, escola, igreja, entre outros. Ao longo destes dois eixos as 45 habitações encontram-se distribuídas em quatro núcleos de moradia, cada qual estando numa rua específica, rebatendo no espaço físico a organização social. O lote de moradia apresenta dimensões adequadas (30m x 80m) para as atividades que nele são desempenhadas: moradia, plantio e criação de animais de pequeno porte¹⁵⁰.

¹⁴⁷ Retoma-se este assunto mais adiante, onde será melhor detalhado.

¹⁴⁸ Ver o Quadro 7: Desenho do *Habitat* do Maria da Paz - apêndice A7- e anexo A7: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Maria da Paz

¹⁴⁹ Ver o item “PLANEJAMENTO DO *HABITAT*” no Quadro 5, sobretudo na percepção do GERAH – apêndice A5.

¹⁵⁰ Ver o item 4.2.1 – Perfil da configuração espacial do *habitat* do Maria da Paz, especificamente o “MACRO ESPAÇO (A CHAMADA “AGROVILA”)” e anexo A7: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Maria da Paz.

A proposta das áreas comunitárias em cada núcleo de moradia¹⁵¹ não foi efetivada pelos assentados, que não perceberam sua importância. Em contraponto, um item que muito agradou à comunidade foi o fato do fundo dos lotes de moradia ficar dando para áreas livres. Isto contribuiu para a circulação dos animais dos assentados. Quando o gado volta à noite para casa, o faz pelo fundo dos quintais dos lotes de moradia. Assim, tendo este espaço ligação direta com a área onde permanecem durante o dia, os animais de cada assentado fazem o percurso de maneira independente, seguindo cada qual para o seu próprio lote, sem interferir nos demais¹⁵².

Assim, percebe-se que o desenho do espaço físico apresenta uma configuração bem definida, com os lotes de moradia distribuídos de maneira regular e apropriada no espaço, não resultando em longos percursos aos lotes de trabalho e ao acesso principal do assentamento, o que também facilitou a instalação da energia elétrica e o abastecimento de água encanada. No mais, proporciona, em sua maior parte, adequadas condições de conforto ambiental, tanto nos aspectos de ventilação, como da insolação incidente¹⁵³.

No entanto, a escolha do local para implantação do *habitat* apresentou diferença de prioridades entre a proposta do GERAH e uma parcela dos assentados, correspondendo a dois núcleos¹⁵⁴. Para os primeiros, com a aprovação da direção do MST, o *habitat* deveria ser locado na área mais central do assentamento, quando possível, baseando-se nas informações do estudo ambiental desenvolvido. Assim, buscava-se utilizar as áreas que não fossem propícias à agricultura, bem como próximas à infraestrutura básica existente. Além disso, o intuito também consistia em que o local de moradia ficasse o mais próximo possível dos lotes de trabalho. Quanto a pequena parcela dos assentados que discordava, o fazia por priorizar que o *habitat* próximo à pista de circulação, logo na entrada do assentamento, pois assim facilitaria o seu deslocamento¹⁵⁵.

Assim, em assembléias por núcleos, o assunto foi debatido por todos os segmentos envolvidos, buscando-se chegar ao consenso, a uma proposta que melhor atendesse às expectativas e necessidades da comunidade. Através das discussões, os assentados

¹⁵¹ Ver o item 4.2.1 – Perfil da configuração espacial do *habitat* do Maria da Paz, especificamente o “MACRO ESPAÇO (A CHAMADA “AGROVILA”)” e anexo A8: Prancha contendo os elementos inovadores do *habitat* do Maria da Paz.

¹⁵² Ver anexo A7: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Maria da Paz.

¹⁵³ Ver o Quadro 7: Desenho do *Habitat* do Maria da Paz, no apêndice A7, que ilustra a percepção dos segmentos envolvidos. Complementações de informações no item 4.2.1 – Perfil da configuração espacial do *habitat* do Maria da Paz e anexo A7: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Maria da Paz.

¹⁵⁴ Ver o conflito 3 do Quadro 6: Conflitos ocorridos no processo de implantação do *habitat* do Maria da Paz - apêndice A6.

¹⁵⁵ Durante os debates este era o motivo que aglutinava outros assentados. No entanto, descobriu-se que os dois principais defensores da idéia possuíam compromissos cotidianos fora do assentamento.

conseguiram perceber que a segunda proposta não se configurava como a melhor opção, visto que o local era perigoso para as crianças, devido à constante circulação de veículos e pela existência de uma rede de alta tensão na área de sua implantação.

Por sua vez, a moradia correspondeu ao grande destaque, sendo motivo de orgulho para seus moradores, que se mostram satisfeitos com a quantidade e dimensões dos ambientes existentes, bem como com os aspectos físicos. Apresenta boa qualidade estética e construtiva, constituindo-se num modelo inovador à tipologia das habitações de interesse social praticada, sobretudo no meio rural¹⁵⁶. Além disso, devido ao bom trabalho desempenhado pela comissão de compras do assentamento, foi possível adquirir material de boa qualidade, como madeira de lei, telha e tijolos de primeira categoria.

Na concepção e execução deste equipamento também aconteceram diferenças de opiniões entre o saber técnico-científico e o popular. Como exemplo, tem-se a ampliação do tamanho da cozinha; localização da caixa d'água; e execução do jiral¹⁵⁷. Estas diferenças foram administradas de maneira coletiva, em debates com a participação de todos os envolvidos do processo de pesquisa-ação, sempre procurando chegar ao consenso de forma dialógica, com o objetivo de atender às necessidades e expectativas da comunidade beneficiária.

É interessante ressaltar que, mesmo o projeto tendo sido amplamente debatido na fase do planejamento, a comunidade somente percebeu que as dimensões da cozinha não iriam atender às suas necessidades na execução da alvenaria, solicitando sua ampliação¹⁵⁸.

Em relação à localização da caixa d'água, a proposta do projeto, por questão de contenção de despesas, consistia em instalá-la no ponto mais alto da cumeeira, que coincidentemente ficava dentro de um dos quartos, acima da cama. A comunidade acatou a proposta, mas não a executou, pois não condizia com suas experiências referências¹⁵⁹.

Quanto ao jiral (espécie de divisória horizontal em madeira) a intenção da proposta consistia em maximizar o espaço do dormitório destinado aos filhos, visto que existia somente um cômodo para acomodá-los e que não condizia com a quantidade de filhos presente na

¹⁵⁶ Ver o Quadro 7: Desenho do *Habitat* do Maria da Paz, no apêndice A7, que ilustra a percepção dos segmentos envolvidos. Complementações de informações no item 4.2.1 – Perfil da configuração espacial do *habitat* do Maria da Paz, especificamente “CASA” e Anexo A9: Prancha contendo a planta baixa e as fachadas da moradia do Maria da Paz.

¹⁵⁷ Ver os conflitos 6, 7 e 8 do Quadro 6: Conflitos ocorridos no processo de implantação do *habitat* do Maria da Paz no apêndice A6.

¹⁵⁸ Ver o conflito 6 do Quadro 6: Conflitos ocorridos no processo de implantação do *habitat* do Maria da Paz no apêndice A6 e anexo A9: Prancha contendo a planta baixa e as fachadas da moradia do Maria da Paz.

¹⁵⁹ Ver o conflito 7 do Quadro 6: Conflitos ocorridos no processo de implantação do *habitat* do Maria da Paz no apêndice A6.

maioria das famílias. Da mesma maneira que a questão anterior, a comunidade acatou a proposta, porém não a executou, pois não se enquadrava em suas experiências referências¹⁶⁰.

Contudo, percebe-se que os assentados se apropriaram de maneira positiva deste espaço, mesmo que, em alguns casos, haja incompatibilidade em relação ao tamanho da família e à dimensão e o quantitativo de ambientes.

De uma maneira geral, o local de moradia como um todo é visto pelos participantes do processo com uma conotação positiva¹⁶¹. O mesmo se dá em relação à sua condição de vida atual, onde metade afirmou ser boa, quase 40% ainda considera como regular e, somente 12,5% não se sente contemplado.

Contudo, a experiência no Maria da Paz acarretou resultado final distinto para cada segmento participante. Os assentados (e suas lideranças) adquiriram novos conhecimentos em diversas áreas do saber. Em relação às questões ambientais, em virtude das atividades de educação ambiental promovidas e pela oportunidade de participar ativamente do processo de parcelamento do solo. Sobre as ações de organização social, dentro do que foi ensinado pelo Movimento e demais agentes que se faziam lideranças, o que resultou na adoção da autogestão do processo construtivo por parte dos assentados e suas lideranças. E na temática da construção civil, devido às aulas teóricas e práticas ministradas no “curso de pedreiro” e da assessoria na execução da obra.

A equipe do GERAH/UFRN aglutinou novos conhecimentos e aprendizados ao processo que desenvolve na elaboração de uma metodologia de mutirão assistido para o campo, os quais podem ser destacados em alguns momentos. No episódio do conflito em relação à ampliação do tamanho da cozinha, aprendeu a conhecer os costumes da comunidade, compreendendo a importância deste ambiente na vida cotidiana dos assentados, que o prioriza na casa, sendo realmente necessário possuir grandes dimensões. No que diz respeito aos métodos utilizados para a representação do modelo da habitação durante as oficinas (reprodução gráfica do seu projeto arquitetônico; maquetes feitas em isopor) percebeu que se faz necessário adequar o seu conhecimento formal à realidade dos assentados, pois estes efetivamente só vieram entender o projeto da habitação e suas dimensões quando as alvenarias começaram a ser erguidas. Isto significa que nem sempre se consegue compreender o outro, sendo necessário tempo e experiência, além de avaliações constantes.

¹⁶⁰ Ver o conflito 8 do Quadro 6: Conflitos ocorridos no processo de implantação do *habitat* do Maria da Paz no apêndice A6.

¹⁶¹ Ver o item “LOCAL GERAL” no Quadro 5 no apêndice A5.

Compreendeu que deve evitar o “assembleísmo”¹⁶², principalmente na relação com o pedreiro-cliente. Existem alguns pontos, sobretudo os que envolvem os recursos econômicos, que não precisam ser exaustivamente discutidos, pois podem desvirtuar o processo em sua essência. Faz-se necessário, dentro da metodologia, com princípios e normas participativas, definir, junto com a comunidade, o que é possível ser realizado. Estes elementos serviram como subsídios para outras experiências posteriores.

O MST, enquanto Movimento organizado, se dividiu: a direção envolvida diretamente no processo compreendeu a importância e a necessidade das ações voltadas à organização, planejamento e construção do *habitat*, em todos os seus aspectos, e sobre a autogestão no trabalho coletivo no mutirão de construção, além de perceber que precisa desenvolver mais a sua organicidade interna. Todos estes aprendizados também serviram como experiência para outros trabalhos a serem realizados. No entanto, a questão do *habitat* ainda é muito distante da sua área de atuação, o que fez com que suas lideranças não envolvidas não tivessem ainda se apropriado do processo naquele momento.

Por sua vez, o INCRA atingiu o objetivo de proporcionar àquela comunidade apropriadas condições de moradia, apesar da falta de estrutura e recursos. No mais, mesmo com a oposição por parte de seus técnicos, a partir deste processo as portas da superintendência do INCRA/RN foram abertas, em definitivo, a outras experiências, que contaram com a assistência técnica de profissionais da Arquitetura e Urbanismo. Estas não se restringiram à implantação do *habitat* dos novos assentamentos, mas também aos processos de recuperação, reforma e ampliação das habitações de assentamentos rurais existentes. A partir daí, foram observadas inovações nos projetos das habitações para os novos assentamentos do Rio Grande do Norte. Na maioria dos outros estados, ainda pratica-se a padronização. Além disso, foi decretado o fim da contratação de construtoras para a execução das moradias, que passou a ser de responsabilidade dos assentados, auxiliados pelos técnicos do INCRA ou de assistências técnicas.

Outro importante ganho da experiência do Maria da Paz pode ser hoje observado nos normativos internos da Instituição, que tratam da aplicação da modalidade aquisição de material de construção do crédito instalação. Até a experiência, apenas mencionavam sobre pagamento para a mão de obra. Nada era citado para os que executavam serviços técnicos, como os arquitetos e urbanistas que trabalharam no Maria da Paz, e que não receberam remuneração. No entanto, o normativo atualmente em vigor (NE 79, de 26 de dezembro de

¹⁶² Palavras da coordenadora do GERAH.

2008) aborda sobre pagamento para “serviço técnico específico para a qualificação das habitações”, onde pode se encaixar a mão de obra dos profissionais da construção civil. Vale salientar que o responsável pela elaboração desta norma foi o diretor nacional da Divisão de Desenvolvimento de Projeto de Assentamentos, cargo até então ocupado pelo Sr. César de Oliveira, que participou da experiência do Maria da Paz, enquanto superintendente do INCRA/RN, durante a maior parte da parceria. Desse modo, infere-se que esta experiência motivou avanços nestes normativos. Entretanto, é imprescindível destacar que muito ainda precisa ser realizado, pois a abordagem no normativo vigente não é clara, havendo a necessidade de detalhamentos. Não menciona quais seriam as atividades práticas desempenhadas, a forma de contratação dos profissionais envolvidos, entre outros. No mais, também sente-se a falta de sistematização sobre as ações práticas e específicas do processo de implantação do espaço físico do *habitat*. Apenas abordam sobre a aplicação do recurso do crédito instalação¹⁶³, no âmbito administrativo.

4.3 SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS NOS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS E MARIA DA PAZ

Os assentamentos rurais estudados constituem-se exemplos distintos de uma mesma realidade: assentamentos rurais originários da luta política do MST no Estado do RN.

Cada qual enfrentou um processo específico de implantação do espaço físico do seu *habitat*. Apesar de existir certa analogia nas etapas percorridas e nos agentes envolvidos, a configuração destes elementos aconteceu de modo peculiar em cada uma das experiências, tendo como consequência resultados também específicos. Percebe-se tal diferenciação de maneira mais nítida quando seus pontos são confrontados. Desse modo, podem ser considerados como principais pontos de distinção entre as duas experiências: a metodologia de trabalho empregada; a assistência técnica de profissionais da Arquitetura e Urbanismo; o modo de participação da base assentada; os elementos inovadores introduzidos; o processo construtivo do espaço físico; a forma de mediação dos conflitos existentes; o desenho do espaço físico (*habitat* e habitação) e os ganhos adquiridos por cada categoria participante. De

¹⁶³ Atualmente, apesar da existência da Lei 11.888, de 24 de dezembro de 2008 (que garante assistência técnica pública e gratuita para as famílias de baixa renda em relação aos serviços de projeto e execução de obras), o INCRA ainda não formulou sua participação.

uma forma ou de outra, estes pontos de distinção estão ligados à presença da assistência técnica, protagonizada pelo arquiteto e urbanista.

Na experiência do Assentamento Eldorado dos Carajás o processo de implantação do espaço físico do seu *habitat* se fez simples. Sua base de referência correspondeu ao modelo costumeiramente empregado pelo INCRA na época (início da década de 2000). Neste, em sua “metodologia”, não havia sistematização e planejamento das ações, nem o acompanhamento e a orientação técnica de profissionais da área da construção civil (arquiteto e urbanista e/ou engenheiro civil). No mais, para a construção das casas contava-se com a atuação de Construtoras. No entanto, na maioria dos casos, o processo construtivo conduzido por estas se caracterizava pela precária fiscalização, pouco atendimento a normas técnicas e inexistência do acompanhamento de profissionais habilitados. Não havia responsabilidade técnica sobre os projetos do *habitat* ou da habitação e nem pela execução da obra.

Por outro lado, na experiência do Assentamento Maria da Paz, o seu processo fez-se complexo, adotando metodologia própria e participativa e os postulados do MST, além da assistência técnica do arquiteto e urbanista prestada pelos profissionais ligados ao GERAH/UFRN, responsáveis pelo seu desenvolvimento, autoria dos projetos (parcelamento do solo, *habitat* e habitação), acompanhamento da obra - estas duas atividades devidamente registradas no CREA por meio da anotação de responsabilidade técnica (ART) -, além de ações organizativas e educativas, com o intuito de transformação da realidade social da comunidade. Este cenário permitiu aos assentados participação efetiva em todas as etapas do processo. Nos momentos iniciais de organização e planejamento, a participação destes agentes acontecia sobre as propostas que lhes eram apresentadas pela equipe técnica do GERAH, atuando também na sua concepção. Em meados do processo construtivo em diante, como consequência de alguns episódios ocorridos (insatisfação com a remuneração recebida; recusa em trabalhar para os não envolvidos no processo; disputa interna pelo poder, dentre outros) os assentados (e suas lideranças) se apropriaram por completo da autogestão do processo e assumiram a posição da equipe técnica do GERAH e da direção do MST.

Outra consequência da utilização da metodologia do GERAH e da assistência técnica do arquiteto e urbanista foi a introdução de iniciativas inovadoras, como: participação dos assentados na concepção do parcelamento do solo do assentamento como um todo; ações de educação ambiental; “curso de pedreiro”; apresentação de materiais não-convencionais para a construção das moradias e execução de um almoxarifado para guardar o material de construção adquirido. Para estas ações houve também a participação de outros profissionais, como os da área ambiental, engenheiro civil, entre outros, constituindo um trabalho em equipe

e interdisciplinar. Aspecto também inédito, pois nos processos de implantação de *habitat* até então realizados nos assentamentos do Rio Grande do Norte, não existia a preocupação com a interdisciplinaridade do conhecimento específico de cada área em prol do processo total. Como já dito, geralmente era conduzido por profissionais sem habilitação para tal.

Do mesmo modo, a forma de condução do processo construtivo também apresentou caráter inovador em assentamentos rurais do País, pois até então, em poucas experiências haviam sido registrada a autogestão assistida em processo de mutirão¹⁶⁴. Assim, os recursos financeiros foram utilizados apenas em benefício da comunidade, revertidos para a compra de material de construção, o qual se conseguiu de boa qualidade, e pagamento da mão de obra, que se fazia dos próprios assentados, ações que diminuíram os custos finais. Neste contexto, devido à participação dos técnicos habilitados (arquitetos e urbanistas e os demais) utilizando metodologia que incluía a educação como elemento transformador, os assentados tiveram a oportunidade de adquirir novos conhecimentos sobre as atividades desempenhadas no canteiro de obras, por mais que em alguns momentos existissem divergências de posicionamento entre esses dois agentes. No mais, o resultado pode ser também percebido rebatido no próprio espaço físico, observando-se a qualidade construtiva das moradias.

No processo do Eldorado dos Carajás não foi possível vislumbrar semelhante conjuntura. Pelo contrário, a participação e atuação dos assentados (e suas lideranças) nas tomadas de decisões aconteceram nas etapas iniciais do processo (concepção do *habitat* e escolha do modo de construção). Em relação à habitação não houve escolhas: o projeto era padronizado. Na etapa da construção das moradias sua participação se restringiu à mão de obra da Construtora, não sendo admitida sua atuação no processo de tomada de decisão.

A condução do processo construtivo por uma construtora fez com que, nos recursos financeiros destinados à construção das moradias, que não correspondia a grande valor, também fosse prevista a margem de lucro da empresa. No entanto, segundo a direção da associação, para aumentar este ganho os representantes da Construtora compravam material de qualidade inferior, além de reduzir as quantidades necessárias no momento da aplicação. Além disso, a ausência de adequada metodologia de trabalho e da assistência técnica de profissionais habilitados também contribuiu para a baixa qualidade construtiva das moradias. No mais, não foi observada nenhuma ação inovadora ou contribuição que acrescentasse algo

¹⁶⁴ Até então tem-se notícias de práticas de parcelamento do solo em alguns assentamentos coordenados pelo MST em Brasília e Goiás, através do trabalho não assinado da arquiteta e urbanista Valéria Bertollini (não reconhecido pelo MST e INCRA daquelas localidades) e uma experiência em São Paulo, sob a assistência técnica da USINA, em assentamentos administrados pelo ITESP.

positivo ao padrão até então praticado. Não se vislumbrava a transformação da realidade social da comunidade, somente a construção da moradia e nada a mais.

Outro diferencial nas duas experiências consistiu na forma de condução dos conflitos ou entraves ocorridos. No Maria da Paz, devido à pesquisa-ação, se buscava atingir o consenso, ou refletir sobre os conflitos, buscando a sua superação. A partir das diferenças de ponto de vista, as tomadas de decisões eram conduzidas numa construção coletiva, envolvendo todos os segmentos participantes do processo, numa troca constante de saberes e conhecimentos. A presença do MST, sobretudo nas ações voltadas à formação política e organização social da comunidade, constituiu fundamental importância para os resultados positivos obtidos.

No entanto, o mesmo não ocorreu no Eldorado dos Carajás. Os conflitos aconteceram, sobretudo, na fase da construção, envolvendo os assentados (e suas lideranças) e os representantes da Construtora. Processavam-se como uma disputa entre os saberes e interesses desses agentes, que na maioria dos casos eram contraditórios. As decisões não primavam pelo consenso, mas sim na mensuração de forças, que findava sempre desigual e a favor da Construtora, pois o INCRA deixava que conduzisse o processo. No mais, a atuação da liderança do MST exerceu pouca influência no processo como um todo e na comunidade.

Assim, essas diferenças existentes na realização dos processos do Eldorado dos Carajás e do Maria da Paz também se refletiram diretamente no desenho do espaço físico dos seus *habitats* e das habitações.

Ambos os projetos do *habitat* correspondem a exemplares da tipologia concentrada, contando com a participação ativa da comunidade na sua concepção. O desenho do *habitat* do Eldorado dos Carajás constitui proposta dos próprios assentados, concebida tomando por base apenas seu conhecimento empírico e as referências de outros assentamentos existentes no País, sem orientação técnica especializada, normativo ou metodologia específica. Reproduz a tipologia costumeiramente praticada nos assentamentos do Rio Grande do Norte. Os elementos levados em consideração foram: a infraestrutura existente no imóvel; as distâncias percorridas ao acesso principal do assentamento, bem como a topografia do terreno. Assim, em sua configuração espacial, se observa pouca preocupação com os fundamentos do planejamento físico-espacial, como funcionalidade e adequadas condições de conforto ambiental, além da distância aos lotes de trabalho. Os lotes de moradia foram distribuídos levando em consideração apenas as condições da topografia do terreno. Os princípios de organização do MST não tiveram correspondência no espaço físico, como a locação das

moradias por núcleo de organização social¹⁶⁵. No mais, não foi acrescentado nenhum componente inovador ao padrão praticado, como proposto pelo Movimento¹⁶⁶.

No Maria da Paz a proposta inicial foi elaborada, em conjunto, pelos estudantes e professores do Curso de Arquitetura da UFRN, MST e a comunidade, com adaptações e projetos finais da equipe do GERAH. Esta configuração espacial se faz mais elaborada, tendo como princípios norteadores os postulados difundidos pela tese de doutorado “*MST: Habitats em Movimento*”, as diretrizes do MST e os conhecimentos em Arquitetura e Urbanismo. Assim, os lotes de moradia foram locados de maneira funcional, seguindo uma padronização¹⁶⁷, refletindo a organização social da comunidade - distribuídos de acordo com os núcleos de família - e estando equidistantes à área destinada aos equipamentos sociais de uso coletivo, o que permite igual acesso a toda comunidade. Este posicionamento contribuiu, na maioria das situações, para a aproximação de adequadas condições de conforto ambiental. No mais, foram introduzidos novos elementos ao padrão até então praticado, como área de uso coletivo (voltadas ao lazer) e áreas de produção coletiva, ambas destinadas para cada núcleo de moradia. Houve a preocupação em respeitar as atividades cotidianas de produção dos assentados, como a criação de animais, sendo previsto o “caminho para o gado”. Além disso, foram levadas em consideração as distâncias a serem percorridas diariamente aos lotes de trabalho e os acessos principais do assentamento¹⁶⁸.

Em relação ao projeto da habitação, em ambos os casos, se faz representante da tipologia de habitação de interesse social. No entanto, as semelhanças param por aí. No Assentamento Eldorado dos Carajás a comunidade não teve a oportunidade de participar da sua concepção, sendo o projeto da sua moradia fornecido pelo INCRA. Sua autoria é desconhecida, sendo orçado no valor do crédito instalação específico da época, que correspondia a 2.500 reais por família. Transformando em salários mínimos do período (= R\$ 180,00), corresponde a 13,88 SM. Apresenta 51,00 m² de área construída, distribuídos em sala de estar/jantar, dois dormitórios, cozinha e banheiro. A organização espacial destes cômodos não difere muito do que é aplicado para a tipologia de habitações de interesse social. Assim, não se observa

¹⁶⁵ Ver item 4.1.1 – Perfil da configuração espacial do habitat do Eldorado dos Carajás e anexo A3: Prancha contendo a implantação do habitat do Eldorado dos Carajás.

¹⁶⁶ Como pode ser observado no item 1.3 Projetos de Assentamentos Rurais de Reforma Agrária, no contexto da “Organização do espaço físico”, especificamente o “*Habitat*”.

¹⁶⁷ A área do lote de moradia foi planejada pela direção e base do MST e sua forma trabalhada pela equipe técnica do GERAH.

¹⁶⁸ Ver item 4.2.1 – Perfil da configuração espacial do *habitat* do Maria da Paz e 4.2.2 - Semelhanças e diferenças entre as imagens do processo de implantação; anexo A7: Prancha contendo a implantação do *habitat* do Maria da Paz; e anexo A8: Prancha contendo os elementos inovadores do *habitat* do Maria da Paz.

preocupação com a privacidade da família, pois o acesso aos dois dormitórios acontece diretamente pela sala, além do banheiro ter ligação direta com a cozinha. Sua aparência física também não foge ao padrão: cobertura em duas águas convencionais, aparecendo na fachada principal uma porta e uma janela¹⁶⁹. Este aspecto específico é, porém, tradicional neste contexto social. Percebe-se que as famílias não se identificam com este espaço, o que pode ser comprovado observando o processo de ampliação, reforma e recuperação pelo qual atualmente passa as habitações do assentamento. Devido aos problemas estruturais existentes, a maioria das casas está sendo praticamente refeita. No mais, em grande parte estão sendo acrescentados novos cômodos, sobretudo o alpendre na fachada frontal e uma espécie de cozinha auxiliar nos fundos.

No Assentamento Maria da Paz vivenciou-se um outro cenário. Como na situação do *habitat*, o projeto da habitação foi concebido em conjunto pela comunidade e assistência técnica dos alunos e profissionais do GERAH/UFRN. O resultado equivale a uma edificação com 63,04 m², distribuídos em alpendre, sala, dois dormitórios, cozinha e banheiro. Foge-se do padrão praticado para as habitações de interesse social, sobretudo no campo, podendo ser observadas algumas inovações, como a preocupação com a privacidade dos usuários, na medida em que os acessos aos dormitórios se dá através de uma circulação e não diretamente pela sala; a criação de uma espécie de “lavatório”, com a separação da pia dos outros equipamentos do banheiro, o que faz com que as ações praticadas neste cômodo possam ser realizadas por mais de uma pessoa ao mesmo tempo, sem prejuízos para ambas. Além da inserção do alpendre, que corresponde um item essencial à morada rural, também funcionando como elemento protetor da incidência solar na fachada principal. A aparência estética da habitação também constitui uma grande inovação. Foi dado um tratamento diferencial na cobertura, que apesar de também possuir duas águas, foge ao padrão convencional, dando ao conjunto total um aspecto inovador¹⁷⁰. No mais, também foram apresentadas propostas de materiais não-convencionais, como o painel de taipa, para a construção das habitações.

O valor disponível para a construção da moradia sofreu variação no decorrer do processo. Num primeiro momento, correspondia a 3.000 reais por família, equivalendo à 12,50 salários mínimos (1 SM = R\$ 240,00). Em meados do processo, o valor foi reajustado passando para 5.000 reais por família, o que fez com que subisse para 19,23 salários mínimos (1 SM = R\$

¹⁶⁹ Ver item 4.1.1 – Perfil da configuração espacial do *habitat* do Eldorado dos Carajás e anexo A4: Prancha contendo a planta baixa e as fachadas da moradia do Eldorado dos Carajás.

¹⁷⁰ Ver item 4.2.1 – Perfil da configuração espacial do *habitat* do Maria da Paz, especificamente “CASA” e anexo A9: Prancha contendo a planta baixa e as fachadas da moradia do Maria da Paz.

260,00). Tomando como base o salário mínimo, observa-se que no momento inicial o valor correspondia ao estipulado para o Eldorado dos Carajás. Os ganhos aconteceram no segundo momento, que representou o que realmente foi efetivado.

Além do projeto arquitetônico completo, memorial descritivo e especificações técnicas, foram definidos os projetos complementares e orçamento.

Outro diferencial correspondeu ao tempo de duração das duas experiências. O processo realizado no Assentamento Eldorado dos Carajás foi implantado com rapidez, se comparado ao outro assentamento. Quando se trabalha com Construtoras, de uma maneira geral, as atividades são consumadas de maneira rápida, buscando favorecer o seu lucro. No mais, no caso do Eldorado, neste período já não existia a participação ativa da comunidade nos momentos decisórios, o que fazia que estas fossem tomadas de maneira mais rápida. Já no Maria da Paz, todo o processo foi conduzido em conjunto com a comunidade, tendo esta participação ativa em todos os momentos. Não havia preocupação com o lucro, inerente à construtora. Assim, os procedimentos aconteciam de maneira mais lenta, sem as mesmas preocupações que existiam na outra experiência. Além disso, o processo se constituiu bastante dinâmico, sofrendo várias alterações ao longo do seu desenvolvimento.

No mais, as diferenças também podem ser observadas nos resultados obtidos por cada categoria envolvida. No Eldorado dos Carajás, nenhuma das categorias envolvidas apresentou ganhos extras: INCRA e a Construtora cumpriram seus objetivos iniciais e os assentados apenas adquiriram suas moradias e num primeiro momento já se demonstraram insatisfeitos, devido os problemas existentes nas edificações entregues. Nada foi acrescentado que somasse algo positivo ao que era praticado.

Já no Maria da Paz, o cenário foi outro. Todas as categorias envolvidas apresentaram ganhos, processados em diversas áreas, sobretudo: novos conhecimentos e aprendizagens; ruptura com os padrões até então praticados em relação ao processo de implantação do espaço físico dos *habitats* dos assentamentos rurais; possibilidades de novas experiências, com a inserção de novos elementos, dentre outros.

Contudo, um ponto negativo, em comum, observado nas duas experiências, diz respeito à falta de normativos técnicos do INCRA que tratem especificamente das questões relacionadas à implantação do espaço físico do *habitat* e um melhor detalhamento dos normativos, até então existentes, que regem a concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos instalação na modalidade aquisição de material de construção.

No primeiro caso (implantação do espaço físico do *habitat*) o normativo encontrado que mais se aproximava correspondeu a NE 02, de 28 de março de 2001, no contexto da

experiência do assentamento Eldorado dos Carajás, que tratava do processo de implantação do assentamento como um todo, de maneira geral e não específica ao local de moradia. Na experiência do Maria da Paz o uso de metodologia própria, baseada, dentre outras coisas no conhecimento em Arquitetura e Urbanismo amenizou esta falta de diretrizes.

No caso dos normativos relacionados à concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos instalação, percebeu-se uma evolução na sua sistematização, quando comparadas às duas experiências entre si. Desse modo, na primeira experiência (2000) a redação do normativo em vigor fazia-se simples, sem detalhamentos e especificidades. Todavia, na época do Maria da Paz (2003), observou-se progresso no nível de detalhamento das informações, sendo este aumentado. Porém, em ambos os casos, não se alcançou o grau de detalhamento que se julga necessário.



*O arquiteto e urbanista em
assentamentos rurais*

CAPÍTULO 5: PERCEÇÃO DO PAPEL DO ARQUITETO E URBANISTA EM ASSENTAMENTOS RURAIS

5.1 ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

IMAGEM SOBRE O ARQUITETO E URBANISTA E O SEU PAPEL

Apesar da experiência de implantação do local de moradia do Assentamento Eldorado dos Carajás não ter contado com a colaboração do arquiteto e urbanista, os segmentos envolvidos, de certa forma, possuem uma imagem concebida sobre o significado deste profissional. Segundo a liderança do MST, este conhecimento tornou-se mais abrangente e concreto, a partir do processo de recuperação, reforma e ampliação das suas habitações que atualmente o assentamento vem enfrentando. Em meados de 2008 foi iniciado o acesso à modalidade “*recuperação/materiais de construção*”, dentro do crédito instalação, que destina o valor de cinco mil reais/família para a aquisição de material de construção com o intuito de realizar melhorias habitacionais. Para tanto, as famílias ligadas à associação do MST solicitaram a colaboração e a assistência técnica da equipe do GERAH, que desenvolveu os projetos arquitetônicos e seus respectivos orçamentos.

Assim, as lideranças locais (direção da Associação) associam este profissional à concepção de projetos de edificações, como casas e prédios, com ênfase no dimensionamento dos espaços, para que haja condição adequada à sua execução. No mais, destacam sua atuação na execução da obra em si, realizando atividades de fiscalização e desenvolvimento do trabalho, como a verificação das medidas e a qualidade do material utilizado, bem como dos procedimentos de segurança. Afirmam que estes profissionais se prontificam a ensinar as temáticas trabalhadas aos que não têm esse conhecimento. Além disso, enfatizam a questão da responsabilidade que possuem, principalmente em relação à autoria e execução dos projetos.

A liderança do MST apresenta a mesma imagem das lideranças locais. No entanto, acrescenta novas informações. Para ela, os arquitetos e urbanistas também são responsáveis pela ambientação do interior das edificações, e podem conceber o desenho do seu mobiliário.

O representante do INCRA restringe sua percepção acerca da atuação do arquiteto e urbanista, relacionando-a somente à atribuição voltada ao planejamento e concepção de projetos de edificação em geral, sobretudo residências. Contudo, enfatiza que a atuação deste tipo de profissional é rara nos assentamentos, apesar de ser necessária e cada vez maior a sua demanda, sobretudo em relação à construção e reforma de habitações. No entanto, observa

que sua atuação deve respeitar o meio rural como tal, adaptar seu conhecimento a esta realidade e não levar elementos do urbano para o rural. Além do mais, o assentado precisa ser consultado, levando-se em consideração seus anseios e necessidades.

A maioria dos entrevistados, no entanto, consegue perceber o prejuízo que a ausência deste profissional acarretou ao processo de implantação do *habitat*, sobretudo em relação à qualidade construtiva das habitações.

A ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ARQUITETO E URBANISTA

Todos os representantes do assentamento, do MST e do INCRA afirmaram ser necessária a atuação e a assistência técnica do arquiteto e urbanista no processo de implantação do local de moradia, sobretudo nas fases de planejamento e construção, principalmente das habitações.

Metade das lideranças locais e a liderança do MST entendem que esta assistência técnica deve ser proporcionada pelo próprio INCRA, pois consideram esta instituição responsável pelas questões relativas aos assentamentos rurais, seja qual for a sua instância. Assim, propõem que sejam contratados mais técnicos com tal atribuição para que estas atividades possam ser desenvolvidas de maneira adequada. No mais, estar vinculado ao INCRA proporciona a estes profissionais melhor estrutura logística de trabalho, além de salários mais justos e segurança no emprego.

Os demais envolvidos sugeriram outras opções, mas que se resumem em duas categorias: entidade de ensino superior e organizações não governamentais (ONGs). Para eles, o INCRA representa uma instituição ineficiente, suas ações são falhas ou demoram a ser colocadas em prática. A primeira sugestão (entidade de ensino superior) se justifica por esta corresponder a uma instituição organizada e eficiente, na qual um dos principais papéis consiste em prover de assistência técnica a sociedade de uma maneira geral, disseminando seus conhecimentos produzidos. Entre seus beneficiários estão as comunidades que habitam os assentamentos rurais, onde a assistência técnica acontece nas mais diversas áreas, desde a Arquitetura e Urbanismo, Ciências sociais, Agronomia, dentre outras. Desse modo, sugere que o INCRA estabeleça parcerias com as instituições de ensino superior para que estas possam dar todo o apoio necessário ao desenvolvimento destas atividades.

Quanto à segunda consideração, a assistência técnica dos arquitetos e urbanistas através de ONGs ou cooperativas, voltadas para o meio rural, justifica-se pelo fato destas entidades já apresentarem experiência nas ações voltadas aos assentamentos rurais, o que contribui para a adaptação e o trabalho dos arquitetos e urbanistas.

Uma outra opinião foi que a contratação deste profissional deveria ocorrer somente no momento em que houvesse necessidade, pois trata-se de um serviço caro e específico.

5.2 ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

IMAGEM SOBRE O ARQUITETO E URBANISTA E O SEU PAPEL

De maneira geral, todos os segmentos envolvidos na experiência do Assentamento Maria da Paz apresentam uma imagem acerca do profissional arquiteto e urbanista e o seu papel desempenhado, mas cada grupo tem um grau de entendimento próprio, distinto entre si.

Os coordenadores de núcleo têm uma percepção pouco aprofundada sobre as atribuições do arquiteto e urbanista. Dentro da experiência vivenciada, relacionam este profissional e suas ações às questões que envolvem a moradia. Assim, o entendimento que as lideranças locais absorveram coincide com parte das funções e das atividades que este profissional desempenhou na experiência do assentamento e que equivalem a apenas uma parcela do que se encontra apto a executar. Para este segmento, o arquiteto e urbanista corresponde ao profissional responsável por “*fazer os projetos e modelos das casas*”; “*ensinar como trabalhar na construção e como construir as casas*”; “*acompanhar o andamento da construção, bem como o seu planejamento e o cálculo do seu orçamento*”. Ou seja, às ações de planejamento, concepção, orientação técnica e construção do projeto de edificações.

No mais, percebeu-se que, em algumas narrativas, os coordenadores de núcleo confundem este profissional com os demais de nível superior que atuaram no processo, principalmente os que eram vinculados à UFRN. Para este segmento, em alguns momentos, não existia diferença entre quem era arquiteto e urbanista ou engenheiro civil. Todos eram considerados como pertencentes à primeira categoria.

A liderança do MST apresenta uma percepção mais aprofundada. Na sua concepção, o arquiteto e urbanista é responsável por “*organizar, criar as dimensões organizativas das coisas, e não meramente criar projeto. Vai arquitetar, vai dimensionar, vai organizar, vai pensar as estratégias, conhecer. O papel do arquiteto está relacionado ao sentido do planejamento, abrangendo todos os aspectos da vida humana e não só da construção*”.

Em seu ponto de vista, estes profissionais não somente se responsabilizam pela concepção de projeto e sua execução, seja do *habitat* ou da moradia. Sua atuação vai além, podem colaborar ativamente na condução dos processos de planejamento e construção dos *habitats*; na organização social da comunidade; no planejamento das estratégias de ação para com a

base assentada; nos debates e assembléias para as tomadas de decisão, e assim por diante. Percebe-se que sua visão é mais ampla do que a dos coordenadores de núcleo. Porém, também se restringe a parte das atividades e atribuições que estes profissionais desempenharam no decorrer da experiência do Maria da Paz, não abrangendo a essência do arquiteto e urbanista como um todo. No entanto, a liderança do MST afirma que foi a partir deste processo que compreendeu e consolidou sua percepção sobre este profissional.

Os membros do GERAH/UFRN, obviamente, apresentam uma percepção mais abrangente e completa do que seja o arquiteto e urbanista e seu papel, sendo eles próprios representantes desta categoria. Assim, nas palavras da coordenadora: “*o arquiteto urbanista é um profissional que detém o conhecimento específico sobre a questão da política e dos projetos espaciais, não somente das áreas construídas, como também das áreas onde as pessoas vivem, trabalham e passam a sua vida cotidiana, ou seja, também relativos aos aspectos sociais*”. Para o GERAH, a presença e atuação do arquiteto e urbanista no processo de planejamento e construção do *habitat* de um assentamento são de suma importância, não só para a qualidade física e estética dos projetos, tanto do *habitat* como da moradia, mas também do processo construtivo em si.

Diante do exposto, a percepção e a imagem que a maioria dos participantes da experiência do Maria da Paz possui acerca da figura do arquiteto e urbanista se relaciona intimamente a parte das atividades que este profissional desempenhou no transcorrer do processo vivenciado. Condiz com um entendimento superficial, não compreendendo a essência deste profissional em sua totalidade.

ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

De uma maneira geral, a atuação do arquiteto e urbanista na experiência estudada foi classificada como positiva. A exceção se deu por parte da liderança do MST, que a considerou regular. Justificou seu posicionamento tomando por base as dificuldades que permearam o processo: a limitação do apoio dado pelo Movimento, além das características físicas peculiares como, por exemplo, as grandes extensões/dimensões do seu espaço, o que acarretava dificuldades para atuação deste profissional.

Por sua vez, os coordenadores de núcleo demonstraram satisfação, destacando a importância da atuação do arquiteto e urbanista. Para este segmento, se não tivesse existido a contribuição deste profissional não teria sido possível edificar moradias com a qualidade construtiva e estética que estas possuem. Ressaltam, também, a performance do arquiteto e urbanista no processo como um todo, a partir da qual os assentados tiveram a oportunidade de

adquirir novos conhecimentos e aprendizagens. Observou-se no discurso deste segmento, que sua ênfase estava direcionada basicamente aos aspectos relativos à moradia (concepção do projeto, orientação teórica e prática para a construção). Apesar de considerarem a atuação do arquiteto e urbanista positiva, os coordenadores de núcleos elencaram alguns pontos que avaliaram como negativos. Estes equivalem a divergências que ocorreram no processo, sobretudo em relação ao modo de construção e à falta de dinheiro no final do processo¹⁷¹.

Quanto ao GERAH, este resume como essencial a atuação dos arquitetos e urbanistas na referida experiência, sobretudo para se chegar ao produto obtido. Segundo sua coordenadora, o conhecimento deste profissional foi aplicado em todas as etapas do processo, desde a fase inicial de organização e planejamento do espaço físico e da comunidade, até culminar com a construção das moradias. O GERAH percebe o resultado desta atuação de maneira mais abrangente que as lideranças locais: na qualidade projetual, estética e construtiva do *habitat* e habitação; nos novos conhecimentos e aprendizados adquiridos pelos assentados¹⁷². Ressalta que somente foi possível chegar ao resultado obtido devido, também, às parcerias firmadas com os outros segmentos envolvidos: INCRA, lideranças locais do MST e sua base assentada.

Diante de tudo que foi exposto, infere-se a importância da atuação dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo, desenvolvendo atividades em todas as etapas do processo.

Autores da metodologia empregada, na fase da organização e planejamento, foram os responsáveis pelas propostas do parcelamento do solo, *habitat* e habitação, bem como pelas discussões iniciais com os segmentos envolvidos, apresentando os projetos e buscando contribuições para o que necessitava ser modificado, além das práticas de educação ambiental, “curso de pedreiro” e propostas de materiais não convencionais para a construção das habitações. Na fase da construção da habitação, os arquitetos e urbanistas prestavam orientação técnica às atividades desenvolvidas no canteiro de obras. Além disso, o GERAH desempenhou importante papel na condução da organização social da comunidade, auxiliando o MST, seguindo os seus princípios e postulados¹⁷³.

¹⁷¹ Ver os conflitos 11 e 12 do Quadro 6: Conflitos ocorridos no processo de implantação do *habitat* do Maria da Paz, que se encontra no apêndice do trabalho.

¹⁷² Sobre tudo na questão ambiental, organização social e construção civil.

¹⁷³ Na fase do acampamento a contribuição foi desempenhada pelos professores e alunos da disciplina “Atelier Integrado de Arquitetura e Urbanismo” do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRN. Depois da imissão de posse, o GERAH foi convidado para dar continuidade ao trabalho, elaborando para tal um projeto de extensão e pesquisa. No total, os profissionais arquitetos e urbanistas envolvidos foram: a professora Amadja Borges (coordenadora do GERAH); Dorisbel Toscano (auxiliou no desenvolvimento dos projetos); Pascal Machado (ministrou aulas no “curso de pedreiro”, sendo também o responsável técnico pela obra); Hiramises de Paula (desenvolveu práticas de educação ambiental). Dando apoio as atividades, existiam os estudantes bolsistas do GERAH, cuja maioria pertencia ao curso de Arquitetura e Urbanismo. Presença marcante, também, correspondeu a da engenheira civil e professora aposentada da UFRN Lúcia Cortes.

ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

		
FOTO 73: PLANEJAMENTO DO <i>HABITAT</i> E HABITAÇÃO.	FOTO 74: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	FOTO 75: PLANEJAMENTO DO <i>HABITAT</i> E HABITAÇÃO.
		
FOTO 76: AULA TEÓRICA DO CURSO DE PEDREIRO.	FOTO 77: AULA TEÓRICA DO CURSO DE PEDREIRO.	FOTO 78: PLANEJAMENTO DA HABITAÇÃO.
		
FOTO 79: ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO CANTEIRO DE OBRAS.	FOTO 80: ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO CANTEIRO DE OBRAS.	FOTO 81: ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO CANTEIRO DE OBRAS.
		
FOTO 82: ORIENTAÇÃO TÉCNICA NO CANTEIRO DE OBRAS.	FOTO 83: PREPARAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO.	FOTO 84: PREPARAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO.
FONTE: GERAH		

A atuação do arquiteto e urbanista também exerceu influência no espaço além do assentamento. É o que pode ser observado no contexto da Universidade: na fase do acampamento, as atividades desempenhadas pelos arquitetos e urbanistas (professores da UFRN) e seus alunos, faziam parte da disciplina “Atelier Integrado de Arquitetura e

Urbanismo”¹⁷⁴. Assim, a experiência do Maria da Paz configurou-se numa possibilidade para os professores e alunos do Curso de Arquitetura e Urbanismo desenvolverem atividades de intervenção em comunidades de interesse social, porém num contexto pouco usual no curso: o meio rural, especificamente os assentamentos rurais de reforma agrária. Assim, a atuação do arquiteto e urbanista, além de trazer benefícios para a comunidade assistida, proporcionou novos aprendizados tanto para os estudantes como para os próprios professores envolvidos.

Com o fim da disciplina, as ações iniciadas nesta tiveram continuidade por meio dos projetos de pesquisa e extensão “*O desenho do possível na construção de uma referência: o Assentamento Maria da Paz*” e “*A UFRN na construção de um projeto-referência de Assentamento de Reforma Agrária*”, ambos conduzidos pelo GERAH.

Como se pôde observar, a atuação do arquiteto e urbanista foi marcada pelas atividades de estudo, planejamento, projeto e especificação; execução de desenho técnico; ensino e pesquisa; supervisão, coordenação e orientação técnica; execução e fiscalização de obra. Todas as atividades como parte integrante do escopo que a Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973 permite ser desenvolvidas no âmbito desta profissão. No Quadro 3: Atividades realizadas pelos arquitetos e urbanistas na experiência do Maria da Paz, na seqüência, essas informações podem ser melhor visualizadas e analisadas.

QUADRO 02: ATIVIDADES REALIZADAS PELOS ARQUITETOS E URBANISTAS NA EXPERIÊNCIA DO MARIA DA PAZ

ETAPA	ATIVIDADE REALIZADA PELO ARQUITETO E URBANISTA
Organização	Auxiliando o MST na organização social da comunidade;
	Concepção da metodologia empregada
	Atividades de ensino e pesquisa no âmbito da UFRN.
Planejamento	Propostas para o parcelamento do solo, <i>habitat</i> e habitação;
	Discussão com os segmentos envolvidos e apresentação das propostas, buscando contribuições para possíveis modificações;
	Práticas de educação ambiental;
	Aulas (teóricas e práticas) no curso de pedreiros;
	Apresentação de materiais não-convencionais para a construção;
	Atividades de ensino e pesquisa no âmbito da UFRN.
Construção	Orientação técnica às atividades do canteiro de obras;
	Atividades de ensino e pesquisa no âmbito da UFRN.
Resolução nº 218, de 29/06/1973	Estudo, planejamento, projeto e especificação;
	Execução de desenho técnico;
	Ensino e pesquisa;
	Supervisão, coordenação e orientação técnica;
	Execução e fiscalização de obra.

FONTE: Elaboração da autora a partir das informações coletadas na pesquisa

¹⁷⁴ De acordo com sua ementa, a disciplina propõe assessorar comunidades de baixa renda, com propostas de intervenção que contemplem tanto o macroespaço, como suas edificações.

Deve-se enfatizar que além do arquiteto e urbanista, atuaram na experiência outros profissionais, que também contribuíram para o resultado alcançado. São eles: engenheiros civis e profissionais ligados à área ambiental, como biólogos, engenheiros agrônomos, geólogos, geógrafos, dentre outros. Assim, salienta-se, como bem destacou a coordenadora do GERAH, que a atuação do arquiteto e urbanista somente poderá ser exitosa quando existir o apoio e também o comprometimento dos parceiros envolvidos, além da atuação de profissionais de áreas afins.

Todavia, em alguns momentos não foram dispensadas ideais condições para o desenvolvimento destas ações e a conseqüente atuação dos profissionais envolvidos, sem mencionar a questão da remuneração. A maior parte da infraestrutura disponibilizada para o trabalho era proveniente da Universidade. As “atividades de escritório” (concepção e desenvolvimento de projetos; memorial descritivo; especificações; orçamento; entre outros) aconteciam na sala de estudo do GERAH.

O deslocamento da equipe de Natal para João Câmara, e vice-versa, inicialmente acontecia em veículo da UFRN. Entretanto, no desenrolar da experiência esta incumbência foi transferida para o INCRA, porém com o motorista da Universidade. No final do processo, o INCRA suspendeu a liberação do carro, fato que contribuiu para a inviabilização do trabalho do GERAH, uma vez que a equipe não tinha condições de se deslocar para o assentamento.

No mais, na obra não existia nenhum ponto de apoio para o responsável técnico ou demais profissionais, a não ser o almoxarifado para estoque do material a ser utilizado.

Sobre a remuneração, com exceção dos funcionários públicos ligados às instituições participantes¹⁷⁵ os demais arquitetos e urbanistas ou outros profissionais não receberam nenhum tipo de pagamento para trabalhar no processo, atuando de maneira voluntária.

Apesar das dificuldades enfrentadas, o arquiteto e urbanista conseguiu desempenhar o seu papel e contribuiu para gerar um produto final – *habitat* e habitação – com qualidade estética e construtiva superior às que são encontradas nos demais assentamentos rurais de reforma agrária do Estado. Além disso, proporcionou novos conhecimentos e aprendizagens a todos os envolvidos no processo – lideranças locais; base assentada; liderança de movimento social; demais profissionais e estudantes.

¹⁷⁵ Como o INCRA, UFRN e IDEMA (órgão estadual que trata das questões ambientais).

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ARQUITETO E URBANISTA

Comprovada e aprovada a assistência técnica do arquiteto e urbanista ao processo de planejamento e construção do *habitat* do Assentamento Maria da Paz pela maioria dos envolvidos na experiência, vislumbra-se agora como uma ação possível e necessária a ser concretizada nas próximas experiências análogas.

Contudo, faz-se um questionamento: Como deveria ser disponibilizada esta assistência técnica? Em quais moldes aconteceria sua formatação? Algumas respostas foram dadas para elucidar os questionamentos.

Os coordenadores de núcleo trazem duas propostas simples. Para a maioria, a assistência técnica dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo deveria ser disponibilizada pelo INCRA, enquanto os demais apostaram na UFRN como entidade responsável por tal. Justifica-se a escolha do INCRA por ser a instituição destinada, pelo Governo Federal, para tratar dos assuntos relativos aos assentamentos rurais de reforma agrária. Além disso, no ponto de vista deste grupo, o INCRA oferece maior segurança salarial aos profissionais que se dispuserem a atuar. Os demais, que optaram pela Universidade, entendem ser esta uma instituição organizada, pela qual o trabalho acontece de maneira adequada e mais consistente.

O representante da direção do MST garante que se faz necessária uma intervenção do Governo Federal para que a assistência técnica do arquiteto e urbanista aos assentamentos rurais de reforma agrária se torne uma prática sistemática. Na sua concepção deveria ser elaborada uma política pública, com mecanismos próprios, que permitisse a contratação direta de profissionais da construção civil, sem a necessidade de interlocutores, como, por exemplo, o INCRA ou as entidades de ensino superior. Desse modo, estes profissionais deveriam se organizar em cooperativas, e assim poderem atuar diretamente, disponibilizando assistência técnica aos processos de implantação dos espaços físicos dos *habitats* dos assentamentos, ou mesmo em outras atividades em que sua contribuição se fizesse necessária.

A coordenadora do GERAH apresenta outra linha de raciocínio, na qual os arquitetos e urbanistas são parte integrante das equipes que prestam assistência técnica aos assentamentos rurais, dentro do programa de ATEs (Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária). Entretanto, complementa seu entendimento afirmando que as ações de assistência técnica voltadas à arquitetura e urbanismo necessitam ser mais abrangentes, incluindo as várias áreas da vida cotidiana do assentado e não necessariamente se restringido apenas a estas equipes que atuam no meio rural. Desse modo, apresenta outras três sugestões: 1. assistência disponibilizada pelos órgãos do Estado, com papel específico para tal; 2. assistência através das organizações não governamentais (ONGs) e/ou 3. entidades de ensino

superior. No contexto da primeira sugestão, traz outra proposta ainda mais ousada: a criação, dentro do INCRA, de um setor de habitação, onde seriam tratadas estas questões, não existindo rompimento com a questão da infraestrutura. Ou seja, um setor específico, próprio para comandar as ações voltadas à implantação não somente da moradia, mas do *habitat* e da infraestrutura adjacente. Assim, por meio de profissionais com atribuição específica para tal, seriam concebidos e desenvolvidos os projetos arquitetônicos e complementares, memorial descritivo e orçamento, bem como disponibilizada orientação técnica e acompanhamento para a execução da construção em si.

Desse modo, os segmentos envolvidos na experiência do Maria da Paz apresentam propostas próprias em relação à modalidade em que deve ser disponibilizada a assistência técnica do arquiteto e urbanista aos assentamentos rurais. Percebe-se que estas opiniões se relacionam com o grau de entendimento destes segmentos sobre a questão tratada.

Assim, as idéias dos coordenadores de núcleo – INCRA e Universidade - refletem as experiências por elas vivenciadas. E o fato da maior parcela indicar o INCRA prova que ainda acreditam nesta Instituição, por mais que ela não tenha apresentado papel de destaque nos relatos deste segmento sobre a experiência vivenciada. Já a indicação da liderança do MST traz um caráter político e de mudanças. Mostra que esta liderança não se encontra satisfeita com o cenário atual, vislumbrando alterações. Neste contexto, pode ser inserida como instrumento a Lei nº 11.888/ 2008¹⁷⁶.

A coordenadora do GERAH apresenta várias possibilidades, em eixos de atuação distintos: entidades que prestam assistência técnica atualmente no meio rural; INCRA; ONGs e entidades de ensino superior. Percebe-se que suas propostas também se baseiam na experiência vivenciada no Maria da Paz. No mais, traz uma interessante proposta, que poderia ser levada em consideração pelos tomadores de decisão do INCRA: a criação de um setor próprio para tratar das questões relativas à habitação¹⁷⁷.

¹⁷⁶ Como já dito, a referida lei assegura às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.

¹⁷⁷ De maneira análoga, tal situação foi vivenciada em relação à questão da educação no campo, com a criação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária). Atualmente, este programa se institui como um dos principais programas desenvolvidos pelo INCRA. Suas ações são exclusivas na área da educação, atua como instrumento de inserção social dos assentados, tendo como principal objetivo ampliar os níveis de escolarização formal destas comunidades.

5.3 CONFRONTO DE IMAGENS

IMAGEM SOBRE O ARQUITETO E URBANISTA E O SEU PAPEL

Atualmente entende-se como arquiteto e urbanista o profissional com formação acadêmica específica no curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo, tanto em universidades públicas como em particulares. Possui o reconhecimento do Ministério do Trabalho, sendo regido pela Lei Federal nº 5.184/1966 e pela Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973. Na primeira são estabelecidas, genericamente, suas atividades e atribuições¹⁷⁸. A segunda complementa a definição, de maneira específica, das atividades que podem ser desenvolvidas pelo arquiteto e urbanista no âmbito de sua profissão¹⁷⁹.

Nas duas experiências estudadas, a imagem que a maioria dos integrantes dos segmentos envolvidos concebeu em relação ao arquiteto e urbanista não corresponde à essência completa deste profissional, porém a apenas uma parte, ligada intimamente às atividades voltadas à concepção, orientação técnica e execução do projeto de edificações, sobretudo residências.

No Assentamento Eldorado dos Carajás, apesar de não ter existido a atuação do arquiteto e urbanista na implantação do espaço físico do *habitat*, a imagem deste profissional foi consolidada no imaginário da comunidade por meio do processo de recuperação, reforma e ampliação das suas habitações, onde parte das famílias (ligadas à associação vinculada ao MST) gozou da assessoria da equipe técnica do GERAH (sobretudo arquitetos e urbanistas e estudantes de Arquitetura e Engenharia Civil) para desenvolver tais atividades.

Desse modo, a imagem concebida relaciona-se de maneira direta com parte das atividades desenvolvidas por este profissional nas experiências vivenciadas. A exceção corresponde à coordenadora do GERAH, com visão mais abrangente, devido à sua formação profissional.

ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA

A atuação do arquiteto e urbanista no momento da implantação do *habitat*, como já dito, somente ocorreu no Assentamento Maria da Paz. O que se pode apreender desta experiência é que para se obter resultados finais positivos - estes entendidos como qualidade projetual e construtiva do *habitat* e habitação, novos aprendizados aos envolvidos –, é imprescindível a contribuição do arquiteto e urbanista. Este suporte deve acontecer nas atividades inerentes à atuação deste profissional, tais como: planejamento e concepção do projeto do *habitat* e habitação; orientação à comunidade envolvida sobre os assuntos correlatos às atividades

¹⁷⁸ Ver item “Legislação que regulamenta e rege a profissão” no Capítulo 3 (página 80).

¹⁷⁹ Ibidem

desenvolvidas, que pode ocorrer por meio de aulas sobre a parte teórica da construção, iniciativas de educação ambiental, dentre outros; orientação e acompanhamento das ações práticas do processo construtivo, trabalhando com os demais profissionais responsáveis pelo PDA¹⁸⁰ e sua execução.

Contudo, o profissional da Arquitetura e Urbanismo não deve agir sozinho. Necessita contar com a participação ativa da comunidade usuária, respeitando suas opiniões e buscando atender seus interesses e necessidades, já que a comunidade é quem irá usufruir, de maneira mais intensa e cotidiana, do produto final. No entanto, as decisões precisam ser tomadas em um contexto considerado exequível e condizente com as regras que as regem, além do bom senso pertinente. No mais, também carece do envolvimento e contribuição de outros profissionais, com formação e atribuições afins. Esta colaboração acontece nas áreas de conhecimento específico que o arquiteto e urbanista não domina, preenchendo as lacunas que por ventura venham a existir.

Todavia, para tratar das questões relativas à habitação de interesse social, lidando com movimentos sociais, faz-se necessário ao profissional, seja qual for sua formação, disposição e paciência, além de maior sensibilidade. Parte das questões abordadas é desconhecida desta parcela da população que, na maioria das vezes, possui pouco conhecimento formal adquirido. Além disso, esses segmentos apresentam ritmo de vida e de aprendizado distintos dos profissionais com quem vêm atuando e interagindo. Desse modo, para se chegar a uma decisão final, diversas são as idas e vindas. Deve-se ter habilidade para negociar, precisando provar que o que a comunidade almeja, às vezes, não é exequível, buscando atingir um denominador comum: o consenso.

Na seqüência, sempre que possível, a entidade responsável pela implantação do *habitat* deve estabelecer parcerias com outras instituições afins, com o intuito de fortalecer a ação desenvolvida, aglutinando esforços, recursos (financeiros, humanos, materiais) e experiências. Estas parcerias também devem contribuir para proporcionar ideais condições de trabalho aos profissionais envolvidos, além de uma remuneração adequada.

Por se tratar de assentamentos rurais, que na maioria dos casos encontram-se distantes dos centros urbanos, além de apresentar grandes extensões a serem percorridas, faz-se necessário assegurar meio de transporte constante para o deslocamento dos profissionais que irão atuar nesses espaços. No mais, no próprio assentamento, sobretudo na fase da construção, deve existir um ponto de apoio, uma espécie de “escritório de obra”, onde os profissionais possam

¹⁸⁰ Plano de Desenvolvimento do Assentamento

se alojar quando estiverem na obra, além de servir para manter os projetos que estiverem sendo utilizados. Também deve ser disponibilizado, não necessariamente no assentamento, um espaço onde possam ser realizadas as atividades de escritório: desenvolvimento dos projetos, elaboração do orçamento, dentre outros.

A questão da remuneração é mais complexa. Na experiência do Maria da Paz, excetuando os profissionais que eram funcionários públicos – ligados diretamente ao INCRA, UFRN e órgãos estaduais – os demais não receberam remuneração pelos serviços executados. Além disso, o primeiro grupo não recebeu as diárias devidas pelas viagens realizadas. Esta situação constitui uma prática que não pode ser difundida. Ao contrário, o profissional precisa ser valorizado, recebendo salários condizentes com o trabalho desempenhado.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ARQUITETO E URBANISTA

A assistência técnica dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo para a implantação do *habitat* de assentamentos rurais foi entendida como necessária nas duas experiências.

Para a sua implementação, algumas foram as possibilidades vislumbradas pelos segmentos participantes dos processos do Eldorado dos Carajás e do Maria da Paz. Na verdade, estas podem ser resumidas em quatro propostas, onde são sugeridos o formato e os agentes responsáveis por sua execução¹⁸¹.

Na primeira proposta, a entidade responsável por prestar assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo é o INCRA¹⁸². Apesar de ser o órgão federal responsável pelos assuntos relativos aos assentamentos rurais, muito precisaria ser feito para também poder desempenhar esta outra função. Inicialmente necessitaria contratar servidores com formação específica. No último concurso público, ocorrido em 2005, realizado para suprir a defasagem em seu quadro funcional esta preocupação foi colocada em pauta, mas o número de efetivações foi irrisório: apenas um profissional com habilitação em Arquitetura e Urbanismo para cada região administrativa do País. Torna-se impossível atender toda a demanda. Até então, existia somente um arquiteto e urbanista, lotado na sede em Brasília, exercendo funções burocráticas e administrativas, não condizentes com sua formação específica. O quantitativo de engenheiros civis foi maior, porém ainda não suficiente para a demanda existente, pois estes profissionais também têm que atender às atividades relacionadas às obras

¹⁸¹ Por mais que se trate de um trabalho analítico, achou-se por bem explicar sobre as proposições aqui apresentadas. Estas correspondem ao que pode ser apurado nas entrevistas realizadas com os segmentos participantes das duas experiências estudadas, acrescentando riqueza de detalhes ao trabalho desenvolvido.

¹⁸² Citado por metade das lideranças locais e a liderança do MST, no Assentamento Eldorado dos Carajás, além de parte das lideranças locais e da coordenadora do GERAH, no Assentamento Maria da Paz.

de engenharia. No mais, esta instituição também teria que qualificar sua estrutura de trabalho, que em algumas oportunidades é precária, além de melhorar a política salarial praticada para seus servidores.

A segunda proposta traz as entidades de ensino superior, representadas pela a UFRN, como responsáveis por disponibilizar tais atividades de assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo¹⁸³. Pode-se inferir que a maior parte dos que elegeram esta proposta inspirou-se na experiência vivenciada ou nos trabalhos já realizados pela equipe do GERAH/UFRN.

Sabe-se que uma das funções inerentes às entidades de ensino superior consiste em prestar assessoria à comunidade de uma maneira geral, disseminando e colocando em prática seus conhecimentos produzidos. Sua mão de obra apresenta-se como uma das mais qualificadas. No entanto, diante da diversidade de atividades que desempenha em que seu quantitativo de servidores também é insuficiente, qual seria o poder de alcance desta assessoria como prática cotidiana? O número de comunidades atendidas seria condizente com a demanda existente? Deve-se ressaltar que a experiência realizada no Maria da Paz foi considerada como referência pelas entidades parceiras¹⁸⁴. Ou seja, foi dispensado um tratamento especial, buscando disponibilizar todas as condições favoráveis para que pudesse ser concretizada. Portanto, para se tornar uma prática cotidiana nos autos da Universidade, muito também necessita ser feito no contexto desta instituição. Como se pode observar nos próprios objetivos dos projetos desenvolvidos pelo GERAH, sua atuação junto aos *habitats* do campo é de caráter experimental, buscando contribuir na elaboração de métodos para sua implantação, criação de parâmetros e proposta para este tipo de assentamento humano.

Contudo, estas duas primeiras propostas foram as mais indicadas pelos participantes das experiências estudadas. Remetem à parceria realizada no Assentamento Maria da Paz, bem como à experiência do processo de recuperação, reforma e ampliação vivenciado no Assentamento Eldorado dos Carajás. Portanto, correspondem à referência existente no imaginário destas comunidades.

A terceira proposta apresenta as organizações não governamentais (ONGs), sobretudo as entidades que atuam no contexto da ATES¹⁸⁵, como provedoras dos serviços de assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo¹⁸⁶.

¹⁸³ No Assentamento Eldorado dos Carajás foi sugerida por metade das lideranças locais e pelo técnico do INCRA. No Maria da Paz, do mesmo modo, contou com a preferência das lideranças locais, como também da coordenadora do GERAH.

¹⁸⁴ UFRN, INCRA e MST.

¹⁸⁵ Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária.

¹⁸⁶ No Eldorado dos Carajás apresentou a preferência da outra metade das lideranças locais, como também do técnico do INCRA, bem como da coordenadora do GERAH no Maria da Paz.

Atualmente, essas entidades vêm assumindo importante papel na promoção do desenvolvimento nos assentamentos rurais de reforma agrária. Por insuficiência de recursos humanos, o INCRA, instituição designada para promover tal suporte a essas comunidades, contrata entidades para complementá-lo, tendo como instrumento o programa de ATES.

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES do INCRA foi criado em 2003 com o objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas, nos projetos de assentamento de reforma agrária criados ou reconhecidos pelo INCRA. O objetivo é promover os assentamentos à condição de unidades de produção estruturadas, com garantia de alcance da segurança alimentar, inserção das unidades de produção nos mercados local e regional e integração à dinâmica de desenvolvimento municipal e territorial (ATES - Manual Operacional 2008, p. 37-38).

As equipes inseridas na ATES, denominadas “núcleos operacionais”, desenvolvem ações voltadas, especificamente, à assessoria nas áreas produtivas, social e ambiental.

Os Núcleos Operacionais serão constituídos de técnicos (as) de nível médio e superior, com formação multidisciplinar nas áreas de Ciências Agrárias, Sociais, Ambientais e Econômicas, mantendo as seguintes proporções mínimas:

1/3 de profissionais de nível superior;

Um (a) técnico (a) para cada 85 famílias;

Um (a) técnico (a) da área agrária para cada 125 famílias;

Um (a) técnico (a) das áreas social, ambiental ou econômica para cada 250 famílias;

No mínimo 1/3 de seus profissionais com experiência comprovada de mais de dois anos em trabalhos técnicos com agricultura familiar, preferencialmente em projetos de assentamento de reforma agrária. (ATES - Manual Operacional 2008, p. 25).

Portanto, não contemplam atividades inerentes à implantação do espaço físico do local de moradia destes espaços rurais e nem possuem, em seus quadros técnicos, profissionais com perfil voltado para tal. Na verdade, estas atividades não são objetos deste programa.

Assim sendo, para serem viabilizadas como entidades que prestem tais serviços de assistência técnica em Arquitetura e Urbanismo, na atual configuração, algumas alterações são necessárias, vislumbrando-se duas possibilidades.

A primeira, considerando o contexto atual, significaria inserir a assistência em Arquitetura e Urbanismo no programa da ATES, ampliando o seu leque de ações. Existe uma lacuna, um mecanismo dentro do manual de operação da ATES (instrumento de orientação e apoio a este programa), que prevê a complementação das equipes de assessoria com o intuito de realizar serviços específicos (ATES – Manual Operacional 2008, p. 36). Assim, poderiam ser

contempladas as ações praticadas pelo arquiteto e urbanista. Todavia, estas entidades necessitariam se adaptar, pois em seus quadros técnicos não existem profissionais com habilitação para tal, nem o INCRA dispõe de regras claras para desenvolver tais práticas. Quanto aos recursos necessários, também teriam que ser redimensionados. No mais, sabe-se que as ações que envolvem o serviço do arquiteto e urbanista são pontuais, ou seja, não se processam constantemente e nem por longo período de tempo, como é o caso da produção agrícola e do atendimento social. Por tal motivo, o período das ações de assistência técnica voltadas a estas áreas não necessita ser coincidente. Nessa possibilidade, talvez as ações de Arquitetura e Urbanismo ficassem enfraquecidas e à sombra das demais.

A possibilidade de assistência técnica às atividades de Arquitetura e Urbanismo não deve tomar o espaço e os recursos destinados às outras ações voltadas ao desenvolvimento dos assentamentos rurais. Cada área necessita ser contemplada, de maneira específica e com recursos próprios. Nessa perspectiva, surge a outra possibilidade: criar um mecanismo independente do programa de ATES, onde seria disponibilizado recurso especificamente para atividades voltadas à implantação do espaço físico do *habitat* dos assentamentos rurais, ou outras onde a presença do arquiteto e urbanista se fizesse necessária. Assim, não somente estas entidades poderiam participar, inserindo o arquiteto e urbanista em seu quadro técnico, mas todas que cumprissem os requisitos pré-estabelecidos para tal.

Este posicionamento coincide com o proposto pela liderança do MST no Assentamento Maria da Paz. Na sua concepção, o Governo Federal deveria estabelecer uma política própria, em que os recursos destinados a essas ações não necessitassem de intermediadores, como o INCRA, mas fossem utilizados diretamente na contratação de profissionais com perfil para tal. Estes, poderiam se organizar em cooperativas, entidades ou em ONGs.

Para tanto, seria necessário colocar em prática a legislação existente, como a Lei nº 11.888/2008. De acordo com esta lei a assistência técnica disponibilizada para o projeto e a construção de habitação de interesse social deve abranger, por completo, as atividades de concepção de projeto arquitetônico, acompanhamento e execução da obra, sobre a responsabilidade de profissionais das áreas de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia Civil. Portanto, se encaixa no contexto abordado. No entanto, ainda se faz necessário um maior detalhamento do texto da lei, vislumbrando suas reais possibilidades.

Desse modo, estes profissionais contratados poderiam atuar concomitantemente ao período da concessão e aplicação da modalidade aquisição de material de construção inserido no crédito instalação. Inclusive, no próprio normativo específico poderia ser estipulado como os procedimentos se processariam.



Considerações finais

CAPÍTULO 6: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já explanado, os assentamentos rurais chamados de “reforma agrária” originários da luta política do MST correspondem a uma tipologia de *habitat* humano inserido no espaço rural, onde o grau de artificialização ainda se faz mínimo, as densidades populacionais são mais amenas e existe um maior e direto contato com a natureza. São provenientes da chamada “política de reforma agrária” exercida pelo Governo Federal, que tem na figura do INCRA, o responsável legal por sua implantação, desenvolvimento e consolidação. Já o MST corresponde ao principal incentivador, por meio da sua luta e reivindicações.

No processo de implantação do *habitat* desses assentamentos a prática cotidiana constitui em não existir assistência técnica dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo, como observado no Assentamento Eldorado dos Carajás. Por sua vez, poucas são as experiências que apresentam a contribuição deste profissional, como ocorrido no Maria da Paz.

Quais seriam, então, as diferenças existentes nesses dois tipos de experiência? Como se refletem na representação do espaço físico do seu *habitat*? O que acarreta como conseqüência para as condições de vida das comunidades que nele residem? Como a imagem do arquiteto e urbanista é percebida pelos agentes que atuaram nesses processos? Que mudanças são necessárias para que sua inserção sistemática seja implantada?

O exercício que se fez nesta dissertação foi o de buscar respostas a estes questionamentos e aos outros que surgiram no decorrer da jornada, procurando compreender o papel do arquiteto e urbanista no processo de implantação do *habitat* dos assentamentos rurais originários do MST no Rio Grande do Norte.

Assim, tendo como ponto de partida o nosso **OBJETO DE ESTUDO**, que constitui a relação das experiências em planejamento físico-espacial e construção (implantação do espaço físico) dos *habitats* dos assentamentos rurais originários do MST no Rio Grande do Norte e a atuação da assistência técnica do arquiteto e urbanista, retomam-se as hipóteses inicialmente estabelecidas, com o intuito de realizar sua verificação e perceber o que se pode confirmar e/ou refutar.

No que diz respeito à qualidade do espaço físico e às condições de vida dos usuários, inicialmente foi estabelecido que “o *habitat* dos assentamentos rurais produzidos sob a orientação da assistência técnica do arquiteto e urbanista apresenta melhor qualidade funcional e de conforto em relação aos aspectos do seu espaço físico”. Após este estudo, pode-se comprovar que o *habitat* produzido com a assessoria dos profissionais de Arquitetura

e Urbanismo apresenta melhor qualidade funcional e de conforto em relação aos aspectos do seu espaço físico. Foi o que pôde ser observado no Assentamento Maria da Paz¹⁸⁷.

A imagem dos moradores da experiência analisada também é positiva, tanto quanto ao local de moradia, como em relação às condições da habitação, parcelamento do solo e à vida cotidiana no assentamento. Somente no que diz respeito às relações sociais entendem permanecer igual à existente em seus locais de moradia anterior.

Por outro lado, no Eldorado dos Carajás, quando seus moradores avaliam o local de moradia como um todo, não somente em relação aos seus aspectos de configuração física (desenho do *habitat*), mas levando em consideração suas características (condições de geração de renda, relações sociais existentes), também o fazem de maneira positiva. Já na percepção do desenho do seu espaço físico compreendem alguns pontos negativos (distância do *habitat* ao lote de trabalho; condições de insolação no lote de moradia e na habitação; e a moradia em si). Além destes, outros foram distinguidos pelo olhar técnico (configuração física do macroespaço e dimensionamento das vias de circulação interna). Pelos discursos analisados, em ambos os assentamentos, os outros aspectos levados em consideração para a classificação do local de moradia são: aspectos naturais; questão social: tranquilidade e ausência de violência; a conquista de um local para viver, não importando qual seja sua configuração física; inserção social.

Diante deste cenário pode-se concluir que na classificação do local como um todo, para a comunidade do Eldorado dos Carajás, os aspectos de configuração física do seu *habitat* ficam em segundo plano em relação aos demais. Consideram que sua condição de vida atual é regular, porém melhor do que a que possuíam anteriormente, sob todos os aspectos (físicos, econômicos e sociais).

Desse modo, comparando as duas comunidades estudadas, foi observado que a relação entre a qualidade do espaço físico e as condições de vida dos seus usuários acontece de maneira diretamente proporcional. Ou seja, melhor qualidade do espaço físico reflete em melhores condições de vida, e pior qualidade reflete em piores condições. Contudo, quando os moradores avaliam o local de moradia de maneira mais abrangente, o aspecto físico fica em segundo plano. Portanto, o aspecto físico influencia na condição de vida, mas não é o essencial, segundo seus próprios moradores.

¹⁸⁷ A exceção recaiu somente sobre os equipamentos sociais de uso coletivo: a escola e o posto de saúde. No entanto, ambos não sofreram a intervenção do arquiteto e urbanista. Correspondem a edificações remanescentes da fazenda, reformadas pela comunidade para funcionar como tais equipamentos, o que ocorreu após o fim da experiência realizada. Como já foi explicado, na verdade, não existem recursos específicos, dentro do programa de reforma agrária, para a implementação destes equipamentos. Ficam a cargo e responsabilidade das prefeituras municipais, geralmente sendo efetivados após a construção do macroespaço e das residências.

No contexto do processo de planejamento e construção do espaço físico dos *habitats* dos assentamentos rurais, como uma segunda hipótese, foi formulado que nos “*processos sob a orientação da assistência técnica do arquiteto e urbanista, os conflitos gerados entre os diferentes agentes refletem a apropriação crescente do processo técnico-científico por parte dos assentados que, inicialmente, só detinham o saber popular*”.

Como em todo processo participativo, alguns foram os conflitos de interesse ocorridos no decorrer da experiência do Maria da Paz. Processaram-se em todas as etapas, envolvendo todos os agentes participantes, não existindo uma regra geral em relação à forma de sua mediação, condução e negociação para chegar ao consenso.

Todo o processo foi baseado na troca de conhecimento entre os saberes técnico-científico e popular, numa relação de mão dupla (perspectiva dialógica), onde as diferenças de pontos de vista eram argumentadas, negociadas e mediadas, buscando sempre o consenso, tendo sido observado um alto grau de participação da comunidade. Assim, em alguns episódios, o saber popular e o técnico-científico participaram igualmente na mediação das diferenças de pontos de vista existentes (modo de construção das moradias). Em outros momentos, a diferença de entendimentos entre os dois agentes permaneceu durante todo o processo (conhecimento do mestre de obras e pedreiros x conhecimento dos arquitetos e urbanistas da equipe do GERAH; relação entre o responsável técnico da obra e os pedreiros). No episódio da escolha da localização do *habitat* a argumentação balizadora foi apresentada pela equipe técnica do GERAH. Todavia, o que predominou foram as situações em que partiu do saber popular a contribuição que apontou o caminho mais apropriado a ser seguido, como nos episódios da ampliação da cozinha; localização da caixa d’água; execução do jiral; frequência da participação dos assentados na construção das moradias.

Contudo, deve-se salientar que esta conjuntura somente foi possível porque as ações da assistência técnica do GERAH eram calcadas em sua metodologia própria, baseada no presente, no vivido e nos sonhos dos grupos sociais estudados; na importância dos conflitos para a formação do sujeito e na pesquisa-ação, de acordo com o referencial teórico de Henry Léfèbvre e Carlos Brandão¹⁸⁸. Assim, os processos participativos incentivaram a atuação do grupo social envolvido e a troca de conhecimento entre os saberes popular e técnico-científico, contribuindo para aumentar a riqueza de alternativas possíveis ao processo.

¹⁸⁸ Ver o início do Capítulo 4: Processo de implantação do *habitat* nos projetos de assentamentos rurais originários do MST no Estado do Rio Grande do Norte, quando se aborda sobre a metodologia do GERAH (páginas 99-103).

Na seqüência, como terceira hipótese, no que diz respeito aos profissionais da Arquitetura e Urbanismo, tinha-se em mente que a “*profissão do arquiteto e urbanista não possui reconhecimento profissional no meio rural, especialmente nos assentamentos rurais*”. Contudo, foi constatado que esta afirmação não condizia com a realidade encontrada no Rio Grande do Norte, onde já há uma inserção deste profissional, mesmo que mínima, há 15 anos¹⁸⁹. Nos dois assentamentos estudados os assentados percebem este profissional a partir de uma imagem parcial, relacionada a apenas algumas atividades que sua formação permite desempenhar, porém a reconhecem. Essa diz respeito, principalmente, à concepção, orientação técnica e execução de projetos de edificações, sobretudo, residências. Essa imagem encontra-se respaldada nas experiências vivenciadas por estas comunidades. No Maria da Paz, ao próprio processo de implantação do seu *habitat*. Já no Eldorado dos Carajás, devido ao processo de recuperação, reforma e ampliação das habitações, onde parte da comunidade teve a assessoria destes profissionais anos após a implantação do assentamento¹⁹⁰.

Como última hipótese, no contexto da assistência técnica dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo, idealizava-se que “*os habitats dos assentamentos rurais necessitavam da assistência técnica do arquiteto e urbanista no processo de organização, planejamento e construção do seu espaço físico*”. Esta tese foi confirmada através da percepção dos segmentos envolvidos nas duas experiências estudadas. Como já foi dito, esses agentes sugeriram algumas possibilidades para que a assistência técnica pudesse ser disponibilizada: INCRA; entidades de ensino superior; organizações não governamentais (ONGs), sobretudo as entidades que atuam na ATES; e a atuação direta do Governo Federal, por meio de uma política própria. Dentre estas, considera-se que a última apresenta maior possibilidade de ser implementada. Para tanto, pode-se utilizar como instrumento a Lei Federal Nº 11.888/2008¹⁹¹.

Desse modo, diante da verificação das hipóteses estabelecidas e tomando como base a comparação entre as experiências de implantação do espaço físico do *habitat* realizadas no Eldorado dos Carajás e Maria da Paz constata-se ser necessária a atuação do arquiteto e urbanista nesses processos de organização, planejamento e construção dos locais de moradias dos assentamentos rurais. Esta avaliação partiu do próprio processo de implantação; do desenho do *habitat*; dos resultados obtidos pelas categorias envolvidas e da atuação do arquiteto e urbanista nesse tipo de atividade.

¹⁸⁹ Tempo em que o Darq desenvolve projetos de ensino, pesquisa e extensão nos assentamentos rurais, atualmente concentrados no GERAH.

¹⁹⁰ O referido processo de recuperação, reforma e ampliação das habitações encontrava-se em plena atividade no momento da realização da pesquisa *in loco* desta dissertação.

¹⁹¹ Ver o item 5.3 – Confronto de Imagens.

Mais do que qualidade projetual (funcionalidade e conforto ambiental) e construtiva ao espaço físico, a atuação dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo proporcionou ganhos sociais, sobretudo para a comunidade beneficiária. Esta teve a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, principalmente em relação à questão ambiental, organização social e construção civil. Esta conjuntura se mostra como uma possibilidade de mudanças na cultura de implantação dos assentamentos rurais, incorporando também aspectos sócio-educativos.

Outra possibilidade seria a inserção de conteúdos organizativos sociais no que diz respeito ao *habitat*, em relação ao seu processo de implantação e ao desenho do espaço físico. Na experiência estudada os princípios organizativos se moldavam ao contexto do MST, enquanto movimento social organizado, que estabelece uma série de normativos e condutas internas específicas. No entanto, constata-se ser possível sua apropriação para outros *habitats*, estejam eles, ou não, sob a tutela de movimentos sociais.

Em relação ao processo em si, pode-se perfeitamente adaptar a questão da equipe de coordenação conjunta, envolvendo representantes dos segmentos participantes para a sua condução, cada qual desempenhando o seu papel específico. Pode-se também utilizar a mesma sistemática de reuniões e assembléias para o planejamento do processo e concepção dos projetos necessários, assim como o modo de construção, em autogestão assistida, enfatizando o trabalho participativo e em equipes (de compra; pedreiros; apontadores; almoxarifes; etc).

No que diz respeito ao desenho do espaço físico a questão da organização social em núcleos de família também poderá ser empregada. No entanto, também devem ser levados em consideração os princípios inerentes à comunidade trabalhada e refletir a maneira mais adequada de transportá-los para o espaço físico.

No mais, o trabalho mostrou que é possível, e mesmo necessário, romper com os padrões e ações até então praticados pelo INCRA, principalmente com a inserção de novos elementos - práticas de educação ambiental; participação dos assentados nas ações do parcelamento do solo; “curso de pedreiro”; possibilidades de materiais não convencionais para a construção; execução de almoxarifado -, novas alternativas para o processo construtivo (autogestão assistida em processo de mutirão), além do trabalho em equipe interdisciplinar.

Outras conseqüências do processo do Maria da Paz, no contexto do INCRA, que se fez refletir de modo recente, diz respeito à inserção, nos normativos da Instituição que regulamentam “aquisição de material de construção”, do “serviço técnico específico para qualificação das habitações”, com previsão de pagamento para a mão de obra. Esta foi uma iniciativa do atual Diretor de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos, que na época do processo do Maria da Paz ocupava o cargo de Superintendente do INCRA/RN. Contudo, o

termo é inserido sem maiores esclarecimentos, apenas cita que este seria um “serviço realizado por pessoa física ou jurídica habilitada para viabilizar e/ou melhorar a construção e recuperação das habitações” (Art. 2 – NE nº 79, de 26 de dezembro de 2008). No entanto, não menciona quais seriam as atividades práticas desempenhadas nem a forma de contratação dos profissionais envolvidos, os quais considera como sendo “o profissional registrado no CREA e com suas obrigações devidamente atualizadas junto ao Conselho Regional com capacidade para orientar os assentados nas etapas de construção/reforma das habitações” (Art. 2 – NE nº 79, de 26 de dezembro de 2008). Este último ponto remete a uma questão conflitante, que abrange a área de atuação do arquiteto e urbanista, do engenheiro civil e do agrônomo. Neste contexto, qual seria a possibilidade de atuação destes profissionais? Quais atividades poderiam ser desenvolvidas dentro das suas atribuições?

Assim, atualmente começa a se vislumbrar avanços no sentido da inserção do arquiteto e urbanista. Porém, muita coisa ainda precisa ser feita, sobretudo em relação ao detalhamento das questões acima descritas e sobre as atividades práticas que envolvem o processo de organização, planejamento e construção do local de moradia.

A ausência desta sistematização de ações e do acompanhamento da assistência técnica de profissionais habilitados pode culminar em habitações com baixa qualidade construtiva que, com pouco tempo após sua execução, já necessitam de ações para sua recuperação, como observado na experiência do Assentamento Eldorado dos Carajás.

Dentro da Instituição foi estabelecida uma modalidade do crédito instalação com tal intuito: recuperação/materiais de construção. Atualmente equivale ao valor de até cinco mil reais/família, cujo objetivo consiste em proporcionar melhorias habitacionais por meio de reformas e ampliações. Contudo, o que se observa é sua utilização, quase na totalidade, para a recuperação das moradias, ou até mesmo reconstrução, processo também enfrentado no Eldorado dos Carajás. E, na maioria dos casos, também não contam com a assistência técnica de profissionais da construção civil.

Este cenário provoca “retrabalho” e desperdício de dinheiro público, sendo utilizadas duas fontes de recursos para a mesma situação: execução das moradias. Contudo, esta situação poderia ser evitada se, no momento de implantação do *habitat* e da sua moradia, fossem seguidas orientações específicas para tal atividade, bem como houvesse o acompanhamento e orientação de profissionais da Construção Civil. Desse modo, este recurso suplementar poderia ser empregado, num segundo momento, somente para a ampliação das moradias. Este contexto reafirma a necessidade de reformulação dos normativos do INCRA que tratam especificamente desta temática, mostrando a necessidade de sistematização das ações e do seu

acompanhamento por profissionais habilitados. Uma possibilidade seria a edição de um normativo próprio para esta questão, mas que estivesse atrelado ao crédito instalação, especificando as atividades práticas, os profissionais que poderiam se envolver, sua forma de contratação e a remuneração a ser recebida, dentre outros.

Contudo, a consolidação destes avanços não aconteceu exclusivamente pela atuação dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo. Mais do que isso, foi promovida também devido à metodologia participativa empregada, calcada nos princípios da pesquisa-ação e do trabalho da equipe interdisciplinar, com ênfase na participação do Movimento, comunidade beneficiária e do INCRA, enquanto representante do Estado.

No caso do Maria da Paz, a metodologia empregada pelo GERAH se baseava na teoria de Henry Léfêvre. De acordo com este intelectual, o arquiteto e urbanista, em sua atuação cotidiana, deve transcender as ações de um simples projetista de edificações. Suas atividades e ações também devem abranger e contribuir com a organização social da comunidade para a qual se encontra trabalhando, assumindo um papel de educador e de agente transformador da realidade. Desse modo, a partir do seu trabalho, o impossível pode se tornar possível.

No mais, o profissional deve possuir sensibilidade para lidar com as questões que envolvem a habitação de interesse social e as comunidades nelas inseridas. Precisa ter habilidade para lidar com as diferenças de interesses, conhecimentos e saberes, mediando os conflitos. Deve saber assumir o papel de agente articulador entre os demais segmentos envolvidos, quando necessário.

Todavia, a atuação deste profissional não pode ser isolada, mas sim vinculada a uma equipe interdisciplinar, com profissionais de áreas afins, onde cada qual exerça sua própria função, atuando de acordo com sua habilitação. No mais, estes profissionais também devem compartilhar as mesmas características definidas para o arquiteto e urbanista. Além destes, a comunidade beneficiária e o movimento social (quando existir) também devem se fazer presentes, atuando de maneira ativa como agentes parceiros.

Contudo, a inserção da assistência técnica dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo esbarra em alguns obstáculos. Como constatado na experiência do Maria da Paz, o ritmo em que se processa esta atuação profissional, não corresponde ao compasso em que são expostas as metas do Governo para a criação de assentamentos ou recuperação dos existentes. Para a primeira ação, como já explicado no decorrer do trabalho, se faz necessária uma dinâmica própria, que busque respeitar o tempo dos agentes envolvidos, ao passo que a segunda é induzida pelo ritmo acelerado dos números do Governo, que precisam ser consolidados. As metas quantitativas se sobressaem ao trabalho social.

No mais, se estabelece também um descompasso entre essa atuação e as prioridades do MST e do INCRA. No caso do MST, movimento popular do campo, tem como principal bandeira de luta a realização da reforma agrária, proporcionando aos trabalhadores rurais acesso à terra para produzir. E a moradia? Poucas são suas investidas neste contexto.

O INCRA, por sua vez, como instituição federal, tem a responsabilidade de executar a política chamada de “reforma agrária”, criando, desenvolvendo, consolidando e emancipando os projetos de assentamentos rurais. E a moradia? Trata este elemento a partir de um simples programa de crédito, a partir do qual apenas disponibiliza recursos para a compra de material e pagamento de mão de obra. E a infraestrutura básica necessária? É verdade, porém, que se apontam avanços, sobretudo a partir da edição da NE 79, de 26 de dezembro de 2008, como anteriormente comentado. No entanto, muito ainda precisa ser feito.

Desse modo, há necessidade destes dois agentes reavaliarem suas condutas em relação à questão da moradia e, conseqüentemente, da atuação dos profissionais que trabalham diretamente com este elemento.

Sabe-se que os assentamentos rurais provenientes da chamada “política de reforma agrária” do Governo Federal representam um amplo mercado de trabalho para os arquitetos e urbanistas. A demanda em relação à concepção, orientação, acompanhamento técnico e execução de projetos de moradias e, conseqüentemente, do *habitat* para os novos assentamentos criados é crescente. Somam-se também a esta demanda as atividades no âmbito da recuperação, reforma e ampliação das habitações existentes. E não somente estas ações, mas todas aquelas aqui mencionadas, onde é possível a atuação do arquiteto e urbanista.

Um instrumento que aponta um caminho possível para este cenário sonhado corresponde à Lei nº 11.888/2008¹⁹². Contudo, sabe-se que ainda há muito que amadurecer sobre este instrumento, que acaba de entrar em vigor, mas que pode se constituir numa possibilidade.

Para finalizar, algumas reflexões ainda se fazem necessárias. A formação acadêmica atualmente disponibilizada aos profissionais de Arquitetura e Urbanismo lhes permite lidar com a realidade e o contexto abordado neste trabalho? E os profissionais “já atuantes” encontram-se preparados? Existe interesse neste campo de atuação? E, num segundo patamar, vencidos estes questionamentos, como tornar a atuação do arquiteto e urbanista nos assentamentos rurais uma prática cotidiana, adequada ao “sistema”, onde os resultados não sejam meros números para compor estatísticas, mas que realmente modifiquem a realidade dos beneficiários?

¹⁹² Ver o item 5.3 Conflitos de Imagens

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão, n. 702).

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova**: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Ed. 34, 2002.

ARAÚJO, Severina Garcia de. **Assentamentos Rurais**: trajetória dos trabalhadores assentados e cultura pública. Natal: EDUFRN, 2005.

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço concebido e o espaço vivido da morada rural**: políticas públicas x modo de vida camponês. 2007. 159p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de; CUNHA, Egláisa Micheline Pontes; MEDEIROS, Yara. **Experiência em habitação de interesse social no Brasil**. Brasília: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

ARTIGAS, Vilanova. **Caminhos da Arquitetura**. São Paulo: Coosac Naify, 2004.

ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA. Disponível em:
<<http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/index.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2009

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**: Método e história na arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 1984.

BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis Cabello. **O que são Assentamentos Rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos).

BERTOLINI, Valéria Andrade. **Ocupando o cerrado**: avaliação do processo de implantação de assentamentos rurais no entorno do Distrito Federal. 2005. 183f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

BICCA, Paulo. **Arquiteto a máscara e a face**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1984.

BONDUKI, Nabil. **Habitação e Autogestão**: Construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: FASE, 1992.

BORGES, Amadja Henrique. **MST: Habitats em movimento**. 2002. 114 f. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2002.

_____. Amadja Henrique. O desenho do possível: a UFRN e o MST na construção de um projeto-referência de assentamento de reforma agrária. *In*: ANDRADE, Ilza Araújo Leão (Org.). **Metodologia do trabalho social**: a experiência da extensão universitária. Natal: EDUFRN, 2006.

_____. Amadja Henrique; MACHADO, Pascal. Política habitacional: entraves e desafios da autogestão. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL ANO DA FRANÇA NO BRASIL – NOVOS PADRÕES DE ACUMULAÇÃO URBANA NA PRODUÇÃO DO HABITAT: OLHARES CRUZADOS BRASIL/FRANÇA, UFPE, 2009, Recife.

BRASIL. Constituição Brasileira (1988). Brasília, DF: Senado Federal, 2005. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislação/const>> Acesso em: 25 nov. 2008

BRASIL. Decreto-lei nº 433, de 24 de janeiro de 1992. Dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 jan. 1992. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0433.htm>. Acesso: 28 set. 2007.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.680, de 17 de julho de 1998. Altera a redação e acresce dispositivo ao Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jul. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2680.htm>. Acesso em: 28 set. 2007

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 nov. 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4504.htm>. Acesso em: 28 set. 2007.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 set. 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4771compilado.htm>. Acesso em: 25 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. Regula o exercício das profissões de engenheiro, de arquiteto e de engenheiro agrônomo, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 mar. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5194.htm>. Acesso em: 27 nov. 2008

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L6938org.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos Constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 fev. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 28 set. 2007.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais). Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm>. Acesso em: 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.888, de 24 dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11888.htm>. Acesso em: 14 mar. 2009.

BRASIL. Lei Complementar nº 76, de 6 de junho de 1993. Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 set. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp76.htm>. Acesso em: 28 set. 2007.

BRASIL. Lei Complementar nº88, de 23 de dezembro de 1996. Altera a redação dos arts. 5º, 6º, 10 e 17 da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, que dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp88.htm>. Acesso em: 28 set. 2007.

BRASIL. Projeto de Lei nº 4.413/2008. Regulamenta o exercício da Arquitetura e Urbanismo, cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR e os Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/Quadros/quadro_PL/2008.htm>. Acesso em: 12 set. 2009.

BRUNA, Gilda Collet (org.). Planejamento de Áreas urbanas e rurais. In: _____. **Questões de organização do espaço regional**. São Paulo: EDUSP, 1983.

CAIADO, Aurílio Sérgio Costa; SANTOS, Sarah Maria Monteiro dos. Urbano ou rural? Um olhar sobre processos sócio-espaciais em curso no Estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 14, 2004, Caxambú – MG: 2004.

CAMARGO, José Geraldo da Cunha. **Urbanismo rural: ma inca.** Brasília: Empresa Gráfica Gutenberg, 1973.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território: revista de geografia agrária**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 1998. Mimeografado.

_____. **Interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas de reforma agrária no Brasil.** Curitiba: NEAD, 1999. Mimeografado.

CARVALHO, Josilda Maria Silva de. **O papel social do Arquiteto.** 1986. 301f. Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1986.

CESAR JÚNIOR, Carlos Eugênio Monteclaro. **O ser arquiteto-urbanista.** Taubaté/SP: Cabral Editora Universitária, 1998.

CONFEA. Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973. Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 jul. 1973. Disponível em: <<http://www.confex.org.br/normativos/>>. Acesso em: 27 nov. 2008.

CONFEA. Resolução nº 1.002 , de 26 de novembro de 2002. Adota o Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.aeasp.org.br/r1002.htm>>. Acesso: 30 nov. 2008.

CONFEA. Resolução nº 1.010, de 22 de agosto de 2005. Dispõe sobre a regulamentação da atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no Sistema Confea/CREA, para efeito de fiscalização do exercício profissional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 ago. 2005. Disponível: <<http://homepages.dcc.ufmg.br/~bigonha/Sbc/confea-rn1010-2005.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE e NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL – NEAD. **Estatísticas do Meio Rural**, 2 ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época, v.92).

_____, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIRARDI, Eduardo Paulo. **O rural e o urbano. É possível uma tipologia**: Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de São Paulo, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais** – Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAEFF, Edgar A. **Arte e técnica na formação do arquiteto**. São Paulo: Studio Nobel/Fundação Vilanova Artigas, 1995.

GROPIUS, Walter. **Bauhaus**: Nova arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 1972.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em: 7 jul. 2008.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Brasília, 2008. Disponível em: <www.incra.gov.br> . Acesso em: 7 jul. 2008.

IPEA – Instituto de Pesquisa Aplicada, Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 8 jul. 2008.

INCRA. Norma de Execução/INCRA/nº 02, de 28 de março de 2001. Dispõe sobre a regulamentação para a fase de implantação do Projeto de Assentamento e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil** (Publicação: Diário Oficial nº 65, de 3/4/2001, seção 1, pág. 15 e Boletim de Serviço nº 15, de 9/4/2001), Brasília, DF, 3 abr. 2001. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 18 jan. 2009.

INCRA. Norma de Execução/INCRA/nº 9, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre o processo de consolidação dos projetos de assentamentos em áreas de Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil** (Publicação: Diário Oficial nº 71-E, de 11/4/2001, seção 1, pág. 201), Brasília, DF, 11 abr. 2001. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 21 jan. 2009.

INCRA. Instrução Normativa/INCRA/ nº 15, de 30 de março de 2004. Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projeto de reforma agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil** (Publicada no D.O.U nº 65, de 5.4.2004, seção 1, p. 148 e B.S. nº 14, de 5.4.2004), Brasília, DF, 5 abr. 2004. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 24 set. 2008.

INCRA. Norma de Execução nº 54, de 29 de dezembro de 2006. Dispõe sobre a implantação de obras de engenharia e componentes da infraestrutura básica de projetos de assentamento. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil** (Publicação: Diário Oficial nº 02, de 3/1/2007, seção 1, pág. 40), Brasília, DF, 3 jan. 2007. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 21 jan. 2009.

INCRA. Norma de Execução nº 60, de 07 de maio de 2007. Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária –

ATES. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 mai. 2007. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 21 jan. 2009.

INCRA. Norma de Execução/nº 79/DD, de 26 de dezembro de 2008. Estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas dos créditos do Crédito Instalação, no âmbito dos Projetos de Assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. (Publicação: Diário Oficial nº 252, de 29/12/2008, seção 1, pág. 169), Brasília, DF, 29 dez. 2008. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 21 jan. 2009.

INCRA. Instrução Normativa nº54, de 22 de julho de 2009. Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos de Reforma Agrária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil** (Publicada no D.O.U nº 141, de 27.7.2009, seção 1, p. 116 e B.S. nº 14, de 27.7.2009), Brasília, DF, 27 jul. 2009. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em: 30 jul. 2009.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento rural. São Paulo: Editora, 2004.

LEFÈBVRE, Henry. O urbanismo de hoje. Mitos e realidades. In: _____. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Tradução Leila Hardman Reis e Silva. Barcelona: Península, 1978. p. 205-214. (Historia/ciencia/socieda. Serie universitaria, 79). Antologia preparada por Mario Gaviria. Versão espanhola de Javier González-Pueyo do original francês.

_____. Propostas para um novo urbanismo. In: _____. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Península, 1978. (Historia/ciencia/socieda. Serie universitaria, 79). Antologia preparada por Mario Gaviria. Versão espanhola de Javier González-Pueyo do original francês.

_____. Introdução ao estudo do 'habitat pavillonnaire'. In: _____. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Península, 1978. p. 173-179. (Historia/ciencia/socieda. Serie

universitaria, 79). Antologia preparada por Mario Gaviria. Versão espanhola de Javier González-Pueyo do original francês.

LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti, LEFEVRE, Fernando. **Depoimentos e Discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Líber Livro, 2005. 97p. (Série Pesquisa; 12).

LEMONS, Carlos A. C. **O que é arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 2003 (Coleção Primeiros Passos, 16).

MAIOLINO, Claudio Forte. O papel legal do arquiteto no contexto sócio-cultural brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS – OSCAR NIEMEYER, 15, 1997, Curitiba. **Resumos dos painéis e comunicações**. Curitiba: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1997.

MAOS, Jacob O. **Planejamento físico e organização espacial na colonização de terras**. Tradução Armando Sanford Lima. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1978. 222p.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias**. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos B. & MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARQUES, M. I. M. O Conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo: n.19, p.95-112, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (org.). **A Formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UGRS/CPDA, 1999.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 12 set. 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). 2003. 38p.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental) – Manual Operacional. 2008. 141p.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial. 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. RESOLUÇÃO CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>>. Acesso: 27 ago. 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 22 dez. 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>. Acesso: 27 ago. 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do seu entorno. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 mai. 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=298>>. Acesso: 27 ago. 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA nº 303, de 20 de março de 2002. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de áreas de preservação permanente. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 mai. 2002.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=299>>. Acesso: 27 ago. 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Resolução CONAMA n^o 387, de 27 de dezembro de 2006. Estabelece procedimentos para o Licenciamento Ambiental de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=525>>. Acesso: 27 ago. 2009.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **O que levar em conta para a organização do assentamento**: a discussão no acampamento. São Paulo: COCRAB, 2001.

_____. **Construindo o Caminho**. São Paulo: COCRAB, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das lutas no campo**. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

PAULA, Hiramisis Paiva de. **Educação e Sustentabilidade**: Assentamento Maria da Paz – João Câmara/RN. 2005. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

SAUER, Sérgio. O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAROVEK, Gerd (coord.). **Assentamentos em Debates**. Brasília: NEAD, 2005.

SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C., ROSA, Sueli L. Couto. **Os Assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária 1946-2003. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, M. N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 87-145, out.2000.

_____. **A ruralidade no Brasil moderno**: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, N. (org.). **Una nueva ruralidad em America Latina**. Buenos Aires: 2001, p.31-44.

APÊNDICE A: QUADROS CONTENDO OS RELATOS DOS SEGMENTOS PARTICIPANTES DAS EXPERIÊNCIAS DO ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS E MARIA DA PAZ SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO *HABITAT*, SEU DESENHO E PERCEPÇÃO SOBRE O PROFISSIONAL ARQUITETO E URBANISTA.

APENCIDE A2 - QUADRO 2: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO <i>HABITAT</i> DO ELDORADO DOS CARAJÁS			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	LIDERANÇA DO MST	REPRESENTANTE DO INCRA
ACAMPAMENTO	Ocupação pacífica. Não existiram atividades voltadas à organização da comunidade em relação aos aspectos sociais, políticos ou físico.	Iniciado em 2000. Ausência de conflitos com o proprietário no processo de negociações.	Ocupação do MST, sem muitos conflitos entre este e o então proprietário do imóvel.
IMISSÃO	A partir deste ato, teve início o processo de organização e planejamento para a construção do <i>habitat</i> e suas moradias.	A partir deste ato, teve início o processo de organização e planejamento para a construção do <i>habitat</i> e suas moradias.	Ocorrida em 31 de maio de 2000.
ORGANIZAÇÃO	Conduzida pela Associação, sem assistência técnica de profissionais com atribuição específica. Pouco apoio do técnico do INCRA e liderança MST. Difícil condução. Decisões tomadas em assembléias, através de votação.	Ações conduzidas pela Associação do MST. Para os assuntos relativos a implantação do espaço físico não existiu orientação de profissionais com atribuição específica ou técnico do INCRA. Decisões tomadas em assembléias, através de votação.	Seleção das famílias (80), consolidação da relação dos beneficiários e início do processo de concessão dos créditos instalação (apoio a instalação e materiais de construção). Para as atividades de organização e planejamento do espaço físico do <i>habitat</i> não existia metodologia específica. Decisões tomadas em assembléias, através de votação.
PLANEJAMENTO DO HABITAT	Projeto concebido pelos assentados e lideranças locais. Duas opções: área do acampamento ou nas proximidades da sede principal do imóvel, onde estavam parte dos equipamentos remanescentes e o acesso principal ao assentamento, sendo esta a opção escolhida.	A configuração do <i>habitat</i> e sua localização foi decidida pela comunidade, com participação do MST. Critérios utilizados: infra-estrutura existente; topografia plana e proximidade ao acesso principal do assentamento.	Não tem conhecimento dos parâmetros utilizados para definição do <i>habitat</i> . Provavelmente seguiu padrão da época, sem normativo para orientar tal atividade. Utilizavam o conhecimento empírico e experiências já vivenciadas. Geralmente, eram os assentados quem tomavam as decisões sobre a configuração física.
PLANEJAMENTO DA HABITAÇÃO	Projeto imposto pelo técnico do INCRA, sem debate com a comunidade. Autoria desconhecida.	Projeto imposto pelo técnico do INCRA, sem debate com a comunidade.	Projeto definido pelo INCRA (padrão utilizado na época). Apresentado e aprovado pela comunidade.
PLANEJAMENTO DO MODO DE CONSTRUÇÃO	Duas propostas apresentadas pelo técnico do INCRA: contratação de Construtora ou mutirão. Eleita a primeira. Argumentos: experiência da Construtora em oposição a pouca experiência dos assentados na	Defendeu o mutirão, em oposição a contratação de Construtora sugerida pelo INCRA. Argumentos: trabalho coletivo e de cooperação entre as famílias, resultando em moradias com qualidade técnica melhor do	Seguiu a prática cotidiana da época: contratação de construtora por meio de licitação.

	construção civil; recebimento das moradias na “chave”, sem necessidade de esforço físico; poucos recursos disponíveis para a construção das moradias.	que por construtora, além de representar o significado do processo. Contudo, os assentados não acataram a proposta, optando pela contratação de Construtora.	
CONSTRUÇÃO	Entrada da Construtora, que assume condução do processo. Técnicos do INCRA acompanham e fiscalizam o trabalho desta. Assentados ficam apenas a espera da casa construída. Alguns trabalham como pedreiros ou fiscais. Não tem mais o poder de decisão. A liderança do MST não é mencionada. Atuação da Construtora é criticada: ausência de assessoria técnica especializada; acompanhamento apenas pelo mestre de obras; mão de obra desqualificada; metodologia de trabalho pouco eficaz; material de construção de baixa qualidade. A consequência imediata correspondeu a baixa qualidade construtiva das habitações, que logo após a entrega apresentaram problemas estruturais.	Por meio de licitação contrataram a Construtora Natal, que conduziu o processo sem planejamento. Absorveu boa parte da mão de obra do assentamento, que não possuía qualificação. As atividades técnicas eram conduzidas apenas pelo mestre de obras, não existindo assessoria de profissionais com atribuição específica. Utilizaram material de construção de baixa qualidade. No mais, os recursos públicos disponibilizados faziam-se insuficientes para a adequada construção. Contudo, as moradias foram construídas em 20 dias, sendo entregues “na chave”. O resultado alcançado foram casas com baixa qualidade construtiva, com problemas estruturais (piso afundando, rachaduras, dentre outros).	Construtora assume condução do processo, sendo responsável pela execução das moradias. Não sabe precisar, mas provavelmente existia um engenheiro civil responsável (dono da construtora). INCRA acompanhava e fiscalizava o trabalho da Construtora, para efetuar os pagamentos. Desembolso acontecia no início, meio e fim da obra. Assentados ficavam no aguardo da moradia. Parte trabalhava como mão de obra braçal remunerada e/ou fiscal da obra. O objetivo do INCRA era que as moradias fossem construídas de maneira rápida e adequada. Ao final do processo existiu várias reclamações dos assentados sobre a qualidade construtiva das casas.
PROCESSO COMO TODO	Regular, com pouca participação e autonomia dos assentados.	Regular. Autoritário, não permitindo a comunidade escolher sua própria moradia.	

FONTE: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas in loco no Assentamento Eldorado dos Carajás.

APENDICE A3 - QUADRO 3: CONFLITOS OCORRIDOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO <i>HABITAT</i> DO ELDORADO DOS CARAJÁS					
N	PERÍODO	MOTIVOS	AGENTES	INTERVENÇÃO	CONSEQÜÊNCIA
1	Planejamento	Localização do habitat. Parte queria que fosse locada na área do acampamento e outra parte próxima a infra-estrutura existente	Assentados x Assentados	Assentados que optavam pela localidade próxima a infra-estrutura convenceram os demais	Preservaram a infra-estrutura existente, utilizando-a como equipamentos coletivos.
2	Planejamento	Projeto da casa	Assentados x INCRA	Técnico do INCRA forneceu projeto da casa, sem opção de escolha ou alterações	Parte dos assentados insatisfeita com o projeto da habitação.
3	Planejamento	Modo de construção das casas. Mutirão x Construtora.	Assentados x INCRA x Lideranças MST	Influenciados pelo técnico do INCRA, assentados optaram pela contratação de construtora. Solução mais rápida e prática.	Casas com baixa qualidade construtiva e problemas estruturais.
4	Construção	Localização de uma das casas. Ficaria em cima do duto da Petrobras e os assentados não admitiam alteração.	Assentados x Construtora	Na construção, os representantes da construtora conseguiram convencer os assentados	Implantação de todas as casas em local seguro
5	Construção	Qualidade do material utilizado na construção. Parte dos assentados não concordava com o tipo de material aplicado pela Construtora.	Construtora x assentados	Não houve	Casas com baixa qualidade construtiva e problemas estruturais.
6	Construção	Metodologia de trabalho adotada pela construtora. Parte dos assentados não concordava com a metodologia construtiva adotada pela Construtora.	Construtora x Assentados	Não houve	Casas com baixa qualidade construtiva e problemas estruturais.
7	Construção	Divergência entre os assentados sobre a qualidade do material de construção e modo de trabalho da Construtora. Opinião contrária sobre a metodologia de construção adotada pela construtora.	Assentados x Assentados	Não houve.	Casas com baixa qualidade construtiva e problemas estruturais.
8	Construção	Qualidade do serviço executado pela Construtora. As casas não agradaram aos assentados, devido aos problemas estruturais	Assentados x Construtora	Não houve.	Casas com baixa qualidade construtiva e problemas estruturais.
9	Construção	Demora no pagamento do INCRA para a Construtora pela última casa construída	Construtora x INCRA	Apesar da pressão, a construtora não corrigiu a qualidade construtiva das moradias	Casas com baixa qualidade construtiva e problemas estruturais.

FONTE: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas in loco no Assentamento Eldorado dos Carajás.

APENDICE A4 - QUADRO 4: DESENHO DO HABITAT DO ELDORADO DOS CARAJÁS			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	LIDERANÇA DO MST	REPRESENTANTE DO INCRA
HABITAT			
Configuração do espaço físico	BOM	BOM	BOM
Distância para o lote de trabalho	DISTANTE	DISTANTE	DISTANTE
Proposta de embelezamento	NÃO TEVE (66,66%)	ÓTIMO	NÃO SOUBE INFORMAR
LOTE DE MORADIA			
Ventilação	BOA	ÓTIMA	NÃO SOUBE INFORMAR
Insolação	BOM E REGULAR	PRECÁRIA	NÃO SOUBE INFORMAR
Dimensões	IDEAL (83,33%)	IDEAL (30 X 60M)	IDEAL (30 X 60M)
Diversidade de uso	POUCO (morar, plantar e criar)	POUCO (morar, plantar e criar)	NÃO SOUBE INFORMAR
Proposta de embelezamento	Metade não fez. Os que fizeram julgaram como REGULAR (33,33%).	BOM	NÃO SOUBE INFORMAR
CASA			
Material de construção	REGULAR (83,33%)	REGULAR	NÃO SOUBE INFORMAR
Ventilação	BOA	ÓTIMA	NÃO SOUBE INFORMAR
Insolação	BOA E REGULAR	PRECÁRIA	NÃO SOUBE INFORMAR
Tipo de ambientes	Sala, cozinha, 2 dormitórios e banheiro	Sala; cozinha; 2 dormitórios e banheiro	Sala; cozinha; banheiro, 2 quartos
Quantidade de ambientes	POUCA E IDEAL	POUCA	POUCA
Dimensões e áreas dos ambientes	PEQUENO E IDEAL	PEQUENO	IDEAL
Disposição e organização dos ambientes	BOA (66,66%)	BOA	BOA
Diversidade de uso dos ambientes	NENHUMA (83,33%)	MEDIANA	NÃO SOUBE INFORMAR
Modelo	PRECÁRIO (METADE) E REGULAR (33,33%)	PRECÁRIA	BOM
ARRUAMENTO			
Configuração	BOA	ÓTIMA	BOA
Dimensões	IDEAL	IDEAL	IDEAL
Diversidade de uso	NENHUMA	POUCA	NÃO SOUBE INFORMAR
LOCAL GERAL	BOM (83,33%)	REGULAR	BOM

FONTE: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nas entrevistadas realizadas in loco no Assentamento Eldorado dos Carajás.

APENDICE A5 - QUADRO 5: PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO HABITAT DO MARIA DA PAZ

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	COORDENADORES DE NÚCLEO	LIDERANÇA DO MST	GERAH
ACAMPAMENTO	Terra ocupada de maneira pacífica. Início da organização social e política da comunidade, conduzida pelo MST, única Entidade citada, além dos assentados. Não foram mencionados a UFRN e o INCRA.	Início das atividades de organização social e do espaço físico. Como primeiras ações aconteceram a organização dos barracos e de uma infra-estrutura de habitabilidade mínima, além do trabalho de base para o convencimento político das famílias. Não existiu conflito com o então proprietário.	Início das atividades de organização e planejamento do espaço físico do <i>habitat</i> . Realizaram-se reuniões para explicar a metodologia de trabalho que seria utilizada e oficinas para escolha das primeiras propostas para o <i>habitat</i> e habitação, concebidas pelos estudantes e professores de Arquitetura da UFRN.
IMISSÃO	A partir deste ato, inicia a organização para o planejamento e construção do espaço físico do <i>habitat</i> , sobretudo as moradias.	Oficialização das ações em desenvolvimento. Naquele momento, a comunidade já se encontrava avançada no processo organizativo interno, fazendo com que as etapas fossem adiantadas, tornando mais fácil a condução do seu restante.	Oficialização das ações em desenvolvimento. Assentados convidam o GERAH para dar continuidade ao trabalho iniciado no acampamento, que agora constitui um projeto de pesquisa e extensão coordenado pelo Grupo.
ORGANIZAÇÃO	Aparece nos relatos a figura da equipe técnica do GERAH/UFRN, responsável em prestar assistência técnica na área de arquitetura e urbanismo. Juntamente com o MST são consideradas entidades parceiras. Segue-se uma metodologia participativa, com atuação ativa dos assentados. As tomadas decisões envolviam todos os participantes. Questões menores eram discutidas em reuniões, ao passo que as grandes decisões eram debatidas em assembleias, com a presença de todos os envolvidos no processo.	Seleção das famílias (45). Continuidade das ações de organização e planejamento. A organização social e política dos assentados acontecia em núcleos de famílias, cada qual com 1 coordenador e 1 coordenadora. As ações eram conduzidas pelo MST, com ativa e constante participação dos assentados. As tomadas decisões envolviam todos os participantes. Semanalmente os debates eram realizados em cada núcleo e depois levados para a coordenação política. As assembleias (onde todos se reuniam) aconteciam quinzenalmente.	Deu-se seqüência as atividades em andamento, baseada na metodologia participativa do GERAH, tendo como referência a pesquisa-ação. Aconteciam assembleias semanalmente (às vezes numa frequência maior), com a presença de todos os envolvidos, onde eram apresentadas e discutidas as propostas para o <i>habitat</i> e habitação. Participação ativa de todos os agentes envolvidos (UFRN/GERAH, MST, INCRA e assentados). Incentivava-se a participação da mulher assentada, tendo sido bastante significativa em relação a outra experiência.
PLANEJAMENTO DO HABITAT	A concepção do projeto e localização do <i>habitat</i> são conduzidas pelo GERAH, contando com a participação ativa dos assentados. Contudo, nos relatos percebe-se pouco destaque a esta ação.	Em seu relato não abordou este tema.	Proposta inicial (tipologia mista) concebida pelos estudantes de Arquitetura, por influência de um militante do Sul. No entanto, foi revisto, votado e implantado o tipo concentrado, reestruturado pelo GERAH, MST e assentados. Conflito entre o GERAH e

			os assentados na escolha da localização do <i>habitat</i> . Realização de oficinas de educação ambiental e propostas para o parcelamento do solo conduzidas pela arquiteta Hiramises (fruto da sua tese de doutorado) e profissionais da área ambiental, contando com a participação ativa dos assentados.
PLANEJAMENTO DA HABITAÇÃO	A concepção do projeto, a escolha do material de construção e as reuniões para tomadas de decisão são conduzidas pelo GERAH, contando com a participação ativa dos assentados, através de sugestões e críticas. Optam pela proposta que julgam melhor se adequar as suas necessidades, demonstrando orgulho por sua qualidade estética e construtiva.	Em seu relato não abordou este tema.	A concepção do projeto, localização e escolha do material de construção são conduzidas pelo GERAH. Utilizam plantas baixas e maquetes como instrumento de apresentação nas oficinas. Proposta de novos materiais para a construção das moradias (painel de taipa), porém não aprovado pelos assentados.
PLANEJAMENTO DO MODO DE CONSTRUÇÃO	Proposta pelo GERAH, a decisão de construir as moradias por meio da autogestão assistida em regime de mutirão foi tomada em conjunto, envolvendo todos os participantes.	Devido às ações terem iniciado na fase do acampamento, nesta etapa a comunidade já se encontrava preparada, tendo noção do que desejava. Proporcionou avanços no tempo do processo como um todo.	A proposta da metodologia do GERAH consistia na construção das moradias por autogestão assistida em regime de mutirão. Recuperação de um galpão para funcionar como almoxarifado e estocar o material de construção adquirido. Definição das equipes de trabalho: compras, finanças, mestre de obras e pedreiros. Aquisição de material de construção de boa qualidade pela equipe de compras. Realização de “curso de pedreiro” (INCRA/SENAR) para qualificação da mão de obra e divisão dos grupos por núcleo (4 a 5 casas por grupo).
CONSTRUÇÃO	Iniciou em regime de mutirão. Os assentados constituíam a mão de obra braçal, trabalhando de maneira coletiva e sem remuneração, organizados de acordo com os núcleos de moradia. Contudo, alguns não se identificaram com a metodologia e não se envolveram. Ao GERAH coube a orientação e supervisão técnica. As casas eram construídas etapas por etapas. No início da elevação da alvenaria, perceberam	Em seu relato não abordou este tema.	Iniciou em regime de mutirão. Alguns assentados não quiseram se envolver. Primeiro praticou-se a técnica “linha de balanço”, sendo substituída pela construção em etapas. Em meados do processo, os assentados envolvidos se recusaram a trabalhar para os que não estavam engajados. Estes se viram obrigados a assumir a construção das suas moradias (em alguns casos, arcando com seus próprios recursos).

	<p>que o tamanho da cozinha era mínimo, conseguindo sua ampliação. Em meados do processo, os assentados envolvidos se recusaram a trabalhar para os que não estavam engajados, pela ausência de pagamento. A solução dada pela coordenação do assentamento consistia em que cada assentado se responsabilizasse pela construção da sua moradia, recebendo remuneração simbólica (denominaram autoconstrução). Como conseqüência, ocorreu a saída do processo do MST e do GERAH. Os assentados, com o apoio do técnico do INCRA concluíram as últimas moradias. No final do processo, devido a inserção do pagamento para a mão de obra e ampliação do tamanho da cozinha, o que extrapolou o orçamento original, faltou dinheiro para a conclusão das últimas moradias. Como resultado, os assentados não engajados tiveram que arcar com os custos para terminar suas construções.</p>		<p>Como as decisões finais passavam pelas assembleias, a proposta do GERAH para a remuneração dos mutirantes foi acatada pelo INCRA e MST, mas deturpada pelos mutirantes (devido ao assembleísmo), que concentraram os recursos nas fases iniciais. No mais, a disputa de poder interno entre alguns coordenadores e o MST, fez com este saísse do processo. Assim, os assentados assumiram a condução do processo, ocupando o local do MST e GERAH. A metodologia inicial foi alterada: da autogestão assistida em regime de mutirão para autogestão sem assistência técnica. Permaneceram praticando o mutirão, contudo trabalhando por afinidade pessoal e sem a assistência técnica do GERAH. O acompanhamento final da obra se deu pelo mestre de obras e INCRA. Após seu término buscaram o GERAH e reconheceram que a falta de assistência técnica no final implicou nos problemas de falta de recursos para a complementação da obra.</p>
PROCESSO COMO TODO	<p>Ótimo, constituindo oportunidade de aprendizado, sobretudo em relação aos aspectos de organização, planejamento e a própria construção, além de permitir uma ativa participação dos assentados.</p>	<p>Em seu relato não abordou sobre este tema.</p>	<p>Experiência bastante válida e com aprendizados absorvidos por todos os envolvidos: UFRN (GERAH e estudantes); INCRA, MST e assentados. Aprendizados do GERAH: estipular regras para o processo; ter apenas um mestre de obras, não pertencente ao assentamento; evitar assembleísmo; criar uma fábrica para a produção de esquadrias; ter sempre o apoio do MST.</p>

FONTE: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nas entrevistadas realizadas in loco no Assentamento Maria da Paz.

APENDICE A6 - QUADRO 6: CONFLITOS OCORRIDOS NO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO <i>HABITAT</i> DO MARIA DA PAZ					
Nº	PERÍODO	MOTIVOS	AGENTES	INTERVENÇÃO	CONSEQUÊNCIA
1	Planejamento	Escolha do material para a construção da casa. GERAH propôs painéis em taipa, mas os assentados ansiavam por materiais convencionais.	GERAH, MST, INCRA x Assentados	Em várias assembléias, decidiu-se pelo painel em taipa. Porém, houve resistência dos assentados, mudando para o material convencional.	As habitações satisfizeram os assentados. Não se teve a oportunidade de usar e testar tecnologias alternativas
2	Planejamento	Diferença na relação dos assentados na fase do acampamento e assentamento. 1º momento calcado na coletividade e 2º no individualismo	Assentados x Assentados	Não houve	Desestabilização na relação social da comunidade, sobretudo no final do processo, gerando conflitos, que foram importantes porque após os assentados reconheceram que estavam errados.
3	Planejamento	Diferença entre o saber técnico e o popular: escolha da localização do <i>habitat</i>. Beira da pista x local atual.	Assentados (de 2 núcleos) x UFRN/GERAH e MST	Através de reuniões, o MST e o GERAH convenceram os assentados de um núcleo e com a maioria, a proposta passou a diante	Parte dos assentados ainda insatisfeitos com o local de implantação do <i>habitat</i> (1 núcleo).
4	Construção	Diferença entre o saber técnico e o popular: conhecimento do mestre de obras e pedreiros x conhecimento dos arquitetos e engenheiros da UFRN/GERAH sobre o processo construtivo (execução da fundação e contra-piso).	Assentados mutirantes e mestre de obras x UFRN/GERAH, MST e Direção do INCRA	Intervenção acontecia nas visitas diárias a obra por parte do GERAH. Porém, os assentados voltavam a proceder de maneira inadequada, com a conveniência de 1 técnico do INCRA destacado para colaborar.	Por mais que tenham descumprido alguns princípios técnicos, as habitações não apresentaram problemas estruturais.
5	Construção	Diferença entre o saber técnico e o popular: relação entre os responsáveis técnicos da obra e pedreiros. Cada qual queria fazer prevalecer seu interesse	Assentados mutirantes x UFRN/GERAH, MST e Direção do INCRA	Acontecia no cotidiano da obra e nas assembléias. Primeiro os assentados eram convencidos. Depois voltavam a agir m como anteriormente.	No geral, não acarretou maiores prejuízos à obra como um todo.
6	Construção	Diferença entre o saber técnico e o popular - projeto da habitação:	Assentados x	No debate, em assembléias, todos os envolvidos no processo, em	Aumento no quantitativo de material de construção, dentro de

		dimensões do tamanho da cozinha; Assentados julgaram pequeno o tamanho da cozinha, após o início da construção, e que não atenderia as suas necessidades.	INCRA x UFRN/GERAH	comum acordo, decidiram pelo aumento das dimensões da cozinha.	um orçamento limitado, acentuado a falta de dinheiro no final do processo. Criação de “puxadas” nas casas para abrigar a área de serviço.
7	Construção	Diferença entre o saber técnico e o popular - projeto da habitação: localização da caixa d’água. Assentados não aceitavam a caixa dentro do dormitório	Assentados x UFRN/GERAH	Após o fim da assistência técnica, somente uma família colocou a caixa d’água no local originalmente planejado.	Mesmo não atingindo a pressão ideal, a caixa d’água consegue atender as necessidades dos usuários.
8	Construção	Diferença entre o saber técnico e o popular - projeto da habitação: efetivação do giral. Assentados não perceberam a sua importância	Assentados x UFRN/GERAH	Os assentados decidiram, por conta própria, não acatar a proposta e, logo no início da construção, as tábuas que seriam usadas para a execução do giral desapareceram.	Com a madeira comprada, construíram carroças para o transporte e um dos dormitórios não teve seu espaço maximizado.
9	Planejamento construção	Disputa pelo poder dentro no âmbito interno ao assentamento. Cada um dos segmentos queria prevalecer seu poder.	Coordenadores/ assentados mutirantes x MST/GERAH	Os assentados envolvidos culpavam a direção do MST pela ausência de alguns assentados no mutirão, além das questões de luta pelo poder interno entre a coordenação local e a direção do MST, fez com que a liderança do MST se retirasse do processo.	Processo perdeu o seu mediador organizacional. Aumento nos conflitos e saída da UFRN/GERAH.
10	Construção	Frequência da participação dos assentados na construção das casas. Parte dos assentados não participava do processo, mas queriam receber suas casas prontas, o que contrariava os assentados engajados.	Assentados não participantes do processo x coordenadores de núcleo, assentados mutirantes, MST, UFRN/GERAH	Os assentados engajados se recusaram a continuar trabalhando para aqueles que não estavam participando do processo, ao mesmo tempo em que culpavam o atraso da obra, pela ausência dos não participantes, à gestão do mutirão.	Mudança do modo de construção (autogestão assistida em regime de mutirão para autogestão sem assistência técnica). Os próprios assentados não engajados tiveram que se envolver na construção de suas moradias.
11	Construção	Modo de construção das habitações. No decorrer do processo, os próprios assentados alteraram a autogestão assistida em regime de mutirão para	Assentados mutirantes e coordenadores de núcleo x	Os assentados mutirantes e coordenadores de núcleo propõem a alteração nos valores do pagamento da mão de obra, por	Ampliação dos conflitos nas relações entre os envolvidos (ações individualistas). Falta de controle na entrada e saída do

		autogestão sem assistência técnica devido a frequência da participação dos assentados.	UFRN/GERAH, MST e INCRA	cada etapa, aumentando os valores iniciais.	material do almoxarifado. Falta de material no final do processo. Afastamento da UFRN/GERAH
12	Construção	Falta de dinheiro no final do processo. Devido a ampliação da cozinha; alteração dos valores do pagamento para mão de obra; mudança do modo de construção e falta de controle na entrada e saída de material do almoxarifado, bem como o seu desvio.	Assentados base x Coordenadores e lideranças do processo	Não houve	Falta de material de construção para parte dos assentados concluírem a construção das suas moradias. Prejudicados necessitaram vender animais para arcar com as despesas.
13	Planejamento construção	Disputa interna ao próprio Movimento, envolvendo, sobretudo as lideranças locais que não seguem as normas organizativas do MST.	Coordenadores x Propósitos organizativos do MST	Não houve	Lideranças locais agem de acordo com seus princípios. Fragmentação da organização social da comunidade.
14	Planejamento e construção	Diferença de interesses entre os técnicos do INCRA em relação a experiência. A Direção e alguns técnicos eram a favor, enquanto outros eram contrários.	Técnicos favoráveis e Direção x Técnicos contrários	Não houve	Aumento do clima de conflitos existentes. Suspensão do carro disponibilizado para as visitas semanais da equipe do GERAH.

FONTE: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas in loco no Assentamento Maria da Paz.

APENDICE A7 - QUADRO 7: DESENHO DO <i>HABITAT</i> DO MARIA DA PAZ			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	COORDENADORES DE NÚCLEO	LIDERANÇA DO MST	GERAH
HABITAT			
Configuração do espaço físico	BOM (87,5%)	BOA	BOA
Distância para o lote de trabalho	MEDIANA (37,5%) e PRÓXIMA (37,5%)	MEDIANA	PRÓXIMO
Proposta de embelezamento	BOA (87,5%);	BOA	NÃO FOI EXECUTADA
LOTE DE MORADIA			
Ventilação	ÓTIMA (62,5%)	BOA	BOA
Insolação	BOA (62,5%)	BOA	BOA
Dimensões	IDEAL (75%)	IDEAL	GRANDE
Diversidade de uso	POUCA (100%)	POUCA	POUCA
Proposta de embelezamento	BOA (50%) e NÃO TEVE (50%)	NÃO EXISTIU.	NÃO RESPONDEU
CASA			
Material de construção	BOA (62,5%);	BOA	EXCELENTE
Ventilação	ÓTIMA (62,5%)	BOA	BOA
Insolação	BOA (62,5%)	BOA	BOA
Tipo de ambientes	Terraço, sala, cozinha, 2 dormitórios e banheiro	Terraço; sala; cozinha; 2 dormitórios e banheiro	Terraço; sala; cozinha; banheiro (com pia separada); 2 quartos.
Quantidade de ambientes	IDEAL (50%)	IDEAL	POUCA
Dimensões e áreas dos ambientes	IDEAL (87,5%)	IDEAL	GRANDE
Disposição e organização dos ambientes	ÓTIMA (50%)	IDEAL	ÓTIMA
Diversidade de uso dos ambientes	MUITO POUCA (62,5%)	NÃO SOUBE INFORMAR	NENHUMA
Modelo	BOM (75%) e ÓTIMO (25%)	ÓTIMO	ÓTIMO
ARRUAMENTO			
Configuração	BOA (100%)	BOA	BOA
Dimensões	IDEAL (100%)	IDEAL	IDEAL
Diversidade de uso	NENHUMA (87,5%)	NENHUMA	POUCA (passagem de pedestre e local de convivência)
LOCAL GERAL	BOM (75%) e ÓTIMO (25%)	REGULAR	BOM

FONTE: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas in loco no Assentamento Maria da Paz.

APENDICE A8 - QUADRO 8: PERCEPÇÃO SOBRE O ARQUITETO E URBANISTA NO ELDORADO DOS CARAJÁS			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO	LIDERANÇA DO MST	REPRESENTANTE DO INCRA
IMAGEM SOBRE O ARQUITETO E URBANISTA E O SEU PAPEL	Noção geral e superficial sobre o profissional. Relacionam à autoria e concepção de projetos de edificações; fiscalização, orientação técnica e execução de obras.	Noção superficial sobre o profissional, atrelando-o à concepção de projetos arquitetônicos de edificações, sobretudo residências e prédios, bem como arquitetura de interiores. Imagem ampliada a partir do processo de recuperação, reforma e ampliação das habitações do assentamento.	Noção superficial sobre o profissional, voltada para o planejamento e projeto de casas e edificações de um modo geral.
ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA	Não existiu. Contudo, percebem o prejuízo que a ausência deste profissional acarretou neste processo, afirmando que muitos erros evitados, sobretudo em relação a qualidade construtiva das habitações.	Não existiu.	Não existiu. No mais, pouco percebe a atuação deste profissional no contexto dos assentamentos rurais de reforma agrária. Esta atuação deve ser incentivada, pois há uma grande demanda por estes serviços.
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO ARQUITETO E URBANISTA	Necessária ao processo de implantação do espaço físico do <i>habitat</i> . Metade sugere que seja disponibilizada pelo INCRA (órgão responsável em proporcionar assistência técnica aos assentamentos rurais). Os demais se dividem em: cooperativas, ONGs, Entidades de Ensino Superior, dentre outras. Estes não acreditam na eficiência do INCRA. Destaque para a proposta de uma liderança que sugere a contratação do arquiteto e urbanista somente quando houver necessidade, pois se trata de serviço caro e específico, sendo implementado através de uma modalidade específica.	Necessária ao processo de implantação do espaço físico do <i>habitat</i> . Propõe que seja disponibilizada pelo INCRA, que corresponde ao órgão responsável em promover ações de assistência técnica aos assentamentos rurais, além de oferecer adequadas estruturas de trabalho e salarial aos profissionais. Devem ser contratadas equipes destes profissionais a partir de recursos próprios do Governo Federal.	Necessária ao processo de implantação do espaço físico do <i>habitat</i> . Sugere que seja disponibilizada pelas Equipes de ATES (devido a experiência que possuem no meio rural, favorecendo a adaptação do arquiteto e urbanista) e Entidades de Ensino Superior (entende que uma das funções destas Instituições é prestar assistência a comunidade, disseminando o seu conhecimento produzido. Para tanto, deve ser feita parceria com o INCRA). Contudo, devem perceber o meio rural como tal e adaptar seus conhecimentos a esta realidade, respeitando os anseios dos seus moradores.

APENDICE A9 - QUADRO 9: PERCEPÇÃO SOBRE O ARQUITETO E URBANISTA NO MARIA DA PAZ

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	COORDENADORES DE NÚCLEO	LIDERANÇA DO MST	GERAH
IMAGEM SOBRE O ARQUITETO E URBANISTA E O SEU PAPEL	Noção geral e superficial, correspondendo a parte da sua essência. Restringem às ações voltadas a concepção, orientação técnica e construção do projeto das moradias, que coincidem com as ações que foram desenvolvidas na experiência. Equipe do GERAH citada positivamente nos relatos.	Noção geral e superficial, correspondendo a parte da sua essência. Além da concepção de projetos edificações, relacionam este profissional a condução do processo de implantação do <i>habitat</i> ; a organização social; ao planejamento das estratégias de ação com a comunidade; ao apoio dado as ações do MST nos debates com os participantes do processo, constituindo-se em seu grande parceiro.	Relaciona o arquiteto e urbanista ao profissional que detém conhecimento específico sobre a questão da política e dos projetos espaciais, não somente das áreas construídas, como também das áreas onde as pessoas vivem, trabalham e partem a sua vida cotidiana, ou seja, também relativos aos aspectos sociais.
ATUAÇÃO DO ARQUITETO E URBANISTA	Avaliada de maneira positiva: BOA (62,5%); ÓTIMA (25%); não soube responder (12,5%). Relacionam a atuação deste profissional aos novos conhecimentos adquiridos sobre a teoria e prática da construção, com ênfase na moradia; à qualidade construtiva e estética da habitação, devido a sua concepção e acompanhamento da execução; oportunidade de participação na concepção dos projetos do <i>habitat</i> e habitação. Pouca mencionada as ações relacionadas ao <i>habitat</i> ; organização da comunidade; educação ambiental e parcelamento do solo. Pontos negativos relacionados a atuação do arquiteto e urbanista: conflito em relação ao modo de construção das moradias e a falta de dinheiro e material no final do processo.	Avaliada como REGULAR, devido as próprias dificuldades da experiência, como as grandes extensões e deslocamentos a serem percorridos e as características peculiares da área, bem como a limitação do apoio disponibilizado pelo MST, pois poucos eram os militantes envolvidos, o que provocava desvantagens, sobretudo nos momentos de fomentação política na base e nos debates nas assembléias.	A atuação deste profissional fez-se primordial para os resultados alcançados: qualidade projetual, estética e construtiva do <i>habitat</i> e habitação; novos conhecimentos adquiridos pelos assentados na questão ambiental, organização social e construção civil. Sua atuação aconteceu em todas as etapas do processo, desde a fase inicial de organização e planejamento do espaço físico e da comunidade, que começou no acampamento, até a execução da construção das habitações em si. Destaca também o apoio dado pelas parcerias (MST e INCRA) e outros profissionais envolvidos. Contudo, faltaram adequadas condições de trabalho e remuneração aos profissionais envolvidos.
ASSISTÊNCIA	Julgada como necessária pela maioria (87,5%)	Necessária ao processo de implantação do	Necessária ao processo de implantação

<p>TÉCNICA DO ARQUITETO E URBANISTA</p>	<p>para implantação do espaço físico do <i>habitat</i>. O arquiteto e urbanista é reconhecido como o profissional capacitado e com atribuição específica para tal. Propõem que a assistência técnica deva ser disponibilizada pelo INCRA (62,5%) e por Entidade de Ensino Superior (37,5%). O primeiro por corresponder ao órgão federal responsável em tratar dos aspectos relativos aos assentamentos rurais e proporcionar melhores condições de trabalho e salarial. O segundo (através de parcerias com o INCRA) por representar uma Instituição organizada, que trabalha de maneira adequada.</p>	<p>espaço físico do <i>habitat</i>. Disponibilizada pelo Governo Federal, a partir de uma política pública própria, com recurso econômico específico, que possibilitasse o contrato de profissionais da área da construção civil, especialmente arquitetos e urbanistas, de maneira direta, sem a necessidade de intermediadores. Os profissionais poderiam se organizar em Cooperativas e assim atuar diretamente nas atividades que sua contribuição se fizesse necessária.</p>	<p>do espaço físico do <i>habitat</i>. Disponibilizada pelo Governo Federal, a partir de uma política pública própria, com recurso econômico específico, que possibilitasse o contrato de profissionais da área da construção civil, especialmente arquitetos e urbanistas, de maneira direta, sem a necessidade de intermediadores. Os profissionais poderiam se organizar em Cooperativas e assim atuar diretamente nas atividades que sua contribuição se fizesse necessária.</p>
--	---	---	--

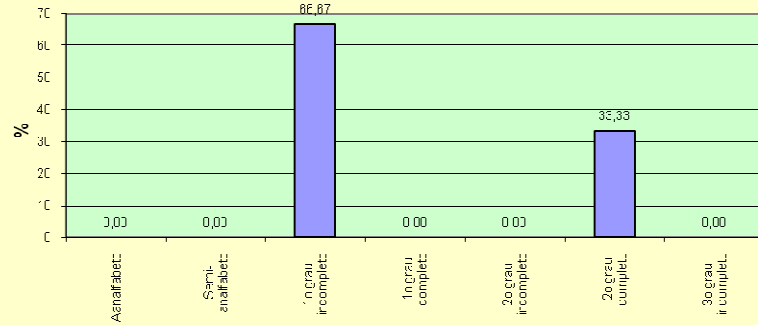
FONTE: Elaboração da autora a partir das informações coletadas nas entrevistas realizadas *in loco* no Assentamento Maria da Paz.

APÊNDICE B: REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA TABULAÇÃO DOS DADOS QUANTITATIVOS COLETADOS NAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM A DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO ELTORADO DOS CARAJÁS E COM OS COORDENADORES DE NÚCLEOS DO ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ.

ASSENTAMENTO ELTORADO DOS CARAJÁS	ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ																																										
<p style="text-align: center;">GRÁFICO 01: ELTORADO DOS CARAJÁS DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO = GÊNERO</p> <table border="1"> <caption>Data for Gráfico 01</caption> <thead> <tr> <th>Gênero</th> <th>Porcentagem (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Masculino</td> <td>5</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>	Gênero	Porcentagem (%)	Masculino	5	Feminino	0	<p style="text-align: center;">GRÁFICO 02: MARIA DA PAZ - COORDENADORES - GÊNERO</p> <table border="1"> <caption>Data for Gráfico 02</caption> <thead> <tr> <th>Gênero</th> <th>Porcentagem (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>feminino</td> <td>50,00</td> </tr> <tr> <td>masculino</td> <td>50,00</td> </tr> </tbody> </table>	Gênero	Porcentagem (%)	feminino	50,00	masculino	50,00																														
Gênero	Porcentagem (%)																																										
Masculino	5																																										
Feminino	0																																										
Gênero	Porcentagem (%)																																										
feminino	50,00																																										
masculino	50,00																																										
<p>FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA</p>	<p>FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA</p>																																										
<p style="text-align: center;">GRÁFICO 03: ELTORADO DOS CARAJÁS - DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO = IDADE</p> <table border="1"> <caption>Data for Gráfico 03</caption> <thead> <tr> <th>FAIXA ETÁRIA</th> <th>Porcentagem (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Menos de 20 anos</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>20 a 25 anos</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>26 a 30 anos</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>31 a 35 anos</td><td>33,33</td></tr> <tr><td>36 a 40 anos</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>41 a 45 anos</td><td>16,67</td></tr> <tr><td>46 a 50 anos</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>51 a 55 anos</td><td>16,67</td></tr> <tr><td>56 a 60 anos</td><td>33,33</td></tr> </tbody> </table>	FAIXA ETÁRIA	Porcentagem (%)	Menos de 20 anos	0,00	20 a 25 anos	0,00	26 a 30 anos	0,00	31 a 35 anos	33,33	36 a 40 anos	0,00	41 a 45 anos	16,67	46 a 50 anos	0,00	51 a 55 anos	16,67	56 a 60 anos	33,33	<p style="text-align: center;">GRÁFICO 04: MARIA DA PAZ - COORDENADORES = IDADE</p> <table border="1"> <caption>Data for Gráfico 04</caption> <thead> <tr> <th>Idade</th> <th>Porcentagem (%)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>Menos de 20 anos</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>20 a 25 anos</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>26 a 30 anos</td><td>12,50</td></tr> <tr><td>31 a 35 anos</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>36 a 40 anos</td><td>12,50</td></tr> <tr><td>41 a 45 anos</td><td>0,00</td></tr> <tr><td>46 a 50 anos</td><td>25,00</td></tr> <tr><td>51 a 55 anos</td><td>25,00</td></tr> <tr><td>56 a 60 anos</td><td>12,50</td></tr> <tr><td>61 a 65 anos</td><td>12,50</td></tr> </tbody> </table>	Idade	Porcentagem (%)	Menos de 20 anos	0,00	20 a 25 anos	0,00	26 a 30 anos	12,50	31 a 35 anos	0,00	36 a 40 anos	12,50	41 a 45 anos	0,00	46 a 50 anos	25,00	51 a 55 anos	25,00	56 a 60 anos	12,50	61 a 65 anos	12,50
FAIXA ETÁRIA	Porcentagem (%)																																										
Menos de 20 anos	0,00																																										
20 a 25 anos	0,00																																										
26 a 30 anos	0,00																																										
31 a 35 anos	33,33																																										
36 a 40 anos	0,00																																										
41 a 45 anos	16,67																																										
46 a 50 anos	0,00																																										
51 a 55 anos	16,67																																										
56 a 60 anos	33,33																																										
Idade	Porcentagem (%)																																										
Menos de 20 anos	0,00																																										
20 a 25 anos	0,00																																										
26 a 30 anos	12,50																																										
31 a 35 anos	0,00																																										
36 a 40 anos	12,50																																										
41 a 45 anos	0,00																																										
46 a 50 anos	25,00																																										
51 a 55 anos	25,00																																										
56 a 60 anos	12,50																																										
61 a 65 anos	12,50																																										
<p>FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA</p>	<p>FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA</p>																																										

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

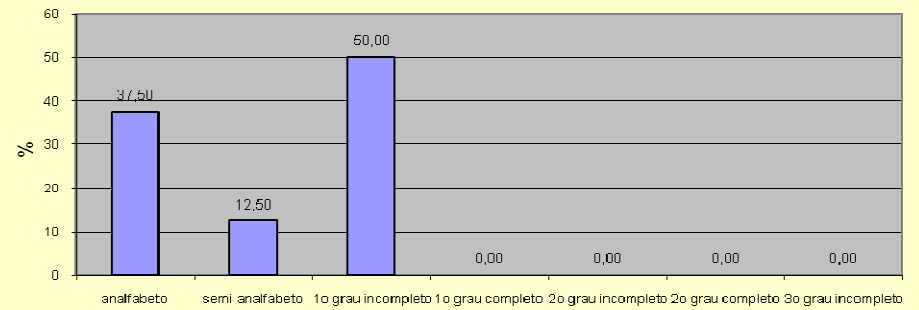
GRÁFICO 05: ELDORADO DOS CARAJÁS - DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO = GRAU DE ESCOLARIDADE



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

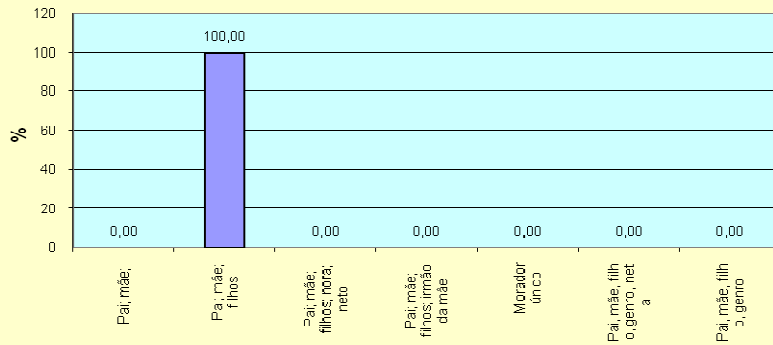
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

GRÁFICO 06: MARIA DA PAZ - COORDENADORES = GRAU DE ESCOLARIDADE



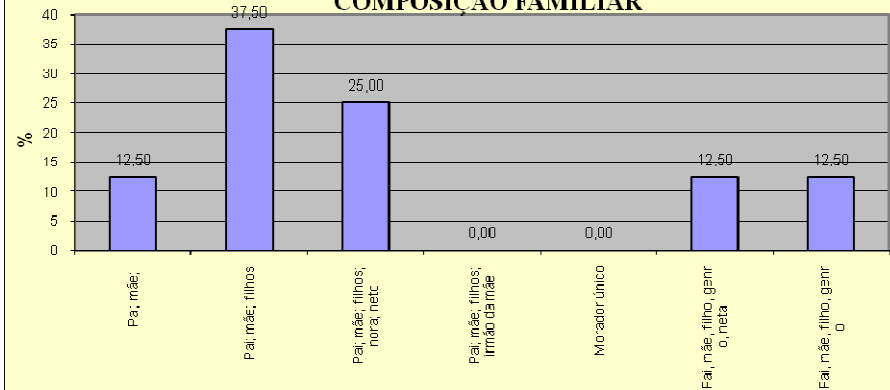
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 07: ELDORADO DOS CARAJÁS - DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO = COMPOSIÇÃO FAMILIAR



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

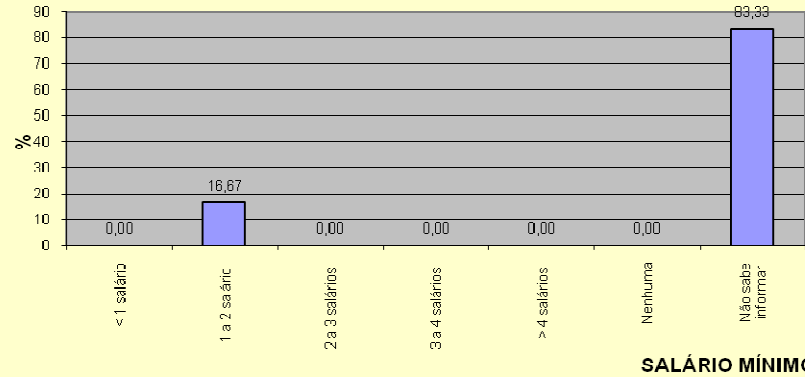
GRÁFICO 08: MARIA DA PAZ - COORDENADORES = COMPOSIÇÃO FAMILIAR



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

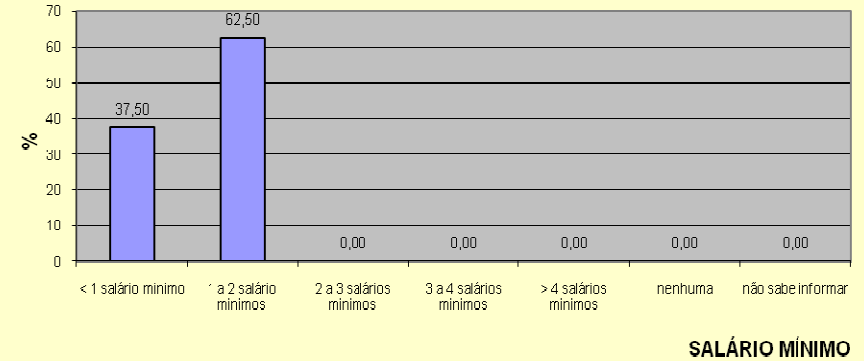
GRÁFICO 09: ELDORADO DOS CARAJÁS - DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO = RENDA MENSAL FAMILIAR



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

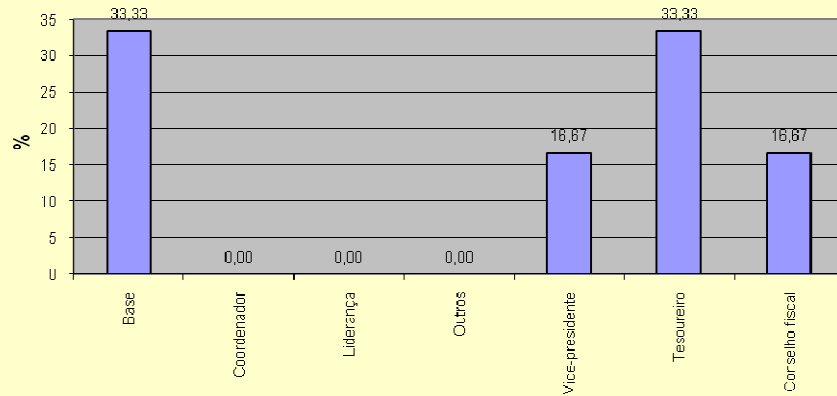
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

GRÁFICO 10: MARIA DA PAZ - COORDENADORES = RENDA MENSAL FAMILIAR



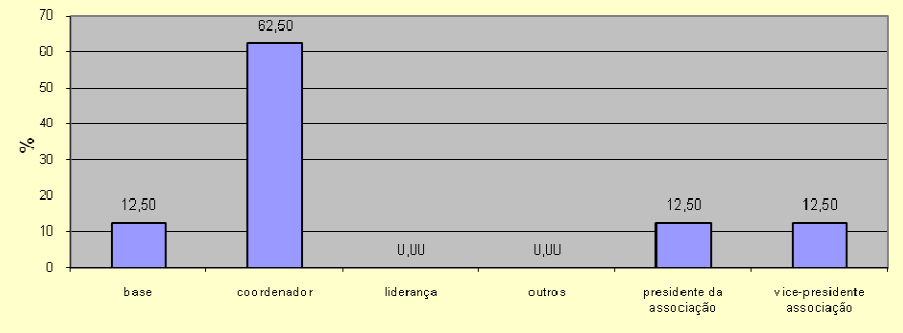
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 11: ELDORADO DOS CARAJÁS - DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO = FUNÇÃO NO ASSENTAMENTO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

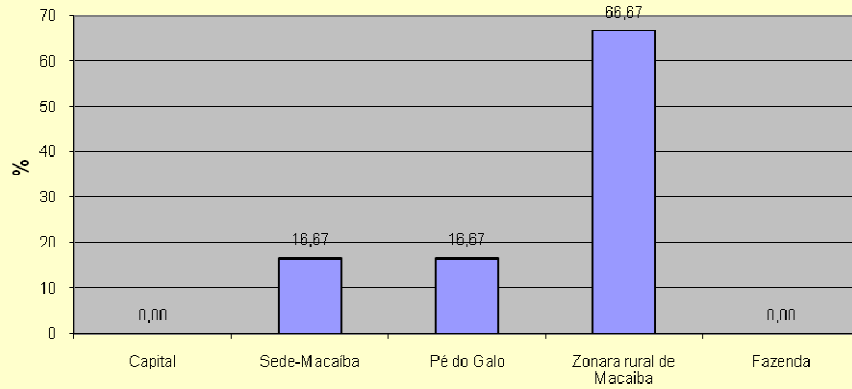
GRÁFICO 12: MARIA DA PAZ - COORDENADORES = FUNÇÃO NO ASSENTAMENTO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

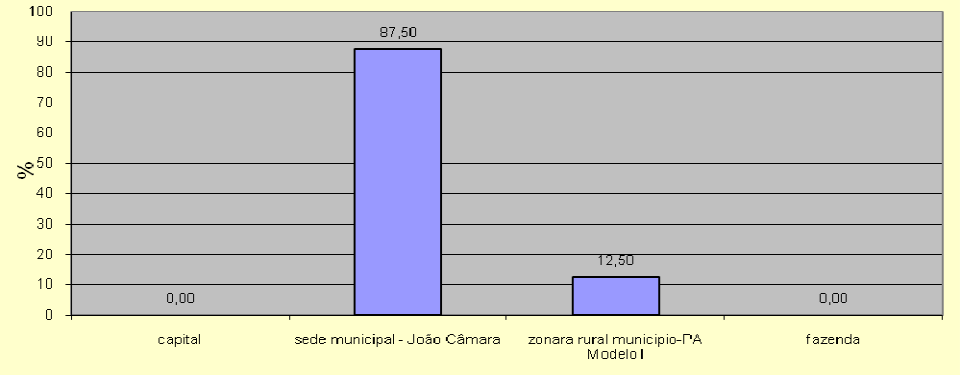
GRÁFICO 13: ELDORADO DOS CARAJÁS - DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO = LOCAL DE MORADIA ANTERIOR



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

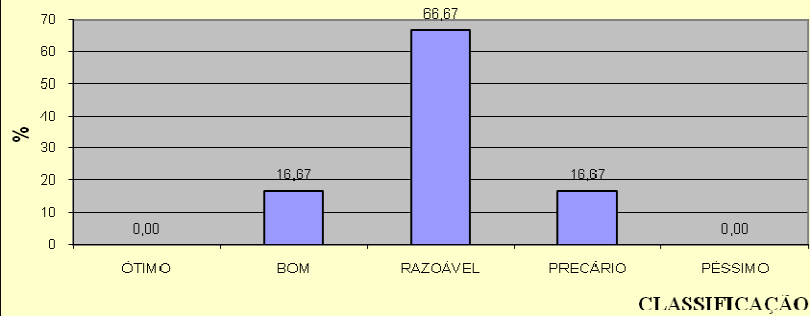
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

GRÁFICO 14: MARIA DA PAZ - COORDENADORES = LOCAL DE MORADIA ANTERIOR



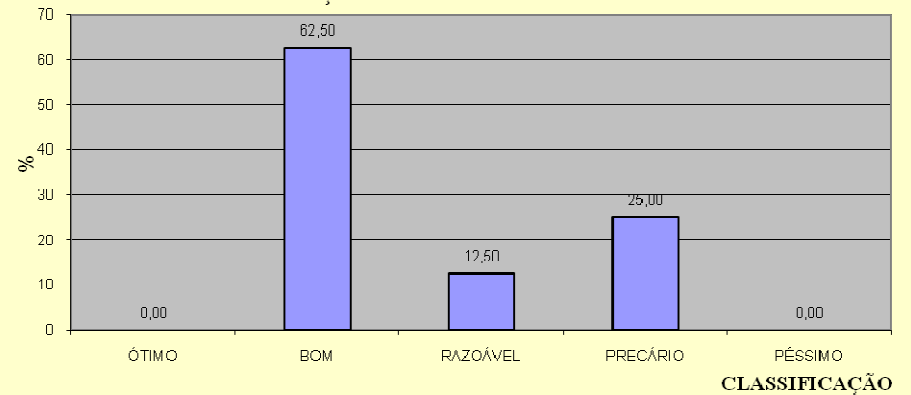
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 15: ELDORADO DOS CARAJÁS - DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO = CLASSIFICAÇÃO DO LOCAL DE MORADIA



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

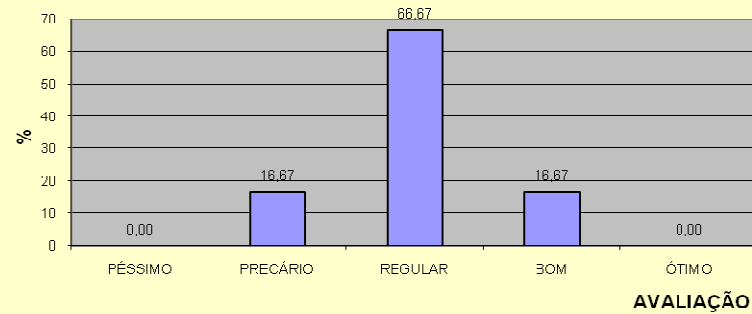
GRÁFICO 16: MARIA DA PAZ - COORDENADORES = CLASSIFICAÇÃO DO LOCAL DE MORADIA ANTERIOR



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

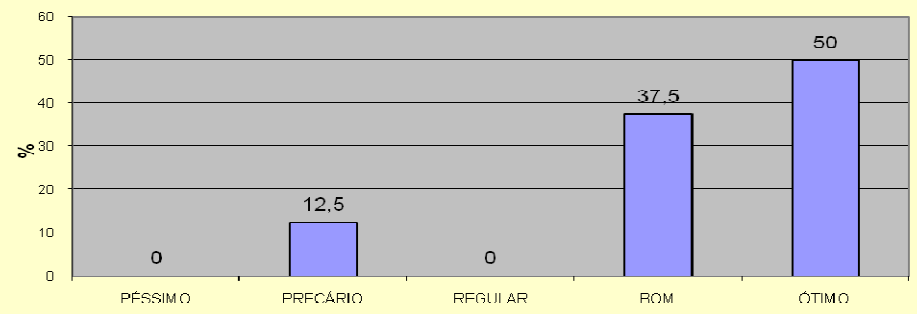
GRÁFICO 17: PERCEÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO HABITAT



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

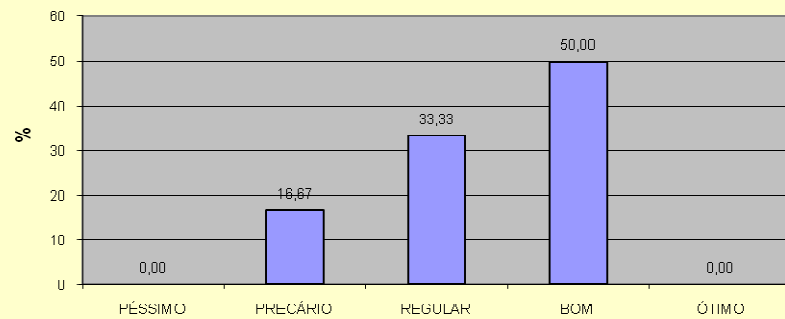
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

GRÁFICO 18: PERCEÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO HABITAT



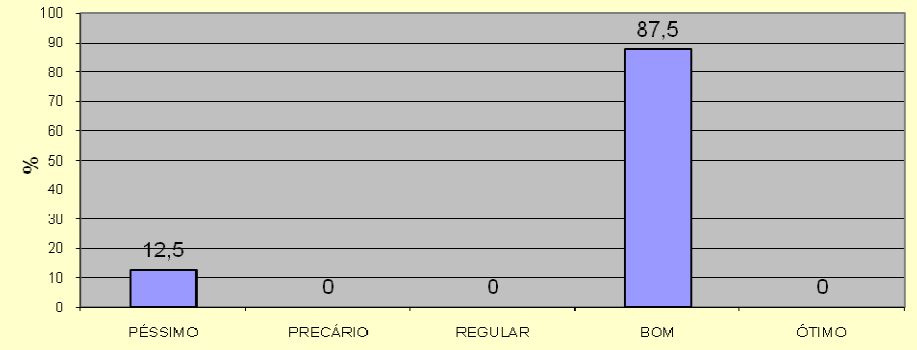
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 19: PERCEÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE A CONFIGURAÇÃO FÍSICA DO HABITAT



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

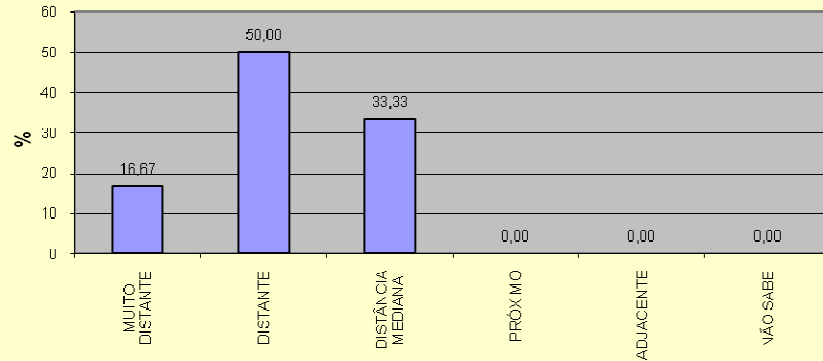
GRÁFICO 20: PERCEÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE A CONFIGURAÇÃO FÍSICA DO HABITAT



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

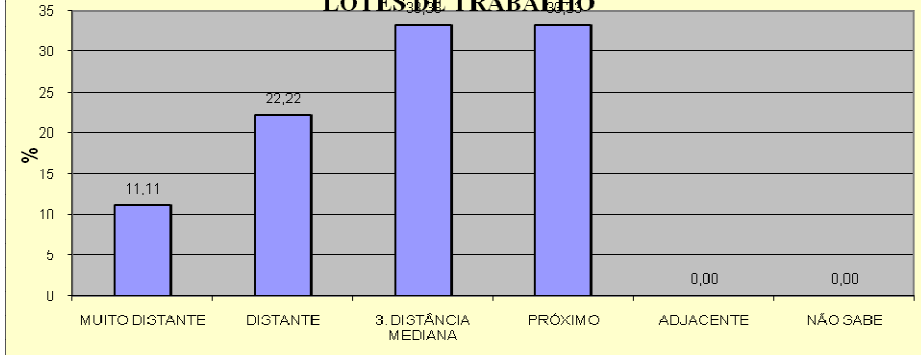
GRÁFICO 21: PERCEÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE A DISTÂNCIA DO HABITAT AOS LOTES DE TRABALHO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

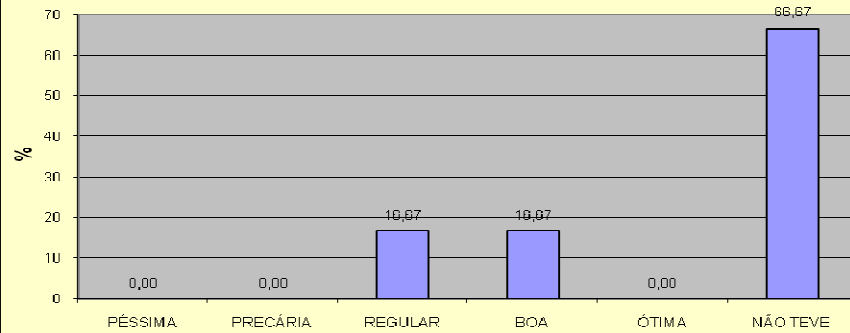
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

GRÁFICO 22: PERCEÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE A DISTÂNCIA DO HABITAT AOS LOTES DE TRABALHO



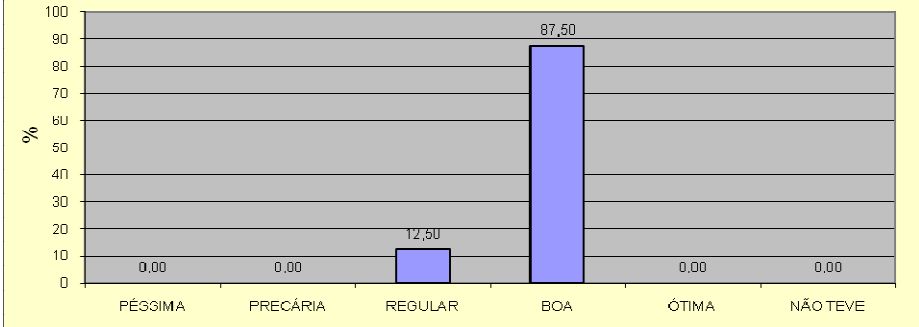
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 23: PERCEÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE PROPOSTA DE EMBELEZAMENTO PARA O HABITAT



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

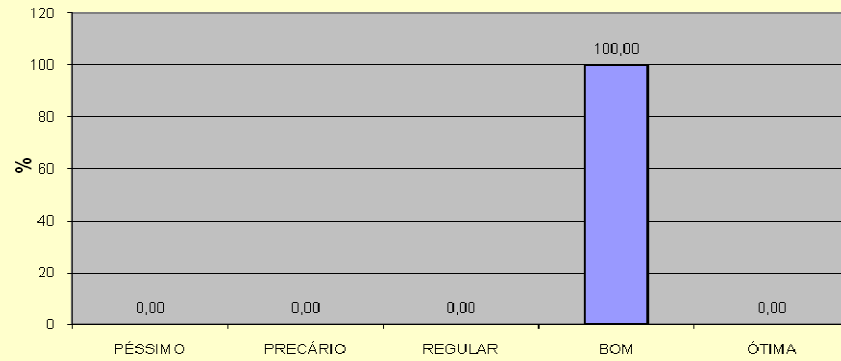
GRÁFICO 24: PERCEÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE PROPOSTA DE EMBELEZAMENTO PARA O HABITAT



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

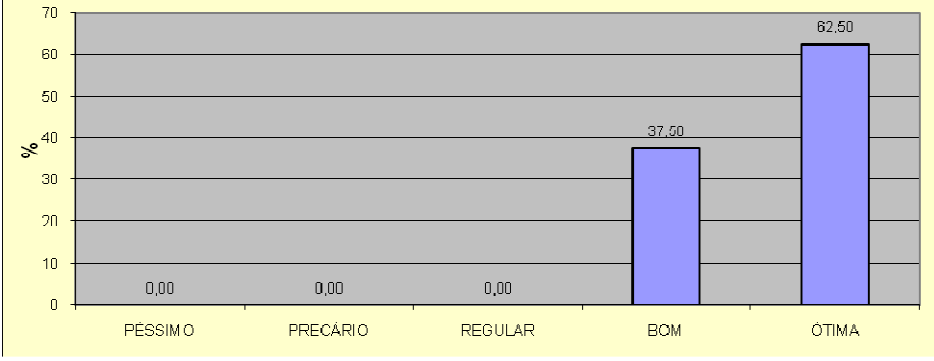
GRÁFICO 25: PERCEPÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE A VENTILAÇÃO INCIDENTE NO LOTE DE MORADIA



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

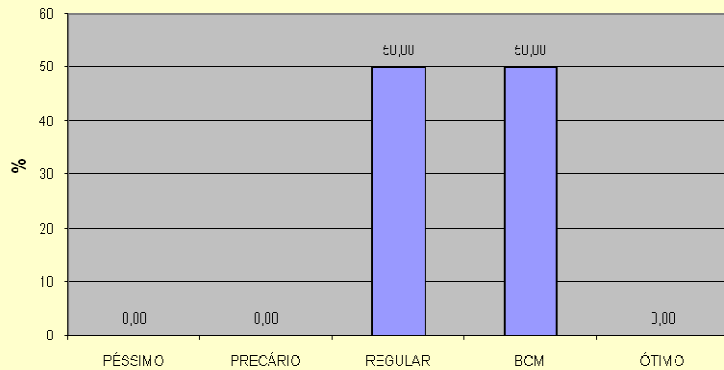
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

GRÁFICO 26: PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE A VENTILAÇÃO INCIDENTE NO LOTE DE MORADIA



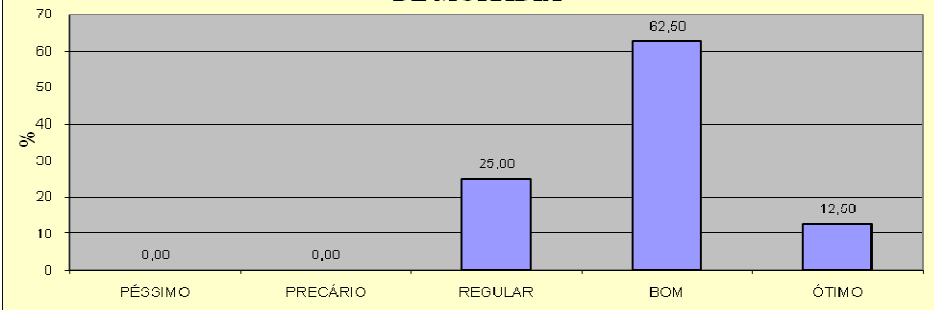
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 27: PERCEPÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE A INSOLAÇÃO INCIDENTE NO LOTE DE MORADIA



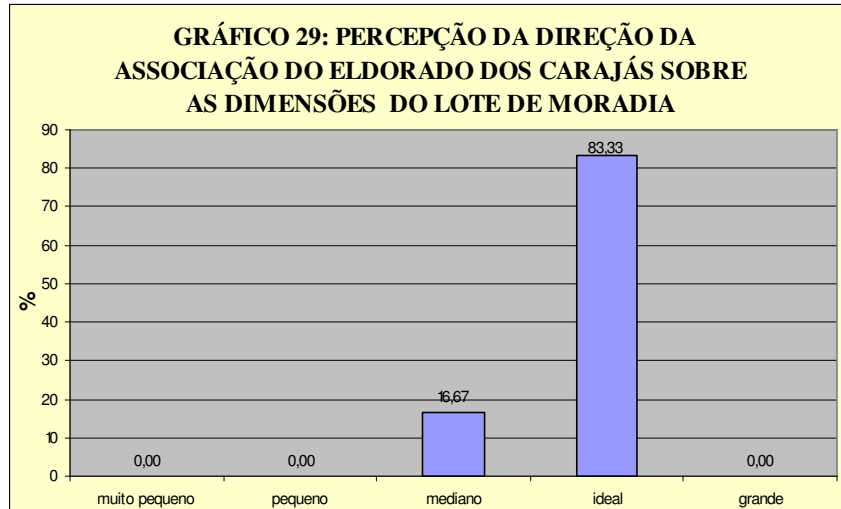
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 28: PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE A INSOLAÇÃO INCIDENTE NO LOTE DE MORADIA



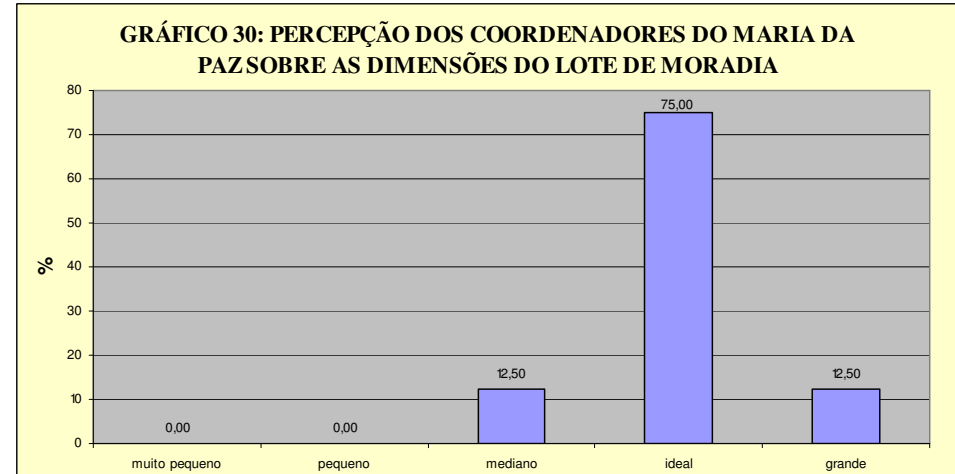
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

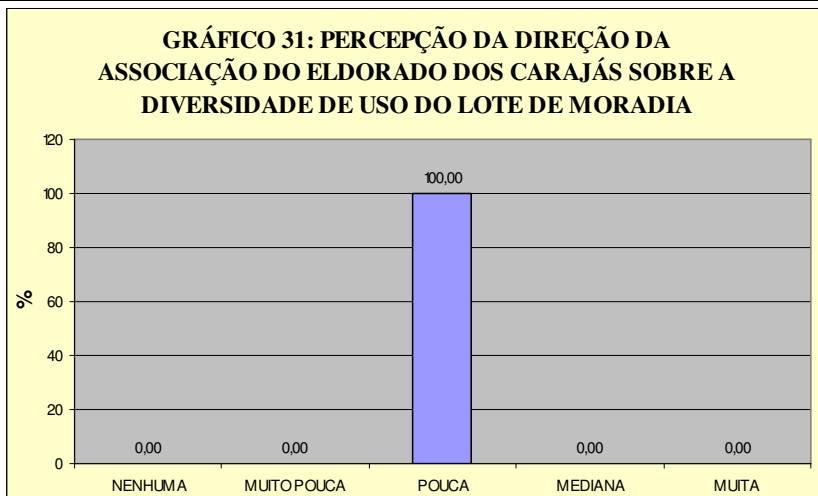


FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

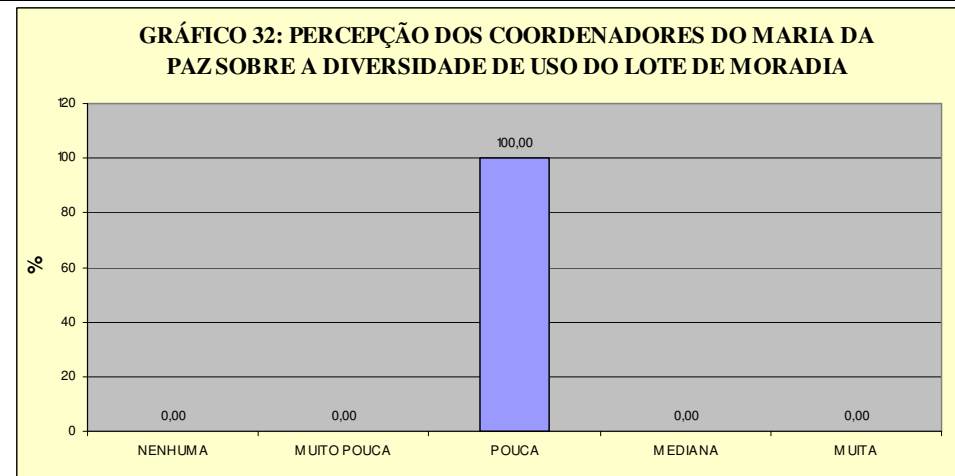
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA



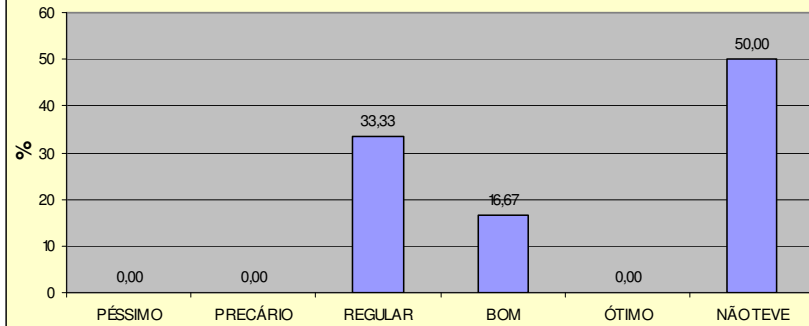
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

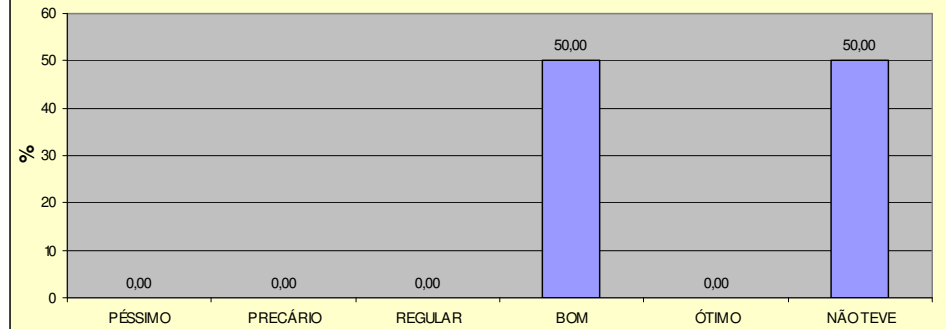
GRÁFICO 33: PERCEPÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE A PROPOSTA DE EMBELEZAMENTO PARA O LOTE DE MORADIA



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

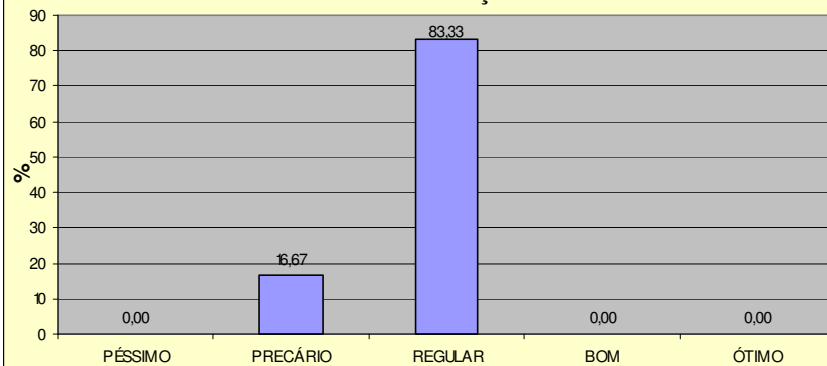
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

GRÁFICO 34: PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE A PROPOSTA DE EMBELEZAMENTO PARA O LOTE DE MORADIA



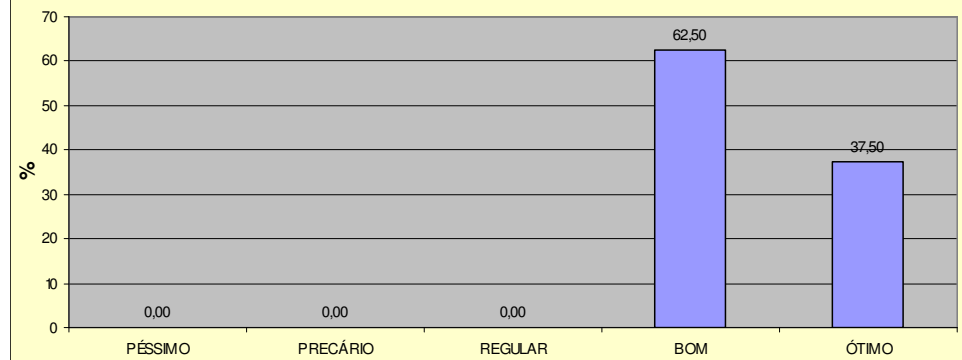
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 35: PERCEPÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE A QUALIDADE DO MATERIAL CONSTRUTIVO DAS HABITAÇÕES



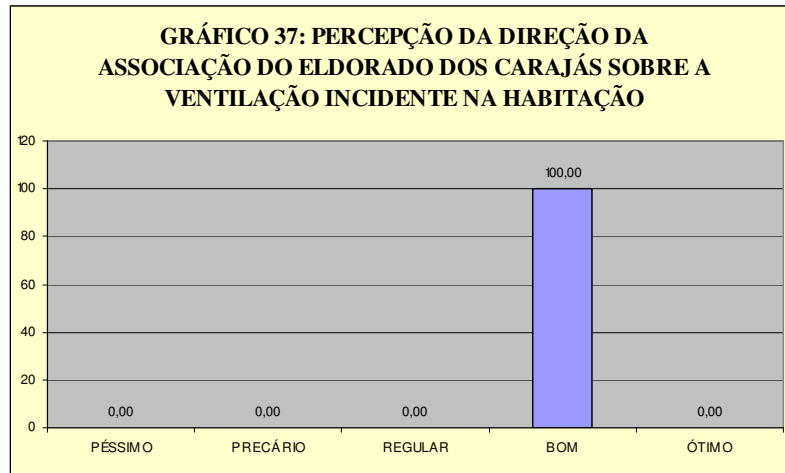
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 36: PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE A QUALIDADE DO MATERIAL CONSTRUTIVO DAS HABITAÇÕES



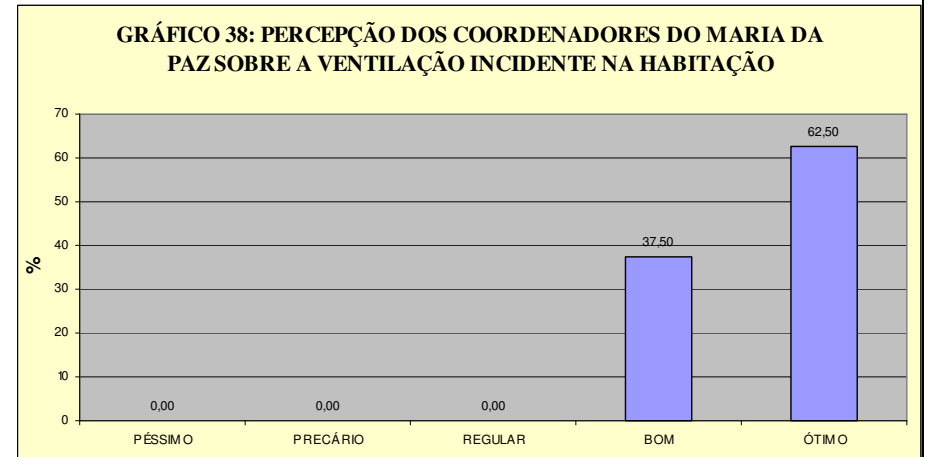
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS



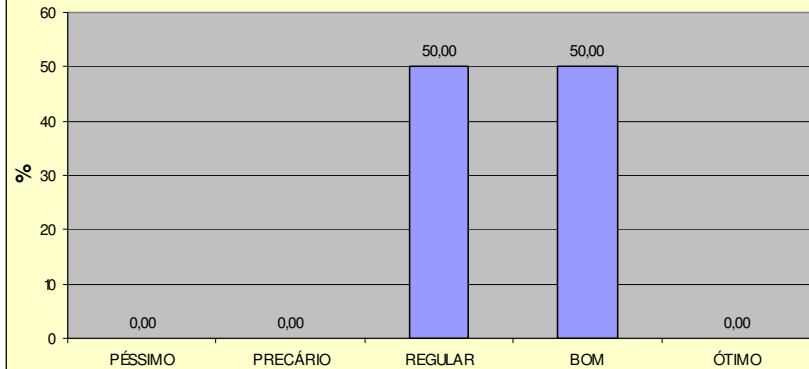
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ



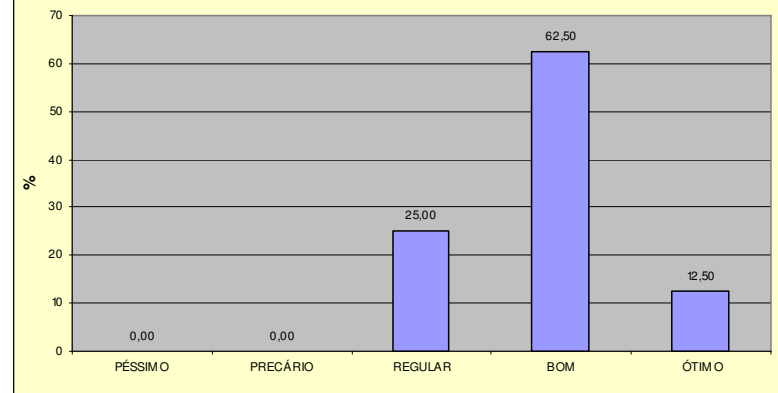
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 39: PERCEPÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE A INSOLAÇÃO INCIDENTE NA HABITAÇÃO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

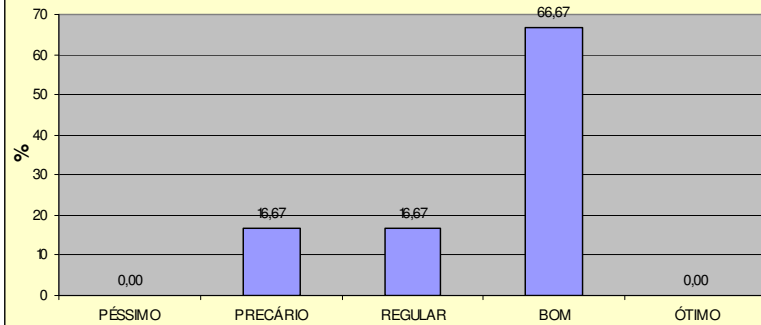
GRÁFICO 40: PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE A INSOLAÇÃO INCIDENTE NA HABITAÇÃO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

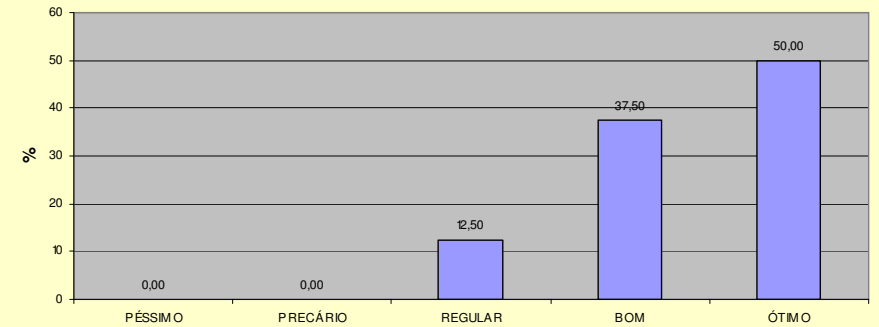
GRÁFICO 41: PERCEPÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE A DISPOSIÇÃO DOS AMBIENTES NA HABITAÇÃO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

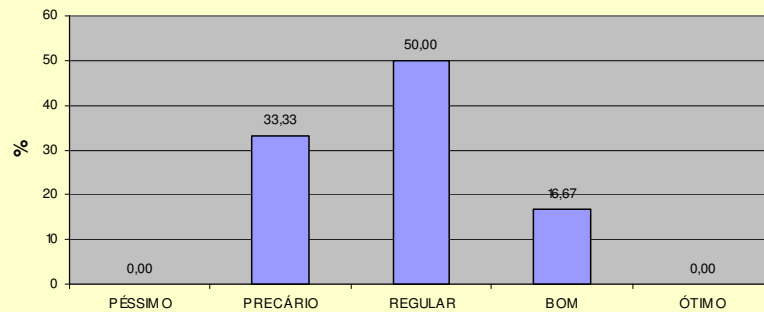
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

GRÁFICO 42: PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE A DISPOSIÇÃO DOS AMBIENTES DA HABITAÇÃO



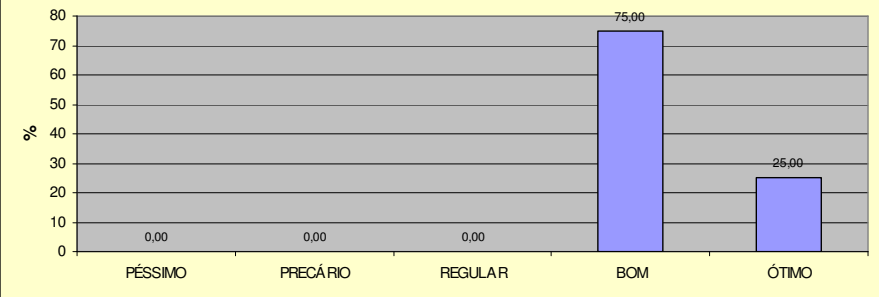
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 43: PERCEPÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE O MODELO DA HABITAÇÃO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

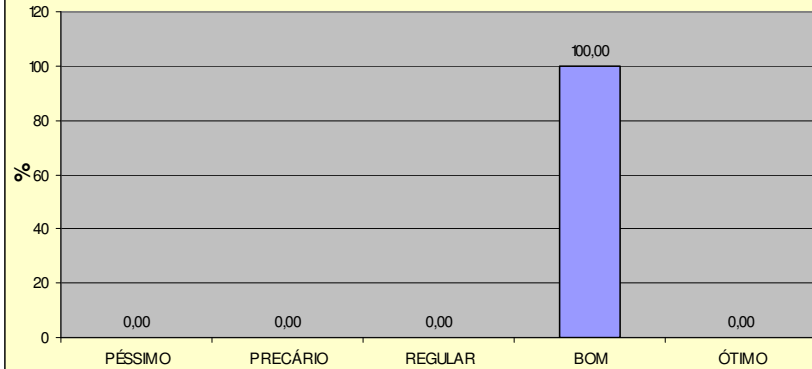
GRÁFICO 44: PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE O MODELO DA HABITAÇÃO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

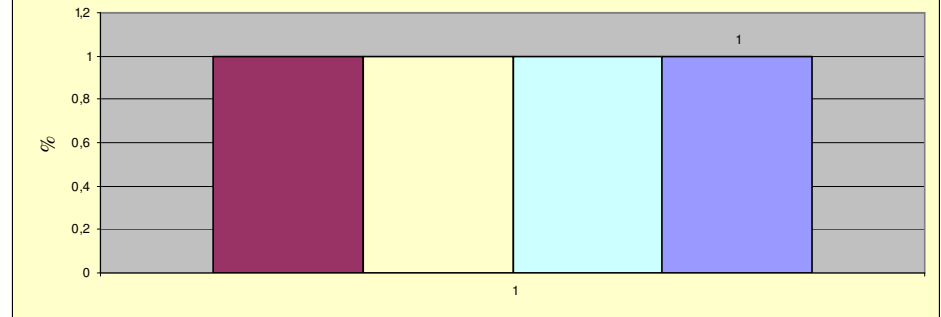
GRÁFICO 45: PERCEPÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE A CONFIGURAÇÃO DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

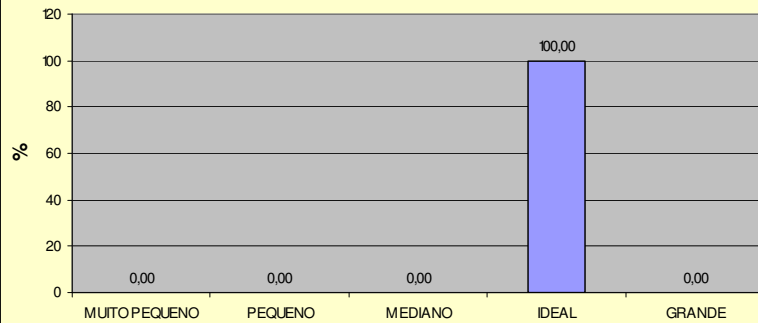
ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

GRÁFICO 46: PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE A CONFIGURAÇÃO FÍSICA DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO



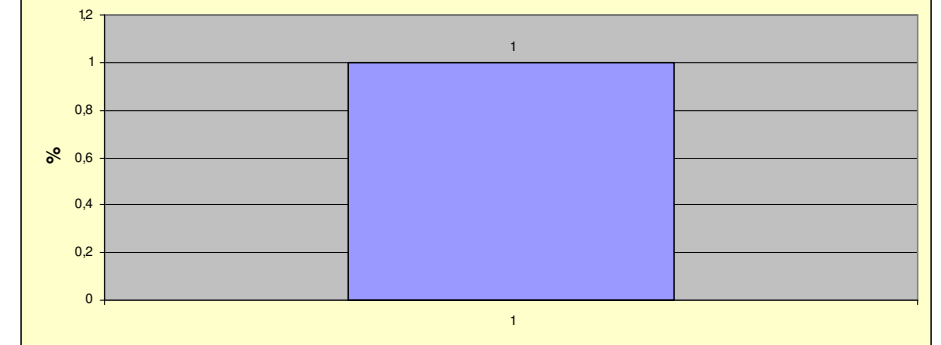
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 47: PERCEPÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE A DIMENSÃO DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO



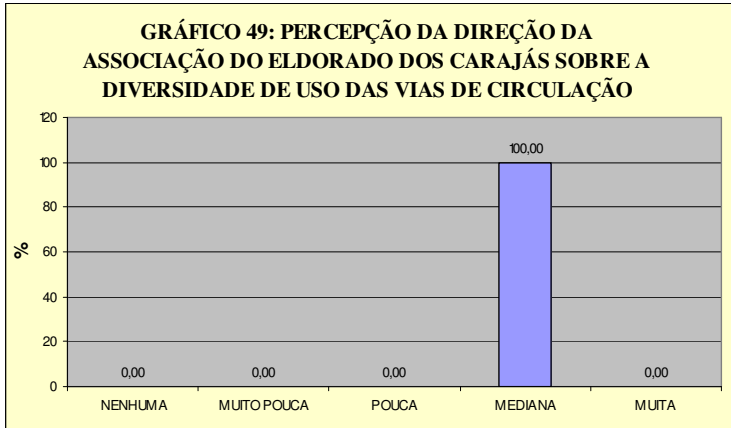
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 48: PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE A DIMENSÃO DAS VIAS DE CIRCULAÇÃO



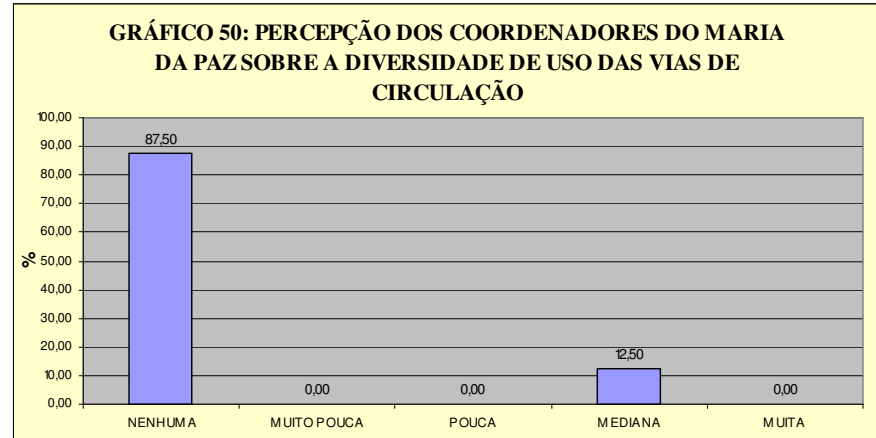
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS



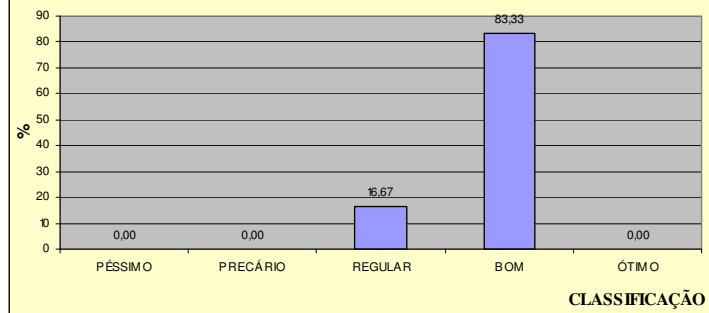
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ



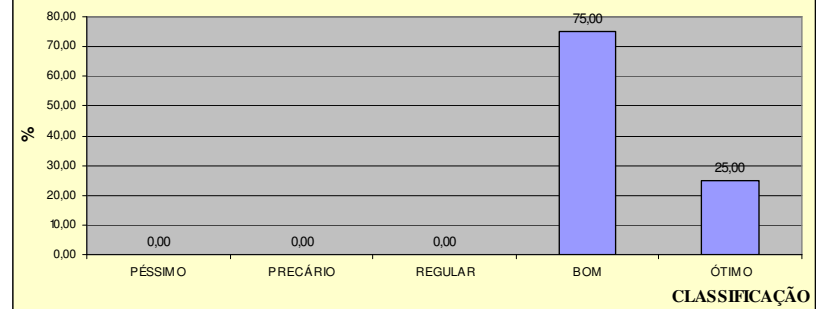
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

GRÁFICO 51: PERCEÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE O LOCAL DE MORADIA ATUAL DE MODO GERAL



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

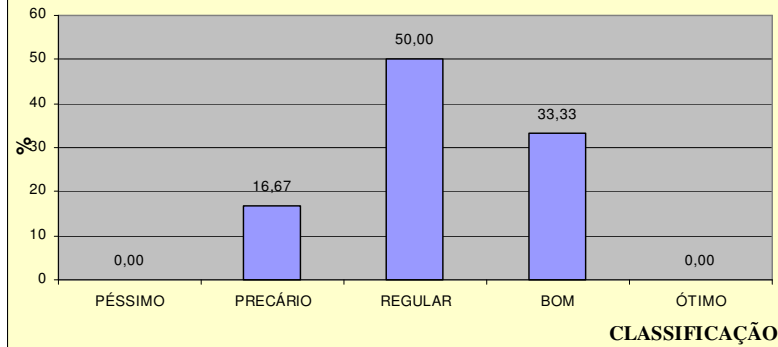
GRÁFICO 52: PERCEÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE O LOCAL DE MORADIA ATUAL DE MODO GERAL



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO ELDORADO DOS CARAJÁS

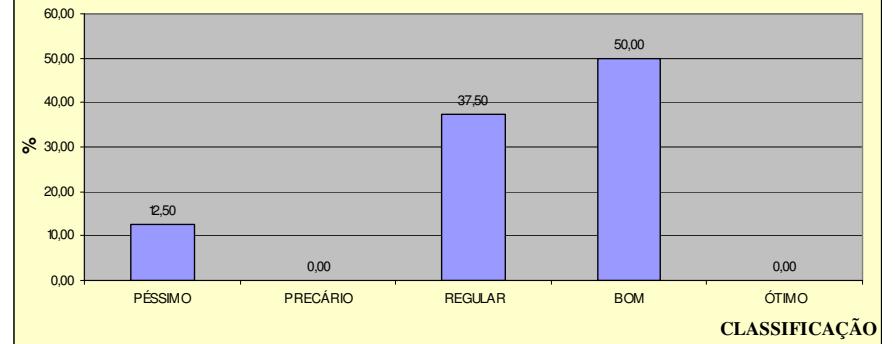
GRÁFICO 53: PERCEPÇÃO DA DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO ELDORADO DOS CARAJÁS SOBRE SUA CONDIÇÃO DE VIDA NO ASSENTAMENTO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

ASSENTAMENTO MARIA DA PAZ

GRÁFICO 54: PERCEPÇÃO DOS COORDENADORES DO MARIA DA PAZ SOBRE SUA CONDIÇÃO DE VIDA NO ASSENTAMENTO



FONTE: ELABORADO PELA AUTORA COM BASE NA PESQUISA REALIZADA

APÊNDICE C: FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA COM OS SEGMENTOS PARTICIPANTES DAS EXPERIÊNCIAS DOS ASSENTAMENTOS ELDORADO DOS CARAJÁS E MARIA DA PAZ

FORMULÁRIO - ROTEIRO PARA ENTREVISTA

I. IDENTIFICAÇÃO

1) Nome: _____

2) Gênero:

1. () Feminino

2. () Masculino

3) Qual a sua idade? _____

4) Qual seu grau de escolaridade?

1. () Analfabeto

2. () Semi-analfabeto

3. () 1º grau incompleto

4. () 1º grau completo

5. () 2º grau incompleto

6. () 2º grau completo

7. () 3º incompleto

8. () Outros

5) Qual a composição da sua família?

1. __ pai

2. __ mãe

3. __ filhos

4. __ agregados

6) Qual a renda mensal da família?

1. () < 1 SM

2. () 1 a 2 SM

3. () 2 a 3 SM

4. () 3 a 4 SM

5. () > 4 SM

6. () Nenhuma

7) Qual sua função no assentamento?

1. () Base

2. () Coordenador

3. () Liderança

4. () Outros

8) Qual foi seu local de moradia anterior?

1. () Capital

2. () Sede municipal

3. () Zona rural município

4. () Fazenda

9) Como você classifica seu local de moradia anterior? Por quê?

1. () Ótimo

2. () Bom

3. () Razoável

4. () Precário

5. () Péssimo

II. PERCEPÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO ARQUITETO

10) O que você entende por arquiteto urbanista? Qual foi o papel dele no processo de planejamento e construção do habitat deste projeto de assentamento?

11) Como você avalia a atuação do arquiteto urbanista no processo de planejamento e organização espacial do habitat deste Projeto de Assentamento? Por quê?

1. () Péssimo

2. () Precário

3. () Regular

4. () Bom

5. () Ótimo

12) Você acha necessária a atuação do arquiteto no processo de planejamento e construção dos habitats dos assentamentos rurais?

1. () Sim

2. () Não

13) Você acha necessária a contratação deste profissional para as equipes que prestam assistência técnica aos assentamentos rurais?

1. () Sim

2. () Não

14) Em qual modalidade? Por quê?

1. () Cooperativas

2. () ONGs

3. () Universidades

4. () Voluntários

5. () INCRA

5. () Outra forma. Qual? _____

III. PROCESSO DE PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DO HABITAT

15) Como ocorreu o processo de planejamento e construção deste habitat (lote de moradia; habitações; equipamentos coletivos e arruamentos)?

16) Ocorreram muitos conflitos? Quais foram os principais objetos desses conflitos?

17) Por causa destes conflitos ocorreu divisão na comunidade? Como?

18) Alguém conseguiu solucionar estes conflitos? Como?

19) Qual sua opinião sobre a solução acordada?

20) Quais foram as etapas deste processo?

1. () Reuniões sistemáticas
2. () Aplicação questionários
3. () Realização de oficinas
4. () Coleta dados físicos
5. () Elaboração da proposta
6. () Discussão da proposta
7. () Definição modo construção
8. () Organização p construção
9. () Construção
10. () Outras. _____

21) Quem participou do processo de planejamento e construção do habitat?

1. () Técnicos do INCRA
2. () Lideranças do MST
3. () Assistência técnica com arquiteto
4. () Assistência técnica sem arquiteto
5. () Assentados
6. () Não sabe

22) Qual foi processo construtivo adotado?

1. () Mutirão autogerido

2. () Auto construção
3. () Contratação Construtora
4. () Outros. _____

23) Quais foram os responsáveis pelas tomadas de decisão durante o processo?

1. () Lideranças do MST
2. () Técnicos do INCRA
3. () Lideranças do assentamento
4. () Assistência técnica com arquiteto
5. () Assistência técnica sem arquiteto
6. () Assentados
7. () Agentes externos. _____
8. () Sem resposta

24) Como avalia processo de planejamento e construção do habitat? Por quê?

1. () Péssimo
2. () Precário
3. () Regular
4. () Bom
5. () Ótimo

IV. O DESENHO DO HABITAT

Como você avalia os seguintes aspectos do seu local de moradia (habitat)?

MACRO ESPAÇO (A CHAMADA “AGROVILA”)

Fatores estéticos

25) Forma do habitat

1. () Péssima
2. () Precária
3. () Regular
4. () Boa
5. () Ótima

Por quê? _____

27) Proposta de Arborização geral:

1. () Péssima
2. () Precária
3. () Regular

LOTE DE MORADIA

Fatores de conforto ambiental

28) Qualidade da ventilação incidente:

1. () Péssima

26) Distância do habitat aos lotes de trabalho

1. () Muito distante
2. () Distante
3. () Distância mediana
4. () Próximo
5. () Adjacente

Por quê? _____

4. () Boa
5. () Ótima
6. () Não teve

Por quê? _____

2. () Precária
3. () Regular

4. () Boa
 5. () Ótima
 Por quê? _____

29) Condições da insolação incidente:

1. () Péssima

Fatores funcionais

30) Tamanho/dimensões do lote:

1. () Muito pequeno
 2. () Pequeno
 3. () Mediano
 4. () Ideal
 5. () Grande

Por quê? _____

Fatores estéticos

32) Proposta de arborização:

1. () Péssima
 2. () Precária
 3. () Regular
 4. () Boa

A CASA

Fatores técnico-construtivo e conforto ambiental

33) Qualidade do material construtivo:

1. () Péssimo
 2. () Precário
 3. () Regular

34) Qualidade da ventilação incidente:

1. () Péssima
 2. () Precária
 3. () Regular
 4. () Boa
 5. () Ótima

Por quê? _____

Fatores funcionais

36) Ambientes existentes:

1. () Terraço
 2. () Sala
 3. () Cozinha
 4. () Dormitórios

37) Quantidade de ambientes existentes:

1. () Muito pouca
 2. () Pouca
 3. () Mediana

38) Dimensões e áreas dos ambientes no geral:

1. () Pequeno. Quais? _____
 2. () Ideal. Quais? _____
 3. () Grande. Quais? _____

39) Diversidade de uso dos ambientes

1. () Nenhuma
 2. () Muito pouca
 3. () Pouca
 4. () Mediana
 5. () Muita

Por quê? _____

Fatores estéticos

41) Aspectos físicos e estéticos gerais da habitação (modelo da habitação)

1. () Péssimo
 2. () Precário
 3. () Regular

2. () Precária

3. () Regular

4. () Boa

5. () Ótima

Por quê? _____

31) Diversidade de possibilidades de uso.

1. () Nenhuma

2. () Muito pouca

3. () Pouca

4. () Mediana

5. () Muita

Por quê? _____

5. () Ótima

6. () Não teve

Por quê? _____

4. () Bom

5. () Ótimo

Por quê? _____

35) Condições da insolação incidente:

1. () Péssima

2. () Precária

3. () Regular

4. () Boa

5. () Ótima

Por quê? _____

5. () Banheiro

6. () Depósitos

7. () Outros. Qual? _____

4. () Ideal

5. () Muita

Por quê? _____

40) Disposição e organização dos ambientes

1. () Péssimo

2. () Precário

3. () Regular

4. () Bom

5. () Ótimo

Por quê? _____

4. () Bom

5. () Ótimo

Por quê? _____

EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE USO COLETIVO**42) Quais equipamentos coletivos existem no *habitat* do assentamento em que você vive?**

- | | |
|-------------------------------|------------------------------|
| 1. () Associação comunitária | 7. () Área de lazer |
| 2. () Posto saúde | 8. () Campo futebol |
| 3. () Área verde | 9. () Horta comunitária |
| 4. () Praça | 10. () Igreja |
| 5. () Escola | 11. () Mercado |
| 6. () Quadra | 12. () Outros. Quais? _____ |

Fatores técnico-construtivo e conforto ambiental**43) Qualidade material construtivo:**

- | | |
|-----------------|----------------|
| 1. () Péssimo | 4. () Bom |
| 2. () Precário | 5. () Ótimo |
| 3. () Regular | Por quê? _____ |

44) Qualidade da ventilação incidente:

- | |
|-----------------|
| 1. () Péssimo |
| 2. () Precário |
| 3. () Regular |
| 4. () Bom |
| 5. () Ótimo |
| Por quê? _____ |

Fatores funcionais**46) Dimensões dos ambientes:**

- | | |
|----------------------|----------------|
| 1. () Muito pequeno | 4. () Ideal |
| 2. () Pequeno | 5. () Grande |
| 3. () Mediano | Por quê? _____ |

47) Quantidade de ambientes:

- | | |
|--------------------|----------------|
| 1. () Muito pouca | 4. () Ideal |
| 2. () Pouca | 5. () Muita |
| 3. () Mediana | Por quê? _____ |

48) Diversidade de uso dos ambientes:

- | | |
|--------------------|----------------|
| 1. () Nenhuma | 4. () Mediana |
| 2. () Muito pouca | 5. () Muita |
| 3. () Pouca | Por quê? _____ |

49) Disposição dos ambientes:

- | | |
|-----------------|----------------|
| 1. () Péssimo | 4. () Bom |
| 2. () Precário | 5. () Ótimo |
| 3. () Regular | Por quê? _____ |

Fatores estéticos**50) Aspectos físicos gerais do equipamento**

- | | | |
|-----------------|----------------|----------------|
| 1. () Péssimo | 3. () Regular | 5. () Ótimo |
| 2. () Precário | 4. () Bom | Por quê? _____ |

ARRUAMENTO***Fatores estéticos*****51) Configuração das vias**

- | | |
|-----------------|----------------|
| 1. () Péssimo | 4. () Bom |
| 2. () Precário | 5. () Ótimo |
| 3. () Regular | Por quê? _____ |

Fatores funcionais**52) Tamanhos e dimensões das vias:**

- | |
|----------------------|
| 1. () Muito pequeno |
| 2. () Pequeno |
| 3. () Mediano |
| 4. () Ideal |
| 5. () Grande |
| Por quê? _____ |

53) Diversidade de uso:

- | |
|--------------------|
| 1. () Nenhuma |
| 2. () Muito pouca |
| 3. () Pouca |
| 4. () Mediana |
| 5. () Muita |
| Por quê? _____ |

54) Classificação do local de moradia atual.

- | | |
|-----------------|----------------|
| 1. () Péssimo | 4. () Bom |
| 2. () Precário | 5. () Ótimo |
| 3. () Regular | Por quê? _____ |

V. CONDIÇÕES DE VIDA

55) Como você classifica sua condição de vida neste assentamento:

- | | |
|-----------------|--------------|
| 1. () Péssimo | 4. () Bom |
| 2. () Precário | 5. () Ótimo |
| 3. () Regular | |

56) Sua condição de vida em relação ao aspecto econômico e produtivo, comparando com a que você tinha antes de morar neste assentamento, está:

- | | | |
|---------------|--------------|-------------|
| 1. () Melhor | 2. () Igual | 3. () Pior |
|---------------|--------------|-------------|

Por quê? _____

57) Sua condição de vida em relação ao aspecto de localização física, comparando com a que você tinha antes de morar neste assentamento, está:

1. () Melhor
2. () Igual
3. () Pior

Por quê? _____

58) Sua condição de vida em relação ao aspecto social, comparando com a que você tinha antes de morar neste assentamento, está:

1. () Melhor
2. () Igual
3. () Pior

Por quê? _____

59) Os aspectos físicos influenciam na melhoria da sua condição de vida?

1. () Sim
2. () Não

Por quê? _____

60) O que este assentamento representa em sua vida?

ANEXOS